



N.º do Processo	Nº do Protocolo	Data do Protocolo	Data de Elaboração
22464/2025	22418/2025	10/06/2025 16:34:10	10/06/2025 16:34:09

Tipo

Número

GERAL - SOLICITAÇÃO GERAL INTERNO 12587/2025

Principal/Acessório

Principal

Autoria:

ISIS CRUZ MEIRA QUINONEZ

Ementa:

Contratação de empresa para a execução dos serviços de construção da Obra do CAPS Infantil, no Bairro São Marcos, Município de Aracruz/ES.



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD

SETOR REQUISITANTE: Subsecretaria de Atenção Especializada

SECRETARIA: SEMSA

RESPONSÁVEL PELA DEMANDA: Ísis Cruz Meira Quinonez

CARGO: Subsecretária de Atenção Especializada

1. Objeto da Contratação:

Necessidade de assegurar a viabilidade técnica e a razoabilidade da contratação pública de empresa de engenharia para execução dos serviços para execução de Obra de Construção do CAPS Infantil, no Bairro São Marcos, Município de Aracruz, conforme proposta aprovada junto ao Ministério da Saúde N° 10429.2530001/24-003, em conformidade com os projetos, memoriais e demais documentos técnicos que integram este processo.

2. Justificativa da necessidade da contratação:

2.1. Motivação da Contratação:

Até o ano de 2024, o município de Aracruz, mesmo com uma população estimada em mais de 100 mil habitantes, dispunha apenas de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS II), ainda não habilitado pelo Ministério da Saúde. Essa limitação impõe sérios desafios à rede municipal de saúde mental, especialmente no tocante ao atendimento especializado voltado ao público infantojuvenil.

Observava-se, portanto, um importante vazio assistencial no campo da saúde mental de crianças e adolescentes. O crescimento contínuo do número de usuários dessa faixa etária acompanhados pela rede municipal, com diagnósticos de transtornos mentais leves, moderados e graves, somado à crescente demanda por atendimento relacionado ao uso abusivo de álcool e outras drogas por adolescentes, evidenciou a urgência da ampliação e qualificação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), por meio da implantação de um CAPS Infantil (CAPSi) no território.

Esse cenário foi agravado significativamente pelos eventos trágicos ocorridos em novembro de 2022, quando o município foi palco de um atentado violento em duas escolas, resultando em óbitos de crianças, adolescentes e professores. Tal episódio de violência impactou profundamente a saúde mental da população, especialmente de estudantes, profissionais da educação, familiares e trabalhadores da saúde, gerando uma demanda extraordinária e contínua por acolhimento psicossocial especializado para o público infantojuvenil, com foco na superação dos traumas psíquicos vivenciados.

Diante desse contexto, o município estruturou uma proposta voltada à construção de um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPS i), com o objetivo de assegurar um cuidado integral, contínuo, multiprofissional e intersetorial à saúde mental de crianças e adolescentes, conforme estabelecido na Política Nacional de Saúde Mental, na Portaria GM/MS nº 336/2002, e nos princípios da RAPS.

A construção de uma unidade própria do Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPS i) no Bairro São Marcos, no Município de Aracruz/ES, justifica-se pela necessidade de adequação estrutural e funcional do serviço de saúde mental infantojuvenil, atualmente em funcionamento de forma provisória em imóvel locado. Essa implantação emergencial, realizada em novembro de 2024 com recursos municipais, atendeu às determinações de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com o Ministério Público Estadual, em resposta à demanda assistencial urgente da população local. No entanto, o imóvel atual não satisfaz integralmente as exigências físicas e assistenciais estabelecidas pela Política Nacional de Saúde Mental, nem os padrões sanitários das Resoluções da Diretoria Colegiada da Anvisa (RDCs), comprometendo o pleno desenvolvimento das atividades terapêuticas e comunitárias. Assim, a obra visa garantir um ambiente adequado, seguro e permanente, assegurando a qualidade do cuidado prestado e a conformidade legal e



técnica do serviço.

2.2. Objetivos da Contratação:

2.2.1. O serviço atuará como principal dispositivo de cuidado para o público infantojuvenil em sofrimento psíquico intenso, decorrente de transtornos mentais severos e persistentes, inclusive aqueles associados ao uso prejudicial de álcool e outras drogas, além de outras condições clínicas que comprometem a construção de vínculos sociais e o desenvolvimento de projetos de vida.

2.2.2. Além disso, o CAPS i exercerá papel estratégico como articulador da rede de atenção psicossocial, favorecendo o manejo compartilhado com a Atenção Primária à Saúde para casos de menor complexidade e articulando com os níveis secundário e terciário quando houver necessidade de atenção hospitalar ou serviços especializados de alta complexidade.

2.3. Alinhamento com o Planejamento Estratégico:

Embora a presente demanda não esteja expressamente contemplada no Plano de Contratações Anual (PCA) da Secretaria Municipal de Saúde, cumpre destacar que a natureza da despesa está prevista no Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) da Lei Orçamentária Anual (LOA), estando, portanto, em conformidade com as diretrizes e prioridades estabelecidas pela referida Secretaria.

3. Quantidades a serem contratadas:

3.1 A intervenção contratada abrangerá uma área total estimada de 608,16 m², correspondente à estrutura física destinada à implantação das obras do Centro de Atenção Psicossocial Infantil – CAPS i. Ressalta-se que essa metragem poderá ser ajustada conforme as necessidades técnicas identificadas durante a execução do projeto.

4. Prazo de Execução:

4.1 Levando em consideração o prazo demandado para Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor, com suas respectivas etapas: Estudos Preliminares, Identificação de Riscos, Elaboração de Termo de Referência/Projeto Básico, Pesquisa, Planilha de Custos e Seleção do(s) Prestador (es) de Serviço (s), concluímos que a execução deverá ser iniciada em até 30 (trinta) dias após a expedição da Autorização de Serviço.

5. Local de execução dos serviços

5.1 Diante da necessidade de construir uma sede própria e definitiva, foi realizada uma análise técnica dos terrenos públicos disponíveis no município, considerando os critérios estabelecidos pelo edital de chamamento público do NOVOPAC. A área escolhida para a implantação do novo CAPS Infantil foi o bairro São Marcos, localizado na região da Grande Guaxindiba, especificamente na Rua Hortência s/nº São Marcos, por apresentar as seguintes características:

- Alta densidade populacional, com expressiva presença de crianças e adolescentes;
- Facilidade de acesso por diversas linhas de transporte coletivo municipal, garantindo equidade no acesso ao serviço;
- Proximidade com escolas, Unidades Básicas de Saúde (UBS) e equipamentos de assistência social, favorecendo o trabalho em rede e a articulação intersetorial.

Tais características tornam a localidade de São Marcos tecnicamente adequada e socialmente estratégica para a instalação definitiva do CAPS Infantil, assegurando maior resolutividade no cuidado e melhor integração do serviço com os demais dispositivos da saúde e proteção social.

6. Dotação Orçamentária

Ficha: 1079

Recurso: 1.601.0000.0000 – Recurso Oriundo do Ministério da Saúde, conforme proposta nº 10429.2530001/24-003.

Nat.: 4.4.90.51.00

Classificação: 10.302.0017.1.0042



7. Unidade e servidor responsável para esclarecimentos:

Marcela Valentim de Vargas
Gerente de Atenção Secundária

Aracruz/ES, 10 de Junho de 2025

Ísis Cruz Meira Quinonez
Subsecretária de Atenção Especializada

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à Autoridade Competente para análise de conveniência e oportunidade para a aquisição e demais providências cabíveis.



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3200300032003200370030003200340039003A005000

Assinado eletronicamente por **ISIS CRUZ MEIRA QUINONEZ** em 10/06/2025 16:34

Checksum: **6A121259F8979B3F6FEC0D79076F70B6DAC485E6292BA4FF46EC4070D39802D8**



INFORMAÇÕES DA PROPOSTA

PROPOSTA N° 10429.2530001/24-003

Dados da proposta

Entidade
FMS ARACRUZ/ES

Programa
Saúde Mental

Tipo de Obra
Construção

Porte
CAPS i

CNPJ
10.429.253/0001-39

Componente
Centro de Atenção Psicossocial

Tipo de Recurso
Programa

Valor da Proposta
R\$ 2.143.000,00

Justificativa

.Trata-se de proposta para construção e implantação do CAPS Infantil no município de Aracruz, visto que não temos o Serviço Especializado voltado para o público infanto-juvenil no território municipal, nem ao menos uma referência regional para encaminhamentos dos pacientes, tratando-se de um grande vazio assistencial na área psicossocial. O município de Aracruz possui uma população estimada de 104.942 habitantes e atualmente temos apenas 01 serviço de Atenção Psicossocial em funcionamento o CAPS II, entretanto ainda não habilitado pelo Ministério da Saúde, sendo indispensável a qualificação da rede assistencial com a Implantação de um serviço voltado para o público infantil, devido ao grande número de crianças e adolescentes em acompanhamento com diversos problemas psiquiátricos de transtornos mentais graves, leves ou moderados, bem como uma demanda crescente de atendimento de adolescentes para tratamento devido ao uso de álcool e outras drogas.

Recentemente, Novembro de 2022 o município de Aracruz foi cenário de um atentado violento à duas escolas no território municipal, culminando em óbitos de crianças adolescentes e professores, fato que multiplicou a demanda por atendimento psicossocial especializado para o público infantojuvenil, visto a necessidade de acolher e tratar uma coletividade, vítima de violência terrorista, a fim de minimizar os traumas e sequelas para uma vida futura.

O objetivo da implantação do CAPS Infantil é articular-se com a rede de Atenção Primária para o manejo dos pacientes no território de menor complexidade, bem como com os níveis ascendentes de complexidade, quando necessário internação em hospitais psiquiátricos/ clínicas terapêuticas, bem como outros mecanismos de proteção social da rede intersetorial.

Aracruz tem uma rede de Atenção Primária fortalecida, com a cobertura de 90.57% da população coberta por ESF, sendo 31 Equipes de ESF. Entretanto com desafios a serem superados na atenção especializada, a Construção de um CAPS Infantil vem a fortalecer a rede assistencial promovendo um grande fator de proteção social a população municipal e arredores.

5)Justificativa (5.000):

O município de Aracruz possui uma população estimada de 104.942 habitantes, e tem uma grande extensão territorial, possui uma área territorial de 1.423,874 km², Densidade demográfica: 57,47 hab/Km. O Município possui economia mista, mesclando entre agricultura e indústrias e comércio, sendo nos últimos anos cenário de acelerado processo de desenvolvimento, recebendo importantes investimentos na área da indústria. Não apenas no campo da celulose, mas também e principalmente na área portuária. Foi instalada uma empresa multinacional, o Estaleiro Jurong Aracruz (EJA), cujo a finalidade é de atender as demandas da indústria do petróleo, a construção e reparo de navios-sonda, bem como a criação de um porto local. Neste contexto, percebemos uma ocupação e expansão rápida de crescimento populacional de pessoas que migram ao território em busca de empregos, entretanto muitas delas sem qualificação técnica, gerando grandes desafios sociais e demandas assistenciais a nível de saúde.

Os problemas de Saúde Mental são um grande desafio a serem enfrentados e atualmente o município possui apenas

um estabelecimento de saúde que assiste as pessoas com transtornos mentais severos e/ou persistentes incluindo os transtornos relacionados às substâncias psicoativas (álcool e outras drogas) e também crianças e adolescentes com transtornos mentais. Sendo necessário qualificar e direcionar o atendimento infantil para os moldes recomendados pelo Ministério da Saúde, com equipe qualificada, treinada e específica para acolher as crianças e adolescentes, minimizando o sofrimento e oportunizando melhor qualidade de vida com tratamento adequado e precoce direcionado para as doença. ENDEREÇO:Rua Esteri M. Santi, e BR 257, no lugar denominado          DO SAUASSU   Limitando-se ao norte com e oeste com Giovani Modenesi, Sul Estrada Municipal, e Leste Corrego

Valor Empenhado
R\$ 2.143.000,00

Valor Pago
R\$ 0,00

Data do Cadastro
15/04/2024

Data da Portaria de Habilita  o
10/06/2024

Situa  o da proposta no SISPAG
SOLICITADO

  ltimo monitoramento
20/05/2025 13:42

Situa  o da Proposta
Favor  vel

N  mero da Portaria de Habilita  o
4341

Situa  o da obra
Em a  o preparat  ria

Situa  o do monitoramento
Atualizado

Localiza  o

CNES
-

Munic  pio
Aracruz

Bairro
Moroba

CEP
29192-733

Observa  es
-

Nome do Estabelecimento
CAPS INFANTO JUVENIL DE ARACRUZ

UF
Esp  rito Santo

Endere  o
Avenida Moroba , 20 - Avenida

Latitude e Longitude
-19.82448 / -40.26588

Ambientes m  nimos

Ambientes

Ambiente	Quantidade	��rea mínima (m��)
Abrigo externo de resíduos comuns	1	2
Abrigo GLP - Gás Liquefeito de Petróleo	1	1
Almoxarifado	1	4
��rea de Serviços	1	4,4
��rea externa de convivência	1	58,9

Ambiente	Quantidade	Área mínima (m²)
Área externa para embarque e desembarque	1	20
Arquivo	1	5,2
Banheiro com vestiário para funcionários	2	10,1
Banheiro contíguo aos Quartos coletivos com acomodações individuais	1	3,6
Circulação + Área de Paredes + Apoio Logístico	1	149,9
Cozinha	1	35
Depósito de material de limpeza (DML)	1	2,4
Espaço de Acolhimento	1	32,8
Espaço interno de convivência (Área de estar para paciente, acompanhante de paciente e visitante)	1	57,8
Farmácia	1	7,5
Posto de enfermagem	1	6
Quarto coletivo com acomodações individuais (para Acolhimento Noturno com 02 camas)	1	16
Refeitório	1	50
Sala Administrativa	1	12
Sala de aplicação de medicamentos (Sala de Medicação)	1	6
Sala de atendimento individualizado	3	9
Sala de atividades coletivas	2	22,8
Sala de Reunião	1	16
Sala de Utilidades	1	4,3
Sanitário público feminino (Portador de Necessidades Especiais - PNE)	1	10,8
Sanitário público masculino (Portador de Necessidades Especiais - PNE)	1	10,8

Fotografias

Fotografia	Quantidade anexada	Última atualização
------------	--------------------	--------------------

Fotografia	Quantidade anexada	Última atualização
Terreno	8	28/05/2024

Documentos

Documento	Última atualização	Anexado por
Declaração do chefe do poder executivo de comprovação de posse	15/04/2024	DENISE FERREIRA DE ARAUJO
Deliberação/Ata de pactuação na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) ou no Colegiado de Gestão da Secretaria Estadual de Saúde do Distrito Federal (CGSES/DF), com previsão da construção e implementação do polo¿ (OBRIGATÓRIO).	22/05/2024	DENISE FERREIRA DE ARAUJO

Pareceres

proposta - Para adequação

Data de envio para análise
15/04/2024

Data do parecer
24/04/2024

Deliberação/Ata de pactuação na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) ou no Colegiado de Gestão da Secretaria Estadual de Saúde do Distrito Federal (CGSES/DF), com previsão da construção e implementação do polo¿ (OBRIGATÓRIO).

- Outros

Documento anexado não corresponde a Deliberação CIB que discorre sobre a aprovação da implantação do serviço (CAPSi) objeto deste proposta.

Terreno

- Outros

Sem fotos anexadas. Por favor, adequem.

proposta - Para adequação

Data de envio para análise
22/05/2024

Data do parecer
23/05/2024

Terreno

- Outros

para aprovação é necessário anexar ao mínimo 4 fotos do terreno (todos os limites). Ideal inserir imagem área com terreno delimitado para facilitar localização.

- Reinserir foto do terreno - acesso principal. As fotos devem ser nítidas e serem tiradas de ângulos diferentes.
- Reinserir foto do terreno - frontal. As fotos devem ser nítidas e serem tiradas de ângulos diferentes.
- Reinserir foto do terreno - fundos. As fotos devem ser nítidas e serem tiradas de ângulos diferentes.
- Reinserir foto do terreno - lateral direita. As fotos devem ser nítidas e serem tiradas de ângulos diferentes.
- Reinserir foto do terreno - lateral esquerda. As fotos devem ser nítidas e serem tiradas de ângulos diferentes.

proposta - Favorável

Data de envio para análise
28/05/2024

Data do parecer
29/05/2024

Observação/Justificativa

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde e suas alterações;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6, de 28 de setembro de 2017, Títulos VII e IX, que tratam da consolidação das normas sobre o financiamento da Rede de Atenção Psicossocial e das Transferências dos Recursos Federais, para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde e suas alterações;

Considerando PROPOSTA nº 10429.2530001/24-003 enviada pelo responsável, do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARACRUZ, ES, para a obra de CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL INFANTO JUVENIL, CAPS IJ, e está adequada quanto a documentação encaminhada e às justificativas, consideradas pertinentes;

O Departamento de SAÚDE MENTAL, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS - DESMAD/SAES/MS, é FAVORÁVEL à PROPOSTA enviada, relativa ao programa NovoPAC Seleções.

Lembramos ainda que, conforme Art.1115, § 2º do TÍTULO IX da portaria de Consolidação nº6 de 28 de setembro de 2017, as fotos e documentos inseridos no SISMOB têm caráter de documento público, sendo a sua adulteração ou declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, estará sujeita às sanções penais, cíveis e administrativas cabíveis.

Ressaltamos a importância de atentar para Resolução nº 10, de 08 de dezembro de 2016, que dispõe, complementarmente, sobre o planejamento integrado das despesas de capital e custeio para os investimentos em novos serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), principalmente Art.2º e seus incisos: " Os entes federados que planejarem a construção física de novos serviços de saúde no SUS que demandem aporte financeiro por parte dos demais entes federados deverão acordar previamente, o total de recursos orçamentários e financeiros de capital e custeio, de modo que seja devidamente pactuado para o seu pleno funcionamento. § 1º

Para os efeitos desta Portaria, as obras para a construção e/ou ampliação física dos serviços de saúde, de que trata esta resolução, deverão constar no planejamento regional integrado, conforme estabelecido no art. 30 da Lei Complementar nº 141/2012. § 2º Serão considerados somente os investimentos propostos a partir 01 de janeiro de 2017."

Pagamentos

Parcela única

Situação

Aguardando superação da etapa de Ação preparatória



PREFEITURA DE
ARACRUZ



Prefeitura de Aracruz

Secretaria de Administração e Recursos Humanos - SEMAD | (27) 3270-7050 | 0800-283-9263 | www.aracruz.es.gov.br

Processo: 22464/2025 | Autor: ISIS CRUZ MEIRA QUINONEZ

FOLHA DE DESPACHO

À SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Segue para providências.

Em 10 de junho de 2025

Protocolo Automático



Autenticar documento em <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 33003900380037003800300036003A005400, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

fls. 12



PREFEITURA DE
ARACRUZ



Prefeitura de Aracruz

Secretaria de Administração e Recursos Humanos - SEMAD | (27) 3270-7050 | 0800-283-9263 | www.aracruz.es.gov.br

Processo: 22464/2025 | Autor: ISIS CRUZ MEIRA QUINONEZ

FOLHA DE DESPACHO

À ASSESSORIA DE ESTRATÉGIA E INOVAÇÃO

Segue para providências.

Em 11 de junho de 2025

MONICA MATIAS BORGES

SERVIDOR



Autenticar documento em <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 33003900380037003800300038003A005400, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 33003900380037003800300038003A005400

Assinado eletronicamente por **MONICA MATIAS BORGES** em 11/06/2025 08:12

Checksum: **2FE59D4EA98091674BA8FD9D9ABC18AEABBE16DB8A825812AF3ABFEBDB7B2D52**





PREFEITURA DE
ARACRUZ



Prefeitura de Aracruz

Secretaria de Administração e Recursos Humanos - SEMAD | (27) 3270-7050 | 0800-283-9263 | www.aracruz.es.gov.br

Processo: 22464/2025 | Autor: ISIS CRUZ MEIRA QUINONEZ

FOLHA DE DESPACHO

À SUB. DE OBRAS E INFRA.> GERÊNCIA DE ESPECIFICAÇÃO E ORÇAMENTAÇÃO DE OBRAS

Segue para anexar documentação técnica da obra.

Atenciosamente,

Em 11 de junho de 2025

VIVIANI PEREIRA LECCO MANTOVANI

SERVIDOR



Autenticar documento em <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 33003900380038003100370034003A005400, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

fls. 15

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 33003900380038003100370034003A005400

Assinado eletronicamente por **VIVIANI PEREIRA LECCO MANTOVANI** em 11/06/2025 08:34

Checksum: **520A8A142CA38B55F5772615597EC9DE8AD87E5C1209F799C084E093166762F1**





PREFEITURA DE
ARACRUZ



Prefeitura de Aracruz

Secretaria de Administração e Recursos Humanos - SEMAD | (27) 3270-7050 | 0800-283-9263 | www.aracruz.es.gov.br

Processo: 22464/2025 | Autor: ISIS CRUZ MEIRA QUINONEZ

FOLHA DE DESPACHO

À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Trata-se de solicitação para elaboração de documentação técnica visando à contratação de empresa especializada para a elaboração dos projetos básicos e executivos de arquitetura e engenharia, bem como para a execução da obra de construção do Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil – CAPS i, a ser implantado na Rua Flor do Campo, esquina com as ruas Prímola, Hortência e Flor de Maio, no bairro São Marcos, Aracruz/ES.

Dessa forma, encaminha-se a documentação solicitada para as deliberações pertinentes.

Em 11 de junho de 2025

ANA PAULA BAIOTTO

SERVIDOR



Autenticar documento em <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 33003900380038003200300034003A005400, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

fls. 17

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 33003900380038003200300034003A005400

Assinado eletronicamente por **ANA PAULA BAIocco** em 11/06/2025 17:59

Checksum: **FB20F30C4964EC26C743DC047DA65AD424F2ECCE9EE5DAEBAE533218E447F56D**





ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1) INTRODUÇÃO E OBJETO DO ETP

O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP, atendendo ao Art. 18, inciso I c/c §1º, da Lei nº 14.133, de 2021, retrata o documento que caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objeto principal deste ETP é estudar a viabilidade técnica e razoabilidade da contratação pública de empresa de engenharia com fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e ensaios em laboratórios necessários a contratação de empresa para a elaboração de projetos básicos e executivos de arquitetura e engenharia e execução da obra de construção do **Centro de Atenção Psicossocial Infante Juvenil – CAPS i, localizado na Rua Flor do Campo com as ruas Prímola, Hortência e Flor de Maio, no bairro São Marcos, Aracruz/ES**, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2) BASE LEGAL

- a) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Art 2º, inciso VI; Art.18º, inciso I c/c §1º e Art. 6º, inciso XX, bem como demais requisitos Legais e Normativos que regem a matéria.
- b) Constituição Federal de 1988, art. 37, inciso XXI
- c) Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;
- d) Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;
- e) Lei nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);
- f) Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a



criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;

3) UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL

Secretaria Municipal de Saúde

4) UNIDADE ADMINISTRATIVA REQUISITANTE

Secretaria Municipal de Saúde

5) RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ETP

Servidores integrantes da área solicitante e da área técnica da SEMOB.

6) DATA E LOCAL DE ELABORAÇÃO

Aracruz/ES, 11 de junho de 2025.

7) DATA PREVISTA PARA IMPLANTAÇÃO

Setembro/2025

**8) NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A
RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO.**

Em atendimento às demandas da Secretária de Saúde de Aracruz, entre outras ações de investimentos, é necessária a contratação de empresa para a elaboração de projetos básicos e executivos de arquitetura e complementares de engenharia e execução da obra de construção do Centro de Atenção Psicossocial Infante Juvenil – CAPS i, localizado na Rua Flor do Campo com as ruas Prímola, Hortência e Flor de Maio, no bairro São Marcos, Aracruz/ES.

Até o ano de 2024, o município de Aracruz, mesmo com uma população estimada em mais de 100 mil habitantes, dispunha apenas de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS II), ainda não habilitado pelo Ministério da Saúde. Essa limitação impõe sérios desafios à rede municipal de saúde mental, especialmente no tocante ao atendimento especializado voltado ao público infantojuvenil.

Observava-se, portanto, um importante vazio assistencial no campo da saúde mental de crianças e adolescentes. O crescimento contínuo do número de usuários dessa



faixa etária acompanhados pela rede municipal, com diagnósticos de transtornos mentais leves, moderados e graves, somado à crescente demanda por atendimento relacionado ao uso abusivo de álcool e outras drogas por adolescentes, evidenciou a urgência da ampliação e qualificação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), por meio da implantação de um CAPS Infantil (CAPSi) no território.

Esse cenário foi agravado significativamente pelos eventos trágicos ocorridos em novembro de 2022, quando o município foi palco de um atentado violento em duas escolas, resultando em óbitos de crianças, adolescentes e professores. Tal episódio de violência impactou profundamente a saúde mental da população, especialmente de estudantes, profissionais da educação, familiares e trabalhadores da saúde, gerando uma demanda extraordinária e contínua por acolhimento psicossocial especializado para o público infantojuvenil, com foco na superação dos traumas psíquicos vivenciados.

Diante desse contexto, o município estruturou uma proposta voltada à construção de um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPS i), com o objetivo de assegurar um cuidado integral, contínuo, multiprofissional e intersetorial à saúde mental de crianças e adolescentes, conforme estabelecido na Política Nacional de Saúde Mental, na Portaria GM/MS nº 336/2002, e nos princípios da RAPS.

O serviço atuará como principal dispositivo de cuidado para o público infantojuvenil em sofrimento psíquico intenso, decorrente de transtornos mentais severos e persistentes, inclusive aqueles associados ao uso prejudicial de álcool e outras drogas, além de outras condições clínicas que comprometem a construção de vínculos sociais e o desenvolvimento de projetos de vida.

Além disso, o CAPS i exercerá papel estratégico como articulador da rede de atenção psicossocial, favorecendo o manejo compartilhado com a Atenção Primária à Saúde para casos de menor complexidade e articulando com os níveis secundário e terciário quando houver necessidade de atenção hospitalar ou serviços especializados de alta complexidade.

Implantação Emergencial e Adequações Estruturais



Ressalta-se que, em virtude da urgência assistencial e do monitoramento do Ministério Público Estadual, o município de Aracruz assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que determina a implantação e manutenção de um CAPSi no território. Diante disso, foi necessária a implantação emergencial do serviço em novembro de 2024, em imóvel locado, com recursos próprios municipais.

Contudo, o imóvel atualmente ocupado não atende integralmente às diretrizes físicas e assistenciais previstas nas normativas da Política Nacional de Saúde Mental, nem cumpre todos os requisitos sanitários definidos pelas Resoluções da Diretoria Colegiada da Anvisa (RDCs), apresentando limitações importantes no espaço físico para o pleno desenvolvimento das atividades terapêuticas e comunitárias.

Diante da necessidade de construir uma sede própria e definitiva, foi realizada uma análise técnica dos terrenos públicos disponíveis no município, considerando os critérios estabelecidos pelo edital de chamamento público do Novo PAC. A área escolhida para a implantação do novo CAPS Infantil foi o bairro São Marcos, localizado na região da Grande Guaxindiba, por apresentar as seguintes características:

- Alta densidade populacional, com expressiva presença de crianças e adolescentes;
- Facilidade de acesso por diversas linhas de transporte coletivo municipal, garantindo equidade no acesso ao serviço;
- Proximidade com escolas, Unidades Básicas de Saúde (UBS) e equipamentos de assistência social, favorecendo o trabalho em rede e a articulação intersetorial.

Tais características tornam a localidade de São Marcos tecnicamente adequada e socialmente estratégica para a instalação definitiva do CAPS Infantil, assegurando maior resolutividade no cuidado e melhor integração do serviço com os demais dispositivos da saúde e proteção social.

Diante da seleção da Proposta nº 10429.2530001/24-003, esta Administração, ao analisar os espaços físicos previstos no Projeto Referencial do Ministério da Saúde – MS para o CAPS infantojuvenil, datado de 2014, identificou as condições e propôs as adequações, conforme segue:



1. No projeto original, tem apenas 02 consultórios indiferenciados e as atuais equipes lotadas no CAPS infanto juvenil são, no total, 07 de categoria multiprofissional nível superior, bem como 03 médicos. Portanto, são 10 profissionais para revezar os consultórios, razão pela qual considerou-se importante adaptar os espaços disponíveis, a fim de aumentar o número de 02 consultórios indiferenciados para, no mínimo, 06 consultórios.
2. A adaptação de uma recepção no espaço de acolhimento, a fim de facilitar a comunicação dos pacientes que adentram no estabelecimento.
3. A cobertura da área interna, antes destinada ao jardim de convivência, justificando as dificuldades de manter uma área aberta em meio ao estabelecimento de saúde, desde as questões envolvendo manutenção predial, bem como para o melhor aproveitamento do espaço para uso de oficinas e convivência em área coberta.
4. A redução do espaço da cozinha e refeitórios, uma vez que no local não teremos manipulação de alimentos, tendo em vista que a alimentação, refeições e lanches são fornecidos por prestador de serviços já preparados.
5. Adequação do espaço físico às normas de acessibilidade.

Assim, foi elaborado anteprojeto contemplando as adequações elencadas acima, sendo esse, juntamente com os demais documentos técnicos, base para o processo de contratação.

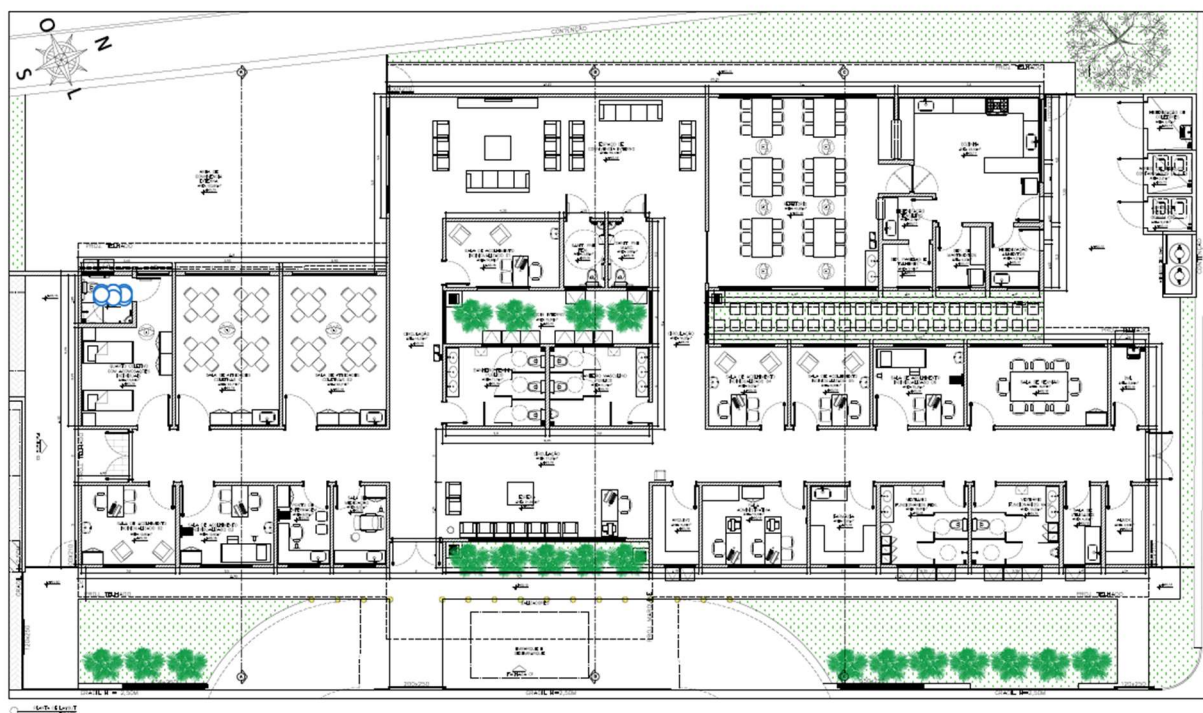
Conclui-se que a necessidade de construção de um Centro de Atenção Psicossocial no Município de Aracruz/ES é fundamentada pela urgência em ampliar e qualificar a oferta de cuidados especializados em saúde mental, garantindo a universalidade, equidade e integralidade preconizadas pelo Sistema Único de Saúde. A implantação dessa unidade não apenas atenderá às demandas imediatas da população, mas também permitirá a construção de redes de apoio comunitário mais sólidas e a superação de estigmas relacionados à saúde mental. Esse investimento é indispensável para fortalecer a RAPS e assegurar o direito à saúde mental como um pilar essencial da dignidade humana.



A tabela abaixo apresenta detalhes da caracterização da edificação.

QUADRO DE ÁREAS	
TERRENO	1608,86 M ²
EDIFICAÇÃO	589,73 M ²
GAS GLP	3,20 M ²
ABRIGO DE RESÍDUOS	10,08 M ²
ÁREA PERMEÁVEL	225,24 M ²

Quadro de áreas – CAPSi



Implantação – CAPSi

Para atendimento de forma satisfatória às necessidades desta municipalidade, a contratação do objeto deste ETP será realizada na modalidade de contratação integrada, sendo essa a alternativa mais viável, considerando que as contratações para execução de obras públicas realizadas pelo Município de Aracruz vêm sofrendo com constantes argumentações por parte das empresas contratadas referentes à falta de mão-de-obra, o que vêm gerando atrasos no cumprimento dos prazos dos objetos



licitados e, conseqüentemente, acarretando diversos transtornos ao município, decorrentes desses, que causam prejuízos de ordem pecuniária e social.

Na contratação integrada, a partir de um anteprojeto e memorial descritivo, fornecidos pela Administração e que estabelecem todos os requisitos, objetivos e critérios da contratação, o Contratado elege os meios para otimizar a solução existente, tendo liberdade para inovar, internalizar novas metodologias ou tecnologias, otimizar as soluções previamente delineadas no anteprojeto, visando contornar o problema existente.

Desta forma, se objetiva com a contratação integrada são os meios para atingir o resultado previstos no anteprojeto, permitindo à Contratada adequar os meios (sistema construtivo, materiais, metodologia construtiva etc.) para atingir os objetivos.

9) DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO CONTRATAÇÕES ANUAL.

Conforme disposto no item 2.3 do Documento de Formalização da Demanda (DFD), elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde, embora o Plano Anual de Contratações ainda não esteja finalizado, o presente instrumento integra a fase de planejamento estratégico das contratações e observará, assim como os atos subsequentes, as disposições estabelecidas na Lei nº 14.133/2021. Ressalta-se, ainda, que a natureza da despesa está devidamente prevista no Quadro de Detalhamento de Despesas da Lei Orçamentária Anual (LOA).

10) REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

A CONTRATADA deverá preencher todos os seguintes requisitos para a execução dos serviços relativos à elaboração de projetos básicos e executivos de arquitetura e engenharia e execução da obra de construção do **Centro de Atenção Psicossocial Infante Juvenil – CAPS i, localizado na Rua Flor do Campo com as ruas Prímola, Hortência e Flor de Maio, no bairro São Marcos, Aracruz/ES.**

A Contratada deverá elaborar os projetos básicos e executivos com base no anteprojeto apresentado e obedecendo, rigorosamente, às diretrizes contidas no memorial descritivo e executar as obras conforme especificações contidas nesses documentos, empregando exclusivamente materiais de primeira qualidade e adotando soluções que



atendam aos critérios de solidez, segurança e durabilidade neles contidas.

A Contratada obrigará-se a desenvolver os serviços da presente contratação sempre em regime de entendimento com a fiscalização, dispondo de amplos poderes para atuar no sentido do fiel cumprimento do Contrato.

A empresa Contratada é responsável em inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 2061, de 20 de dezembro de 2021, devidamente comprovado perante a Contratante.

A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais ou comerciais da execução do Contrato.

A inadimplência da Contratada com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferem à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato ou restringir a regularização e o uso do serviço.

Cabe à Contratada permitir e facilitar a fiscalização, em qualquer dia e hora devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados.

A empresa CONTRATADA obriga-se a manter ART – Anotação de Responsabilidade Técnica e/ou RRT – Registro de Responsabilidade Técnica, durante toda a execução do contrato.

Deverá a Contratada obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável

A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

A Contratada arcará com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.

Obriga-se a Contratada a manter, durante toda a execução do Contrato, em



compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Manter responsável técnico preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

Apresentar, juntamente com a Nota Fiscal e/ou Fatura de Serviços os documentos comprobatórios do pagamento das obrigações trabalhistas, previdenciários, FGTS e fiscais.

Destinar pessoal suficiente para o desenvolvimento dos trabalhos a serem realizados, devidamente equipados com EPI (Equipamentos de Proteção Individual) e uniformizados.

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

A Contratada deverá manter mão de obra especializada, supervisão técnica e administrativa, veículos, equipamentos e ferramentas, bem como de todo material necessário à execução dos serviços demandados, atendendo a prioridade definida na documentação técnica de modo a viabilizar o cumprimento dos prazos de execução, com a qualidade determinada pela Contratante.

Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.



Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

Justificar eventuais atrasos no cronograma de obra, bem como apresentar novo cronograma para que possa ser analisado e aprovado posteriormente pela Administração.

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

Cabe ainda à contratada atender aos procedimentos para Controle Ambiental na execução do contrato.

11) ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO.

Para definição das quantidades que embasaram a elaboração da estimativa do valor estimativo de referência definido para elaboração dos projetos e execução da obra foram realizados levantamentos de quantitativos de serviços para os itens definidos na etapa de anteprojeto e estimativas paramétricas para os demais, tendo como base outras licitações de implantação de CAPS i que também utilizaram como base o projeto referencial do Novo PAC, ponderadas com as especificidades da contratação em tela.

12) LEVANTAMENTO DE MERCADO.

Para atendimento de forma satisfatória as necessidades desta municipalidade, realizaremos a contratação do objeto deste ETP na forma de execução indireta, através da modalidade de contratação integrada, sendo essa a alternativa mais viável, considerando que a administração já possui o anteprojeto, memorial descritivo, levantamento topográfico, sondagem geotécnica e demais documentos necessários à formalização da contratação que contemplará a elaboração de projetos básicos e executivos e a execução da obra.



Ademais, antes mesmo da vigência da nova Lei de Licitações, a execução indireta sempre se mostrou, em regra, como sendo a melhor opção para administração pública. Com isso, esta solução é a mais apropriada para a execução do objeto em questão.

Insta frisar que a forma de execução direta se mostra inviável, tanto em função da ausência de profissionais para estarem em atividade diretamente na obra, bem como pela inexistência de equipamentos e materiais que os possibilitem atender a demanda de serviço.

A contratação de pessoal, aquisição de materiais e equipamento seria antieconômico, já que a manutenção de pessoal e equipamentos deveria acontecer mesmo em períodos sem que houvesse a realização de obras. Além disso, poderia ocorrer de eles não serem aproveitados em outras obras, seja por incompatibilidade técnica (em relação a pessoa do profissional), seja por não atender a finalidade de sua fabricação (equipamentos).

Isso representaria em novas aquisições pelo Município, o que configuraria um verdadeiro desperdício de recursos humanos e financeiros.

13) ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

O valor estimativo de referência definido para elaboração dos projetos e execução da obra foi obtido a partir da elaboração de orçamento sintético, tendo sido realizados levantamentos de quantitativos de serviços para os itens definidos na etapa de anteprojeto e estimativas paramétricas para os demais, tendo como base licitações de objetos semelhantes. A estimativa dos valores dos serviços foi obtida a partir das bases referenciais de preços do SINAPI, LABOR, composições próprias de outros processos licitatórios realizados pela PMA, além de composições de outras bases referenciais de preços e de outras licitações de CAPS i que também utilizaram como base o projeto referencial do Novo PAC.

O orçamento é não sigiloso e o seu resumo está sendo apresentado para fins de balizamento da proposta de preços, considerando valores em moeda corrente nacional, incluindo todas as despesas diretas e indiretas, riscos, serviços preliminares e administração da obra, necessárias à plena elaboração e desenvolvimento dos projetos básicos e executivos e da execução das obras, conforme objeto da licitação.



14) DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

Para detalhamento da solução como um todo, citamos o anteprojeto e memorial descritivo, uma vez que através desses documentos estão caracterizadas todas as soluções que deverão ser empregadas, bem como orientação da sistemática construtiva a ser utilizada, sequências e especificações, visando apresentar as diretrizes para elaboração dos projetos básicos e executivos e execução da obra.

15) JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO.

O **NÃO PARCELAMENTO** do objeto se justifica em razão de os serviços guardarem compatibilidade entre si, admitindo o julgamento com base em um mesmo critério e permitindo a execução por um mesmo fornecedor, restando assegurado o caráter competitivo do certame licitatório.

Licitar o objeto em parcelas se revela técnica e economicamente inviáveis, haja vista que pode acarretar prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, sendo assim, todos os serviços que compõem o objeto deverão ser adjudicados a uma única empresa.

Vale ponderar que o objeto da contratação não pode ser executado de forma concorrente e simultânea por mais de um contratado.

O agrupamento importa também em maior facilidade na gestão dos contratos e acompanhamento dos serviços técnicos posteriormente contratados.

Destarte, a obra projetada deverá ser executada na totalidade por empresa especializada na área de construção civil, não havendo possibilidade de divisão por lotes ou etapas construtivas distintas, dado a natureza da obra, complexidade e especificidade dos serviços, os quais possuem interdependência entre si.

16) DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS.

A construção do Centro de Atenção Psicossocial Infanto Juvenil – CAPS i, no bairro São Marcos, Aracruz/ES permitirá que esse implemento público exerça papel estratégico como articulador da rede de atenção psicossocial, favorecendo o manejo compartilhado com a Atenção Primária à Saúde para casos de menor complexidade e articulando com os níveis secundário e terciário quando houver necessidade de atenção



hospitalar ou serviços especializados de alta complexidade.

A modalidade de contratação integrada

17) PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.

Disponibilizar a área livre de qualquer impedimento e a dotação orçamentária/empe-
nhos para cumprimento das obrigações financeiras assumidas.

18) CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES.

Não há necessidade de contratações interdependentes ao objeto ao qual se trata este
ETP.

19) DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS

MEDIDAS MITIGADORAS.

As especificações de controle de impactos ambiental estabelecem um conjunto de
boas práticas de engenharia a serem adotadas na execução dos serviços e atividades
de obra, e abrangem os meios físicos, solo, ar e água, biótico, flora e fauna e socioe-
conômico, população de entorno e funcionários, visando a prevenção e redução dos
impactos socioambientais negativos.

Dentre diversos outros, podemos citar como principais impactos os seguintes:

- 1- Geração de Resíduos de Construção Civil – RCC;
- 2- Supressão de árvores;
- 3- Movimentação de tráfego viário.

19.1 GERAÇÃO DE RUÍDOS

Medidas de controle:

- Evitar a operação de máquinas e equipamentos em horários de repouso, principal-
mente em áreas habitadas;
- Realizar manutenção periódica de equipamentos e máquinas, de forma a minimizar
ao máximo a emissão ruídos;
- Utilização de equipamento para estrita finalidade da execução do objeto contratado.



19.2 EMISSÕES ATMOSFÉRICAS

Medidas de Controle:

- Realizar as manutenções periódicas das condições mecânicas das máquinas, equipamentos e veículos das obras, ou sempre que constatados níveis excessivos de fumaça preta;
- O controle do nível de poeira em suspensão nas frentes de obra em solo exposto e em caminhos de serviço sem pavimentar, deve ser realizado pela umectação do solo com caminhão pipa com a periodicidade necessária;
- Controle de velocidade dos veículos em áreas não pavimentadas.
- Os serviços de supressão somente serão iniciados por ocasião da emissão da Autorização específica de corte de árvores emitida pela Secretaria de Meio Ambiente do município de Aracruz, sendo a empresa a responsável pela solicitação desta autorização;
- A remoção da vegetação deverá ser executada mediante a utilização de equipamentos adequados, complementados com serviços manuais, necessitando, portanto, da implementação das medidas de segurança aos trabalhadores;
- O material lenhoso gerado pelo corte das árvores isoladas deverá ser estocado em pilhas ou leiras, em locais onde não representem riscos de acidentes com trabalhadores e terceiros. Esse material poderá ser doado mediante termo, reaproveitado na obra ou, em último caso, encaminhado a área devidamente licenciada e definida pela contratante. Em hipótese nenhuma se deve proceder à queima do material vegetal gerado nessas operações;
- Cuidados especiais devem ser previstos quanto a redes elétricas ou telefônicas e ao trânsito local;

19.3 RESÍDUOS SÓLIDOS

Entre diversas atividades produtivas, o setor de construção civil é um dos que mais geram resíduos. Isso, muitas vezes, está relacionado à falta de processos adequados e aos materiais disponibilizados para cada serviço. Um melhor gerenciamento nesse quesito, além de representar um ganho para o meio ambiente, também gera economia



na execução dos serviços.

Medidas de Controle:

- Uma das maneiras para reduzir a geração dos resíduos é dar aos operários apenas a quantia necessária de recursos para o seu trabalho, contando com uma porcentagem de desperdício, que sempre existirá devido a quebras e imperfeições. Além disso, o uso de materiais reutilizáveis, como escoras metálicas em vez de um escoramento de madeira, por exemplo, é uma medida mitigadora para atenuar esses impactos ambientais gerados.

- Reduzir o uso de materiais com altos impactos ambientais causados pela construção civil.

- Reduzir os resíduos da construção com reciclagem e transformação de componentes para diminuir perdas e especificações que permitam a reutilização de materiais.

- O material gerado pelo Resíduo de Construção Civil poderá ser encaminhado à área devidamente licenciada no município ou de escolha da contratada desde que seja devidamente legalizada.

- As áreas de vivência devem ser mantidas em perfeito estado de conservação, higiene e limpeza;

- Utilização de Equipamentos de Proteção Individual - EPIs e Equipamentos de Proteção Coletivos- EPCs adequados ao risco da atividade desempenhada pelos trabalhadores;

- Aplicar medidas de segurança para atividades da operação com máquinas, veículos e equipamentos, tais como:

a) Não dirigir em velocidade excessiva;

b) Não conduzir caminhões basculantes com a caçamba levantada;

c) Equipar carros e caminhões com alertas sonoros de manobra;

d) Não permitir que pessoas viagem dentro da caçamba ou na parte externa de qualquer tipo de equipamento;

e) Inspecionar periodicamente o sistema de travamento das caçambas de modo





impedir acidentes decorrentes de uma provável abertura das mesmas;

f) Supor sempre que o operador de um equipamento não pode ver as pessoas ao redor ou nas proximidades da máquina;

g) Manter atenção constante ao fluxo de pessoas ao redor de máquinas em operação;

h) Somente os trabalhadores, em número estritamente indispensável para proceder ao corte, deverão permanecer dentro de um raio igual à altura da árvore

20) POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA.

Assim, os estudos preliminares indicam que esta forma de contratação é perfeitamente viável e que maximiza a probabilidade do alcance dos resultados pretendidos.

Diante do exposto, estes servidores afirmam ser viável a contratação da solução definida, com base neste Estudo Técnico Preliminar.

Elaborado por:

Ana Paula Baiôcco
Gerente de Fiscalização e Medições
Decreto nº 48.394/2025



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3700360037003500380033003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **ANA PAULA BAIocco** em 11/06/2025 17:59

Checksum: **2FCBC97665DD1E2E76EA294D5502E9042BEF834B94DC31DF429DB1A0BC2F611A**



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ÓRGÃO REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Saúde

SETOR REQUISITANTE: Subsecretaria de Atenção Especializada

1. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para elaboração dos projetos básicos e executivos de arquitetura e engenharia e execução da obra de construção do Centro de Atenção Psicossocial Infanto Juvenil – CAPS i, localizado na Rua Flor do Campo com as ruas Prímola, Hortência e Flor de Maio, no bairro São Marcos, Aracruz/ES.

2. MODALIDADE, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E FORMA DE EXECUÇÃO

A modalidade a ser empregada será **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**

Regime de Execução: **Contratação Integrada**

Modo de Disputa: **Aberto**

O julgamento das propostas será pelo critério de **MENOR PREÇO**, nos termos do art. 33, I, da Lei 14.133/2021, com observância do art. 59, §4º e 5º, da Lei 14.133/2021.

3. OBJETIVOS/ JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Em atendimento às demandas da Secretária de Saúde de Aracruz, entre outras ações de investimentos, é necessária a **contratação de empresa para a elaboração de projetos básicos e executivos de arquitetura e engenharia e execução da obra de construção do Centro de Atenção Psicossocial Infanto Juvenil – CAPS i, localizado na Rua Flor do Campo com as ruas Prímola, Hortência e Flor de Maio, no bairro São Marcos, Aracruz/ES.**

Até o ano de 2024, o município de Aracruz, mesmo com uma população estimada em mais de 100 mil habitantes, dispunha apenas de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS II), ainda não habilitado pelo Ministério da Saúde. Essa limitação impõe sérios



desafios à rede municipal de saúde mental, especialmente no tocante ao atendimento especializado voltado ao público infantojuvenil.

Observava-se, portanto, um importante vazio assistencial no campo da saúde mental de crianças e adolescentes. O crescimento contínuo do número de usuários dessa faixa etária acompanhados pela rede municipal, com diagnósticos de transtornos mentais leves, moderados e graves, somado à crescente demanda por atendimento relacionado ao uso abusivo de álcool e outras drogas por adolescentes, evidenciou a urgência da ampliação e qualificação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), por meio da implantação de um CAPS Infantil (CAPS i) no território.

Esse cenário foi agravado significativamente pelos eventos trágicos ocorridos em novembro de 2022, quando o município foi palco de um atentado violento em duas escolas, resultando em óbitos de crianças, adolescentes e professores. Tal episódio de violência impactou profundamente a saúde mental da população, especialmente de estudantes, profissionais da educação, familiares e trabalhadores da saúde, gerando uma demanda extraordinária e contínua por acolhimento psicossocial especializado para o público infantojuvenil, com foco na superação dos traumas psíquicos vivenciados.

Diante desse contexto, o município estruturou uma proposta voltada à construção de um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPS i), com o objetivo de assegurar um cuidado integral, contínuo, multiprofissional e intersetorial à saúde mental de crianças e adolescentes, conforme estabelecido na Política Nacional de Saúde Mental, na Portaria GM/MS nº 336/2002, e nos princípios da RAPS.

O serviço atuará como principal dispositivo de cuidado para o público infantojuvenil em sofrimento psíquico intenso, decorrente de transtornos mentais severos e persistentes, inclusive aqueles associados ao uso prejudicial de álcool e outras drogas, além de outras condições clínicas que comprometem a construção de vínculos sociais e o desenvolvimento de projetos de vida.

Além disso, o “CAPS i” exercerá papel estratégico como articulador da rede de atenção psicossocial, favorecendo o manejo compartilhado com a Atenção Primária à Saúde para casos de menor complexidade e articulando com os níveis secundário e



terciário quando houver necessidade de atenção hospitalar ou serviços especializados de alta complexidade.

Implantação Emergencial e Adequações Estruturais Ressalta-se que, em virtude da urgência assistencial e do monitoramento do Ministério Público Estadual, o município de Aracruz assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que determina a implantação e manutenção de um CAPSi no território. Diante disso, foi necessária a implantação emergencial do serviço em novembro de 2024, em imóvel locado, com recursos próprios municipais.

Contudo, o imóvel atualmente ocupado não atende integralmente às diretrizes físicas e assistenciais previstas nas normativas da Política Nacional de Saúde Mental, nem cumpre todos os requisitos sanitários definidos pelas Resoluções da Diretoria Colegiada da Anvisa (RDCs), apresentando limitações importantes no espaço físico para o pleno desenvolvimento das atividades terapêuticas e comunitárias.

Diante da necessidade de construir uma sede própria e definitiva, foi realizada uma análise técnica dos terrenos públicos disponíveis no município, considerando os critérios estabelecidos pelo edital de chamamento público do Novo PAC. A área escolhida para a implantação do novo CAPS Infantil foi o bairro São Marcos, localizado na região da Grande Guaxindiba, por apresentar as seguintes características:

- Alta densidade populacional, com expressiva presença de crianças e adolescentes;
- Facilidade de acesso por diversas linhas de transporte coletivo municipal, garantindo equidade no acesso ao serviço;
- Proximidade com escolas, Unidades Básicas de Saúde (UBS) e equipamentos de assistência social, favorecendo o trabalho em rede e a articulação intersetorial.

Tais características tornam a localidade de São Marcos tecnicamente adequada e socialmente estratégica para a instalação definitiva do CAPS Infantil, assegurando maior resolutividade no cuidado e melhor integração do serviço com os demais



dispositivos da saúde e proteção social.

Diante da seleção da Proposta nº 10429.2530001/24-003, esta Administração, ao analisar os espaços físicos previstos no Projeto Referencial do Ministério da Saúde – MS para o CAPS infantojuvenil, datado de 2014, identificou as condições e propôs as adequações, conforme segue:

1. No projeto original, tem apenas 02 consultórios indiferenciados e as atuais equipes lotadas no CAPS infanto juvenil são, no total, 07 de categoria multiprofissional nível superior, bem como 03 médicos. Portanto, são 10 profissionais para revezar os consultórios, razão pela qual considerou-se importante adaptar os espaços disponíveis, a fim de aumentar o número de 02 consultórios indiferenciados para, no mínimo, 06 consultórios.
2. A adaptação de uma recepção no espaço de acolhimento, a fim de facilitar a comunicação dos pacientes que adentram no estabelecimento.
3. A cobertura da área interna, antes destinada ao jardim de convivência, justificando as dificuldades de manter uma área aberta em meio ao estabelecimento de saúde, desde as questões envolvendo manutenção predial, bem como para o melhor aproveitamento do espaço para uso de oficinas e convivência em área coberta.
4. A redução do espaço da cozinha e refeitórios, uma vez que no local não teremos manipulação de alimentos, tendo em vista que a alimentação, refeições e lanches são fornecidos por prestador de serviços já preparados.
5. Adequação do espaço físico às normas de acessibilidade.

Assim, foi elaborado anteprojeto contemplando as adequações elencadas acima, sendo esse, juntamente com os demais documentos técnicos, base para o processo de contratação.

Conclui-se que a necessidade de construção de um Centro de Atenção Psicossocial no Município de Aracruz/ES é fundamentada pela urgência em ampliar e qualificar a oferta de cuidados especializados em saúde mental, garantindo a universalidade, equidade e integralidade preconizadas pelo Sistema Único de Saúde. A implantação



dessa unidade não apenas atenderá às demandas imediatas da população, mas também permitirá a construção de redes de apoio comunitário mais sólidas e a superação de estigmas relacionados à saúde mental. Esse investimento é indispensável para fortalecer a RAPS e assegurar o direito à saúde mental como um pilar essencial da dignidade humana.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A descrição da solução foi extraída do ETP, baseando-se também no anteprojeto e memorial descritivo, uma vez que através desses documentos estão caracterizadas todas as soluções que deverão ser empregadas, bem como orientação da sistemática construtiva a ser utilizada, sequências e especificações, visando apresentar as diretrizes para elaboração dos projetos básicos e executivos e execução da obra.

5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

A Contratada deverá elaborar os projetos básicos e executivos com base no anteprojeto apresentado e obedecendo, rigorosamente, às diretrizes contidas no memorial descritivo e executar as obras conforme especificações contidas nesses documentos, empregando exclusivamente materiais de primeira qualidade e adotando soluções que atendam aos critérios de solidez, segurança e durabilidade neles contidas.

O material técnico disponibilizado foi desenvolvido de forma a fornecer visão global da obra e serviços, identificando o programa de necessidades, estética do projeto arquitetônico, propostas de concepção da obra, topografia do terreno, características do solo, elementos da edificação, componentes construtivos e materiais, estabelecendo padrões mínimos para a contratação.

A definição da totalidade dos elementos constitutivos, com apresentação das soluções técnicas detalhadas e compatibilizadas será objeto da empresa Contratada durante a elaboração dos projetos básicos e executivos.



6. CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

A Contratada obriga-se a manter a disposição da contratante, profissional habilitado para execução e acompanhamento dos serviços ora solicitados, o qual deverá emitir ART – Anotação de Responsabilidade Técnica ou RRT – Registro de Responsabilidade Técnica, pela execução dos serviços.

Poderá a SEMOB, a seu critério, exigir a demolição e reconstrução de qualquer parte dos serviços, caso estes tenham sido executados com imperícia técnica ou em desacordo com o Projeto, Norma e Especificações Técnicas.

Todos os serviços realizados pela Contratada deverão ser listados formalmente em um Boletim de Ocorrência, ou Diário de Obra, onde constem, no mínimo, as seguintes informações:

- Data do serviço;
- Dia da Semana;
- Serviço Realizado;
- Pendências;
- Justificativa das Pendências.

Este documento deverá estar assinado pelo Responsável Técnico pela execução dos serviços e, em concordância, pela fiscalização da obra.

O Diário de Obra ou Boletim de Ocorrência deverá conter espaço, para comentários/justificativas, pelo executor dos serviços e outro para a fiscalização da obra.

A Contratada será responsável pela vigilância no local da execução da obra.

Durante a execução da obra, a CONTRATADA deverá sempre preservar a limpeza e a organização sobre todos os aspectos. A obra deverá ser entregue livre de empecilhos de qualquer natureza, que possa prejudicar, ainda que minimamente, a sua funcionalidade.

Os entulhos, restos de materiais e outros equipamentos pertinentes à execução dos serviços deverão ser totalmente removidos no término dos mesmos, e gerenciados



em conformidade com o disposto no art. 10 da Resolução CONAMA 307/2002.

Os materiais empregados na obra, a serem fornecidos pela CONTRATADA, serão previamente submetidos à fiscalização para exame e aprovação e deverão ser comprovadamente de boa qualidade.

A mão de obra a ser utilizada deverá ser com pessoal tecnicamente capaz e conhecedor de suas funções, objetivando-se com isso, obter o melhor resultado possível.

Os serviços a serem executados compreendem a elaboração dos projetos básicos e executivos compatibilizados, conforme anteprojeto (Anexo I-G) e memorial descritivo (Anexo I-H) fornecidos, bem como a execução de todos os serviços descritos no último, que permitirão o pleno uso da edificação, envolvendo, mas não se limitando a:

- Execução das instalações de uso provisório (canteiro de obras, tapumes, placa de obra, etc) no início dos serviços;
- Execução da limpeza do terreno e movimentação de terra, conforme projetos a serem elaborados pela CONTRATADA e aprovados pela FISCALIZAÇÃO;
- Execução dos serviços necessários às obras civis como: fundações/infraestrutura, superestrutura, contenções alvenaria de vedação, muro externo, gradis, portões, cobertura, revestimentos e acabamentos de pisos e paredes, pintura, forros, impermeabilizações, pavimentações, esquadrias, louças e metais, bancadas, entre outros necessários ao pleno funcionamento da edificação.
- Execução de instalações elétricas de baixa tensão;
- Execução das instalações hidrossanitárias (água e esgoto) e de drenagem pluvial;
- Execução das instalações de cabeamento estruturado, inclusive com fornecimento de todos os equipamentos necessários ao pleno funcionamento do sistema;
- Execução do sistema de segurança eletrônica (Alarme e CFTV), inclusive com



fornecimento de todos os equipamentos necessários ao pleno funcionamento do sistema;

- Execução do sistema de proteção e combate a incêndio com fornecimento e instalação dos equipamentos fixos necessários ao pleno funcionamento do sistema;
- Execução do sistema de climatização, ventilação e exaustão mecânica, fornecimento e instalação de todos os equipamentos necessários ao pleno funcionamento do sistema;
- Execução de paisagismo;
- Fornecimento e instalação de elementos compõem a comunicação visual, inclusive com descrição em braile.

Os serviços deverão ser prestados de forma ininterrupta nos dias úteis, devendo se necessário, e autorizado previamente pela Secretaria Municipal de Obras, ser estendido ao horário noturno ou em feriados e finais de semana.

Máquinas e equipamentos deverão estar devidamente identificados.

Os serviços para execução da obra, poderão a critério da SEMOB, ser deslocados para outros horários, (noturno ou dias não úteis) caso sua realização possa acarretar prejuízos ao normal desenvolvimento dos trabalhos ou impossibilitar as atividades de atendimento aos moradores locais.

Para a fiel execução dos serviços ora licitados deverão ser atendidas as recomendações técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quanto à qualidade dos materiais e mão-de-obra empregados na execução dos serviços.

Caberá a empresa CONTRATADA responsabilidade integral por todos os serviços, durante o prazo previsto em lei, a contar da data de entrega definitiva da obra.

Excluir-se-ão da presente responsabilidade, defeitos, estragos, quebras ou falhas provocadas decorrentes do mau uso das instalações em questão.

Não será permitido o início das diversas etapas sem serem observadas as recomendações previstas na legislação vigente.





A CONTRATADA deverá fornecer aos seus empregados e subcontratados (se houver) uniformes, bem como todos os equipamentos de proteção individual e coletiva, necessários à execução dos serviços, de acordo com as leis, normas e portarias que regulam a segurança do trabalho, responsabilizando-se pela efetiva utilização dos mesmos.

No ato da emissão da Ordem de Serviço, a SEMOB, a empresa prestadora de serviços técnicos profissionais especializados – assessoria técnica – e a empresa vencedora do Certame analisarão em conjunto o Eventograma do Contrato, objetivando a aplicação das melhores práticas no âmbito da engenharia. Contudo, caso ocorra algum fato ou acontecimento que a empresa CONTRATADA suscite e justifique a alteração/ adequação do Eventograma, as partes envolvidas deverão tratar o caso no intuito de dar a solução mais vantajosa e eficiente para a Administração, sem alterar o prazo de execução e vigência contratual.

As eventuais modificações nos projetos que serão elaborados pela CONTRATADA, após aprovados pela FISCALIZAÇÃO, ou substituições dos materiais especificados, poderão ser aceitas desde que solicitadas por escrito, com explicações muito bem embasadas pela CONTRATADA e sua aprovação dependerá de análise por parte da FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE.

Todos os serviços contratados só serão recebidos, após devidamente atestados por técnicos e/ou engenheiros da contratada na presença da FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá garantir que serão prontamente reparadas e substituídas, à sua própria custa, todas as partes que acusarem defeito ou quaisquer anormalidades durante o período de garantia.

Os serviços, materiais e transportes necessários à correção de anormalidades, apresentados dentro do prazo de garantia, correrão por conta da CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá responder, ressalvadas as hipóteses legais de caso fortuito ou de força maior, por todo e qualquer prejuízo que, em decorrência da execução deste objeto, for causado aos imóveis, mobiliários, equipamentos e demais pertences da CONTRATANTE, ficando certo que os prejuízos eventualmente causados serão



ressarcidos à CONTRATANTE.

7. VALOR ESTIMADO DA REFERIDA CONTRATAÇÃO

O valor máximo estimado da referida contratação é R\$ 4.335.920,72 (quatro milhões, trezentos e trinta e cinco mil, novecentos e vinte reais e setenta e dois centavos).

O valor de referência definido para elaboração dos projetos e execução da obra foi obtido a partir da elaboração de orçamento sintético, tendo sido realizados levantamentos de quantitativos de serviços para os itens definidos na etapa de anteprojeto e estimativas paramétricas para os demais, tendo como base licitações de objetos semelhantes. A estimativa dos valores dos serviços foi obtida a partir das bases referenciais de preços do SINAPI, LABOR, composições próprias de outros processos licitatórios realizados pela PMA, além de composições de outras bases referenciais de preços e de outras licitações de CAPS i que também utilizaram como base o projeto referencial do Novo PAC.

O orçamento é não sigiloso e o seu resumo está sendo apresentado para fins de balizamento da proposta de preços, considerando valores em moeda corrente nacional, incluindo todas as despesas diretas e indiretas, riscos, serviços preliminares e administração da obra, necessárias à plena elaboração e desenvolvimento dos projetos básicos e executivos e da execução das obras, conforme objeto da licitação.

Também está sendo apresentado o eventograma dos pagamentos, que prevê o pagamento do valor global contratado por conclusão marcos/eventos.

O valor global da proposta e o valor de cada marco/evento previsto no eventograma deverão ser iguais ou inferiores ao estimado pela PMA.

8. REAJUSTES





Os preços propostos pela contratada poderão ser reajustados, após o transcurso de prazo de 01 (um) ano da data base do orçamento estimado, de acordo com as Leis Federais n.º 14.133/2021 e 10.192/2001.

a) Serviços relativos à elaboração dos projetos básicos e executivos: através do Índice Nacional de Custos da Construção – INCC – Coluna 39 (Consultoria) – Fundação Getúlio Vargas, desde que comprovado o seu desequilíbrio econômico-financeiro, com base nos preços referenciais, por meio da fórmula seguinte:

$$R = V \times \frac{(I - I_0)}{I_0}$$

Onde:

R = Valor do Reajustamento Procurado;

V = Valor da Obra ou Serviços Medidos a serem reajustados;

I₀ = Índice Nacional de Custos da Construção – INCC – Coluna 39 (Consultoria) – Fundação Getúlio Vargas, relativo ao mês anterior à data base do orçamento estimado;

I = Idem ao I₀, porém relativo ao mês em que completar periodicidade anual em relação ao mês anterior à data base do orçamento estimado.

b) Demais serviços: através do Índice Nacional de Custos da Construção – INCC – Coluna 35 (Edificações) – Fundação Getúlio Vargas, desde que comprovado o seu desequilíbrio econômico-financeiro, com base nos preços referenciais, por meio da fórmula seguinte:

$$R = V \times \frac{(I - I_0)}{I_0}$$

Onde:



R = Valor do Reajustamento Procurado;

V = Valor da Obra ou Serviços Medidos a serem reajustados;

Io = Índice Nacional de Custos da Construção – INCC – Coluna 35 (Edificações) – Fundação Getúlio Vargas, relativo ao mês anterior à data base do orçamento estimado;

I = Idem ao Io, porém relativo ao mês em que completar periodicidade anual em relação ao mês anterior à data base do orçamento estimado.

A data base do orçamento referencial estimado é fevereiro/2025.

Competem à Contratada a iniciativa de requerer o reajuste e o encargo do cálculo minucioso de cada reajuste a ser aprovado pela CONTRATANTE, juntando-se a respectiva discriminação dos serviços o memorial de cálculo do reajuste, e demais documentos comprobatórios do reajuste pleiteado.

Os reajustamentos de preços propostos estarão ainda sujeitos, a Leis Complementares, Medidas Provisórias e Decretos que venham regulamentar novos procedimentos em função das medidas econômicas de interesse do País.

9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta Licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Ficha: 1079

Recurso: 1.601.0000.0000 – Recurso Oriundo do Ministério da Saúde, conforme proposta nº

10429.2530001/24-003.

Nat.: 4.4.90.51.00

Classificação: 10.302.0017.1.0042

10. PRAZOS



O **prazo de vigência do contrato** fica fixado em **360 (trezentos e sessenta) dias**, contados da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), excluindo-se o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

O **prazo de execução dos serviços** fica fixado em **270 (duzentos e setenta) dias**, contados da data do recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA e de acordo com o cronograma físico financeiro, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

O contrato deverá ser divulgado, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados de sua assinatura, no Portal nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei 14.133/2021.

O prazo de vigência do contrato é superior ao de execução dos serviços para:

- a) Amparar a necessidade de acolher possíveis dilações do prazo da execução da obra, provocados por fatos alheios à vontade da contratada, sem, contudo, alterar o prazo de vigência do contrato;
- b) Propiciar tempo hábil para que sejam efetuados os pagamentos devidos;
- c) Englobar os recebimentos provisórios e definitivos.

O prazo para a assinatura do Contrato é de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da convocação para esse fim.

O prazo máximo para início dos serviços é de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço pela contratada, expedida pelo CONTRATANTE, podendo ser prorrogado até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica, conforme art.183, §2º da Lei 14.133/21.

A fiscalização fornecerá, junto com a Ordem de Serviço, todos os elementos indispensáveis ao início da execução da obra.

A contratada, julgando insuficientes os elementos fornecidos, deverá solicitar por escrito, explicações e novos dados, dentro do prazo de até 08 (oito) dias na Secretaria Municipal de Obras do Município de Aracruz. Nesse caso, o prazo de



execução será contado a partir da data de recebimento dos esclarecimentos solicitados, se os mesmos impedirem o início dos serviços.

O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado no contrato, devendo ser observado o disposto no art. 111, parágrafo único, I e II, da Lei 14.1333/2021.

Qualquer motivo de paralisação dos serviços deverá ser comunicado por escrito ao CONTRATANTE, através de carta/memorando endereçado à Secretaria Municipal de Obras, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, inclusive justificando os motivos da paralisação, que poderão ou não ser aceitos pela CONTRATANTE.

11. VISITA TÉCNICA

Para empresas interessadas em participar desta licitação, fica facultado às mesmas realizar visita técnica aos locais dos serviços para se inteirarem de todos os aspectos referentes à execução.

A visita técnica deverá ocorrer a qualquer momento, dentro do prazo entre a publicação do Edital e a apresentação da proposta, e ser agendada previamente junto a Secretaria Municipal de Obras, localizada na Avenida Morobá, nº 20 - Bairro Morobá, Aracruz/ES, ou através do telefone (27) 9.9919-3345.

As visitas serão agendadas em tempo hábil e em dias e horários distintos entre as licitantes, de forma individual, não se permitindo em nenhuma hipótese, visitas conjuntas ou concomitantes, a fim de preservar os princípios da impessoalidade, isonomia e eficiência do processo licitatório.

Os representantes das empresas que decidirem participar da visita técnica deverão comparecer munidos de documento de identificação e carta de credenciamento, conforme modelo (Anexo I-A), assinada pelo titular ou representante legal da empresa interessada, acompanhada de estatuto, contrato social ou documento equivalente comprovando que o outorgante tem poderes para conceder representação.

A visita deverá ser realizada por intermédio de representante legal da licitante.



Esta visita, necessariamente, será acompanhada por servidor da Secretaria Municipal de Obras, na data estipulada.

É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser esclarecidos, a não ser emergente necessidade identificada pela Fiscalização e Gestor do Contrato.

As dificuldades a serem dimensionadas pela contratada devem estar alinhadas com os preços propostos.

Todos os custos associados com a visita serão de inteira responsabilidade da licitante.

A empresa licitante que não participar da visita técnica não será inabilitada, contudo, não poderá alegar desconhecimento das condições da área física da referida obra ou do serviço para exigir qualquer desembolso financeiro e/ou outras reivindicações da CONTRATANTE, de acordo com o entendimento consagrado pelo Tribunal de Contas da União (Acórdãos nºs 295/2008 e 3.459/2012).

Para título de comprovação da realização de visita técnica, o licitante receberá da Secretaria Municipal de Obras, atestado de visita, que deverá ser assinado por profissional lotado na SEMOB.

12. DOS DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO

Poderão participar da presente licitação as empresas cujo objeto social seja compatível com o objeto do certame e que satisfaçam as condições deste Termo de Referência.

Não será aceita proposta apresentada por consórcio ou grupo de firmas ou qualquer outra modalidade de interdependência entre firmas licitantes, já que não se trata de obra de grande vulto, tampouco inexistente qualquer complexidade técnica especial, o que acaba por permitir a participação de um maior número de interessados.

Os documentos de habilitação serão exigidos apenas do licitante vencedor, salvo se



fase de habilitação anteceder a de julgamento, conforme art. 63, II, da Lei 14.133/2021.

Será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos moldes do art. 63, IV, da Lei 14.133/2021.

12.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações.

A documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, sendo o caso, a autorização para o exercício da atividade, conforme disposto no art. 66 da Lei 14.133/2021.

12.2 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (Cartão CNPJ), atualizada;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal (com situação ativa), relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Prova da regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, com validade na data da entrega dos envelopes;
- d) Certidão de Regularidade de Situação – CRS – perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal, com validade na data da entrega dos envelopes;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, fornecida no site eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho - TST, em atendimento a Lei 12.440/2011 e a Resolução Administrativa do TST nº 1470/2011.



12.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Conforme dispõe artigo 67, da Lei 14.133/21, serão consideradas habilitadas e qualificadas tecnicamente para a execução dos serviços referentes aos serviços em questão, as empresas que apresentarem comprovante de registro ou inscrição na entidade profissional competente (CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo, e/ou CRT - Conselho Regional dos Técnicos Industriais) – Pessoa Jurídica, válida na data da abertura da Licitação, sendo invalidado o documento que não apresentar rigorosamente a situação atualizada da empresa.

Na hipótese, da vencedora da licitação ter seu registro no Conselho Profissional de outro Estado, deverá apresentar no ato da assinatura do Contrato, o visto do seu registro no Conselho Regional/ES.

A comprovação do vínculo profissional do(s) responsável(is) técnico(s) com a licitante, deve admitir apresentação de cópia de carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como contratante, do contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio, do contrato de trabalho ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

A licitante deverá proceder com a indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos (art. 67, III, da Lei 14.133/2021).

Também, a licitante deverá preencher declaração (Anexo I-B) de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (art. 67, VI, da Lei 14.133/2021).

a) Qualificação Técnica – Profissional:

Declaração do(s) Responsável(is) Técnico(s) aceitando a sua indicação realizada pela licitante.



a.1) Comprovação de que o licitante possui em seu quadro permanente profissional devidamente reconhecido pelo CONSELHO DE CLASSE (CREA/CAU, dentre outros), de nível superior ou outro devidamente reconhecido(s), e que seja detentor de no mínimo de 01 (uma) Certidão de Acervo Técnico, pela execução de serviços de características semelhantes ao objeto da licitação para fins de contratação (art. 67, I, da Lei 14.133/2021), ou seja, obras de construção de edificações públicas ou privadas;

1) Arquiteto ou Engenheiro Civil (**dentro do limite legal de competência de atuação**) que apresente registro válido no CREA/CAU e Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA/CAU que comprove ter no mínimo 05 (cinco) anos de inscrição no respectivo conselho, bem como ter executado serviços de características semelhantes ao objeto da licitação, ou seja, obras de construção de edificações públicas ou privadas.

O profissional indicado pela licitante para fins de comprovação da capacidade técnica-profissional deverá acompanhar a execução dos serviços, admitindo-se sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

Para essa substituição, a qualificação técnica do profissional substituto deverá atender as mesmas exigências deste Termo de Referência.

O responsável técnico pela elaboração da planilha orçamentária de uma empresa, não poderá responsabilizar-se pela de outra empresa participante do certame, primando-se assim pelo sigilo das propostas.

b) Qualificação Técnica – Operacional:

b.1) A empresa deverá apresentar Atestado de Capacidade técnica, fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, comprovando a execução de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta licitação;

b.2.1) Para cumprimento do item anterior o licitante deverá comprovar a execução dos seguintes serviços:





Comprovação de que o licitante executou/prestou, sem restrição, serviço de características semelhantes ao objeto descrito, ou seja, **obra de construção de edificações públicas ou privadas com área mínima de 300 m².**

As exigências relativas à capacitação técnica aqui requeridas equivalem a 50% da área estimada de construção do objeto licitado.

A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo de 01 (um) Atestado ou Certidão de Acervo Técnico, devidamente assinado e carimbado pelo órgão ou entidade pública ou privada declarante.

Considerando que a execução do objeto envolve recursos financeiros públicos, é sempre desejável e prudente exigir experiência dos licitantes com o objetivo de minimizar os riscos de não cumprimento das obrigações no momento da execução do objeto, frustrando assim todo o procedimento e afetando negativamente a qualidade dos serviços prestados.

12.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, sendo, desta forma, necessária a apresentação da seguinte documentação, nos termos do art. 69, I e II, da Lei 14.133/2021:

- a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples ou de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação;
- b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, para as demais pessoas jurídicas;
- c) Caso a licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente certificando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar da licitação, além de cumprir todos os demais requisitos de habilitação exigidos por este Edital.
- d) Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) dos 2



(dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

d.1) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um):

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante (AC)} + \text{Realizável a Longo Prazo (RLP)}}{\text{Passivo Circulante (PC)} + \text{Passivo Não Circulante Circulante (PNC)}}$$

$$ISG = \frac{\text{Ativo Total (AT)}}{\text{Passivo Circulante (PC)} + \text{Passivo Não Circulante Circulante (PNC)}}$$

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante (AC)}}{\text{Passivo Circulante (PC)}}$$

d.2. Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (CG = Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16% do valor estimado da contratação;

A exigência do percentual de Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) foi definida com base nos marcos/eventos previstos no eventograma., correspondendo a aproximadamente dois meses de sua duração. Esse percentual tem como objetivo garantir que a licitante disponha de recursos financeiros suficientes para custear despesas de curto prazo, tais como mão de obra, materiais e encargos, especialmente nas etapas iniciais da execução, até que sejam realizados os repasses financeiros referentes às medições realizadas.

d.3. Patrimônio Líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

A exigência de patrimônio líquido equivalente e não inferior a 10% (dez por cento), se justifica pela necessidade de assegurar que os licitantes possuam estrutura financeira compatível com a execução do objeto em questão. Este tipo de empreendimento exige investimentos iniciais significativos, capacidade técnica operacional e solidez econômica para garantir a continuidade dos serviços, mesmo



diante de eventuais imprevistos.

e. Os documentos referidos acima (BP e DRE) serão os já exigíveis na forma da lei, com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao SPED ou, se a empresa não estiver obrigada ao SPED, observando a data de exigibilidade do art. 1.078, I, do Código Civil.

f. Consideram-se “já exigíveis” as Demonstrações Contábeis e o Balanço Patrimonial referentes ao exercício social imediatamente antecedente ao ano da licitação, quando a data de apresentação dos documentos de habilitação ocorrer a partir de 01 de maio (art. 1.078, I, do Código Civil), mesmo no caso de licitantes obrigados ao SPED, devendo ser desconsiderado prazo superior para transmissão das peças contábeis digitais estabelecido por atos normativos que disciplinam o citado SPED (conforme entendimento do TCU, Acórdãos 1999/2014 e 119/2016, ambos do Plenário).

g. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

h. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

i. O Demonstrativo com as memórias de cálculo de cada índice devem ser anexadas pelo licitante à documentação relativa à qualificação econômico-financeira.

j. Os valores constantes do Balanço poderão ser atualizados pelos licitantes, para a data-base do orçamento, estimado pelo Índice Geral de Preços (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas, para fins de cálculo do Patrimônio Líquido mínimo.

12.5 DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

a) Declaração de Inexistência de fato superveniente impeditivo à participação na licitação, em papel timbrado da empresa, assinada por seu representante legal;

b) Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de



16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz.

13. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O julgamento desta licitação será feito pelo critério de **MENOR PREÇO**.

Somente a melhor proposta apresentada será analisada por setor técnico competente da SEMOB, antes que seja procedido o julgamento pela Comissão de Licitação, caso se configure matéria estritamente técnica de engenharia.

O valor global da proposta e o valor de cada marco/evento previsto no eventograma deverão ser iguais ou inferiores ao estimado pela PMA.

Para a aferição de exequibilidade dos preços, conforme disposto no artigo 59, §4º, da Lei 14.133/2021, consideram-se manifestamente inexecutáveis, no caso de licitação de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores forem **inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração**.

Será exigida **garantia adicional da CONTRATADA se a proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração**, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis.

A licitante que apresentar indícios de inexecutabilidade será concedido o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentar justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecutabilidade, sob pena de desclassificação da proposta, nos moldes do art. 59, §2º da Lei 14.133/2021.

Evidenciados erros passíveis de correção, que não tenham cunho substancial, será concedido à licitante o prazo de 03 (três) dias úteis para adequação dos erros, sendo que a adequação não poderá resultar em aumento do valor global da proposta, sob pena de desclassificação da proposta.

Tanto as justificativas e comprovações, quanto as propostas reformuladas poderão ser analisadas por setor técnico competente da SEMOB, no que se refere à análise técnica de engenharia, antes que seja procedido o julgamento pela Comissão de





Licitação.

14. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão recebidos provisoriamente através do responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização, mediante Termo de Recebimento Provisório, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias úteis da comunicação escrita pelo Contratado.

A aceitação definitiva dos serviços contratados se efetuará, mediante Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes, no prazo máximo de 90 (noventa) dias úteis após a emissão do Termo de Recebimento Provisório.

O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato (art. 140, §1º, da Lei 14.133/2021).

A eventual aceitação dos serviços pela CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade de quaisquer erros, imperfeições ou vícios que eventualmente venham a se verificar posteriormente, circunstância em que as despesas de conserto ou modificação correrão por conta exclusiva da CONTRATADA.

O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias (Art. 140, §6º, da Lei 14.133/2023).

15. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

15.1. A CONTRATADA prestará, a seu critério, uma das garantias previstas no artigo 96, § 1º da Lei nº 14.133/21, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo optar por qualquer das modalidades previstas no dispositivo legal



supracitado, a saber: caução em dinheiro OU títulos da dívida pública OU seguro-garantia OU ainda fiança bancária OU título de capitalização.

15.1.1 - CAUÇÃO EM DINHEIRO OU TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA, conforme inciso I do § 1º do art. 96 da Lei 14.133/2021, com as alterações que lhe sucederam.

15.1.2 - FIANÇA BANCÁRIA conforme CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA - GARANTIA DE CUMPRIMENTO DO CONTRATO: carta de fiança fornecida por estabelecimento bancário, devidamente registrada em cartório de registro de títulos e documentos, conforme determinado pela Lei 6.015/73, art. 129, acompanhada de:

15.1.2.1 - Cópia autenticada do estatuto social do banco;

15.1.2.2 - Cópia autenticada da assembleia que elegeu a última diretoria do banco;

15.1.2.3 - Cópia autenticada do instrumento de procuração, em se tratando de procurador do banco;

15.1.2.4 - Reconhecimento de firmas das assinaturas constantes da carta de fiança.

15.1.3 - SEGURO-GARANTIA – No caso da opção pelo Seguro Garantia, o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela SUSEP a comercializar seguros, e em nome da Administração contratante, cobrindo, inclusive, os riscos de rescisão do contrato.

15.1.3.1 - A apólice terá sua validade confirmada pelo segurado por meio da consulta ao site <https://www2.susep.gov.br/safe/menumercado/regapolices/pesquisa.asp>.

15.1.3.2 - O seguro garantia deve prever o pagamento de multas contratuais e contemplar Cobertura de Ações Trabalhistas e Previdenciárias da CONTRATADA em relação à obra. O seguro-garantia deverá prever o atendimento deste edital como condição geral.

15.1.3.3 - Na modalidade seguro garantia, em caso de inadimplemento pelo contratado, a seguradora terá a obrigação de assumir a execução e concluir o objeto do contrato e, serão observadas as seguintes:

I – caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice;



II – caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

15.2 - A garantia deverá permanecer vigente durante todo o prazo de execução contratual, estendendo-se por mais 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, devendo ser renovada ou reforçada sempre que necessário, de modo a assegurar sua efetividade durante todo o período exigido.

15.2.1. A garantia de execução será liberada quando da assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO dos serviços.

15.3 - Em caso de rescisão do contrato ou de interrupção dos serviços, não será devolvida a garantia, a menos que a rescisão ou paralisação decorram de acordo entre as partes, nos termos da legislação vigente.

15.4 - Ocorrendo prorrogação de prazo ou aumento no valor contratual decorrente de acréscimos ou do reequilíbrio econômico-financeiro, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá a CONTRATADA proceder a renovação e/ou ao reforço da garantia inicial, proporcionalmente ao aumento de valor.

15.5. A garantia contratual deverá ser apresentada no prazo máximo de 1 (um) mês, contado a partir da data da homologação da licitação, e obrigatoriamente antes da assinatura do contrato.

15.5.1. Em caso de celebração de termo aditivo de prazo e/ou que implique acréscimo do valor contratual, a garantia complementar, deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado a partir da assinatura do respectivo aditivo.

15.5.2 - A inobservância do prazo fixado para apresentação ou renovação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento), o qual poderá ser glosado de pagamentos devidos.

15.5.3 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.

15.5.4 - A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado



com base nesta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia previstas em lei, sem prejuízo da manutenção da multa aplicada.

15.5.5 - Será exigida **garantia adicional da CONTRATADA se a proposta for inferior a 85%** (oitenta e cinco por cento) **do valor orçado pela Administração**, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis, devendo ser apresentada no ato da assinatura do contrato.

16. OBRIGAÇÕES DAS PARTES E SUBCONTRATADAS

16.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Alocar os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução dos serviços, pagando à CONTRATADA conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

Atestar e receber os serviços efetivamente executados, de acordo com as cláusulas deste documento.

Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

Fiscalizar, aferir, atestar e efetuar as medições dos serviços executados, bem como acompanhar e aprovar o desenvolvimento dos projetos básicos e executivos.

Exigir o fiel cumprimento do contrato, projetos, normas e especificações correspondentes pela CONTRATADA e fornecedores.

Fiscalizar a CONTRATADA na escolha dos processos construtivos a serem empregados e exigir modificação na técnica de execução, sem ônus algum, caso seja considerada inadequada.

Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.



Disponibilizar os locais onde serão executados os serviços, bem como, as condições necessárias para a sua execução.

O CONTRATANTE solicitará aos técnicos da CONTRATADA a exibição de documentação de identificação pessoal, quando estes se apresentarem para realização dos serviços abrangidos nesta contratação.

16.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obrigará-se a desenvolver os serviços objeto deste Termo de Referência sempre em regime de entendimento com a fiscalização, dispondo esta de amplos poderes para atuar no sentido do fiel cumprimento do Contrato.

A CONTRATADA deverá elaborar os projetos básicos e executivos, independentemente de sua necessidade para a execução.

Os projetos básicos e executivos contabilizados deverão ser fornecidos em sua totalidade à SEMOB/PMA. Os projetos serão desenvolvidos a partir do Anteprojeto (Anexo I-G), Levantamento topográfico (Anexo I-I) e Relatório de Sondagem (Anexo I-J), conforme diretrizes estabelecidas no Memorial Descritivo (Anexo I-H).

Cada etapa da obra somente poderá ser iniciada após a aceitação formal, por parte da SEMOB/PMA, dos projetos executivos referentes a essa etapa. Contudo, serviços iniciais como limpeza do terreno, instalação de tapumes, montagem de canteiro de obras, entre outros, independem da elaboração dos projetos executivos.

Será exigido, rigorosamente, na elaboração dos projetos e execução dos serviços, o atendimento às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, aprovadas ou recomendadas, em suas edições mais atualizadas, assim como as normas sanitárias vigentes e do Corpo de Bombeiros, as exigências do Código de Obras do município, das Companhias Concessionárias de Serviços Públicos, das normas e legislações ambientais e, de modo geral, das leis municipais, estaduais e federais pertinentes ao tema.

As aprovações na Prefeitura, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, Órgãos de Meio Ambiente e demais correlacionados, pertinentes aos projetos necessários à





execução das obras e uso das edificações, serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

O pagamento de todas as taxas relativas às aprovações dos projetos, licenças necessárias à regularização da obra, junto aos órgãos competentes, como Prefeitura Municipal, CREA, CAU, INSS dentre outros órgãos competentes e o registro do contrato nos órgãos devidos, serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, devendo os comprovantes serem encaminhados à fiscalização da SEMOB/PMA.

É obrigação da CONTRATADA obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

A empresa CONTRATADA é responsável em inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 2061, de 20 de dezembro de 2021.

A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais ou comerciais da execução do Contrato.

A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferem à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato ou restringir a regularização e o uso do serviço.

Cabe à CONTRATADA permitir e facilitar a fiscalização, em qualquer dia e hora devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados.

A empresa CONTRATADA obriga-se a manter ART – Anotação de Responsabilidade Técnica e/ou RRT – Registro de Responsabilidade Técnica, durante toda a execução do contrato.

A CONTRATADA deverá manter os locais, onde forem realizados os serviços, sinalizados e isolados do público por placas, faixas, fitas, tapume, tela dentre outros meios com o fim de evitar riscos de acidentes aos usuários locais e ao pessoal da empresa, se for o caso.



A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.

Obriga-se a CONTRATADA a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Manter Responsável técnico preposto aceito pela CONTRATANTE nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

Apresentar, juntamente com a Nota Fiscal e/ou Fatura de Serviços os documentos comprobatórios do pagamento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, FGTS e fiscais.

Destinar pessoal suficiente para o desenvolvimento dos trabalhos a serem realizados, devidamente equipados com EPI (Equipamentos de Proteção Individual) e uniformizados.

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

A CONTRATADA deverá manter mão de obra especializada, supervisão técnica e administrativa, veículos, equipamentos e ferramentas, bem como de todo material necessário à execução dos serviços demandados, atendendo a prioridade definida



no caderno de especificações, de modo a viabilizar o cumprimento dos prazos de execução, com a qualidade determinada pela CONTRATANTE.

Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

Caso a CONTRATADA não cumpra com cronograma proposto, a mesma deverá apresentar uma justificativa expondo os motivos pelo qual não cumpriu com o cronograma, e apresentar novo cronograma para que possa ser analisado.

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

Cabe ainda à CONTRATADA atender aos procedimentos para Controle Ambiental na execução do contrato.

Em caso de permissão de subcontratação, atender ao que dispõe o ITEM 17.

17. SUBCONTRATAÇÃO

Será admitida a subcontratação parcial da obra ou do serviço, se previamente aprovado pela FISCALIZAÇÃO, e que não constituem o escopo principal do objeto, restrita, contudo, ao percentual de **5% (cinco por cento)** do orçamento, devendo a empresa indicada pela licitante CONTRATADA, antes do início da realização do



serviço, apresentar a documentação que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação técnica necessária.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

A CONTRATADA apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

A CONTRATADA não poderá ceder ou subcontratar os serviços objeto deste Termo, sem prévia autorização, por escrito, da Secretaria de Obras, ressalvando-se que quando concedida a subcontratação, obriga-se a CONTRATADA a celebrar o respectivo Contrato com a inteira obediência aos termos do Contrato firmado com o CONTRATANTE e sob sua inteira responsabilidade, reservando ainda ao CONTRATANTE o direito de, a qualquer tempo, dar por terminado o subcontrato, sem que caiba à subcontratada o direito de reclamar indenização ou prejuízo de qualquer espécie.

Vale ressaltar, que as subcontratadas deverão comprovar regularidade fiscal e previdenciária e preencher os mesmos requisitos de qualificação técnica exigidos no Edital.

Será vedada, nos termos do art. 122, §3º da Lei 14.133/21, a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Não serão realizados pagamentos diretamente à subcontratadas.





18. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento do preço pactuado será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal, devendo a CONTRATADA proceder a abertura de processo eletrônico (link: <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/portal/login.aspx>) ou solicitado presencialmente junto ao Setor de Protocolo Geral da PMA, localizado na Rua Padre Luiz Parenzi, nº 710, Aracruz/ES, Centro, Aracruz/ES, encaminhando relatório de medição contendo, minimamente, eventograma com os marcos/eventos efetivamente concluídos no período de medição, evidências de sua conclusão, relatório fotográfico dos serviços executados e, se necessário memória de cálculo.

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser entregue na própria Secretaria Municipal de Obras e obrigatoriamente acompanhada da Regularidade Fiscal da CONTRATADA.

Após a análise do relatório de medição apresentado pela CONTRATADA já adequado às eventuais solicitações de ajuste e com o ateste do responsável pela fiscalização dos serviços, a CONTRATANTE autorizará a emissão da Nota Fiscal, cabendo a ela informar o valor da referida à CONTRATADA.

A aprovação da medição prévia apresentada pela CONTRATADA não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

Ocorrendo erros na apresentação dos documentos fiscais, os mesmos serão devolvidos à CONTRATADA para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova documentação, devidamente corrigida sem qualquer ônus ou correção a ser paga pelo CONTRATANTE.

Os pagamentos serão efetuados mediante apresentação dos seguintes documentos:

- a) Nota fiscal dos serviços;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do



domicílio ou sede do CONTRATADO;

d) Certidão Negativa de Débito junto à Fazenda Pública Municipal de Aracruz/ES;

e) Anotação de responsabilidade técnica (CREA) ou equivalente – 1ª Fatura;

f) Matrícula da obra junto ao INSS – 1ª Fatura;

g) Prova de recolhimento junto ao INSS e FGTS referente aos serviços cobrados, todas as faturas;

h) Prova de pagamento de pessoal referente aos serviços prestados (período);

i) GFIP - Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social;

j) Certidão Negativa de Débito do INSS e FGTS, todas as faturas;

k) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

l) Termo de recebimento provisório, última fatura.

Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas à execução de obras ou à prestação de serviços.

Considerando a necessidade de garantir maior eficiência e celeridade aos pagamentos de obras e serviços prestados a esta Municipalidade, fica **SUGERIDO** à CONTRATADA que, após o encerramento do período mensal de medição, realize a abertura dos processos de pagamento junto ao sistema eletrônico de processos, num prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

A **SUGESTÃO** do protocolo pela CONTRATADA, no período mencionado, se dá em função do tempo necessário para trâmites internos de documentação técnica realizada pela equipe de fiscalização, bem como solicitação de nota fiscal e demais documentações para envio do processo a Secretaria de Finanças, para trâmites de pagamento, visando evitar atrasos, bem como garantir o cumprimento de prazos de pagamento conforme previsão contratual.

19. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A execução do contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e



avaliação por representante da Contratante para este fim especialmente designado.

O acompanhamento e fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da obra ou do serviço e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercido por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados.

A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo do serviço e será exercida por representante da CONTRATANTE, e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, de acordo com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

A fiscalização se efetivará no local dos serviços por técnicos da Prefeitura Municipal de Aracruz/ES, previamente designados, que poderão ser assessorados por profissionais ou empresas especializadas expressamente contratadas para este fim, na forma dos arts. 117 e 140 da Lei 14.133/2021.

O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto no arts. 125 e 126 da Lei 14.133/2021.

Conforme art. 5º da Lei Municipal 4.606/2023, os gestores e fiscais de contratos, ou os respectivos substitutos, serão representantes da Administração designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

As atividades de gestão e fiscalização da execução do contrato competem ao gestor do contrato, auxiliado pela fiscalização técnica e administrativa, de acordo com as disposições do art. 15 da Lei Municipal nº 4.606/2023.

Caberá ao **GESTOR DO CONTRATO** e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- I – coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;
- II – emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, no prazo de até 1 (um) mês, contados da instrução do





requerimento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;
III – acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou dos terceiros contratados, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

IV – acompanhar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para efeito de empenho de despesa e pagamento, devendo anotar no relatório de riscos eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e pagamento da despesa;

V – manter atualizado o processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no Histórico de Gerenciamento do Contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à necessidade ou não de eventuais adequações ao contrato para que atenda a finalidade da Administração;

VI – coordenar os atos preparatórios à instrução processual e o envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos de que dispõe o inciso I do artigo 15, da Lei Municipal nº 4.606/2023;

VII – comunicar à autoridade competente, em prazo razoável, acerca do término dos contratos, para nova contratação ou prorrogação, visando à solução de continuidade;

VIII – constituir relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do artigo 174 da Lei n.º 14.133/2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração;

IX – atualizar continuamente o relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e/ou setorial;

X – emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e/ou setorial no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas,



devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

XI – diligenciar para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n.º 14.133/2021 ou pelo agente/setor com competência para tal, conforme o caso.

Caberá ao **FISCAL TÉCNICO DO CONTRATO** e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao substituto, em especial:

I – prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

II – anotar no Histórico de Gerenciamento do Contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

III – emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;

IV – informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

V – comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas;

VI – fiscalizar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na avença, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;

VII – comunicar o gestor do contrato, no prazo estabelecido nos termos no inciso VII do artigo 16, o término do contrato sob sua responsabilidade, no caso de nova contratação ou prorrogação;



VIII – participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, juntamente com o fiscal administrativo e/ou setorial, de que trata o inciso VII do art. 16;

IX - auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VII do caput do art. 16 da Lei Municipal nº 4.606/2023;

X - realizar o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 20, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

Caberá ao **FISCAL ADMINISTRATIVO DO CONTRATO** e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, do substituto, em especial:

I – prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

II – verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA;

III – examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscal, trabalhista e previdenciária e, em caso de descumprimento, observar as regras expedidas pela Administração;

IV – atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas de descumprimento das obrigações contratuais, reportando ao gestor do contrato para providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

V - participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial, conforme o disposto no inciso IX do caput do art. 16, da Lei 4.606/2023;

VI - auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso X do caput do art. 16, da Lei 4.606/2023;



VII - realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade da CONTRATADA e nem confere à CONTRATANTE a responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros por quaisquer irregularidades ou danos na execução dos serviços contratados.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

A CONTRATANTE se reserva no direito de rejeitar no todo ou em parte, os serviços ora contratados, prestados em desacordo com Edital e seus anexos, e com o contrato.

As determinações e as solicitações formuladas pelo representante da CONTRATANTE encarregado da fiscalização do Contrato deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA ou, nesta impossibilidade, justificadas por escrito, sob



pena de aplicação das medidas legais cabíveis.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei 14.133/2021, bem como do Decreto Municipal nº 43.665/2023, o contratado que:

- (a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- (b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- (c) der causa à inexecução total do contrato;
- (d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- (e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- (f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- (g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- (h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.

20.2 - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

20.2.1 - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei 14.133/2021);

20.2.2 - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei 14.133/2021);

20.2.3 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156,



§ 5º, da Lei 14.133/2021);

20.2.4 - Multas (art. 156, II, e § 3º, da Lei 14.133/2021), observados os seguintes parâmetros:

20.2.4.1 - Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia útil de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

20.2.4.2 - Multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento), incidente sobre o valor do contrato, para a infração descrita na alínea “a” do subitem 15.2;

20.2.4.3 - Multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor do contrato, para as infrações descritas nas alíneas “b”, e “d” a “h” do subitem 15.2;

20.3.4.4 - Multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato, para a inexecução total do contrato, descrita na alínea “c” do subitem 15.2;

20.3 - Eventuais multas por atraso na apresentação, suplementação ou reposição da garantia estão previstas na cláusula de garantia, aplicando as disposições da presente cláusula subsidiariamente.

20.4 - Em caso de reincidência, as multas serão aplicadas novamente, mas o valor total das multas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

20.5 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

20.6 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, § 7º, da Lei 14.133/2021.

20.7 - Na aplicação das sanções serão considerados:

(a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

(b) as peculiaridades do caso concreto;

(c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;





(d) os danos que dela provierem para o Contratante;

(e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.8 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o eventograma de execução do contrato.

20.9 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no Decreto Municipal nº 43.665/2023 e caput e parágrafos do art. 158 da Lei 14.133/2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, assim como as seguintes regras:

20.9.1 - Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a Administração deverá notificar o contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

20.9.2 - A notificação deverá ocorrer pessoalmente, eletronicamente, com confirmação de recebimento, ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

20.9.3 - O prazo para apresentação de defesa prévia será de 15 (quinze) dias úteis e serão contados na forma do art. 183 da Lei 14.133/2021;

20.9.4 - O contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

20.9.5 - Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a Administração proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso, que deverá ser exercido nos



termos da Lei 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 43.665/2023;

20.10 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 43.665/2023 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Legislação

20.11 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

20.12 - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

20.13 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei 14.133/2021.

20.14 - Os débitos relativos a multas moratória e compensatória e as indenizações cabíveis poderão ser descontados dos valores devidos pela Administração ao contratado e, se insuficientes, a diferença poderá ser descontada da garantia prestada ou ser objeto de cobrança judicial.

20.14.1 - Os débitos do contratado para com a Administração contratante poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos decorrentes de outros contratos administrativos que o contratado possua com o Município de Aracruz.





20.15 - Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 43.665/2023.

21. DISPOSIÇÕES GERAIS

Após elaboração dos projetos básicos a Contratada deverá apresentar planilha orçamentária com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

Para maior agilidade na análise dos documentos do arquivo digital, os itens constantes na planilha devem ser apresentados na mesma ordem disposta por essa Prefeitura e cada um dos documentos devem ser apresentados em dois formatos: PDF e em planilha editável, com todos os valores contendo no máximo 02 (duas) casas decimais, devendo a CONTRATADA, para elaboração das composições de custos, adotar como referência o Anexo VI.

Aracruz, 11 de junho de 2025.

Elaborado por:

Ana Paula Baiôcco
Gerente de Fiscalização e Medições
Decreto nº 48.394/2025





ANEXO I-A

CREDENCIAMENTO PARA VISITA TÉCNICA

(Local e data)

À

Secretaria Municipal de Obras
Aracruz/ES.

Prezados Senhores:

Apresentamos o(a) Senhor(a)
documento de identificação nº, profissão.....
..... para representar esta empresa na realização da Visita
Técnica do Edital de Concorrência Pública nº., tendo como objeto a
....., na data de
..... àshoras.

Atenciosamente,

(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)

(NOME DA EMPRESA)

(ENDEREÇO, SE INEXISTENTE NO PAPEL IMPRESSO)





ANEXO I-B

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS LOCAIS E CONDIÇÕES
CONCORRÊNCIA Nº _____/2024**

A empresa _____ (razão social da
licitante), inscrita no CNPJ sob o nº _____, por
intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a)
_____, portador do RG
Nº _____, CPF nº _____, declaro
que temos pleno conhecimento dos locais e das condições em que deverá ser
executada a obra/servido de _____, conforme estipulado no
edital de CONCORRÊNCIA Nº _____/2023, reconhecendo ainda que tal
circunstância retira-nos a possibilidade de qualquer alegação futura de necessidade
de adequação de objeto e/ou recomposição (reequilíbrio, revisão ou repactuação) de
preços quanto ao aqui declarado.

(local e data)

Razão Social do Licitante

Nome/Assinatura de seu Representante

CPF nº:.....

Carimbo CNPJ





ANEXO I-C

**DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E
PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

CONCORRÊNCIA Nº _____/2024

A empresa _____ (razão social da
licitante), inscrita no CNPJ sob o nº _____, por
intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a) _____,
portador do RG Nº _____, CPF nº _____,
em cumprimento ao disposto no inciso IV do caput do artigo 63 da Lei federal
14.133/21, **declara expressamente**, sob as penas da Lei, que **cumpr** **as**
exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado
da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

(local e data)

Razão Social do Licitante

Nome/Assinatura de seu Representante

CPF nº.:.....

Carimbo CNPJ





ANEXO I-D

**DECLARAÇÃO DE QUE AS PROPOSTAS ECONÔMICAS COMPREENDEM A
INTEGRALIDADE DOS CUSTOS DOS DIREITOS TRABALHISTA**

CONCORRÊNCIA Nº _____/2025

A empresa _____ (razão social da
licitante), inscrita no CNPJ sob o nº _____, por
intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a) _____,
portador do RG Nº _____, CPF nº _____,
em cumprimento ao disposto ao §1ª do artigo 63 da Lei federal 14.133/21, **declara
expressamente**, sob as penas da Lei, que suas propostas econômicas
compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas
assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais,
nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta
vigentes na data de entrega das propostas.

(local e data)

Razão Social do Licitante

Nome/Assinatura de seu Representante

CPF nº:.....

Carimbo CNPJ





ANEXO I-E

**DECLARAÇÃO PARA LICITANTE QUE OPTOU PELA NÃO REALIZAÇÃO DE
VISITA TÉCNICA**

CONCORRÊNCIA Nº _____/2024

A empresa _____ (razão social da
licitante), inscrita no CNPJ sob o nº _____, por
intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a) _____,
portador do RG Nº _____, CPF nº _____,

DECLARA que decidiu **NÃO REALIZAR A VISITA TÉCNICA** facultativa com a finalidade
de conhecer e verificar a obra/serviço que será assumido pela futura Contratada, com o
objetivo de permitir a verificação das condições locais, para avaliação própria da
quantidade e natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à realização
do objeto contrato, forma e condições de suprimento, meios de acesso ao local e
obtenção de quaisquer outros dados que julgarem necessários para a adequada
prestação do serviço concedido.

DECLARA, ainda, possuir ciência da possibilidade de realizar a VISITA TÉCNICA e
tomar conhecimento de todas as circunstâncias materiais que permeiam a prestação dos
serviços descritos nos documentos técnicos e Termo de Referência, tendo
conhecimento, também, que não poderá alegar desconhecimento das condições da área
física da referida obra ou do serviço para exigir qualquer desembolso financeiro e/ou
outras reivindicações da CONTRATANTE.

(local e data)

Razão Social do Licitante

Nome/Assinatura de seu Representante

CPF nº.:.....

Carimbo CNPJ





ANEXO I-F

MODELO - COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DO PREÇO UNITÁRIO					
SERVIÇO:					UNIDADE:
A - Mão de Obra					
Item	Discriminação	Unidade	Preço por Unidade	Coeficiente	Custo
A - Custo Total de Mão de Obra:					
B - Equipamentos					
Item	Discriminação	Unidade	Preço por Unidade	Coeficiente	Custo
B - Custo Total de Equipamentos:					
C - Materiais					
Item	Discriminação	Unidade	Preço por Unidade	Coeficiente	Custo
C - Custo Total de Materiais:					
D - Outros					
Item	Discriminação	Unidade	Preço por Unidade	Coeficiente	Custo
D - Custo Total de Outros:					
Resumo da Composição do Custo Unitário					
Item	Descrição	Custo			
A	Mão de Obra	[transportar subtotal A]			
A1	Encargos Sociais				
B	Equipamentos	[transportar subtotal B]			
C	Materiais	[transportar subtotal C]			
D	Outros	[transportar subtotal D]			
	BDI				
		Preço Unitário:			

Observações:

1) Deverão ser apresentadas as composições detalhadas dos Encargos Sociais e BDI, em percentual.

2) Nos custos deverão estar incluídos transportes, materiais de segurança, alimentação, se for o caso, etc.

* Esta planilha é exemplificativa e não exaustiva, podendo cada licitante, elaborar sua própria planilha, desde que dela conste todos os custos considerados na composição de seu preço, observando-se o modelo proposto, de forma a padronizar a apresentação



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

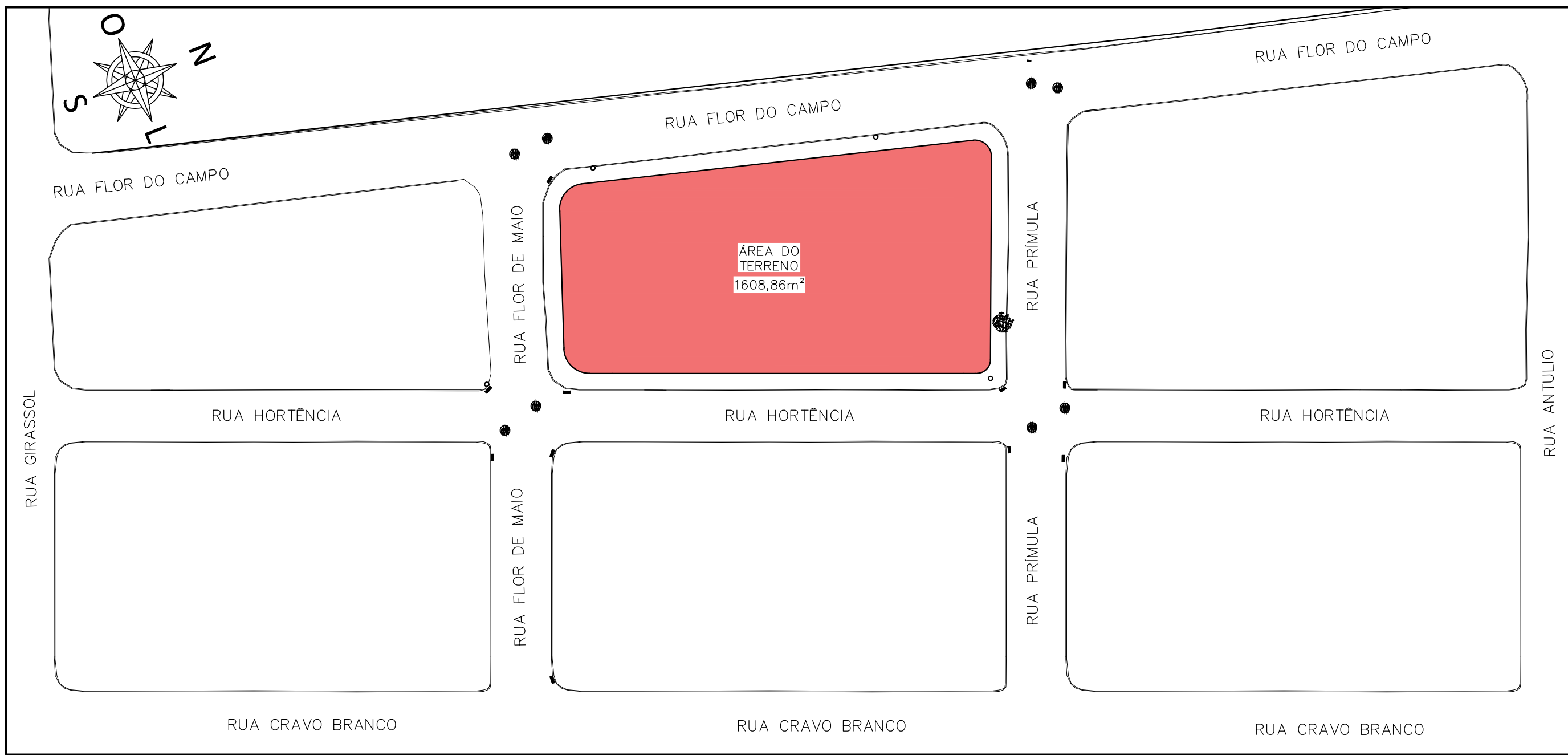
O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3700360037003500380035003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **ANA PAULA BAIOTTO** em 11/06/2025 17:59

Checksum: **4CF255FDA0E8DCBA2CA14E22C353B9DA0FF37AF2E4AE15D194E12728AE32896E**



ANEXO I – G ANTEPROJETO



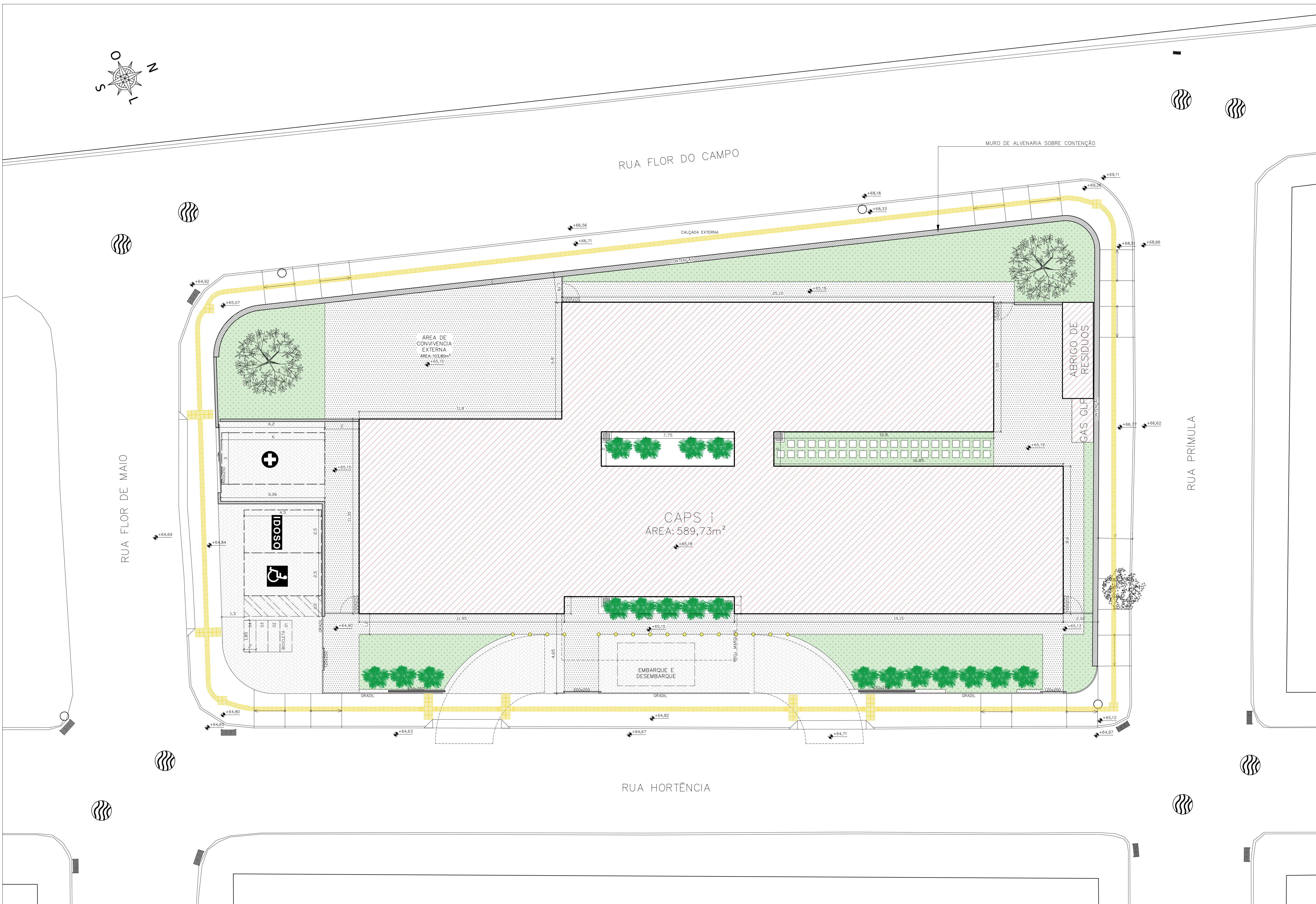
PLANTA DE SITUAÇÃO
ESC: 1/200

QUADRO DE ÁREAS	
TERRENO	1608,86 M²
EDIFICAÇÃO	589,73 M²
GÁS GLP	3,20 M²
ABRIGO DE RESÍDUOS	10,08 M²
ÁREA PERMEÁVEL	225,24 M²

LEGENDA	
REPR.	DESCRIÇÃO.
	ÁRVORE EXISTENTE A MANTER
	AROEIRA SALSA (Shinus Molle)
	PALMEIRA FENIX A PLANTAR
	PISO PERMEÁVEL EM GRAMA ESPERALDA ÁREA = 225,24m²
	PISO EM BLOCO PRE-MOLDADO CONCRETO INTERTRAVADO, 10x20cm COR NATURAL, ESP: 8cm, RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO MÍNIMA DE 20MPa, ASSENTADOS SOBRE COLCHÃO DE PÓ DE PEDRA, ESP: 10cm
	PISO EM CIMENTADO CAMBADO A SER EXECUTADO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E ÁREA NO BACIO 1:3 ESP: 1,5cm E LUSTRO DE CONCRETO COM BOM E CORTESIA, INCLUSIVE PREPARO DE CAVA
	PISO CIMENTADO CAMBADO, ANTI-DESMORTEM, EXECUTADO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E ÁREA NO BACIO 1:3 COLORIDO COM PIGMENTO TIPO MARFIM, COR ÚNICA, ESCUDO (RESISTÊNCIA DE CUM NOVOPRO PISO DICA 41), ESP: 3cm, EXECUTADO SOBRE LASTRO DE CONCRETO RUA, JANTA, SECA A CADA 15CM (DETALHE CALÇADA)
	PISO PROTECTOR DE ALTA EM LUSTRO HIDRÁULICO 200x20x2cm, BPS, PONTILHADO COM AMARELO COM REFORÇO DE FIBRA DE CARBONO, COR ÚNICA, ARGAMASSA DE CIMENTO NATURAL, ASSENTADO COM PASTA DE CIMENTO COLANTE, SOBRE LASTRO DE CONCRETO
	PISO PROTECTOR DIRECIONAL EM LUSTRO HIDRÁULICO 200x20x2cm, BPS, PONTILHADO COM AMARELO COM REFORÇO DE FIBRA DE CARBONO, COR ÚNICA, ARGAMASSA DE CIMENTO NATURAL, ASSENTADO COM PASTA DE CIMENTO COLANTE, SOBRE LASTRO DE CONCRETO
	MEDIO-FIO DE CONCRETO PRE-MOLDADO ESP: 10cm ACABAMENTO NATURAL, COM PINTURA A BASE DE CAL
	A CONSTRUIR

OBSERVAÇÕES:

- 1 - TODOS OS MEIOS DE EXISTENTE DEVERÃO SER RETIRADOS E INSTALADOS NOVOS MEIOS DE EXISTENTE DEVIDO AO PROJETO E DESEMPENHO.
- 2 - AS DEMARCAÇÕES DE VAGAS DO ESTACIONAMENTO, DEVERÃO SER PINTADAS COM TINTA A BASE DEPISTOLADA, OU EQUIVALENTE, NA COR BRANCA, EM FAVAS COM LARGURA DE 10CM, INCLUSIVE OS SÍMBOLOS DAS VAGAS DE AMBULÂNCIA, IDOSO E DEFICIENTE FÍSICO NAS CORES INDICADAS NOS DESENHOS.
- 3 - TODOS OS CHAPIS DE MURO E MURETA SERÃO EM GRANITO CINZA POLIDO ESP: 2CM COM PINGUELA.
- 4 - TODOS OS PORTÕES, GRADIS SERÃO EM GRADIL NYLONFORN.



PLANTA DE IMPLANTAÇÃO
ESC: 1/100

NOTA:

- 1 - ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTO-JUVENIL (CAPS) DE 603,07M² EM TERRENO COM 1.608,86M².
- 2 - DEVE SER DESENVOLVIDO PROJETO EXECUTIVO DETALHADO, CONSIDERANDO OS ACESSOS PRINCIPAIS, AS CONDIÇÕES DO TERRENO E AS CONDIÇÕES DE INSTALAÇÃO E VENTOS PREDOMINANTES PARA FAVORECER AS ESTRATÉGIAS PASSIVAS DE CONFORTO AMBIENTAL.
- 3 - A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE ATENDER AS NORMAS DE ACESSIBILIDADE NBR 9069 E DEMAS NORMAS, CÓDIGOS E POSTURAS EDILÍCIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ.
- 4 - DEVERÁ SER SEGUIDO O PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO DESENVOLVIDO POR PROFISSIONAL DEVIDAMENTE HABILITADO, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES, GARANTINDO AS CONDIÇÕES DE CONFORTO E SALUBRIDADE DA EDIFICAÇÃO, TODOS OS AMBIENTES QUE NÃO POSSUÍR ANELAS TERÃO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO ARTIFICIAL COM RENOVADAÇÃO DE AR.
- 5 - PARA EXECUÇÃO DA OBRA DEVERÁ SER SEGUIDO ESTE PROJETO DE ARQUITETURA CONJUNTAMENTE COM O PROJETO DE CADA DISCIPLINA COMPLEMENTAR ESPECÍFICA (ESTRUTURAS, FUNDAÇÕES, INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, PROTEÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS, PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS, GASES MEDICINAIS, CLIMATIZAÇÃO E DEMAS PROJETO QUE SE FIZEREM NECESSÁRIOS).
- 6 - DEVERÁ SER REALIZADO O LEVANTAMENTO PLANIMÉTRICO PARA A LOCAÇÃO DA OBRA.
- 7 - RECOMENDA-SE A PREVISÃO DE INSTALAÇÃO DE GERADOR CABINADO.

ATOS NORMATIVOS SEGUIDOS PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO:

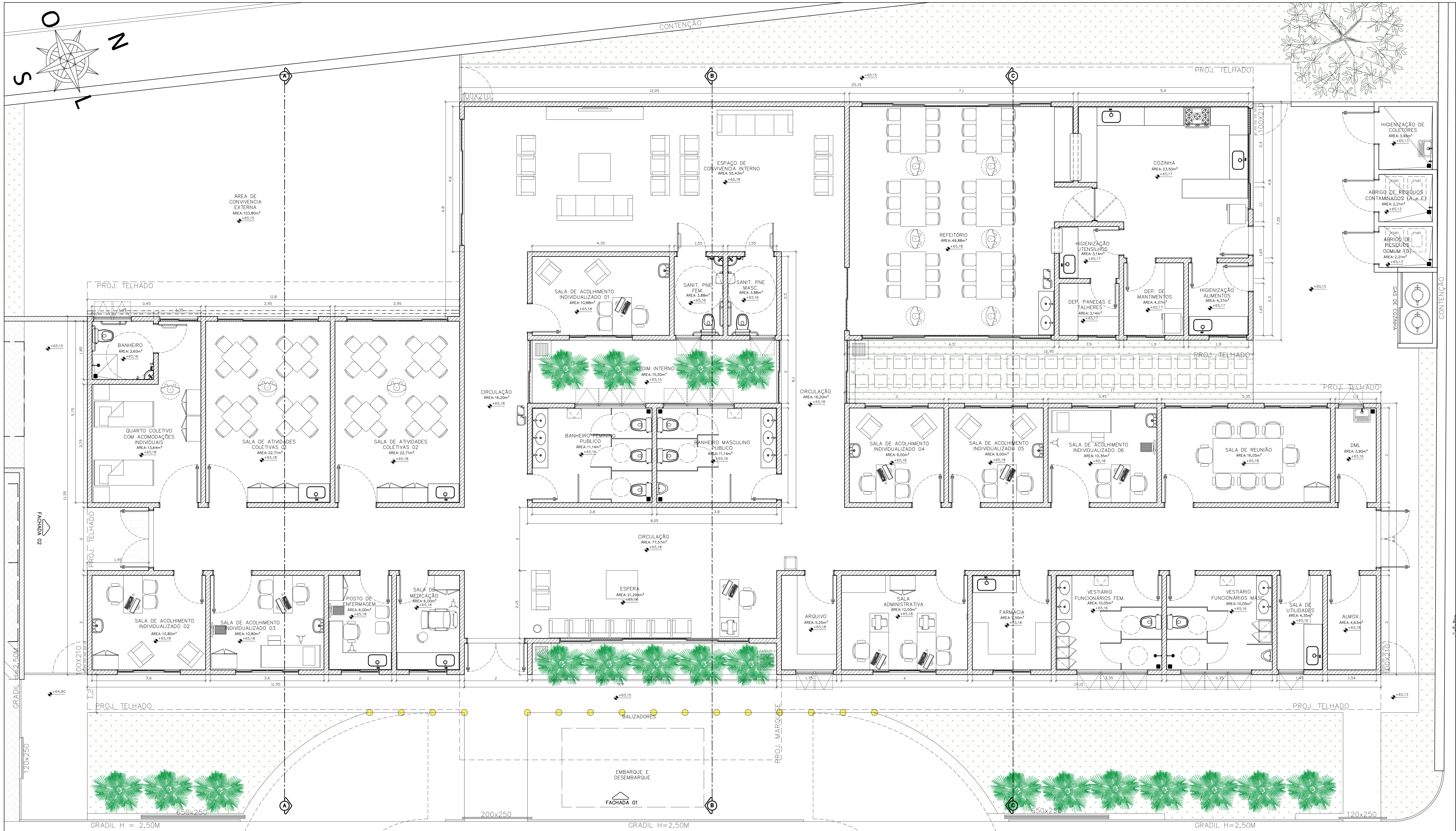
- PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 2, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017, CONSOLIDA AS NORMAS SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO BÁSICA, BRASIL: MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017.
- RDC Nº 50/2002 DA ANVISA - ESTABELECE O REGULAMENTO TÉCNICO PARA O PLANEJAMENTO, PROGRAMAÇÃO, ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS FÍSICOS DE ESTABELECIMENTOS ASSISTENCIAIS DE SAÚDE.
- RDC Nº 91/2011 ANVISA - DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS MÍNIMOS PARA A ANÁLISE, AVALIAÇÃO E APROVAÇÃO DOS PROJETOS FÍSICOS DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE DO SISTEMA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA SENSÍVEL E EM OUTRAS PROFISSÕES.
- RDC Nº 61/2011 ANVISA - REQUISITOS DE BOAS PRÁTICAS DE FUNCIONAMENTO PARA OS SERVIÇOS DE SAÚDE.
- RDC Nº 222/2018 ANVISA - RECOMENDA AS BOAS PRÁTICAS DE FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE.
- RDC Nº 36/2013 ANVISA - NORMA PARA A QUALIFICAÇÃO DA PRÁTICA DE SERVIÇOS DE SAÚDE.
- RDC Nº 15/2012 ANVISA - REQUISITOS DE BOAS PRÁTICAS PARA O PROCESSAMENTO DE PRODUTOS PARA SAÚDE.
- RDC Nº 197/2017 ANVISA - REQUISITOS MÍNIMOS PARA O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA.
- ABNT NBR 9069/2020 - ACESSIBILIDADE A EDIFICAÇÕES, MOBILIÁRIO, ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS URBANOS.
- ABNT NBR 12160/2016 - SISTEMA CENTRALIZADO DE SUPRIMENTOS DE GASES MEDICINAIS, DE GASES PARA DISPOSITIVOS MÉDICOS E DE VÁZIO PARA USO EM ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE.
- ABNT NBR 1226/2016 - TRATAMENTO DE AR EM ESTABELECIMENTO ASSISTENCIAL DE SAÚDE (EAS) - REQUISITOS PARA PROJETOS E EXECUÇÃO DAS INSTALAÇÕES.
- ALÉM DAS NORMAS ESTABELECIDAS PELOS CITAÇÕES TÉCNICAS DA ABNT E CORRELATAS, A CONTRATADA DEVERÁ CONSULTAR E APLICAR, QUANDO PERTINENTE, AS NORMAS INDICADAS NA BIBLIOTECA DE TEMAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DISPONÍVEL EM BIBLIOTECA DE TEMAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (WWW.GOV.BR).

REVISÕES

REV.	POR	DATA	DESCRIÇÃO
01	EMLY	06/2025	MISSÃO INICIAL

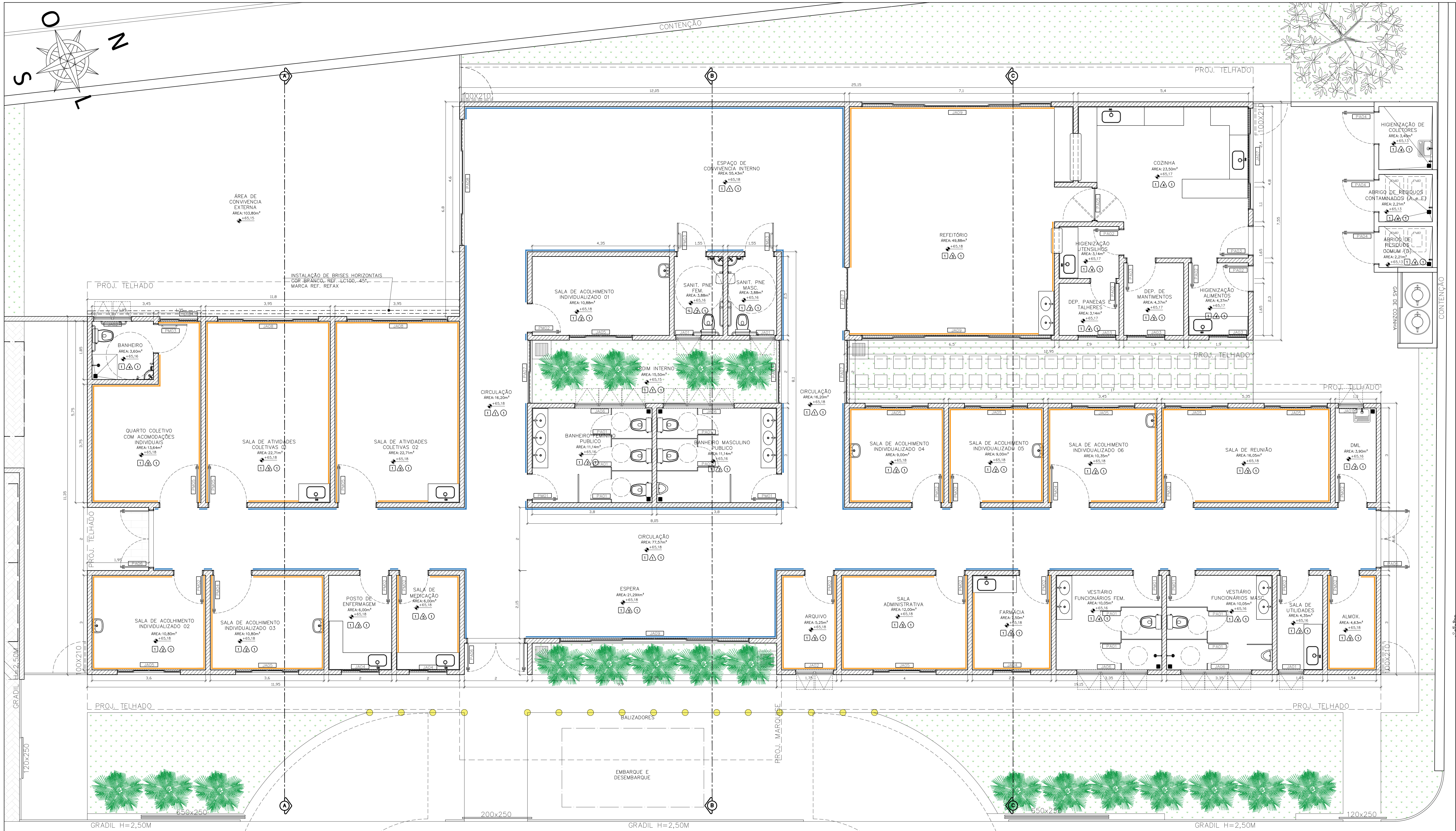
		PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ	
PREFEITO:		LUIZ CARLOS COUTINHO	
OBRA: OBRA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTO-JUVENIL - CAPS 1			
ENDEREÇO: RUA FLOR DO CAMPO COM AS RUAS PRIMULA, HORTÊNCIA E FLOR DE MAIO - SÃO MARCOS - ARACRUZ ES			
PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ - CNPJ 27142702000166			
AUTOR DO PROJETO:		FRANCHA INDICADA	01/06
EMILY Y. RAIZER - ARQUITETA E URBANISTA - CAU 1412151-4		DESENHO: EQUIPE DAN	
COORDENADOR:		REVISÃO: ROO	
MÁRCIA ELIANE DAN - ENG. CIVIL CREA ES 4876/D		DATA: JUN/2025	CONTRATO: 072/2022
ASSUNTO: SITUAÇÃO DE IMPLANTAÇÃO		DATA: JUN/2025	CONTRATO: 072/2022
RESPONSÁVEL TÉCNICO DA OBRA:		DATA: JUN/2025	CONTRATO: 072/2022

DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, O AUTOR DO PROJETO QUALQUER ALTERAÇÃO, SEM COMO OS DIREITOS AUTORAIS SOBRE O MESMO.



PLANTA DE LAYOUT
ESC: 1/80

REVISÕES					
REV	POR	DATA	DESCRIÇÃO		
01	DMV	06/2025	EMISSÃO INICIAL		
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ					
PREFEITO: LUIZ CARLOS COUTINHO					
OBRA: OBRA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL – CAPS I					
ENDEREÇO: RUA FLOD DO CAMPO COM AS RUAS PRIMOLA, HORTENCIA E FLOR DE MAIO – SÃO MARCOS – ARACRUZ ES					
PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ – CNPJ 27142702000166					
ANTEPROJETO DE ARQUITETURA			FRANQUIA: 02/06		
AUTOR DO PROJETO:			ESCALA: INDICADA		
EMILY RAIZER – ARQUITETA E URBANISTA – CAU A142151-4			DESENHO: EQUIPE DAN		
COORDENAÇÃO:			REVISÃO: ROO		
MÁRCIA ELIANE DAN – ENG. CIVIL CREA ES 4876/D			DATA: JUN/2025	CONTRATO: 072/2022 ASS: 010/2025	
ASSUNTO: PLANTA DE LAYOUT			DATA: JUN/2025		
RESPONSÁVEL TÉCNICO DA OBRA:					
DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E AO AUTOR DO PROJETO, QUALQUER ALTERAÇÃO, SEM COMO OS DIREITOS AUTORAIS SOBRE O MESMO.					



PLANTA DE ACABAMENTOS
ESQ.1/258

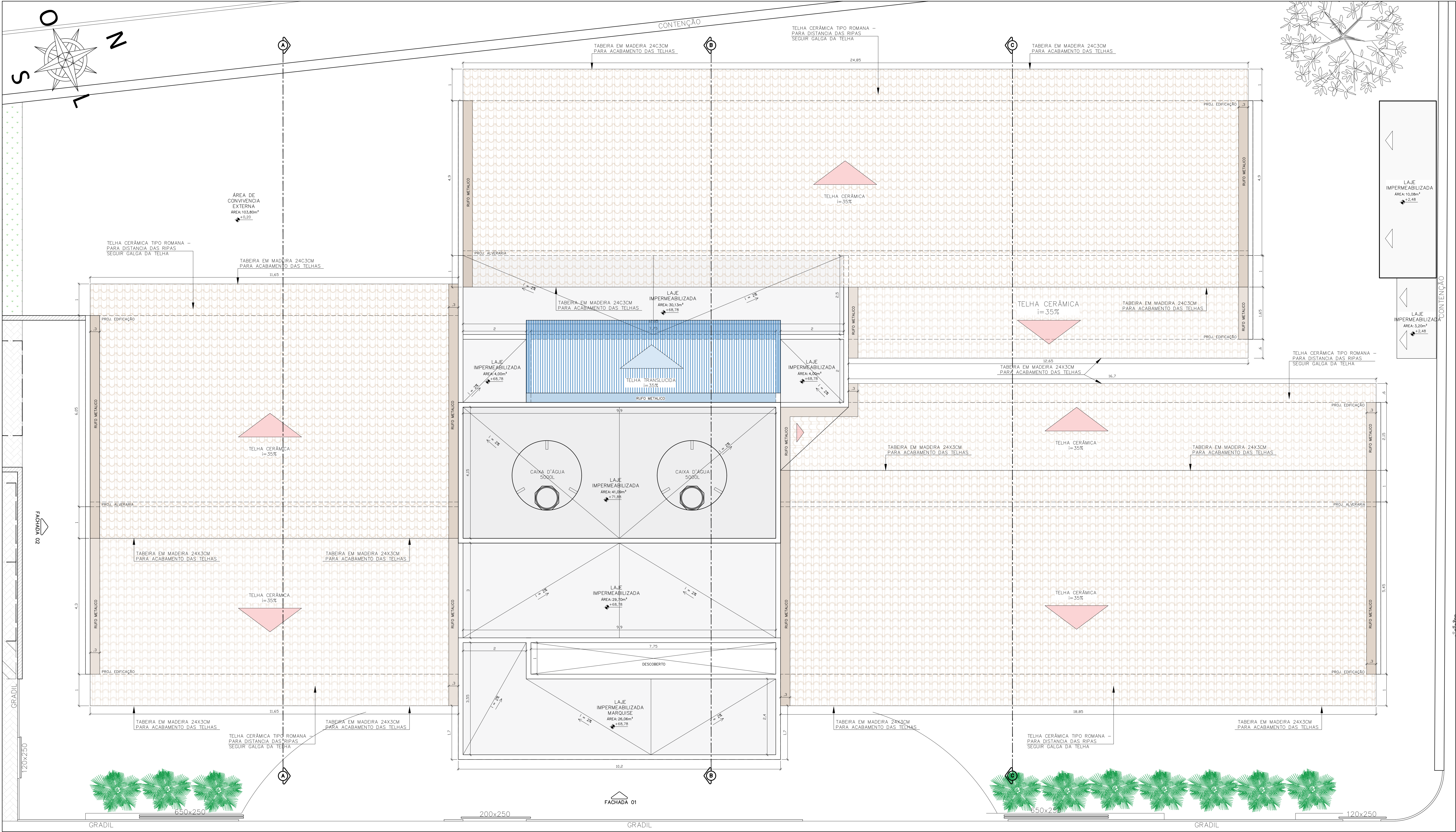
QUADRO DE ACABAMENTOS		
PISO		
REF.	RESUMO	DESCRIÇÃO
01	PISO INTERNO	PORCELANATO 60X60CM, ÁREA DE TRAPEDO INTENSO E AMBIENTES MOLHADOS, REF: ELIANE LINHA MATERIA TITANIO NA (CINZA CLARO), RCEPA PRO IVORY GR: ELIANE PLANTIA NA JUNTA DE ASSENTAMENTO 1MM, ASSENTADO COM ARGAMASSA DE CIMENTO COLANDO ACOL E REJUNTADO COM REJUNTE FLEXIVEL ANTIFUNGO 1MM, COR: GEL
PAREDE		
REF.	RESUMO	DESCRIÇÃO
01	PAREDE CORREDORES BATE MACAS	RODAPE EM GRANTO CINZA, ESP.: 2CM, ACABAMENTO POLIDO H=10M ACGA, ACGA CHAPA PROTETORA DE PAREDES DE POLIETILENO, PIMENTOS, ADITIVO, PRIME, H=80CM, MARCAS REFERENCIA TECNOPERFL OU EQUIVALENTE TECNICO, COR CINZA DRY TWOOD, ACGA PAREDE EMASSADA COM MASSA ACRILICA, LIXADA E PINTADA COM TINTA ACRILICA SUPER LAVAVEL, REF: SUVINIL COR CROMO (B161), SOBRE SELADOR, DELIMITANDO OS DOIS ACABAMENTOS PROTETOR DE PAREDE BATE MACA TEC. 200N COR AZUL MEDIO 409 (CONTRASTANTE PARA PESSOAS COM BAIXA VISAO), MARCA TECNOPERFL OU EQUIVALENTE TECNICO, ASSENTADO NA ALTURA DE 90CM DO PISO, COFORME DETALHE
02	PAREDE SALAS DE ACOHIMENTO (COM LAVATÓRIO SUSPENSO BATE MACAS	RODAPE EM GRANTO CINZA, ESP.: 2CM, ACABAMENTO POLIDO H=10M ACGA, ACGA PAREDE EMASSADA COM MASSA ACRILICA, LIXADA E PINTADA COM TINTA ACRILICA SUPER LAVAVEL, REF: SUVINIL COR CROMO (B161) E ACAB. DOS LAVATÓRIOS COM CHAPA 90X120CM DE POLIETILENO, PIMENTOS, ADITIVO, PRIME, ESP. 1MM, COR CINZA DRY TWOOD, LINHA PROTETOR MARCA REF. NAS DEMAIS PAREDES PROTETOR DE PAREDE BATE MACA TEC. 200N COR CINZA 437, MARCA TECNOPERFL OU EQUIVALENTE TECNICO, ASSENTADO NA ALTURA DE 90CM DO PISO, COFORME DETALHE
03	PAREDE ÁREAS MOLHADAS 1,00M	REVESTIMENTO EM PORCELANATO 30X60CM, GLACER WHITE EXTRA, BORDA RETA, ATE O FORRO, MARCA DE REFERENCIA PORTOBELLO, ASSENTADO COM ARGAMASSA DE CIMENTO COLANTE ACOL, REJUNTE ANTIFUNGO E ANTIMOFO QUARTIZOUI WEBER, COR BRANCO
04	PAREDE ÁREAS MOLHADA PISO-TETO	REVESTIMENTO EM PORCELANATO 30X60CM, GLACER WHITE EXTRA, BORDA RETA, ATE O FORRO, MARCA DE REFERENCIA PORTOBELLO, ASSENTADO COM ARGAMASSA DE CIMENTO COLANTE ACOL, REJUNTE ANTIFUNGO E ANTIMOFO QUARTIZOUI WEBER, COR BRANCO
05	PAREDE GERAL BATE MACAS	RODAPE EM GRANTO CINZA, ESP.: 2CM, ACABAMENTO POLIDO H=10M ACGA, PAREDE EMASSADA COM MASSA ACRILICA, LIXADA E PINTADA COM TINTA ACRILICA SUPER LAVAVEL, REF: SUVINIL COR CROMO (B161), SOBRE SELADOR, PROTETOR DE PAREDE BATE MACA TEC. 200N COR CINZA 437, MARCA TECNOPERFL OU EQUIVALENTE TECNICO, ASSENTADO NA ALTURA DE 90CM DO PISO, COFORME DETALHE
TETO		
REF.	RESUMO	DESCRIÇÃO
01	TETO INTERNO	DESSO ACARTONADO (PLACA STANDARD) ESP. 1,25CM - EMASSADO E PINTADO COM TINTA ACRILICA (STANDARD) REF: SUVINIL "RENDE E COBRE MUITO", COR BRANCO NEVE.

QUADRO DE ESQUADRIAS			
PORTAS MADEIRA			
REF.	TAM.	QUANT.	DESCRIÇÃO
ESQ.001	80X210	04 UN.	ABRIR
ESQ.002	90X210	13 UN.	ABRIR
ESQ.003	90X210	03 UN.	ABRIR - WC
ESQ.004	120X210	02 UN.	ABRIR
ESQ.005	120X210	03 UN.	ABRIR C/ VISOR

QUADRO DE ESQUADRIAS			
PORTAS ALUMINIO			
REF.	TAM.	QUANT.	DESCRIÇÃO
ESQ.006	65X160	10 UN.	ABRIR
ESQ.007	80X210	04 UN.	ABRIR
ESQ.008	90X210	02 UN.	ABRIR
ESQ.009	100X210	03 UN.	ABRIR
ESQ.010	100X210	01 UN.	ABRIR-V&E V&E C/ VISOR
ESQ.011	180X210	03 UN.	ABRIR C/VIDRO
ESQ.012	200X210	04 UN.	CORRE C/VIDRO
ESQ.013	400X210	01 UN.	CORRE C/VIDRO

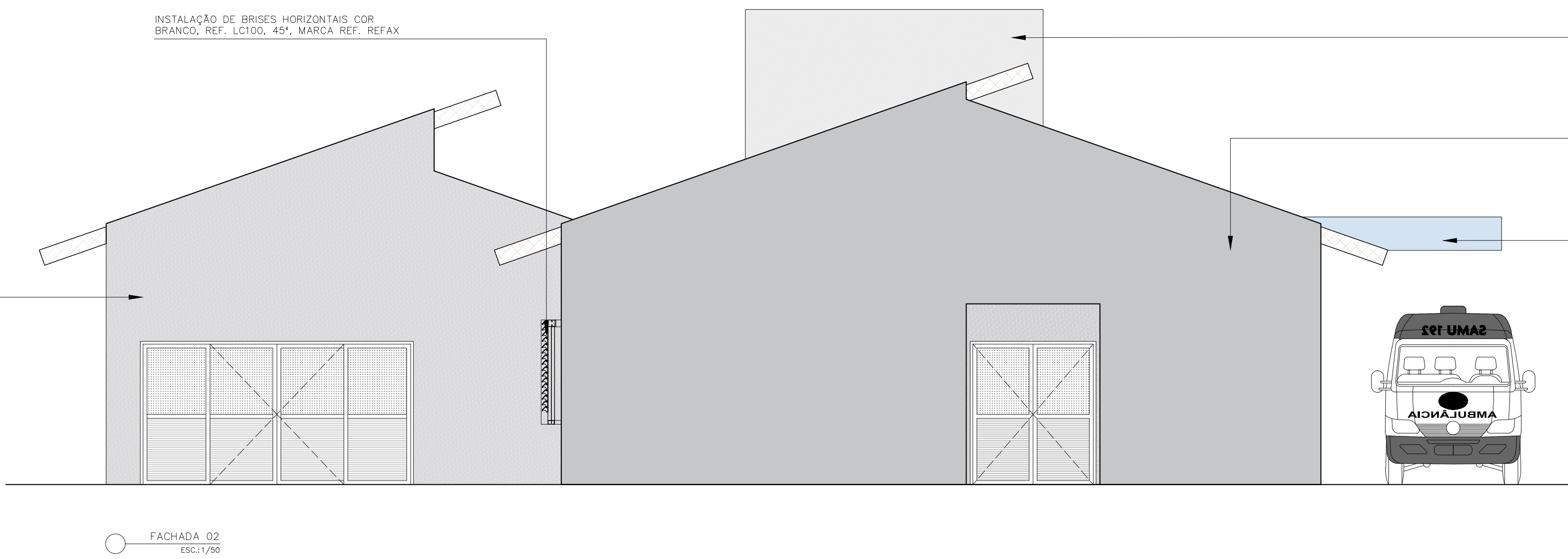
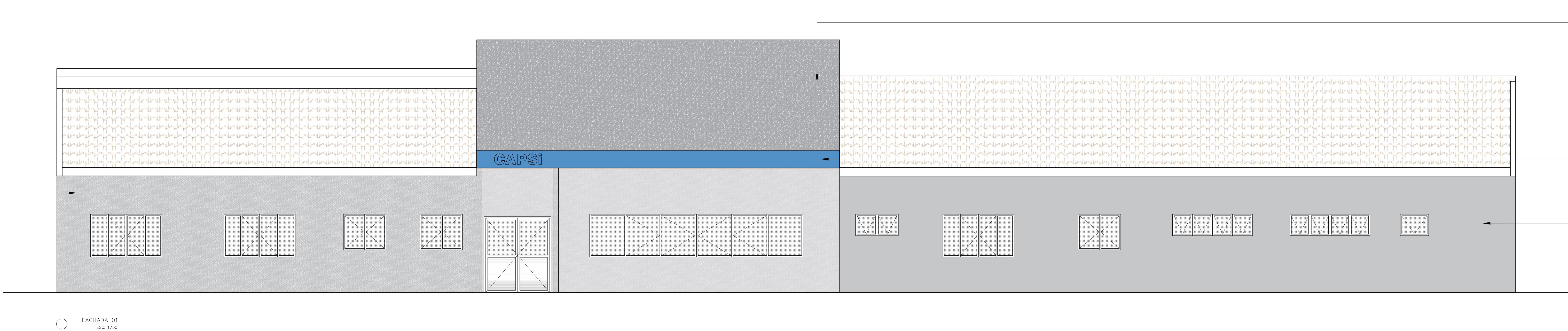
QUADRO DE ESQUADRIAS			
JANELAS ALUMINIO			
REF.	TAM.	QUANT.	DESCRIÇÃO
JAN.001	80X60/160	04 UN.	MAXIN AR
JAN.002	120X60/160	02 UN.	MAXIN AR
JAN.003	120X60/160	03 UN.	CORRER
JAN.004	120X100/120	04 UN.	CORRER
JAN.005	200X120/100	09 UN.	CORRER
JAN.006	225X60/160	04 UN.	MAXIN AR
JAN.007	320X120/100	01 UN.	CORRER
JAN.008	320X100/120	02 UN.	CORRER
JAN.009	600X120/100	03 UN.	CORRER

REVISÕES			
REV.	POR	DATA	DESCRIÇÃO
01	DAN	06/2025	EMISSÃO INICIAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ			
PREFETO:			
LUIZ CARLOS COUTINHO			
OBRA: OBRA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL - CAPS I			
ENGENHEIRO: RUA FLOD DO CAMPO COM AS RUAS PRIMOLA, HORTENCIA E FLOR DE MAIO - SÃO MARCOS - ARACRUZ ES			
PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ - CNPJ 27142702000166			
ANTEPROJETO DE ARQUITETURA			
AUTOR DO PROJETO:		FRANCHA: 03/06	ESCALA: INDICADA
EMILY Y. RAZER - ARQUITETA E URBANISTA - CAU A142151-4		DESENHO: EQUIPE DAN	
COORDENAÇÃO:		RECUSAÇÃO: ROO	
MÁRCIA ELIANE DAN - ENG. CIVIL CREA ES 4876/D		DATA: JUN/2025	CONTRATO: 072/2022
ASSUNTO: PLANTA DE ACABAMENTOS		DATA: JUN/2025	CONTRATO: 010/2025
RESPONSÁVEL TÉCNICO DA OBRA:			
DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, O AUTOR DO PROJETO QUALQUER ALTERAÇÃO, SEM COMO OS DIREITOS AUTORAIS SOBRE O MESMO.			

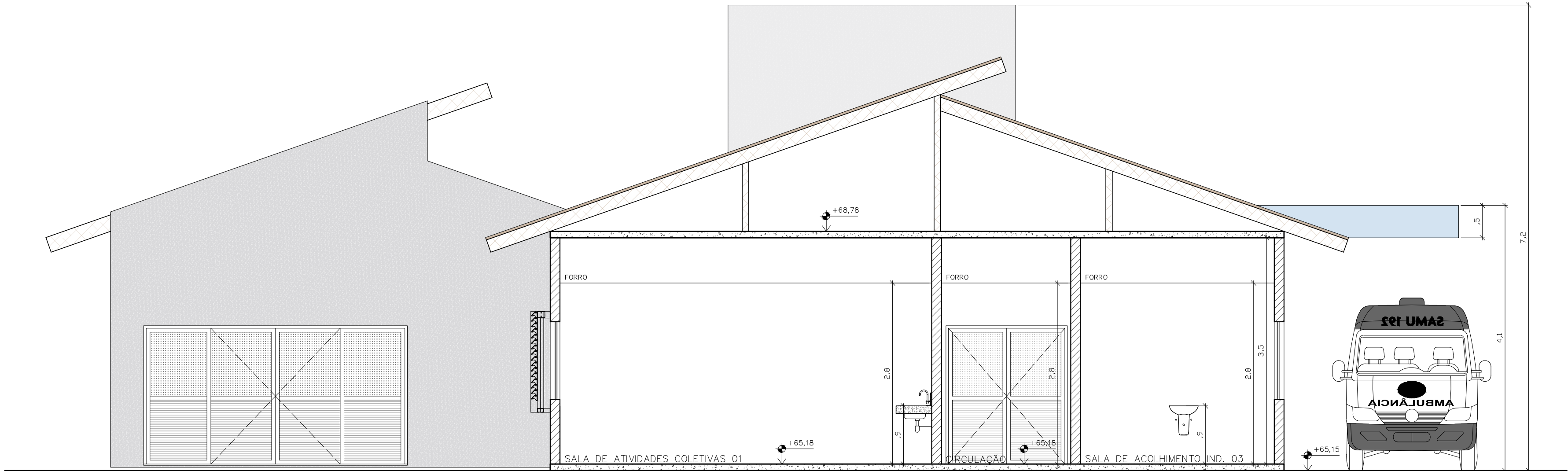


PLANTA DE COBERTURA
ESQ. 17/20

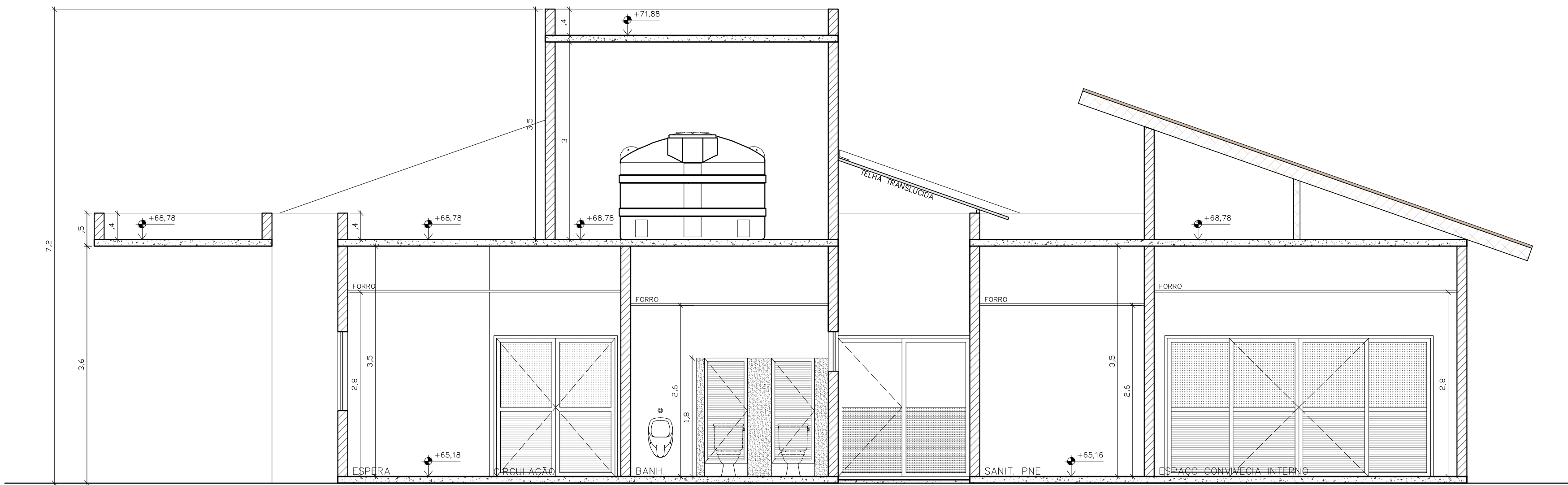
REVISÕES				
REV	POR	DATA	DESCRIÇÃO	
01	DMV	06/2025	EMISSÃO INICIAL	
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ				
PREFEITO: LUIZ CARLOS COUTINHO				
OBRA: OBRA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL – CAPS I				
ENDEREÇO: RUA FLOD DO CAMPO COM AS RUAS PRIMOLA, HORTENCIA E FLOR DE MAIO – SÃO MARCOS – ARACRUZ ES				
PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ – CNPJ 27142720/000166				
ANTEPROJETO DE ARQUITETURA			FRANQUIA: 04/06	
AUTOR DO PROJETO: EMILY RAIZER – ARQUITETA E URBANISTA – CAU A142151-4			INDICADA: EQUIPE DAN	
COORDENAÇÃO: MÁRCIA ELIANE DAN – ENG. CIVIL CREA ES 4876/D			REVISÃO: R00	REVISÃO: R00
ASSUNTO: PLANTA DE COBERTURA			DATA: JUN/2025	CONTRATO: 072/2022
RESPONSÁVEL TÉCNICO DA OBRA:			A.S.	010/2025
DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, O AUTOR DO PROJETO, QUALQUER ALTERAÇÃO, SEM COMO OS DIREITOS AUTORAIS SOBRE O MESMO.				



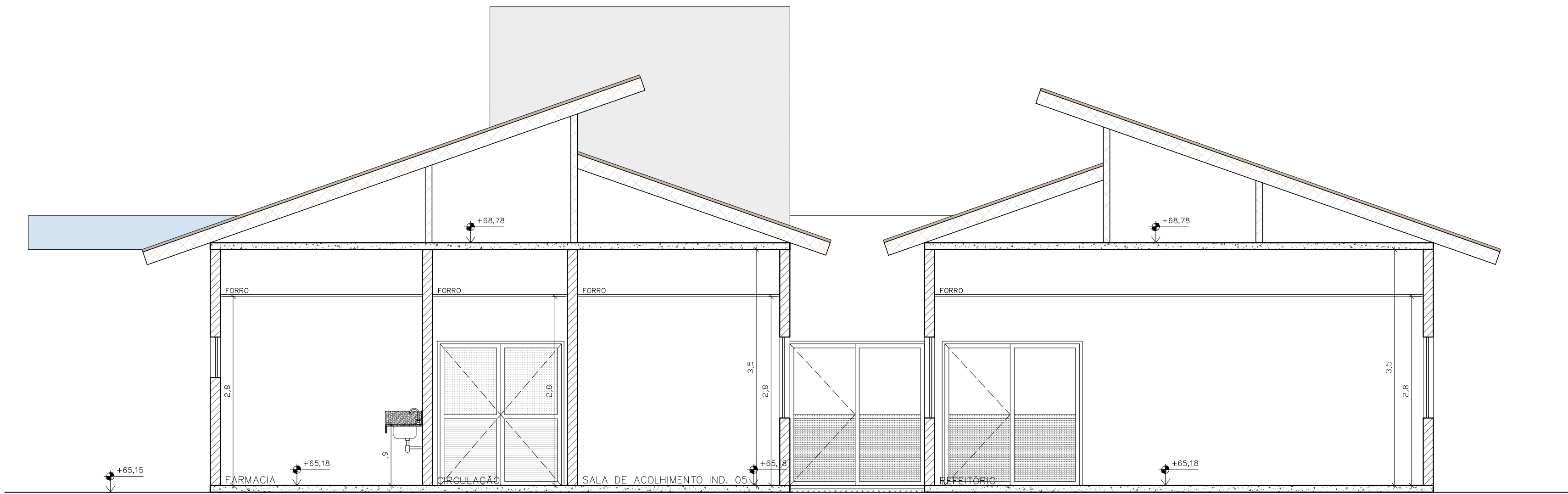
REVISÕES				
REV	POR	DATA	DESCRIÇÃO	
01	DMLY	06/2025	EMISSÃO INICIAL	
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ				
PREFEITO: LUIZ CARLOS COUTINHO				
OBRA: OBRA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL – CAPSI I				
ENDEREÇO: RUA FLOR DO CAMPO COM AS RUAS PRIMOLA, HORTENCIA E FLOR DE MAIO – SÃO MARCOS – ARACRUZ ES				
PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ – CNPJ 27142702000166				
ANTEPROJETO DE ARQUITETURA			FRANQUIA: 05/06	
AUTOR DO PROJETO: EMILY RAIZER – ARQUITETA E URBANISTA – CAU A142151-4			ESCALA: INDICADA	
COORDENAÇÃO: MÁRCIA ELIANE DAN – ENG. CIVIL CREA ES 4876/D			DESENHO: EQUIPE DAN	
ASSUNTO: FACHADAS			REVISÃO: ROO	
RESPONSÁVEL TÉCNICO DA OBRA:			DATA: JUN/2025	CONTRATO: 072/2022 A.S.: 010/2025
DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE SOBRE O PROJETO, QUALQUER ALTERAÇÃO, BEM COMO OS DIREITOS AUTORAIS SOBRE O MESMO.				



CORTE AA
ESC: 1/50



CORTE BB
ESC: 1/50



CORTE CC
ESC: 1/50

REVISÕES				
REV	POR	DATA	DESCRIÇÃO	
01	DMV	06/2025	EMISSÃO INICIAL	
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ				
PREFEITO: _____				
LUIZ CARLOS COUTINHO				
OBRA: OBRA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL – CAPS I				
ENDEREÇO: RUA FLOR DO CAMPO COM AS RUAS PRIMOLA, HORTENCIA E FLOR DE MAIO – SÃO MARCOS – ARACRUZ ES				
PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ – CNPJ 27142702000166				
ANTEPROJETO DE ARQUITETURA			FRANQUIA: 06/06	 RUA VENEZA SERRAVALLE, 403 - L. 501 - ES - 27142-000 - ARACRUZ ES
AUTOR DO PROJETO: EMILY RAIZER – ARQUITETA E URBANISTA – CAU A142151-4			ESCALA: INDICADA	
COORDENAÇÃO: MÁRCIA ELIANE DAN – ENG. CIVIL CREA ES 4876/D			DESENHO: EQUIPE DAN	
ASSUNTO: CORTES			REVISÃO: R00	
RESPONSÁVEL TÉCNICO DA OBRA: _____			DATA: JUN/2025	CONTRATO: 072/2022 A.S.: 010/2025
DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, E AO AUTOR DO PROJETO, QUALQUER ALTERAÇÃO, SEM COMO OS DIREITOS AUTORAIS SOBRE O MESMO.				

ANEXO I – H MEMORIAL DESCRITIVO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura

ANEXO I-H – MEMORIAL DESCRITIVO

CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE ATENÇÃO
PSICOSSOCIAL – CAPS I

MUNICÍPIO DE ARACRUZ – ES

LOCAL: RUA HORTÊNCIA, S/Nº, SÃO MARCOS

JUNHO/2025

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	APRESENTAÇÃO	4
3	Diretrizes para Elaboração dos Projetos.....	6
4	ARQUITETURA E URBANISMO	8
4.1	Especificações de arquitetura	10
4.2	Especificações de urbanismo.....	31
4.3	Especificações de paisagismo	32
4.4	Comunicação Visual	34
4.5	Acessibilidade	38
5	TERRAPLANAGEM	38
6	ESTRUTURAS	41
6.1	Infraestrutura/Fundações	43
6.2	Superestrutura	44
6.3	Contenções.....	48
7	IMPERMEABILIZAÇÃO.....	48
8	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS E DRENAGEM PLUVIAL	58
9	INSTALAÇÕES DE PROTEÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO	70
10	CLIMATIZAÇÃO, EXAUSTÃO E VENTILAÇÃO MECÂNICA	76
10.1	Sistema de Climatização	76
10.2	Sistema de Renovação de ar	81
10.3	Exaustão	83
11	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E ELETRÔNICAS	84
11.1	Descrição das Instalações.....	84
11.1.1	Elétrica	84
11.1.2	SPDA	85

11.1.3	Cabeamento Estruturado	86
11.1.4	Segurança (CFTV/Alarme)	86
11.1.5	Antena de TV	86
11.2	Especificações Técnicas dos serviços	87
11.2.1	Materiais e Equipamentos	87
11.2.2	Processo Executivo	87
11.3	Especificações Técnicas dos Materiais	93
11.3.1	Quadros de Distribuição	94
11.3.2	Eletrodutos	97
11.3.3	Cabos e fios (condutores)	98
11.3.4	Caixas de Passagem	102
11.3.5	Disjuntores, DR e DPS	102
11.3.6	Leitos e Eletrocalhas	104
11.3.7	Iluminação e Tomadas	105
11.3.8	Aterramento e Proteção Contra Descargas Atmosféricas	108
11.3.9	Antenas Coletivas de TV/TV a Cabo e FM	108
11.3.10	Segurança (CFTV e Alarme)	109
11.3.11	Sistema de Cabeamento Estruturado	112
11.3.12	Aceitação da Instalação	118
12	Instalações de Gás (GLP)	119

1 INTRODUÇÃO

O presente documento consiste no Memorial Descritivo de Arquitetura e Engenharia, parte complementar ao Anteprojeto (ANEXO I-G) do CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS I, a ser construído na Rua Hortência, s/nº, São Marcos, no município de Aracruz-ES.

A presente proposta fundamentou-se no Projeto Referencial do Centro de Atenção Psicossocial do Novo PAC, tendo sido efetuadas as adaptações necessárias ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Em caso de divergência de informações entre os Memoriais, especificações Técnicas e Partes Gráficas deverão ser adotadas o item mais restritivo e a favor da segurança e qualidade, em consonância com a fiscalização da Prefeitura Municipal de Aracruz.

2 APRESENTAÇÃO

O Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I, a ser implantado no município de Aracruz-ES, será construído em um terreno que faz limite com as ruas Flor do Campo, Flor de Maio, Hortência e Prímula, com área de 1.608,86m², localizado no bairro São Marcos.

A edificação do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I tem área total construída de 603,01 m², e possui os seguintes ambientes:

Sala de Espera

Espaço para receber os pacientes e aguardar para serem atendidos.

A sala de espera nos Centros de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil (CAPSi) é um espaço essencial para o acolhimento e cuidado de crianças e adolescentes, bem como de seus familiares. É projetada para oferecer um ambiente confortável e seguro, onde os pacientes e seus acompanhantes possam aguardar o atendimento ou participar de atividades terapêuticas.

Salas de Acolhimento e Classificação de Risco e/ou Atendimento Individual

Espaço para acolher, escutar e realizar uma primeira avaliação clínica e psicossocial.

Definição do grau de urgência e encaminhamento para o cuidado adequado.

As salas de atendimento individual para realização de consultas médicas, psicoterapia, atendimentos de enfermagem, assistência social, entre outros.

Ambientes reservados para garantir privacidade e vínculo terapêutico.

Sala de Atendimento em Grupo

Utilizada para atividades coletivas terapêuticas como grupos de psicoterapia, oficinas terapêuticas, grupos de família, entre outros.

Fortalece o convívio social e a reabilitação psicossocial.

Previstas 02 (duas) salas de atividades coletivas.

Quarto Coletivo com Acomodações Individuais

Uma sala de quarto coletivo com acomodações individuais, é um espaço projetado para oferecer um ambiente seguro e acolhedor para usuários que necessitam de atenção especial. Este tipo de quarto, que pode ser utilizado também para Acolhimento Noturno, tem 02 (duas) camas e 01(um) banheiro, oferecendo espaço para até dois usuários, com acomodações individuais e privacidade.

Espaço de Convivência Interno

Ambiente livre para socialização, lazer, sala de TV, incentivando a participação e integração dos usuários e promoção de autonomia.

Trata-se de 01(um) ambiente interno sem segregação entre com as circulações interligando a área externa de convivência

Espaço de Refeitório e Cozinha/Apoios

São espaços importantes para a oferta de refeições e a realização de atividades terapêuticas. O refeitório deve ter capacidade para acomodar os usuários e atender às suas necessidades individuais, enquanto a cozinha serve como um espaço para o preparo dos alimentos e para a realização de oficinas terapêuticas, como a cozinha terapêutica.

Farmácia/Dispensação de Medicamentos

Organização e distribuição de medicamentos psicotrópicos e outros necessários ao tratamento.

Acompanhamento farmacêutico em articulação com a equipe.

Administração, Arquivo e Sala de Reunião

As salas de administração são utilizadas tarefas de gestão e organização com atividades administrativas e burocráticas do Centro, enquanto as salas de reunião servem para que a equipe e outros profissionais possam se encontrar para discutir casos e planejamento. O arquivo é onde são guardados documentos importantes (informações referentes aos pacientes) e ao serviço como prontuários dos pacientes e outros materiais relevantes.

Ambientes de Apoio

Para suporte funcional do serviço, no CAPSi, consta ainda previsto: sanitários masculino e femininos para pacientes e seus acompanhantes, banheiros adaptados masculino e feminino para pessoas com deficiência, vestiários e masculino e feminino para funcionários, DML (depósito de material de limpeza com tanque de apoio), almoxarifado e sala de utilidades.

O atendimento nas unidades dos CAPSi é voltado para público infanto-juvenil (crianças e adolescentes) que apresentem intenso sofrimento psíquico decorrente de transtornos mentais graves e persistentes (até os 17 anos, 11 meses e 29 dias) ou sofrimento psíquico decorrente do uso de substâncias psicoativas (até 15 anos, 11 meses e 29 dias). Ocorre por meio de demanda espontânea ou encaminhamento da Rede de Saúde e Rede Intersetorial (educação, assistência social, justiça). Para o primeiro atendimento é indicado que o paciente esteja preferencialmente acompanhado de familiar ou responsável legal.

O CAPSi possui equipe multidisciplinar, composta de terapeutas ocupacionais, psicólogos, enfermeiros, assistentes sociais, técnicos de enfermagem, fisioterapeuta e médicos (clínico, pediatra e psiquiatra). Indicado para municípios ou regiões de saúde com população acima de 15 mil habitantes.

3 DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS

A partir do anteprojeto disponibilizado (ANEXO I-G), deverão ser desenvolvidos todos os projetos básicos e executivos necessários à execução da obra, tanto de arquitetura quanto das demais disciplinas de engenharia. Os projetos devem seguir as normas técnicas vigentes de acordo com cada modalidade/disciplina, apresentando todos os estudos que forem necessários para sua elaboração.

Minimamente, deverão ser elaborados os seguintes projetos:

- Projeto de Arquitetura e Urbanismo;
- Projeto de Sinalização e Comunicação Visual
- Projeto de Terraplanagem;
- Projeto Estrutural, inclusive de fundações;
- Projeto de Contenções;
- Projeto de Impermeabilização;
- Projeto Hidrossanitário;

- Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio;
- Projeto de Climatização, Exaustão e Ventilação Mecânica;
- Projeto de Gás GLP;
- Projeto Elétrico;
- Projeto de Cabeamento Estruturado;
- Projeto de Segurança (Alarme e CFTV);
- Projeto Antena de TV;

Todos os projetos deverão ser acompanhados de ART/RRT do responsável técnico por sua elaboração.

As ARTs e RRTs devem abranger a elaboração de todas as peças técnicas entregues, sendo: projetos, orçamento, memória de cálculo, cronograma físico financeiro, memoriais descritivos, e demais documentos técnicos necessários.

Os projetos deverão ser desenvolvidos atendendo às orientações técnicas do IBRAOP, em especial a OT – IBR 001/2006 – Projeto Básico e a OT – IBR 008/2020 – Projeto Executivo.

Em complementação às OTs do IBRAOP, no que tange ao conteúdo dos projetos e sua forma de apresentação, deverá ser adotado o “Manual de Procedimentos para a Apresentação de Projetos” do IOPES, disponível no endereço <https://der.es.gov.br/GrupodeArquivos/projeto>.

Os projetos e ARTs/RRTs deverão ser entregues na forma digital e disponibilizados impressos no canteiro de obras, tanto para subsidiar a execução dos serviços quanto para consulta da fiscalização.

É de responsabilidade da Contratada a obtenção da aprovação de todos os projetos nos órgãos competentes, como na Prefeitura Municipal, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, Órgãos Ambientais, entre outros, quando aplicável, bem como elaboração de quaisquer documentos necessários à obtenção da licença de obra. Também é de responsabilidade da empresa Contratada a obtenção do Alvará de Licença do Corpo de Bombeiros, obtenção da Baixa de Construção (Habite-se) e obtenção do Alvará de Localização e Funcionamento.

Após elaboração dos projetos básicos a Contratada deverá apresentar planilha orçamentária com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), exclusivamente para

eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

4 ARQUITETURA E URBANISMO

O anteprojeto traz soluções arquitetônicas e de layout dos ambientes de cada setor a ser construído, levando em consideração as condições e características da unidade. Toda edificação seguirá um padrão de acabamento de piso, parede e teto e suas instalações deverão seguir os parâmetros das normas vigentes e de seus fornecedores.

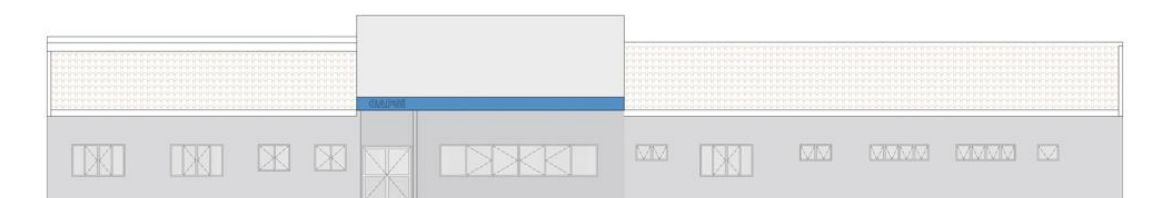
Para a fachada principal foi previsto o contorno da marquise principal em painel de ACM composto.

Para a fachada lateral foi previsto brises metálicos, com o objetivo de minimizar a incidência solar direta nos ambientes da fachada, contribuindo assim para o conforto ambiental.

Nas áreas lisas da fachada, está indicada a aplicação de textura acrílica, efeito rolado ou similar.

O acesso principal contará com área de embarque e desembarque e para parada de ambulância, cobertas por marquises para maior proteção e conforto dos usuários.

O acesso possui uma recepção que irá guiar o paciente direcionando-o para atendimento adequado.



Fachada Leste do CAPS I



Fachada Sul do CAPS I

Especificamente para a fachada deve seguir como base o estudo do anteprojeto com utilização dos seguintes materiais:

- Brises metálico horizontal, cor branco, modelo LC100, 45°, referência Refax ou equivalente
- Chapas de Alumínio composto - ACM, 3mm, cor azul marinho

Área externa

O edifício principal foi implantado na cota de 65,18m para que o prédio ficasse acima da cota da rua principal (Rua Hortência – 64,67m).

A entrada principal conduz através da calçada ao estacionamento em piso intertravado (contando com áreas reservadas para pessoas com deficiência e idosos conforme a legislação vigente).

Deverá ser instalado piso tátil (alerta e direcional) para o trânsito de deficientes visuais, pela parte externa, sendo está sinalização em consonância com o Decreto Municipal 47513/2024 e as NBR 9050/ NBR16537.

Existem áreas de passeio (responsável pelo direcionamento e acesso a unidade) e áreas calçadas internas à edificação principal (ao redor dos jardins internos) em piso cimentado sobre lastro de concreto armado.

Foram projetados jardins, canteiros e áreas verdes em todo o terreno.

Os fluxos foram definidos pelo posicionamento dos acessos de pacientes e funcionários e demais serviços. Pela entrada principal, tem-se acesso à edificação principal e estacionamentos. Ao longo dessa via, foram posicionados faixas e passeios para o trânsito de pedestres.

A entrada de serviço será separada e exclusiva pela via lateral atendendo as áreas de suporte de funcionamento da unidade, implantados na parte lateral do terreno, assim como uma área de serviço para realizar o abastecimento de gás unidade, recolhimento de materiais, etc.

Todos os passeios terão largura mínima de 2,00m com em piso cimentado sobre lastro de concreto armado. A edificação foi projetada com calçadas (área calçadas) em piso cimentado ao seu redor. O meio fio, guias limitadoras de vias e acessos, deverão ser executados no padrão da Prefeitura Municipal de Aracruz, e instalado conforme orientações técnicas.

Deverá ser instalado cerca metálica tipo Nylofor revestida com PVC no perímetro do terreno, conforme projeto. Outros trechos terão fechamentos em muro de concreto.

4.1 Especificações de arquitetura

O projeto padrão do Ministério da Saúde deve ser considerado como referencial, mas deverão ser adotadas as especificações técnicas praticadas pela Prefeitura Municipal de Aracruz para o Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I, conforme esse Memorial Descritivo e em acordo com a fiscalização da PMA.

Paredes e elementos de fechamento:

Alvenaria de vedação com blocos cerâmicos furados, assentados com argamassa de cimento, cal hidratada CH1 e areia, juntas 10mm

Localizado na alvenaria da casca da edificação. Composta por paredes de vedação em blocos cerâmicos furados, assentados com argamassa de cimento e areia, com 15 cm de espessura conforme projeto. Os tijolos furados de barro serão bem cozidos, textura homogênea, compactos, suficientemente duros para o fim a que se destinam, isentos de fragmentos calcários ou qualquer outro material estranho. Deverão apresentar arestas vivas, faces planas, sem fendas, e dimensões perfeitamente regulares. Suas características técnicas serão enquadradas nas especificações da Norma NBR 15270-1:2005 para tijolos furados. Se necessário, os tijolos serão ensaiados em conformidade com os métodos indicados nas Normas.

O armazenamento e o transporte dos tijolos serão realizados de modo a evitar quebras, trincas, umidade, contato com substâncias nocivas e outras condições prejudiciais.

Alvenaria de blocos de concreto, com resistência mínima à compressão de 2,5 MPa, assentados com argamassa de cimento, cal hidratada CH1 e areia, espessura das juntas de 10 mm

Localizado na alvenaria das edificações anexas. Composta por paredes de vedação em blocos de concreto, assentados com argamassa de cimento e areia, com 20 cm de espessura conforme projeto. Os blocos de concreto serão de procedência conhecida e idônea, bem curados, compactos, homogêneos e uniformes quanto à textura e cor, isentos de defeitos de moldagem, como fendas, ondulações e cavidades. Deverão apresentar arestas vivas, faces planas e dimensões perfeitamente regulares, de conformidade com o projeto. Suas características técnicas serão enquadradas nas especificações da Norma NBR 6136:2016 para blocos vazados de concreto simples para alvenaria. Se necessário, os tijolos serão ensaiados em conformidade com os métodos indicados nas Normas.

O armazenamento e o transporte dos tijolos serão realizados de modo a evitar quebras, trincas, umidade, contato com substâncias nocivas e outras condições prejudiciais.

Paredes de Drywall

Para a elaboração do projeto executivo a Contratada poderá adotar, a seu critério técnico, solução para execução das paredes em drywall.

A parede em drywall pode ser composta de combinação de painéis de gesso acartonado (Standard, RU ou RF), placas OSB e placa cimentícia, devidamente aparafusados de cada lado, em perfis metálicos em aço galvanizado.

No caso em tela, todas as paredes deverão receber proteção térmica e acústica com preenchimento interno com lã de vidro ou lã de rocha conforme estabelecido nas normas técnicas pertinentes.

No caso de paredes no alinhamento de pilares, vigas ou alvenarias, deverá ser executada a colagem da placa sobre o elemento estrutural ou um desnível de no mínimo 25 mm, ou ainda criar um friso para evitar o surgimento de trincas ou fissuras no encontro de diferentes materiais. Tratamento das juntas: deverão ser realizadas com fita de papel microperfurado, massas específicas e cantoneiras especiais, de acordo com as técnicas especificadas pelo fabricante.

A espessura final da parede varia de acordo com a composição das placas, montada com perfis metálicos de 75 mm ou 90 mm, espaçados a cada 600 mm (máximo). A fixação das guias deve ser no piso e no teto (laje).

As paredes internas deverão receber os painéis de gesso acartonado reforçadas com placa tipo OSB onde se fizer necessária fixação de elementos (exemplos: bancadas, prateleiras, armários, quadros elétricos, pias, etc). Já as externas deverão ser revestidas com placa cimentícia voltadas para área externa (reforçadas com OSB quando necessário) e placas de gesso acartonado voltadas para área externa.

A CONTRATADA deverá prever reforços nos pontos onde serão instalados quadros de distribuição de elétrica (no break, estabilizador), assessórios, prateleiras, armários, etc.

Nos perfis devem estar previstos furações para permitir a instalação de dutos dos sistemas elétrico, telefonia e dados e outros sistemas, assim como a fixação embutida de tomadas e interruptores, nos locais indicados nos projetos de elétrica e de iluminação. A CONTRATADA deve fornecer todo o material necessário tais como: painéis, guias, montantes, parafusos, cola, massa de rejunte, fitas, isolamento acústico (manta de lã de rocha), isolamento de impermeabilização para paredes externas (STO Guard), etc.

Os perfis deverão obedecer a um espaçamento máximo de 600 mm ou conforme indicado no projeto. Deverão ser previstos todos os elementos para montagem das paredes tais como cantoneiras, conectores, niveladores, parafusos, fitas para juntas, isolamento e cantos, e demais acabamentos, de forma a garantir a perfeita estabilidade do conjunto.

Prever ainda elementos complementares (suportes metálicos) para fixação de peças, e passagem de tubulação hidrossanitária, inclusive montantes duplos para enrijecimento das regiões de fixação dessas peças.

Após a fixação dos painéis de gesso, fazer o tratamento das juntas dos mesmos, utilizando massa de rejunte e fita para juntas. As paredes deverão ser preparadas para receber revestimento em pintura acrílica ou revestimento cerâmico.

A execução de paredes em drywall deve ser realizada em conformidade com as normas técnicas e regulamentadoras vigentes, a fim de garantir a segurança, durabilidade e desempenho adequado do sistema construtivo. É imprescindível que todos os serviços relacionados à instalação de paredes em drywall sigam os critérios estabelecidos pelas Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pelas Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Entre as principais normas que devem ser observadas, destacam-se:

- ABNT NBR 15.758-1 a 4 – Sistemas construtivos em chapas de gesso para drywall – Parte 1 a 4, que tratam do projeto, execução, inspeção e manutenção de paredes, forros e revestimentos internos.
- ABNT NBR 16.280 – Reforma em edificações – Sistema de gestão de reformas, que deve ser seguida quando o drywall for instalado em ambientes reformados.
- ABNT NBR 14.515 – Chapas de gesso para drywall – Requisitos.
- ABNT NBR ISO 11.646 – Perfis estruturais de aço galvanizado para sistemas construtivos em chapas de gesso.
- ABNT NBR ISO 11.647 – Parafusos autotravantes para fixação de chapas de gesso em estruturas metálicas.
- NR 18 – Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção, especialmente quanto à segurança na execução dos serviços.
- NR 6 – Equipamentos de Proteção Individual (EPI), para garantir o uso adequado de EPIs durante a instalação.

- NR 35 – Trabalho em altura, quando a instalação ocorrer em locais elevados, como forros ou paredes de grandes dimensões.

Painel em Cobogó de concreto

Localizados nas áreas técnicas, casa de resíduos e casa de gases. O painel é composto por elemento vazado de concreto com pintura, com tela de proteção em aço galvanizado.

Os elementos vazados serão assentados com argamassa mista de cimento e areia aplicado de modo a preencher todas as superfícies de contato. Os cobogós serão umedecidos antes do assentamento e aplicação das camadas de argamassa

Os elementos vazados de concreto serão de procedência conhecida e idônea, bem curados, compactos, homogêneos e uniformes quanto à textura e cor, isentos de defeitos de moldagem, como fendas, ondulações e cavidades. Deverão apresentar arestas vivas, faces planas e dimensões perfeitamente regulares, de conformidade com o projeto. As nervuras internas deverão ser regulares e com espessura uniforme.

O armazenamento e o transporte dos elementos vazados serão realizados de modo a evitar quebras, trincas, lascas e outras condições prejudiciais.

Divisórias de Granito

Localizados nos banheiros e áreas molhadas. Serão utilizadas placas de granito de acordo com especificado em projeto de arquitetura e as placas deverão apresentar-se com aspecto uniforme, com faces planas e lisas, arestas vivas e polidas com furos para a fixação das ferragens e montagem dos painéis.

Serão rejeitadas as placas com lascas, quebras, ondulações e outros defeitos.

Vergas e Contravergas

Serão colocadas vergas nos paramentos de alvenaria e que deverão ser em blocos tipo canaletas armado ou de concreto armado, com seção e armaduras devidamente dimensionadas, sobre os vãos de portas, janelas e outras esquadrias, que não estejam imediatamente sob vigamento, excedendo-se 50 cm de cada lado ou em todo o vão entre estruturas, ou engastadas em estrutura.

Todos os vãos com nível de peitoril acima do piso receberão uma segunda verga, imediatamente sob a abertura, excedendo no mínimo 50 cm de cada lado ou em todo o vão entre estruturas, e devidamente dimensionadas.

Esquadrias de alumínio:

As esquadrias serão de alumínio anodizado, linha 25 ou superior conforme indicados em projeto.

As janelas serão dos tipos maxim-ar e de correr para receber vidro e /ou venezianas.

As ligas de alumínio - considerados os requisitos de aspecto decorativo, inércia química ou resistência à corrosão e resistência mecânica - serão selecionadas em total conformidade com os especificados pelos fabricantes e normas vigentes.

Todas as esquadrias de alumínio (utilizadas nas divisórias dos sanitários) deverão possuir trincos para fechamento interno. Os guichês de alumínio, se houver, terão trinco borboleta niquelado. As portas de alumínio terão o seguinte conjunto de fechadura: maçaneta cor natural.

Os vidros utilizados nas esquadrias deverão obedecer a NBR 11706 e as esquadrias, que possuírem tela tipo mosquiteiro, em ambientes como cozinha deverão ser metálicas, com 1mm a 2,5mm de abertura.

Deverá ser previsto sistema de privacidade para os banheiros, sanitários e vestiários. Caso se faça necessário, utilizar películas de proteção decorativas (jateadas) nos ambientes com permanência de pacientes.

Devendo suportar impactos e possuir sistema de fechamento automático por gravidade sendo instaladas nos acessos as internações e cozinha.

Sempre que indicado os visores terão acabamento adequado com encabeçamento, rebaixo e guarnição para a fixação do vidro conforme normas vigentes.

Deverá ser prevista proteção para cadeira de rodas para portas de sanitários PCD, a ambientes com circulação de pacientes através de chapa protetora de porta, fabricada em pet (politereftalato de etileno), esp. 1mm, cor azul médio 409 (contrastante para baixa visão), linha Protecno marca ref. Tecnoperfil ou equivalente.

Para as áreas de Depósito de Resíduos instalar veda portas externo, com pino acionador em alumínio branco, pintura eletrostática ou similar técnico atendendo as normas vigentes.

Vidros:

Os vidros serão de procedência conhecida e idônea, de características adequadas ao fim a que se destinam, sem empenamentos, claros, sem manchas, bolhas e de espessura uniforme. Os vidros deverão obedecer aos requisitos da NBR 11706.

Deverá ser previsto vidros tipo acidado, para sistema de privacidade para os banheiros, sanitários e vestiários e nos demais ambientes com permanência de pacientes.

As espessuras dos vidros serão em função das áreas das aberturas, distâncias das mesmas em relação ao piso, vibração, etc., e caso a espessura indicada não seja a conveniente, a CONTRATADA deverá fazer a substituição para uma espessura maior às suas custas, sendo que as espessuras indicadas serão as mínimas admitidas.

Os vidros a serem empregados nas esquadrias, não poderão apresentar bolhas, lentes, ondulações, ranhuras, e outros defeitos.

Para o assentamento das chapas de vidro, utilizar guarnição em E.P.D.M, conforme descrito na NBR 13756 – Esquadrias de alumínio – Guarnição elastomérica em EPDM para vedação

Antes da colocação dos vidros nos rebaixos dos caixilhos, estes serão bem limpos e lixados.

Deve-se tomar cuidado no assentamento dos vidros para, além de não quebrá-los, não danificar as peças (baguetes) de fixação com manuseio ou no uso das ferramentas.

As placas de vidro já deverão vir cortadas nas medidas corretas, após conferência destas no local de assentamento, lapidadas e polidas, e não deverão apresentar defeitos de corte (beiradas lascadas, pontas salientes, cantos quebrados, corte em bisel) e nem apresentar folga excessiva com relação ao requadro de encaixe.

Portas:

As portas de madeira serão em madeira de lei angelim pedra ou equivalente, esp. 30 a 35mm, com enchimento em madeira de 1ª qualidade, tipo sarrafeada, ou madeira maciça, podendo possuir visores (em policarbonato transparente compacto 6mm), incluindo guarnições, alizares, dobradiças e fechaduras.

As portão terão chapa protetora de porta, fabricada em PET (politereftalato de etileno), esp. 1mm, cor azul médio 409 (contrastante para baixa visão), linha Protecno, marca ref. Tecnoperfil ou equivalente.

O Puxador horizontal para banheiros PCD será em tubo de aço inox, com sapata e canopla de acabamento em aço inox, conforme norma NBR 9050 da ABNT, 40 cm de comprimento, a ser instalado na face interna, a uma altura de 90 cm, conforme NBR e deverão receber acabamento inferior em chapa protetora de porta, fabricada em PET, com 40 cm de altura e largura da porta, instalada interna e externamente, e barra de apoio interna, conforme indicado no projeto de detalhes de esquadrias.

Os batentes serão em madeira de lei maciça com acabamento em pintura esmalte sintético, com a largura igual à espessura das paredes acabadas. As dobradiças serão em latão reforçado (03 dobradiças por porta compatíveis com o peso da mesma e de acordo com especificação do fabricante) com anéis, cantos arredondados, acabamento cromado, referência LA FONTE ou equivalente técnico. O conjunto fechadura tipo interna, da linha Basic, modelo Tess MA0964, material em zamak no acabamento cromo acetinado - CA , composto de roseta - 0041 em aço inox, fechadura 1300 interna ou equivalente técnico.

Cobertura:

Para a elaboração do projeto executivo poderá adotar, a seu critério técnico, a estrutura da cobertura em madeira ou metálica, desde que sejam atendidas todas as exigências de desempenho, segurança e conformidade com as normas técnicas brasileiras aplicáveis. A escolha do sistema estrutural deverá considerar fatores como cargas atuantes, vãos, ações ambientais, durabilidade, manutenção, compatibilidade com os demais sistemas da edificação e viabilidade técnico-econômica.

Para estruturas em madeira, devem ser observadas as diretrizes da ABNT NBR 7190:2022 – Projeto de estruturas de madeira, enquanto para estruturas metálicas, aplicam-se as normas ABNT NBR 8800:2008 – Projeto de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edifícios e demais complementares. A solução adotada deverá ser tecnicamente justificada por meio de memoriais descritivos, memoriais de cálculo e demais documentos exigidos, assegurando a conformidade com a legislação vigente e o desempenho esperado para a edificação.

Estrutura de Madeira

Toda a estrutura será dimensionada para suportar Telhas do tipo cerâmicas e suas cargas próprias e acidentais. Faz parte da estrutura, suportes de fixações, pontaletes, terças, caibros, ripas, tabeiras, testeiras e parafusos de fixação.

A estrutura da cobertura deverá ser madeira de lei seca, de primeira qualidade, completa de ripas, caibros, pontalete, contraventamentos e escoras, normatizada, com procedência comprovada, isento de nós e deformações nas peças, com emprego de proteção cupinizada, com seções e espaçamentos de acordo com o projeto e de acordo com o manual de fabricação e montagem das telhas.

A estrutura de madeira de lei será do tipo pontaletada e apoiada sobre lajes de concreto armado para telha do tipo cerâmicas.

Estrutura Metálica:

Alternativamente à solução de estrutura em madeira para a cobertura, poderá ser adotada estrutura metálica, conforme parâmetros a seguir descritos.

Todos os elementos estruturais e acessórios deverão ser fabricados, soldados e pintados nas instalações do executante, em área coberta.

As peças cortadas com maçarico só serão aceitas se perfeitamente retas, limpas, livres de rebarbas, saliências e reentrâncias.

Concentrações de tensões em recortes de encaixe deverão ser evitadas através do arredondamento de quinas vivas. Não serão permitidos cantos vivos em qualquer hipótese.

Faces em contato (por exemplo, chapas de fixação em lajes ou pilares) deverão estar livres de saliências, rebarbas ou respingos de solda, além de adequadamente planas, de modo a permitir um acoplamento satisfatório. No caso de excessiva irregularidade, o executante deverá efetuar o grouteamento da interface entre as faces em contato.

A tolerância no posicionamento de furos deverá ser inferior a 1/16" (1,6 mm). Todos os furos devem ser feitos à máquina ou usinados, conforme indicado em projeto, não sendo aceitos furos feitos a maçarico.

Todas as peças ou conjuntos soldados devem ser identificados a punção quando houver a possibilidade de troca com outras peças de dimensões semelhantes. A marcação a punção deve ser tal que permita a identificação após pintura, e deve ser efetuada em pelo menos dois lados opostos da peça quando esta pesar mais de 30 kg.

O executante deverá pré-montar a estrutura na fábrica, de modo a garantir a facilidade de montagem no campo. Nesta pré-montagem devem ser colocados todos os parafusos, porcas e arruelas possíveis.

A fixação de telhas será sempre efetuada conforme as recomendações do fabricante, através de ganchos de aço zincado ou galvanizado (com porca, arruela e guarnição de neoprene), parafusos auto-atarraxantes de aço cadmiado ou inox, conforme indicado para o tipo de telha utilizada.

Após fixação todas as juntas deverão ser estanques. A vedação será efetuada com fita vedadora e borracha de silicone, aplicadas conforme recomendações de seus respectivos fornecedores. Não será admitido qualquer vazamento em coberturas.

Cobertura em telhas cerâmicas

Localização: cobertura da edificação

Foi dimensionado a utilização de telhas cerâmicas do tipo romanas, com dimensão aproximada de 40 cm, galga de ± 33 cm, na cor vermelha.

Toda telha deverá passar por teste de estanqueidade e absorção de água antes da sua utilização através de amostragem por lotes. Todas as telhas deverão ser impermeabilizadas.

Tabeira de madeira

Conforme locais indicados em projeto, serão instaladas tabeiras de madeira de lei com espessura mínima de 2,5cm, aparelhadas para pintura.

Emboçamento da primeira fiada

Após a execução de todo telhado, será feito argamassa mista de cimento, cal e areia para o emboçamento da primeira fiada de telha a fim de isolar a entrada de animais no interior do telhado.

Cobertura em telha translúcida

Localização: cobertura do jardim interno

As telhas serão de procedência conhecida e idônea, com superfície polida, cantos retilíneos, isentas de rachaduras, furos e amassaduras. Os tipos e as dimensões obedecerão às especificações de projeto.

Deverá ser verificada a compatibilidade da estrutura de sustentação com o projeto da cobertura. Se existirem irregularidades, serão realizados os ajustes necessários. O assentamento deverá ser executado no sentido oposto ao dos ventos predominantes. As telhas serão fixadas às estruturas de sustentação por meio de parafusos ou ganchos providos de roscas, porcas e arruelas, de conformidade com os detalhes do projeto.

Rufos em chapa de aço galvanizado

Conforme locais indicados em projeto, serão em chapa de aço galvanizada nº24, com desenvolvimento variável.

Todo rufo deverá ser fixado através de rebites ou parafusos.

Revestimentos de paredes e tetos:

Chapisco

Chapisco aplicado em todas as paredes, vigas e pilares de concreto, internas e externas, com preparo mecânico.

O chapisco sobre alvenarias e ou concretos, etc., consiste na aplicação de uma camada irregular e descontínua de argamassa forte sobre estas superfícies, com a finalidade de se obter maior aderência para os posteriores revestimentos.

As superfícies a serem chapiscadas deverão estar perfeitamente limpas e molhadas. Serão inicialmente chapiscadas todas as superfícies de alvenaria, teto e concreto cujo revestimento seja massa paulista, azulejos, ou outro elemento decorativo.

A argamassa utilizada no chapisco será de cimento e areia lavada média peneirada tipo a-3, podendo ser aplicada com peneira ou por meio de máquinas, e terá como diretriz o lançamento violento da argamassa contra a superfície e a preocupação de não haver uniformidade na chapiscagem.

A espessura do chapisco deverá ser de 5 mm

Para chapisco em superfícies muito lisas e em superfícies de eps adicionar cola tipo resina sintética, de alto desempenho, que proporciona excelente aderência das argamassas, conforme recomendações do fabricante.

O chapisco deverá ser fartamente molhado após a pega para proceder-se a cura.

Emboço

Emboço aplicado em todas as paredes, vigas e pilares de concreto, internas e externas, que possuem revestimento cerâmico.

O emboço será constituído, por uma camada única de argamassa, sarrafeada com régua sem alisar e deverão apresentar acabamento desempenado áspero, mas perfeitamente alinhado, nivelado, apumado e uniforme, a fim de facilitar a aderência do revestimento cerâmico.

A espessura do emboço adequado para o perfeito desempenho das superfícies será de no máximo 15 mm. Quando houver necessidade, em casos especiais, aplicar emboço com espessura superior a 20 mm, recomenda-se aplicá-lo em 2 camadas, sendo a primeira chapada com colher de pedreiro e a segunda sarrafeada.

Reboco

Reboco aplicado em todas as paredes, vigas e pilares de concreto, internas e externas, com preparo mecânico.

O reboco ou massa paulista também denominada reboco paulista, reboco de tijolos ou emboço desempenado será constituído, por uma camada única de argamassa, sarrafeada

com régua e alisado com desempenadeira de madeira e posteriormente alisada com feltro ou borracha esponjosa.

As areias utilizadas nas argamassas deverão apresentar uma granulometria média uniforme. Deverão ser utilizadas areias finas e médias com o objetivo de se obter boas características do acabamento e se evitar o consumo exagerado de massa corrida.

Revestimentos de paredes:

Revestimento Cerâmico/Porcelanato

Localizada em áreas molhadas, sanitários, vestiários, cozinha, higienização e DML.

Revestimento em porcelanato 30x60cm, Glacier White Extra, borda reta, até o forro, marca de referência Portobello, assentado com argamassa de cimento colante ACII, rejunte antifungo e antimoho 1mm, Quartizolit Weber, cor branco ou equivalente técnico.

Nos locais indicados em projeto, serão assentados revestimento cerâmico, branca acabamento liso, padrão alto, de primeira linha, conforme alturas indicadas em cada ambiente.

Efetuar a limpeza prévia das peças, que devem estar limpas e isentas de materiais estranhos.

A pasta de assentamento será constituída de argamassa de cimento com cola para assentamento interno ou outra recomendada pelo fabricante da cerâmica, especial flexível, aplicada com desempenadeira de aço dentada, da seguinte forma:

As peças devem ser assentadas a seco, sem a necessidade de imersão prévia em água, pressionando-as adequadamente para sua perfeita aderência.

As peças serão assentes com regularidade, executando-se fiadas perfeitamente niveladas, aprumadas e alinhadas, de modo que as juntas verticais e horizontais mantenham as espessuras de projeto, ou as indicadas pelo fabricante, sendo, portanto, necessária à conferência das dimensões dos painéis a serem revestidos para haver a coincidência das juntas e dimensões.

As juntas serão limpas com ferramenta adequada antes da secagem final.

Aguarda-se 3 dias e procede-se o rejuntamento. Após 24 horas do rejunte molhar o mesmo para proceder à cura.

Não executar juntas muito abauladas, e com pouco rejunte.

E importante proceder à limpeza bem executada das pastilhas, após o assentamento e também após o rejunte, pois a mesma torna-se difícil após a secagem dos respingos de argamassa e pasta de rejunte.

Revestimentos de pisos:

Regularização e compactação

Em todos os locais onde forem assentados pisos, deverá ser executada regularização e compactação manual do terreno com soquete manual e/ou compactadores mecânicos tipo sapo, a fim de manter as áreas com grau de compactação mínima para execução de pisos.

Deverão ser seguidas as declividades solicitadas em projeto.

Lona Plástica

A lona plástica será utilizada sobre o solo como barreira impermeabilizante, visando impedir a ascensão de umidade para o contrapiso, proteger a estrutura contra contaminantes, minimizar a perda de água do concreto e, conseqüentemente, reduzir o risco de fissuração. Além disso, a lona proporcionará uma superfície limpa e regular, facilitando a execução das camadas subsequentes e garantindo maior durabilidade e desempenho ao sistema de piso.

Lastro de Concreto

O Lastro de concreto deverá ser executado sobre superfície de terreno limpo, base bem compactada, na espessura conforme projeto, com concreto não estrutural e regularização manual.

Observar todo tipo de fissura ou trinca. Elas devem ser tratadas antes das próximas etapas.

Contra-piso

Nas áreas em contato com o solo, será constituída de concreto simples traço 1:3:5 (cimento, areia, brita 1 e brita 2), com superfície sarrafeada e espessura mínima de 5 cm, lançado sobre o solo já compactado, e com aditivo impermeabilizante de pega normal para argamassa e concreto, que reage com o cimento durante o processo de hidratação.

Os contra-pisos deverão ser executados sobre as vigas baldrame, blocos de fundações, outras estruturas de fundações, evitando-se juntas próximas nestes locais

Revestimento em porcelanato

Conforme projeto de paginação, serão assentados revestimentos em porcelanato para piso 60x60cm.

O assentamento dos porcelanatos internos e externos, será feito com argamassa, tipo ACIII com dupla colagem. Caso haja necessidade da regularização da laje ou do contrapiso para conseguir os desníveis indicados no projeto, aplicar nata de cimento e cola BIANCO ou VIAFIX, espalhada com vassoura e depois proceder a regularização conforme indicado nas considerações gerais.

Os pisos deverão ser limpos cuidadosamente antes que os eventuais respingos de argamassa sequem, pois, sua limpeza posterior é extremamente difícil, o que poderá acarretar arranhões no esmalte da cerâmica.

Decorridos 3 dias após o assentamento, proceder-se-á ao rejuntamento com Rejuntabrás ou rejunte Quartzolit cor branca ou a definir, para dar a mesma coloração da cerâmica, e após 24 horas, a superfície deverá ser molhada para cura. As juntas entre as cerâmicas não deverão ultrapassar a espessura recomendada pelo fabricante, e deverão ser taliscadas com gabaritos de plástico tipo junta fácil especialmente fabricada na espessura indicada, ou com arame recozido 18 no caso de Porcelanato observando-se sempre a diferença entre as dimensões das peças, que deverão ser selecionadas previamente, através de gabaritos.

Concluído o rejuntamento e procedida a limpeza das cerâmicas, procede-se a cura do rejunte e passa-se uma demão de cera incolor e faz-se a proteção até a entrega da obra, colocando-se papel grosso sobre as cerâmicas.

Os pisos de cerâmica terminarão junto às paredes, em canto reto; nos sanitários e demais locais com piso cerâmico o rodapé será formado pelo próprio revestimento das paredes. Nos locais sem revestimento específico cerâmico na parede, o rodapé será embutido e executado em granito altura de 7 cm conforme projeto.

As cerâmicas poderão ser assentes com argamassa da marca Quartzolit, similar e equivalente, específica para cada uso, interno ou externo, conforme manual de recomendações da fabricante.

Acabamentos e arremates:

Peitoril de granito cinza

Nos locais indicados nos projetos de arquitetura, e em geral em todos os caixilhos internos e externos em alumínio, serão instaladas placas em granito cinza andorinha, polido em todas as faces aparentes, acabamento bizotado e assentes com argamassa 1:3 e grapas fixadas com massa plástica, para servirem como peitoris.

Sempre que possível, os caixilhos serão colocados, faceando o parâmetro interno das paredes, de modo a eliminar o peitoril interno, subsistindo apenas o peitoril externo, caso não seja possível deverá ser executado peitoril interno e externo.

Não se esquecer de deixar as pingadeiras necessárias aos peitoris.

Soleira de granito cinza

Conforme indicados em projeto e onde houver desníveis entre pisos, serão instalados soleiras conforme dimensões em projeto. Deverá ser preparado o lastro ou a laje conforme especificações gerais.

As soleiras serão de granito na cor Cinza Andorinha polido em todas as faces aparentes, espessura mínima de 2 cm, qualidade extra, sem trincas e sem manchas.

Efetuar a limpeza prévia das peças, que devem estar limpas e isentas de materiais estranhos.

As placas de granito antes de serem assentes devem ser preparadas com a instalação de grapas fixadas com massa plástica para colagem de pedras, para melhor aderência.

O assentamento das placas, será feito com argamassa de cimento, areia média seca, no traço 1:3, com espessura de 2 a 2,5cm sobre a base varrida limpa e recoberta com nata de cimento e cola resina sintética, de alto desempenho, que proporciona excelente aderência das argamassas aos mais diversos substratos esfregados com vassoura de piaçava. Caso haja necessidade da regularização da laje ou do contrapiso para conseguir-se os desníveis indicados no projeto, aplicar nata de cimento e cola, espalhada com vassoura e depois proceder a regularização conforme indicado nas considerações gerais.

Os cortes das peças, caso necessários, deverão ser com ferramenta adequada do tipo Makita elétrica.

Rodapé de granito cinza

Conforme indicado em projeto, os rodapés serão em granito, sem trincas e sem manchas e cimentado.

Efetuar a limpeza prévia das peças, que devem estar limpas e isentas de materiais estranhos.

Os rodapés poderão ser assentes com argamassa de cimento e cola, específica para cada uso, interno ou externo, conforme manual de recomendações da fabricante.

Os cortes das peças, caso necessários, deverão ser com ferramenta adequada do tipo Makita elétrica.

A argamassa de assentamento será espalhada com régua, de acordo com referências de nível, previamente colocadas. Após o sarrafeamento da argamassa com régua, borrifar-se-á cimento em pó sobre a superfície da argamassa. As placas de granito serão então colocadas sobre a argamassa, comprimindo-as individualmente com o cabo da colher ou com martelo de borracha, ajeitando-as para proceder-se o alinhamento, e finalmente batidas com régua em toda a superfície revestida, para nivelamento.

As placas deverão ser limpas cuidadosamente antes que os eventuais respingos de argamassa sequem, pois, sua limpeza posterior é extremamente difícil.

Decorridos 3 dias após o assentamento, proceder-se-á ao rejuntamento, e após 24 horas, a superfície deverá ser molhada para cura.

Concluído o rejuntamento e procedida à limpeza das placas, procede-se a cura do rejunte e faz-se a proteção até a entrega da obra, colocando-se papel grosso sobre as placas.

Acabamento de Alumínio

Nos locais onde forem assentados os revestimentos cerâmicos, deverão ser instaladas cantoneiras de alumínio nos locais onde houver cantos vivos.

Chapa protetora de paredes para uso hospitalar

Conforme locais indicados em projeto (LAYOUT), deverão ser instalados chapa protetora de paredes com altura de 90cm do piso acabado, fabricada em PET (politereftalato de etileno), esp. 1mm, cor cinza driftwood, ref. Linha Protecno Tecnoperfil ou equivalente técnico.

Bate-maca / protetor de parede

Conforme locais indicados em projeto (LAYOUT), deverão ser instalados bate-maca ou protetor de parede em PVC com amortecimento à impacto com altura de 90cm do piso acabado, modelo TEC200N, na cor azul médio 409, marca de ref. Tecnoperfil ou equivalente técnico.

O bate-maca é indicado para ser instalado em áreas de grande movimentação para proteger e absorver os impactos causados por macas, cadeiras de rodas e carrinhos de suprimentos, sendo instalados nos dois lados do corredor. É produzido com estrutura de alumínio e revestido em vinil texturizado de alto impacto.

Os corredores destinados à circulação de pacientes devem possuir bate-macas com corrimão em PVC com 20 cm e altura de 90cm do piso, e com finalização curva.

Juntas de dilatação:

Conforme indicado em projetos, deverão ser feitas juntas de Concretagem, Serradas e de Dilatação para os pisos de Concreto.

Para os pisos cerâmicos, deverão ser e executadas juntas de acordo com as recomendações dos respectivos fabricantes.

Forros:**Forro em placas de gesso acartonado (drywall)**

Deverá ser utilizado forro em placas de gesso acartonado, com acabamento liso, em altura e ambientes conforme especificados em projeto executivo.

O forro de gesso acartonado será executado com painéis de gesso acartonado de espessura 12,5 mm. Esses painéis são pré-fabricados e produzidos a partir da gipsita natural e cartão duplex. Eles devem ser fixados em perfis longitudinais que são constituídos de chapas de aço galvanizado, espaçados a cada 60 cm, sustentados por pendurais próprios reguláveis e devem ser fixados à estrutura existente. Os parafusos utilizados são auto-perfurantes e autoatarrachantes, zincados ou fosfatizados aplicados com parafusadeira. Parafusar as placas de 30 em 30 cm no máximo e no mínimo a 1 cm da borda das placas. A instalação dessas placas deve seguir as recomendações do fabricante.

Os serviços devem ter a coordenação do responsável da obra para não ocorrer nenhum dano ao produto no momento da instalação. Goteiras, vazamentos, vibrações, produtos químicos ou vapores podem danificar as placas do forro. Serão executadas aberturas para instalação de equipamentos tais como luminárias, difusores, sonofletores, detectores.

Pinturas:**Emassamento de superfície com aplicação de 02 duas demãos de massa látex PVA, lixamento e retoques**

Aplicado em forro liso conforme projeto. Massa látex-PVA, marca Suvnil Látex PVA, composta por resina à base de dispersão aquosa de polímeros vinílicos, pigmentos isentos de metais pesados, cargas minerais inertes, glicóis e tensoativos etoxilados e carboxilados.

O produto deverá ser apresentado pronto para uso, bastando ser dissolvido antes da aplicação, sendo que sua diluição, quando necessária, deverá ser feita com água pura.

Efetuar a lixação do gesso com lixa para gesso 80, 60, ou 30 conforme o caso, para eliminar partes soltas e grãos salientes.

Pequenas rachaduras e furos devem ser estucados com massa corrida PVA ref.: Coral, Suvinil ou Eucatex, similar e equivalente para superfícies internas.

Após a preparação já descrita, aplicar massa corrida PVA ref.: Coral ou Suvinil, similar e equivalente em camadas finas, em duas ou três demãos conforme necessidade, sendo que cada camada depois de seca deverá ser lixada e o pó removido com pano úmido, antes da aplicação da camada seguinte.

Emassamento de superfície com aplicação de 02 duas demãos de massa acrílica, lixamento e retoques

Localizados em todas as paredes internas que receberão pintura acrílica e epóxi. Realizada com massa acrílica na cor branca, acabamento liso, referência Metalatex Massa Corrida equivalente técnico

O produto deverá ser apresentado pronto para uso, bastando ser dissolvido antes da aplicação, sendo que sua diluição, quando necessária, deverá ser feita com água pura.

Efetuar a lixação da parede, para eliminar partes soltas e grãos salientes.

Pequenas rachaduras e furos devem ser estucados com massa corrida acrílica ref.: Coral, Suvinil ou Eucatex, similar e equivalente para superfícies internas.

Após a preparação já descrita, aplicar massa corrida acrílica ref.: Coral ou Suvinil, similar e equivalente em camadas finas, em duas ou três demãos conforme necessidade, sendo que cada camada depois de seca deverá ser lixada e o pó removido com pano úmido, antes da aplicação da camada seguinte.

Fundo preparador para pintura

Em todas as paredes que receberão pintura, deverá ser fornecida e aplicada fundo preparador para pintura, referência fundo preparador de paredes a base de água da Coral - ou equivalente técnico.

Pintura látex acrílica ambientes internos, três demãos

Paredes dos ambientes internos sob tinta acrílica, superlavável, referência Suvinil ou equivalente técnico;

Tetos dos ambientes internos sob tinta acrílica, referência Suvinil ou equivalente técnico

Textura decorativa acrílica em ambientes externos

As paredes externas em alvenaria revestida, indicadas em projetos, receberão textura conforme cores indicadas no projeto ou consultar a FISCALIZAÇÃO.

Pintura sobre metal, aplicação manual, com duas demãos de tinta esmalte sintético

Nas esquadrias de ferro, prever antes da pintura, o lixamento e aplicação de fundo tipo zarcão.

Emassamento e Pintura de esquadrias e elementos de madeira, aplicação manual, com duas demãos de tinta esmalte sintético, inclusive fundo branco nivelador

Nas esquadrias de madeira e similares indicados nos projetos deve-se proceder da seguinte forma:

Lixar a superfície da madeira até ficar lisa e polida com lixas média e fina 80, 100, 220, e 280, dependendo do estado da madeira.

As superfícies deverão estar isentas de umidade, pó, gorduras, óleos, etc. Os nós ou veios resinosos deverão ser primeiramente selados com verniz Knotting.

Após o preparo da superfície o passo seguinte é selar o substrato, que deve ser feito com tinta de fundo, ou seja, fundo a Óleo para Madeira ref.: Sherwin Williams ou Coral, ref.: Coral Plus, Metalatex, Suvinil, similar e equivalente indicada para preparação de superfícies de madeira em exteriores e interiores, diluindo-se até 20% com Redutor 670 para aplicação com pistola convencional. Aguardar a secagem e efetuar o lixamento com lixa fina grana 280, 320 ou 400.

Após o lixamento proceder a limpeza com pano seco e aplicar massa a óleo para madeira, a base de resina alquídica longa em óleo, empregada para corrigir imperfeições em superfícies de madeira, com diluição de 5% de redutor 670 se desejar facilitar a aplicação. Após a secagem, lixar novamente, eliminar o pó e aplicar o acabamento a óleo ou sintético, em duas ou mais demãos até atingir acabamento perfeito, sendo a primeira demão com diluição de até 15%, e a segunda e/ou terceira demãos com diluição de 10% de redutor 670, sendo vedado o uso de corantes.

Pintar com umidade relativa do ar inferior a 85%, temperatura superior a 10°C e inferior a 40°C. Mexer bem a tinta de acabamento antes e durante a aplicação, com uma ripa ou espátula limpa.

Nas pinturas internas manter o ambiente ventilado, a fim de facilitar a secagem.

Louças e metais:

Louças sanitárias

As peças deverão ser bem cozidas, desempenadas, sem deformações e fendas, duras, sonoras, resistentes e praticamente impermeáveis e de bom acabamento.

O esmalte deverá ser homogêneo, sem manchas, depressões, granulações ou fendilhamentos.

As louças deverão ser feitas de uma só peça, sem juntas e sem emendas, salvo a de união do aparelho ao pedestal, quando houver.

As louças sanitárias, e seus acessórios das marcas já especificadas deverão ser instaladas em rigorosa observância as indicações do projeto e as recomendações do fabricante.

A CONTRATADA deverá testar o perfeito funcionamento do conjunto montado, com a devida aprovação da FISCALIZAÇÃO.

As bacias sanitárias deverão ser dotadas de assento das marcas indicadas anteriormente.

As bancadas diversas com lavatórios de apoio da marca DECA, similar e equivalente, serão instaladas conforme projeto, e deverão ser providas de saia de 10 cm também em granito conforme detalhes de projeto.

As bancadas das Cozinhas e dos lavatórios deverão ser em placas de granito Cinza Andorinha, qualidade extra, polido em todas as faces aparentes, 20 mm de espessura, chumbadas 3 cm na alvenaria com argamassa 1:3 e ou com suportes em cantoneiras ou ferro "T" pintadas, sendo que todas as bancadas deverão ter espelhos/barrados de 15 cm de altura junto às alvenarias e ou revestimentos e chumbado à alvenaria 1 cm e sobra de 1 cm bizotada e com bordas bizotadas e molduras em toda extensão conforme detalhes de projeto.

Bacia convencional de louça branca sem abertura frontal para portadores de necessidades especiais, Vogue Plus Conforto - P510, inclusive assento em poliéster, ref. AP51 - Deca ou equivalente, tubo de ligação metal cromado com canopla, anel de vedação e parafusos para fixação

Localizadas nos sanitários femininos e masculinos PCD

Bacia sanitária de louça branca com caixa acoplada e válvula de duplo acionamento, Ravena - P9 - Deca ou equivalente, inclusive assento plástico, tubo de ligação metal cromado com canopla, engate flexível trançado inox 1/2" x 30cm, anel de vedação e parafusos para fixação

Localizadas em todos Sanitário e Vestiário Femininos e masculinos

Lavatório de louça branca com coluna suspensa, Vogue Plus Confort - L51+CS1V para portadores de necessidades especiais - Deca, inclusive válvula de saída cromada 1", sifão em metal cromado 1" X 1/2", engate flexível trançado inox 1/2" X 30cm e parafusos para fixação, exclusive torneira

Localizadas nas salas de atendimentos, consultórios.

Lavatório suspenso de Canto - Izy - L101 - Deca ou equivalente, inclusive válvula de saída cromada 1", sifão em metal cromado 1" x 1/2", engate flexível trançado inox 1/2" x 30cm e parafusos para fixação, exclusive torneira

Localizadas nos sanitários femininos e masculinos PCD

Mictório de louça branca com sifão integrado antivandalismo - M715 - Deca ou equivalente, inclusive engate flexível trançado inox 1/2" x 30cm

Localizadas nos sanitários masculinos

Tanque de louça branca com coluna, 30l ou equivalente, incluso sifão flexível em PVC, válvula metálica e torneira de metal cromado padrão médio - fornecimento e instalação

Localizadas no DML e higienização

Cuba de louça branca de embutir oval - L37 - Deca ou equivalente, inclusive válvula de saída cromada 1", sifão em metálico tipo copo cromado 1" x 1/2" e engate flexível trançado inox 1/2" x 30cm, exclusive torneira

Localizadas nos sanitários femininos e masculinos

Metais sanitários

Os metais e acessórios deverão, para sua colocação, obedecer às especificações do projeto.

Torneira bica baixa de mesa para lavatório PressMatic Alfa - Docol, Decamatic Smart - Deca ou equivalente

Localizadas em todos os lavatórios dos sanitários femininos e masculinos, PCD, nas salas de atendimentos, consultórios

Torneira de parede de cozinha bica alta 360º Gali - Docol ou equivalente

Localizadas nas pias em aço inox da cozinha, salas de atividades, farmácia, posto de enfermagem, sala de medicação

Torneira de parede para tanque longa 3/4" 1158 Primor - Docol ou equivalente

Localizadas no DML e higienização

Ducha manual Acqua jet , linha Aquarius, com registro ref.C 2195, marcas de referência Fabrimar, Deca ou Docol

Localizadas em todos os sanitários femininos e masculinos, PCD

Barra de apoio, para lavatório, fixa, constituída de barra lateral em "U", em aço inox, d=1 1/4", Jackwal ou similar

Localizadas em todos os sanitários femininos e masculinos PCD

Barra de apoio reta em aço inox 304 p/ portadores de necessidades especiais (NBR 9050), largura 40 cm

Localizadas em todos os sanitários femininos e masculinos PCD

Barra de apoio reta em aço inox 304 p/ portadores de necessidades especiais (NBR 9050), largura 80 cm

Localizadas em todos os sanitários femininos e masculinos PCD

Chuveiro elétrico tipo ducha Lorenzet ou Corona

Localizadas nos vestiários femininos e masculinos

Cuba em aço inox nº 02(dim.560x340x150)mm, marcas de referência Franke, Strake, Tramontina, inclusive válvula de metal 3/2" e sifão cromado 1 x 1/2", excl. torneira

Localizadas na cozinha e higienização de alimentos e utensílios

Cuba de aço inox nº 1(dim.460x300x150)mm, marcas de referência Franke, Strake, Tramontina, inclusive válvula de metal 3/2" e sifão cromado 1 x 1/2", excl. torneira

Localizadas nas salas de atividades, farmácia, posto de enfermagem, sala de medicação e sala de utilidades

Válvula de descarga com acabamento canopla metal cromado, diâmetro 40mm (1.1/2"), referência Fabrimar, Deca, Docol ou equivalente

Localizadas em todos os sanitários femininos e masculinos PCD

Acessórios de sanitários:

Os metais e respectivos acabamentos e acessórios serão instalados em restrita observância às recomendações do fabricante. O perfeito estado de cada item será cuidadosamente verificado antes de sua colocação, não devendo ser aceitos quaisquer defeitos decorrentes de fabricação, transporte, manuseio e instalação inadequada

Dispenser para toalha interfolhada

Localizadas em todos os locais onde possuem lavatórios e pias

Dispenser, em plástico, para papel higiênico em rolo

Localizadas em todos os locais onde possuem vasos sanitários

Saboneteira plastica tipo dispenser para sabonete líquido

Localizadas em todos os locais onde possuem lavatórios e pias

Acabamento do ralo em aço inox.

Localização: Serão instalados em todas as áreas molhadas

Acabamento dos registros cromados.

Localização: Onde houver registro

Bancadas:

Bancadas de granito

Locados nos locais descritos em planta.

As bancadas serão de granito cinza andorinha polido espessura 2 cm, inclusive rodapia (10 cm) e testeira (4 cm e 10 cm).

As bancadas serão de procedência conhecida e idônea, com arestas vivas, faces planas, sem rachaduras, lascas, quebras e quaisquer outros defeitos. Deverão apresentar acabamento polido e dimensões regulares, de conformidade com o projeto.

O armazenamento e o transporte das bancadas serão realizados de modo a evitar quebras, trincas, contato com substâncias nocivas e outras condições prejudiciais. De preferência, as bancadas serão guardadas em local próximo do assentamento, na posição vertical, encostadas em paredes e apoiadas sobre ripas de madeira, agrupadas por tipo e discriminação da área a que se destinam. Os rodapias e demais peças de acabamento e arremate serão armazenadas com os mesmos cuidados, juntamente com as bancadas.

4.2 Especificações de urbanismo

Elementos de fechamento:

- Muro em alvenaria de blocos cerâmicos ou concreto.
- Cercas e portões tipo Nylofor

Pisos Externos:

- Lastro de concreto simples, espessura 8cm, preparo mecânico
- Lona plástica para execução de pavimentos de concreto.
- Armação para execução de radier, piso de concreto ou laje sobre solo, com uso de tela
- Piso cimentado, traço 1:3 (cimento e areia), na cor cinza escuro com corante tipo xadrez, acabamento camurçado, espessura 3,0 cm, preparo mecânico da argamassa, inclusive juntas plásticas em quadros de 1 (um) metro
- Ladrilho hidráulico pastilhado/ranhurado (tátil de alerta/tátil direcional), amarelo, dim. 25x25 cm, esp. 2.5cm, assentado com pasta de cimento colante, exclusive regularização e lastro
- Meio-fio de concreto pré-moldado, rejuntamento com argamassa de cimento e areia
- Piso Intertravado para estacionamento, e= 8cm, 35Mpa, paginado em escama de peixe

Revestimentos de paredes e acabamentos:

- Chapisco em paredes
- Reboco paulista para paredes
- Pintura Látex Acrílica, sobre selador, cor a definir.

Sinalização:

- Pintura em pavimento – tinta à base de resina acrílica

Contenção:

- Muro de concreto armado.
- Tubo de PVC para drenagem (barbacã)
- Tubo de PVC corrugado para drenagem (dreno profundo)
- Manta geotêxtil para drenagem

4.3 Especificações de paisagismo

Após o término das atividades de construção civil, as áreas onde serão implantadas vegetação serão escarificadas com o uso de ferramentas apropriadas e todo o material de

entulho, restos de construção, raízes, etc. devem ser removidos e dispensados, juntamente com o bota-fora da obra civil.

O solo, nas áreas a serem gramadas ou implantadas outras espécies de cobertura, será revolvido, numa profundidade de, no mínimo, 20 (vinte) cm para o procedimento das atividades seguintes.

Adubos orgânicos

A fertilização será feita, preferencialmente, com a adição de adubo orgânico após o resultado da análise do solo. Depois de aplicado o adubo, o terreno será revolvido superficialmente antes da implantação das mudas, para que o mesmo seja incorporado homogeneamente ao solo.

Implantação das espécies vegetais

As mudas devem ser bem formadas, sem pragas e/ou doenças e com torrão compatível ao seu porte. Não serão aceitas mudas com raízes nuas. As espécies de cobertura devem ser adquiridas em mudas individuais ensacadas ou em placas, no caso da Grama esmeralda.

Ao realizar o plantio, os recipientes (sacos plásticos ou vasos) serão retirados, tendo-se o cuidado para que o torrão não seja partido e não prejudique as raízes e o desenvolvimento das plantas.

Plantio de herbáceas e arbustos

Deverão ser abertas covas na dimensão aproximada de 0,40m x 0,40m x 0,40m.

O material resultante da escavação será descartado, e substituído por terra vegetal, previamente preparada com adubo orgânico, húmus, considerado à princípio, na proporção de 20% (vinte por cento). O tipo de adubo e sua proporção deverão ser confirmados pelo engenheiro agrônomo responsável.

Realizar o plantio convencional. O plantio será realizado centralizando a muda na cova.

Erradicação de ervas naturais e controle fitossanitário

Consiste na eliminação de plantas competidoras, como cipó, braquiárias, ciperáceas (tiritica) e outras prejudiciais às espécies implantadas, em especial, aos gramados.

Essas plantas serão extirpadas pela raiz, através de sachos, e imediatamente acondicionadas em sacos plásticos, para que suas sementes não voltem a germinar.

Previamente à implantação do material vegetal será feita a detecção e identificação de formigas, cupins, pragas e doenças na área de entorno do projeto. A área será percorrida,

em sua totalidade visando à erradicação dos formigueiros existentes, notadamente, no entorno das espécies vegetais que dão flor. O controle de pragas e doenças será permanente, atendendo cada necessidade individual das espécies afetadas.

Irrigação

Deverá ser elaborado futuramente programa de irrigação, observando-se tecnicamente as condições climáticas e as peculiaridades de cada espécie.

Podas

Podas de formação, tratamento e limpeza serão executadas nas espécies vegetais sempre que necessário, obedecendo à conformação da copa da planta e evitando sua descaracterização.

4.4 Comunicação Visual

O projeto de Sinalização e Comunicação Visual deverá ser desenvolvido com o objetivo de aperfeiçoar as relações entre os usuários e os espaços, indicando direções a serem seguidas e identificando os ambientes.

A sinalização deverá ser composta de textos e outros, que descrevem todo o detalhamento da programação visual. Sua elaboração deve tomar por base o layout, o fluxo e o funcionamento do prédio de maneira geral, compatível com o Decreto 5.296/2.004, que regulamenta as Leis 10.048/2.000 e 10.098/2.000 e se remete às normas técnicas de acessibilidade da ABNT NBR 9050 e NBR13994, assim como à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinada em 2007 e que teve seu texto aprovado pelo Decreto Legislativo nº 186, de 2008, a Lei nº 13.146, de 2015, as orientações descritas no Manual de Acessibilidade para Prédios Públicos - Guia para Gestores; 1ª edição, julho/2015 elaborado pelo Ministro do Planejamento e em especial as orientações Manuais de Identidade Visual Ministério da Saúde em vigência.

A comunicação visual deve supor que o público-cliente não conhece o vocabulário próprio da entidade prestadora do serviço, o nome dos ambientes, os serviços prestados e a localização propriamente dita desses locais. Por isso, identificar a necessidade do público-cliente, suas dificuldades, o seu comportamento e nível cultural auxilia a compor uma sinalização autoexplicativa para este público.

As cores das placas de comunicação visual serão definidas com base nos Manuais de Identidade Visual Ministério da Saúde compatível com a finalidade de uso do imóvel, devendo sempre conter o símbolo do SUS e do Brasão da PMA e serem submetidas à fiscalização da prefeitura para aprovação.

Todas as placas, internas e externas, deverão ser desenvolvidas seguindo uma unidade visual e de significado que facilitará a leitura das informações pelos usuários. As sinalizações referentes a comunicação visual de trânsito e estacionamento como: pintura, piso, indicações de vagas e estacionamento, placas de orientação de trânsito deverá ser parte integrante do anteprojeto de arquitetura.

O projeto de identidade visual e tátil orientará toda a instalação do sistema e suas especificações técnicas.

O projeto deverá estar compatibilizado com os projetos de arquitetura e demais complementares do prédio na totalidade.

A padronização deverá ter a garantia da uniformidade da identidade visual da PMA.

Destaca-se ainda a importância para que haja uma harmonia entre estas diretrizes e a outros itens que compõe a edificação e seus mobiliários e complementos.

Observar as devidas proporções para ampliação ou redução da sinalização e comunicação visual, não prejudicando a leitura de seus elementos separadamente.

Placas

Para a criação das placas devem ser desenvolvidas:

- Pesquisa e análise - Conhecimento da estrutura funcional, administrativa e operacional;
- Adequação dos critérios - formas/conceitos a partir da análise realizada;
- Definição dos elementos que compõem o projeto desenvolvido - características de utilização e parâmetros de linguagem adotada;
- Esse sistema de sinalização visa garantir que todos, independentemente de limitações físicas ou sensoriais, possam navegar e interagir com o ambiente de forma autônoma e segura. A cor de letras, dimensões e pictogramas Instaladas nas paredes e/ou portas com espaçadores.

Baseado nisso, deverão ser previstas as placas:

Placas/Quadros ou Totens:

Sinalização Interna:

- Placas identificadoras dos ambientes;
- Placas em portas;

- Placas identificadoras de sanitários;
- Placas de acesso restrito;
- Os Quadros de Ocupação Predial (Mapa Tátil) e/ou Totens

As placas de sinalização internas serão confeccionadas em vinil autoadesivo com impressão digital e recorte eletrônico aplicado sobre placa em acrílico com sinalização para pessoas com deficiências visuais táteis, com mínimo de 3,0mm de espessura, dependendo da dimensão final das cada placa. Após a colagem do vinil e o recorte da chapa de acrílico, as placas devem receber duas demãos finas de laca protetora, aplicadas manualmente. No verso das placas, é aplicada fita adesiva dupla face de espuma acrílica, em toda a extensão das peças.

Os tamanhos de placas internas, textos, pictogramas, alturas de fixação e cores serão definidos no projeto de sinalização, não inferior a 12x30cm para portas e não inferior a 60 x 40 para quadro geral/mapa tátil, todas atendendo a NBR 9050/2024 que estabelece diretrizes detalhadas para tipos variados de sinalização de acessibilidade.

Os Quadros de Ocupação Predial (Mapa Tátil) e/ou Totens deverão indicar aos usuários, logo na entrada da edificação (espera), a localização de cada componente administrativo.

A quantidade de quadros e os locais mais adequados para sua fixação serão indicados pela equipe responsável por implementar e fiscalizar a sinalização. O quadro é composto por faixas de vinil autoadesivo (cor a definir) com impressão digital e recorte eletrônico, coladas diretamente sobre chapa de acrílico. Cada faixa de vinil é aplicada diretamente sobre a chapa acrílico. As dimensões são variáveis, de acordo considerando as normas técnica vigentes.

Totens serão adotados com alternativa para conter informações temporárias e se destinam a locais onde não há possibilidade de fixação de placas de sinalização ou de porta-avisos.

Os totens serão confeccionados em chapa de aço inoxidável (chapa 18), com acabamento escovado e ranhuras no sentido horizontal, com dimensões serem definidas no projeto de sinalização.

Sinalização Externa:

- Placas direcionais;
- Placa identificadora da Unidade.
- Placas de Portas constantes nas fachadas externas

- Portas de Casa de Gás e de Casas de Resíduos.
- Placa de inauguração;

Nas placas de sinalização para áreas externas (portas), o vinil sem recorte é aplicado na chapa acrílica de forma que a encape, recebendo outra placa por trás, para mais durabilidade do conjunto. As dimensões, cores e tipologia deverão ser definidas atendendo o Manual de Identidade Visual do Ministério da Saúde e a fiscalização da Prefeitura.

A sinalização externa que identifica a edificação “CAPS i São Marcos” deve ocupar lugar de destaque na fachada do edifício, usando, sempre, sua assinatura completa com símbolo/padrão SUS e Ministério da Saúde, bem como do brasão PMA. As cores e tipologia deverão ser definidas atendendo o Manual de Identidade Visual do Ministério da Saúde, e poderá ser confeccionada em:

- Em letra de aço inoxidável, chapa com espessura maior que 2mm, acabamento escovado, tipo letra-caixa. As dimensões serão definidas em projetos de sinalização. O tamanho do logotipo e do símbolo deve ser adequado ao espaço disponível e à distância para visualização, a fim de não ferir os padrões estéticos das edificações.
- Em letra tipo caixa em PVC igual ou maior que 20mm dependendo da dimensão da letra e do projeto, com corte eletrônico a laser.

Aplicação de prime, pintura automotiva de secagem rápida e aplicação de verniz bicomponente. Cor e tipo de fonte conforme orientação do Ministério da Saúde. Fontes em Negrito, altura de maior que 30cm. Instalação com parafuso. Platinbanda da Fachada frontal. Deverá ser fornecida e instalada uma placa de inauguração em aço escovado 60 x 50cm. Os dizeres serão definidos pela FISCALIZAÇÃO.

Pisos táteis:

Deverá ser elaborado projeto de sinalização especial para a sinalização externa que identifica os estacionamentos, depósitos e outros que serão desenvolvidos pelos responsáveis pela sinalização predial.

Pisos táteis internos: deverão ser do tipo elementos táteis discretos, em relevo e fixados diretamente sobre o piso adjacente, em aço inox (áreas de circulação geral do prédio) aparafusados instalados por meio de um furo no piso existente.

Pisos táteis externos: serão do tipo integrados, instalados no mesmo nível do piso adjacente com argamassa ou cola, do tipo ladrilho hidráulico. Devendo atender a legislação municipal que regulamenta os pisos de calçadas/passeios.

4.5 Acessibilidade

Nos estacionamentos localizados na parte lateral do terreno, em piso intertravado, deverão ser previstas vagas separadas para idoso e pessoas com deficiência. Para possibilitar o livre trânsito deste grupo, rampas e pisos táteis deverão ser incorporados ao projeto visando acessibilidade. O piso tátil deverá ser instalado conforme normativa vigente.

As placas de concreto usadas na pavimentação tátil devem ter resistência suficiente e adequada aos esforços provenientes do tráfego pesado, ao longo do tempo.

O acabamento da base deve ser rústico para melhor aderência da argamassa de assentamento. As dimensões das placas devem ser bem definidas e regulares, de modo que os espaços entre as juntas sejam bem pequenos.

Deverá ser instalado piso tátil (alerta e direcional) para o trânsito de deficientes visuais, pela parte interna da unidade, em piso tátil alerta pinado revestido em inox, sendo esta sinalização em consonância com a NBR 9050/ NBR16537.

5 TERRAPLANAGEM

Com base no Levantamento Topográfico (ANEXO I-I) e projetos de arquitetura a serem desenvolvidos, deverá ser elaborado projeto de terraplanagem para que o terreno receba, na fase inicial da obra, os movimentos de terra necessários de forma a atender os níveis finais, bem como movimentos de terra necessários à perfeita drenagem e esgotamento de água no terreno e das obras de edificações, muros e muretas, passarelas/escada e rampas, entre outras a serem executadas.

Caso a fiscalização julgue necessário, no final da execução dos serviços de urbanização (base das pavimentações em geral, caladas/passeios, passarelas e paisagismo externos), execuções das bases dos pisos das obras de edificações, entre outros pertinentes, o terreno pode ser ajustado com escavações e reaterros para atender os níveis finais do projeto de arquitetura, além de eventuais correções e ajustes nos taludes, após conferência dos níveis do terreno.

Todos os serviços de aterro e reaterros, manual e/ou mecânico, deverão ser acompanhados por rigoroso controle tecnológico (ensaios e testes), conforme a ABNT e executado por empresa especializada.

A escavação manual para a execução da infraestrutura, reaterros das fundações e aterro com solo e/ou areia, bem como compactação de aterro, deverão ser executados de acordo com as Normas Brasileira, com os critérios mínimo a seguir.

- Material sem detritos vegetais;
- Não será permitida a utilização de aterro com entulho, terra em decomposição ou misturada com materiais orgânicos.
- Os aterros e reaterros devem ser em camadas com espessura mínima de 15 cm e máximas de 20 cm (verificar a indicação da prescrição técnica e normas técnicas), convenientemente molhadas e fortemente apiloadas e/ou compactadas com equipamento mecânicos;

A escavação manual e mecanizadas deverão ser executados de acordo com as Normas de segurança do trabalho e Normas Técnicas Brasileiras.

Terraplanagem

De modo geral, os movimentos de terra deverão ser realizados na execução da infraestrutura e para atender os níveis finais a serem desenvolvidos nos projetos de arquitetura e de terraplenagem e devendo ser executados os seguintes serviços de movimento de terra:

- Escavação mecânica em material de 1ª categoria: trata-se do serviço necessário a execução de retirada de material orgânico existente no terreno, cujos volumes escavados são de grande monta sendo mais viável a de execução de forma mecânica;
- Escavação manual de material de 1ª categoria: trata-se do serviço necessário a execução de cavas de fundação ou valas em geral no terreno, cujos volumes escavados são de pequena monta só viável de execução de forma manual;
- Reaterro apiloado de cavas de fundação, em camadas de 20 cm: trata-se do serviço necessário para o reaterro final das cavas de fundação, utilizando a própria terra da escavação, umedecida, cuidando para não conter pedras de dimensões superiores a 5 cm, de forma a atingir a densidade e compactação homogênea aproximadas do terreno natural;
- Aquisição de areia para aterro, inclusive transporte local, carga de material de 1ª categoria, para execução de rampas de acesso e urbanização nova de forma a atender os níveis finais do Projeto de Arquitetura.
- Aterro compactado utilizando compactador de placa vibratória com reaproveitamento do material para a atender os níveis finais do Projeto de Arquitetura.

- Execução e compactação de aterro com solo predominantemente argiloso - com reaproveitamento do material para atender os níveis finais do Projeto de Arquitetura.
- Remoção do material decorrente das escavações: trata-se do serviço necessário a retirar da obra (bota fora) o material proveniente das escavações executadas na obra (manual ou mecanizada), transportando estes a uma distância superior a 10 km, a medição do referido serviço será:
- De material de 1ª e 2ª categoria (argila, areia, terra em geral, material contendo cascalho) = será o volume escavado.
- Retirada de entulho, incluindo carga transporte e descarga, de material proveniente de capina e limpeza do terreno/demolições: trata-se do serviço necessário a retirar da obra (bota fora) o material proveniente de capina e limpeza do terreno/demolições executadas na obra (manual ou mecanizada), transportando estes até destinação final em local licenciado.

O terreno deverá ser compactado a 98 +/-2% do Proctor Normal.

Esgotamento de valas

Caso seja necessário, deve ser considerado esgotamento com moto-bomba das cavas de fundação.

O terreno deverá sofrer os movimentos de terra necessários de forma a atender os níveis finais do Projeto Executivo de Arquitetura, bem como movimentos de terra necessários à perfeita drenagem e esgotamento de água no terreno e das obras de edificações/muros e muretas a serem executadas.

Escoramento de valas

Consiste na contenção lateral das paredes de solo de cavas, poços e valas, através de pranchas metálicas ou de madeira fincadas perpendicularmente ao solo e travadas entre si com o uso de pontaletes e longarinas, também metálicos ou de madeira, pela constatação da possibilidade de alteração da estabilidade de estruturas adjacentes à área de escavação ou com o objetivo de evitar o desmoronamento por ocorrência de solos inconsistentes, pela ação do próprio peso do solo e das cargas eventuais ao longo da área escavada em valas de maiores profundidades.

Os tipos de escoramento utilizados serão os especificados em projeto e, na falta destes, os sugeridos pela Fiscalização, baseada na observação de fatores locais determinantes,

tais como a qualidade do terreno, a profundidade da vala ou cava, a proximidade de edificações ou vias de tráfego etc.

Serão utilizados escoramento tipo contínuo em escavações de solos arenosos, sem coesão, ou quando alguma circunstância exija uma condição estanque das paredes da vala.

6 ESTRUTURAS

Os serviços estruturais deverão ser executados rigorosamente de acordo com as normas da ABNT, devendo satisfazê-las integralmente. Na etapa de anteprojeto foi considerado que a edificação será executada em estrutura de concreto armado, com laje armada de piso e laje de teto em 100% da área construída.

As normas adotadas para execução do Projeto Estrutural são:

- ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- NBR 6118 – Projeto e Execução de Obras de Concreto Armado;
- NBR 6122 – Projeto e Execução de Fundações;
- NBR 6120 – Cargas para o Cálculo de Estruturas de Edificações;
- NBR 9062 – Projeto e execução de estruturas de concreto pré-moldado;
- NBR 6123 – Força devidas ao Vento em Edificações;
- NBR 12655 – Controle de cimento Portland – Preparo, controle e recebimento – Procedimentos;
- NBR 5674 Manutenção de edificação – procedimentos;
- NBR 14931 – Execução de Estruturas de Concreto;

Deverão ser considerados, para fins de dimensionamento estrutural, os seguintes parâmetros mínimos:

- FCK do Concreto Estrutural = 30 MPa;
- Cobrimento mínimo das Peças Estruturais:
 - Fundações (blocos, sapatas, pilares e vigas em contato com o solo) = 5cm
 - Vigas = 2,5 cm
 - Pilares = 3,0 cm

- Lajes = 2,0cm
- Dimensões mínimas das peças Estruturais:
 - Vigas = 15x50cm (largura x altura);
 - Pilares = 19cm (menor lado)
 - Lajes = 12cm (espessura)
- O concreto deverá ser vibrado mecanicamente;
- DMC do agregado graúdo = Brita 0 e 1;
- Consumo mínimo de cimento por $m^3 = 300\text{kg}$;
- Aço Estrutural CA50A/CA60B – $F_y = 500\text{MPa}$ – $F_y = 600\text{MPa}$;
- Relação água/cimento = 0,50
- Toda peça em contato direto com o solo deverá ter base de concreto magro ($F_{ck}=15\text{MPa}$) com 5cm de espessura (lajes poderão utilizar lona plástica preta com espessura de 200 micras);
- A cura do concreto deverá ser feita por molhagem ou por película acrílica. Caso seja feita por molhagem deverá ser implementada durante pelo menos 14 dias consecutivos. Não serão admitidas fissuras de retração nas peças estruturais, em especial as lajes, as quais, se ocorrerem, deverão ser corrigidas com produtos específicos para tal fim. Alternativamente, para fins de redução do risco de retração, a Contratada poderá adotar microfibras de polipropileno.

No dimensionamento das estruturas deverá ser considerada a limitação de deformação das peças estruturais, sendo este um aspecto crucial para garantir a segurança e a funcionalidade da estrutura, evitando danos e problemas de uso e em especial o surgimento de manifestações patológicas em elementos não estruturais, que além de gerar redução da vida útil de subsistemas e da própria estrutura, causam visualmente a sensação de insegurança para os usuários.

As normas de engenharia estabelecem limites de deformação para diferentes estados limites de serviço (ELS), como deformações excessivas, formação de fissuras e abertura de fissuras, garantindo que a estrutura se comporte de forma adequada durante sua vida útil.

- Estado Limite de Deformações Excessivas (ELS-DEF);
- Estado Limite de Formação de Fissuras (ELS-F);

- Estado Limite de Abertura das Fissuras (ELS-W):
- Domínios de Deformação:
- Deformação Lenta ou fluência do concreto.

Logo não serão admitidas:

- Efeitos visuais indesejáveis:

Deslocamentos e deformações excessivas podem causar deformações visíveis na estrutura, afetando a estética do projeto.

- Vibrações indesejáveis:

Deformações excessivas podem aumentar as vibrações da estrutura, prejudicando o conforto dos usuários.

- Mau funcionamento de elementos não estruturais:

A deformação excessiva pode interferir no funcionamento de elementos não estruturais, como paredes, revestimentos e instalações.

- Danos à estrutura:

Em casos extremos, a deformação excessiva pode levar à ruptura da estrutura, comprometendo a segurança dos ocupantes.

A construção deverá ser feita rigorosamente de acordo com o projeto estrutural executivo a ser elaborado por profissional qualificado. Esse deve seguir as premissas descritas no memorial descritivo aqui apresentado e também no anteprojeto e especificações que constam no mesmo.

As cotas de implantação da obra, as cotas e os níveis das fôrmas e a seção das peças estruturais deverão ser verificados pelo responsável técnico pela obra antes de sua execução.

6.1 Infraestrutura/Fundações

A fundação deverá ser dimensionada de acordo com o Relatório de Sondagem disponibilizado (ANEXO I-J), após definição das cargas a ser realizada na etapa de desenvolvimento do projeto estrutural.

As fundações deverão ser executadas de forma a não abalar as construções existentes e vizinhas de modo que sejam evitadas quaisquer responsabilidades da CONTRATADA, quer sob o ponto de vista judicial, quer sob o ponto de vista criminal. Para tanto, deverá ser

verificado e registrado com fotografias, a existência de trincas e danos nas referidas edificações, tomando-se assim todas as precauções necessárias antes do início do estaqueamento, quando for o caso.

O concreto deverá ser controlado por ensaios em corpos de prova, em laboratório especializado, sendo uma série de 04 (quatro) corpos de prova, testados a 07 (sete) dias e 02 (dois) a 28 (vinte e oito) dias, para cada 30 m³ de concreto.

A impermeabilização das lajes de piso e vigas de fundação devem ser executadas conforme projeto de impermeabilização e estrutural, assim como as etapas de concretagem.

Deverão ser feitos ensaios de determinação da resistência a tração de aço utilizado na estrutura.

6.2 Superestrutura

Na etapa de anteprojeto se previu que a superestrutura da edificação será executada em concreto armado.

O concreto deverá ser controlado por ensaios em corpos de prova, em laboratório especializado, sendo uma série de 04 (quatro) corpos de prova, testados a 07 (sete) dias e 02 (dois) a 28 (vinte e oito) dias, para cada 30 m³ de concreto.

Deverão ser feitos ensaios de determinação da resistência a tração de aço utilizado na estrutura.

Todas as lajes deverão ser niveladas, para se obter um melhor acabamento e um rigoroso controle de espessura e planicidade.

Formas

As formas deverão ser limpas, removendo concreto velho, gesso, graxa, ou outra sujeira, bem como pregos e parafusos.

Será aplicado sobre toda a superfície de contato com o concreto um desmoldante adequado para permitir a desforma sem provocar danos ao concreto.

As formas deverão apresentar superfície lisa e plana, perfeita estanqueidade, rigidez, e resistência necessária para resistir aos esforços oriundos da concretagem sem apresentar deformações, vazamentos de nata ou outro efeito que venha a provocar defeitos ao concreto.

A desforma só se processará quando a estrutura tiver resistência necessária para absorver aos esforços oriundos da retirada das formas conforme estabelece a NBR 6118.

Armação

As armaduras serão posicionadas conforme as indicações de projeto, com cobrimentos rigorosamente garantidos através de espaçadores externos de plástico ou argamassa e espaçadores internos de arame (suportes de metal) de forma a não permitir que as armaduras sejam deslocadas durante a concretagem.

Não poderão ser empregados na obra aços de qualidades diferentes das especificadas no projeto, sem aprovação do projetista.

As barras de aço deverão ser convenientemente limpas de qualquer substância prejudicial à sua aderência, retirando-se as escamas eventualmente destacadas pela oxidação.

O dobramento das barras deverá ser feito respeitando-se os raios mínimos preconizados na NBR 6118.

As emendas de barras da armadura deverão ser feitas de acordo com o previsto no projeto; as não previstas deverão atender à NBR 6118.

Concreto

O concreto deverá ser dosado para atender a resistência característica especificada no projeto e possuir trabalhabilidade adequada para permitir o lançamento e adensamento de forma a não ocorrerem desagregações, nichos ou cavernas. Não será permitido o amassamento manual do concreto.

O concreto deverá ser lançado logo após o amassamento, não sendo permitido um intervalo maior que uma hora entre o final do amassamento e o início do lançamento. Com o uso de retardadores de pega o prazo poderá ser aumentado de acordo com as características do aditivo. Em nenhuma hipótese se fará lançamento após o início da pega.

O concreto deverá ser transportado do local de seu amassamento até o local de lançamento sem que acarrete segregação ou desagregação de seus elementos ou perda sensível de qualquer um deles por vazamento ou evaporação

Quando o lançamento do concreto for interrompido e, assim, formar-se uma junta de concretagem, deverão ser tomadas as precauções necessárias para garantir, ao reiniciar-se o lançamento, a suficiente ligação do concreto já endurecido com o novo trecho. Antes de reiniciar-se o lançamento, deverá ser removida a nata e saturada a superfície da emenda.

Enquanto não atingir o endurecimento satisfatório, o concreto deverá ser protegido contra agentes prejudiciais, tais como, mudanças bruscas de temperatura, secagem, chuva forte, águas torrenciais, agentes químicos, bem como contra choques e vibrações de intensidade

tal que possam provocar fissuração na massa do concreto ou prejudicar a sua aderência a armadura.

A proteção contra a secagem prematura, pelo menos nos sete primeiros dias após o lançamento do concreto, poderá ser feita mantendo umedecida a superfície ou protegendo-a com uma película impermeável.

Controle Tecnológico

O laboratório deverá ter credenciamento no Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, conforme resolução nº 9 de 24/8/92 do CONMETRO – Conselho Nacional de Metrologia, em nome do seu laboratório, localizado em São Paulo.

O controle tecnológico é de responsabilidade da contratada, que deve tomar todas as medidas necessárias para que os materiais atendam a todas as especificações de projeto e das Normas da ABNT.

A contratada deverá ter na obra um arquivo de todos os registros, certificados, laudos relativos aos ensaios, visando o princípio da rastreabilidade. Deverá ser mantido na obra, em caráter permanente, arquivo de todos os quadros de resumo para programação de ensaios/inspeções, pedidos de ensaios, quadro de controle de ensaios/inspeções e recebimento dos materiais, relatórios de ensaios e livro de ocorrência.

Os materiais inspecionados deverão ser separados em lotes, sempre devidamente identificados com etiquetas autoadesivas ou lacres invioláveis, compatíveis com sua embalagem (que deve ser objeto de verificação).

Desta forma é possível proceder à aceitação ou rejeição dos lotes, conforme os resultados do fabricante ou fornecedor.

Sempre que possível, realizar os ensaios dos materiais antes da entrega na obra, ou seja, enquanto ainda estiverem nos depósitos do fabricante ou fornecedor.

Emitir para cada lote dos materiais ensaiados um relatório conclusivo que atesta a qualidade do material.

O controle tecnológico do concreto é de responsabilidade da construtora, esta deve tomar todas as medidas necessárias para que o concreto atenda a todas as especificações de projeto e de normas da ABNT.

Para a elaboração do projeto executivo poderá adotar, a seu critério técnico, o sistema estrutural em concreto armado convencional ou em Light Steel Frame (LSF), desde que sejam atendidas todas as exigências de desempenho, segurança e conformidade com as

normas técnicas brasileiras aplicáveis. A escolha deverá levar em consideração critérios de desempenho estrutural, viabilidade técnica e econômica, prazos de execução, disponibilidade de materiais e mão de obra especializada.

Para a adoção do sistema em concreto armado, devem ser observadas as disposições da ABNT NBR 6118 – Projeto de estruturas de concreto – Procedimento, bem como da ABNT NBR 14931 – Execução de estruturas de concreto – Procedimento.

Para o sistema Light Steel Frame, devem ser seguidas as diretrizes da ABNT NBR 16970-1 a 5 – Sistemas construtivos estruturais em perfis de aço formados a frio – Projeto, desempenho, montagem, manutenção e inspeção, além das normas complementares relacionadas ao desempenho da edificação, especialmente a ABNT NBR 15575 – Edificações habitacionais – Desempenho.

No caso da adoção de laje de cobertura em steel deck, deve-se seguir a ABNT NBR 8800 – Projeto de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edifícios, além das normas técnicas específicas do fabricante, respeitando os critérios de cálculo, montagem, compatibilização com os demais sistemas e requisitos de desempenho exigidos pela ABNT NBR 15575.

Light Steel Frame

O sistema Light Steel Frame (LSF) é uma técnica construtiva industrializada que utiliza perfis de aço galvanizado formados a frio como principal elemento estrutural. Este sistema se caracteriza pela montagem a seco, elevada precisão, rapidez na execução e excelente desempenho estrutural, térmico e acústico. A escolha pelo LSF se justifica pela leveza dos materiais, agilidade no canteiro de obras, redução de resíduos e sustentabilidade do processo construtivo.

Os perfis estruturais utilizados na obra serão do tipo C, U e L, produzidos em aço galvanizado com revestimento mínimo de 275 g/m² de zinco, conforme as exigências das normas técnicas NBR 7008 e NBR 14762. As espessuras dos perfis variam entre 0,90 mm e 1,25 mm, sendo definidas conforme a função estrutural de cada componente (montantes, guias, vigas, travessas e terças). Esses perfis são montados por meio de parafusos autobrochantes específicos para aço, garantindo resistência, fixação segura e fácil manutenção.

As paredes externas podem ser compostas por chapas cimentícias ou placas OSB com tratamento hidrofugante, que funcionarão como base para os acabamentos externos, podendo ser utilizados sistemas de revestimento com massa acrílica, pintura ou revestimento EIFS. As paredes internas receberão chapas de gesso acartonado (drywall), fixadas diretamente sobre os perfis metálicos, criando superfícies niveladas e adequadas

para acabamento com pintura, revestimentos cerâmicos ou papel de parede. Entre os montantes das paredes, será instalado isolamento termoacústico com lã de vidro ou lã de rocha, proporcionando conforto ambiental e atendimento à norma de desempenho NBR 15575.

Todas as instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias deverão ser embutidas nas cavidades das paredes estruturais, com previsão de passagens e aberturas definidas durante a etapa de projeto. Essa característica facilita a execução e a manutenção das instalações, além de permitir maior flexibilidade no layout interno. A compatibilização entre os projetos complementares será realizada previamente, garantindo eficiência e evitando interferências na estrutura.

A execução da estrutura em Light Steel Frame será realizada por equipe especializada, treinada e experiente neste sistema construtivo, assegurando o cumprimento das normas técnicas brasileiras aplicáveis, como NBR 14762, NBR 15253, NBR 15575, entre outras. O controle de qualidade será realizado em todas as etapas, desde o recebimento dos perfis metálicos até a montagem final, visando garantir a segurança, durabilidade e desempenho da edificação.

6.3 Contenções

A solução prevista no anteprojeto elaborado contempla a necessidade de execução de contenção no limite do terreno em trecho de interface com a Rua Flor do Campo e Rua Prímula. A proposta de contenção a ser desenvolvida deverá preservar a área livre interna apresentada no anteprojeto.

Na etapa de anteprojeto se considerou ser adequada a execução muro de flexão com 1m de embutimento em solo, visando assegurar o fator de segurança a escorregamento, sendo esse com paredes de 20 cm e espessura da base de 40cm. A execução da drenagem do tardoz foi prevista com material geossintético tipo MacDrain, drenado de um dos lados, com captação em tubos de PEAD corrugados perfurados abaixo do tardoz. Deve ser providenciado aterro no tardoz, compactação a 98 +-2% do Proctor Normal, sendo essa realizada com argila, utilizando-se compactador manual tipo sapo em camadas máximas de 25cm. Deverão ser previstas juntas de dilatação a cada 10m com mastique e PU.

Solução compatível ou que supere a proposta poderá ser proposta pela Contratada.

7 IMPERMEABILIZAÇÃO

O projeto de impermeabilização deve fazer parte do conjunto de pranchas do projeto arquitetônico, pois a impermeabilização necessita ser estudada e compatibilizada, com

todos os componentes de uma construção, de forma a não sofrer nem ocasionar interferências.

A impermeabilização a ser aplicada em áreas molhadas, lajes expostas, calhas e rufos, entre outras, deverá ser realizada por firma especializada em serviços de impermeabilização e deverá apresentar atestado de 5 (cinco) anos de garantia dos serviços, após a conclusão e testes dos serviços.

Sistemas utilizados de impermeabilização

Manta asfáltica atendendo NBR 9952/14, asfalto polimérico, espessura de 4 mm reforçada com filme interno em polietileno, regularização da base com argamassa 1:4, espessura mínima de 15 mm, proteção mecânica com argamassa 1:4, espessura de 20 mm e juntas de dilatação.

Locais de aplicação: Calhas, lajes descobertas (reservatório), paredes e jardineiras.

Preparação do substrato.

- Instalações Hidráulicas, Elétricas e Outras.

Os ralos, tubulações ou peças emergentes devem ser rigidamente fixados no substrato, de forma a que seu possível deslocamento não prejudique a impermeabilização aplicada e arrematada nestes pontos.

O diâmetro dos ralos deve ser no mínimo 75 mm e devem estar distantes das paredes e outras interferências pelo menos 10 cm (ideal = 20 cm) de forma a possibilitar e facilitar os arremates da impermeabilização.

Devem ser evitadas presenças de materiais como madeiras, lajotas, papéis e outros materiais que possam interferir na fixação destas peças, recomendando para a correta fixação a utilização de argamassa tipo grout ou aditivadas com polímeros acrílicos.

- Aderência

A preparação dos substratos que recebam a impermeabilização deve ser adequadamente preparada para proporcionar sua correta aplicação. A falta de aderência da regularização no substrato pode acarretar o seu deslocamento, que acaba por danificar a impermeabilização, perdendo a sua eficiência.

Antes da execução da regularização, deve ser feita uma limpeza na área removendo pontas de ferro, protuberâncias de resto de concreto ou argamassa, resto de madeiras, pregos, partículas soltas, grumos de cimento, etc.

As incrustações de óleo, graxa, desmoldantes, resíduos orgânicos, caso haja, deverão ser removidos com lavadora de alta pressão ou jato úmido de areia.

Os ninhos e falhas de concretagem são pontos preferenciais de ocorrência de patologia de corrosão das armaduras, cujas consequências como fissuração do concreto e expansão das armaduras podem danificar a impermeabilização.

Os ninhos e falhas de concretagem devem ser reparados de forma a ter essas regiões propriedades no mínimo iguais no do concreto original, devem ser eliminados todos os materiais desagregados até atingir o substrato compacto, efetuando-se o reparo com argamassa de alta resistência, não retrátil, aditivadas com polímeros incorporadores de aderência, aplicadas após previa hidratação do substrato.

- Camada de Regularização

Camada destinada a preparar o suporte para recebimento da impermeabilização, sua função é suprir irregularidades que possam danificar a impermeabilização, dar o adequado acabamento a cantos e arestas arredondando-os.

A superfície deverá ser previamente lavada, isenta de pó, areia, resíduos de óleo, graxa, desmoldante, manchas de qualquer tipo de material que possa prejudicar a aderência do produto.

Sobre a superfície horizontal úmida, deverá ser executada a regularização com caimento mínimo de 1% em direção aos pontos de escoamento de água. A argamassa de regularização deve ser preparada com argamassa de cimento e areia média, traço 1:4 de cimento e areia média, utilizando água de amassamento aditivo de emulsão adesiva a base acrílica, conforme prescrição do fabricante para maior aderência ao substrato. Esta argamassa deverá ter acabamento desempenado, com espessura média de 2cm.

Nas áreas verticais em alvenaria, inicie o chapisco de cimento e areia média, traço 1:3, seguido da aplicação de uma argamassa desempenada, de cimento e areia média, traço 1:4, utilizando água de amassamento composta amassamento aditivo de emulsão adesiva a base acrílica, conforme prescrição do fabricante.

Recomenda-se locar um ralo coletor a cada 5 m. Na região dos ralos, crie um rebaixo de 1 cm de profundidade, com área de 40x40cm, com bordas chanfradas, para que haja nivelamento de toda a impermeabilização após a colocação dos reforços previstos neste local.

Todos os cantos e arestas deverão ser arredondados com raio aproximado de 5 a 8 cm.

Nos vãos de entrada das edificações (portas, esquadrias, etc.), a regularização deverá avançar no mínimo 60 cm para o seu interior, por baixo de batentes e contramarcos, respeitando o caimento para as áreas externas, exceto para áreas internas com pisos de madeira ou degradáveis por ação de umidade. Recomenda-se que as áreas externas tenham cota no mínimo de 6 cm menor que as cotas internas, tanto no nível da impermeabilização como no nível do piso acabado.

Os ralos e demais peças emergentes deverão estar adequadamente fixados de forma a executar os arremates.

Em reservatórios e piscinas, executar teste de carga plena de no mínimo 72 horas, antes da preparação da superfície.

- Impermeabilização:

- Imprimação ou Primer:

Aplicar pintura primária com a finalidade de favorecer a aderência do material constituinte do sistema de impermeabilização, a ser diluída na proporção de 1:1 em volume para obter maior penetração ou a ser fornecida pelo fabricante das mantas com dosagem pré-definida. A aplicação deverá ser com trinch, vassoura de pelo ou rolo de lã, consumo de 400 gr/m², com secagem de +/- 04 horas, imprimir somente os locais que vão receber a impermeabilização, para não prejudicar a aderência da proteção primária.

O material da pintura primária, ou imprimação deve possuir viscosidade tal que favoreça a penetração no substrato, compatível tanto com a regularização quanto com o impermeabilizante e conforme prescrição do fabricante da manta.

Nota: É vetado o uso das pinturas de imprimação sobre substrato sujo ou úmido, devendo ser fiscalizado pela administração da obra e pela empresa contratada para execução da impermeabilização.

- Impermeabilização:

Aplicar a manta sobre o primer, desembobinando-a após o aquecimento prévio da superfície inferior da manta e substrato com o maçarico. Esse maçarico deverá fornecer calor suficiente para amolecer o asfalto da manta, para que possa aderi-la no substrato.

Nas bordas laterais da manta, com auxílio de uma colher média de pedreiro, deve ser executado um biselamento formando assim um chanfrado nas laterais para permitir uma melhor aderência entre as mantas.

As sobreposições das emendas entre as mantas deverão ser de 10 cm e nas emendas de topo 15 cm. Nestas regiões, logo que as mantas forem aquecidas com o maçarico, deverão ser pressionadas com rolete ou colher de pedreiro de forma a garantir a perfeita vedação nas emendas,

A massa asfáltica nas emendas quando pressionadas devem espargir e formar um “cordão” de asfalto entre elas. Após executar a emenda total do trecho, deve ser feito o biselamento da borda aparente. Aplicar um banho de asfalto, sobre todas as emendas para reforço e correção de possíveis falhas de colagem da manta, observando-se que o asfalto deve ser aplicado também nas sobreposições e que haja excesso de asfalto, de modo a garantir uma perfeita fusão entre as mantas, resultando num cordão de asfalto sobre a emenda.

Executar as mantas na posição horizontal, subindo 10 cm na posição vertical. Alinhar e aderir à manta na vertical, descendo e sobrepondo em 10 cm na manta aderida na horizontal. A manta deverá ser aderida na vertical 30 cm acima do piso acabado.

Teste de Estanqueidade.

Após a execução da impermeabilização, deve ser executado teste de estanqueidade por pelo menos 72 horas, para avaliar o desempenho e detectar possíveis falhas na execução.

Caso sejam feitos reparos, o teste deve ser repetido, para posterior liberação da área para execução dos serviços posteriores. Em lajes, deve ser deixada uma lâmina de água de pelo menos de 5 cm. Para que não ocorra risco de transbordamento, nos ralos devem ser colocados extravasores de segurança que limitam o nível d'água, pois em caso de chuva não haverá transbordamento. Após o teste, deverá ser emitido um documento assinado pelo engenheiro, técnico ou pessoa legalmente responsável pela obra, juntamente com o responsável técnico pela impermeabilização, com a finalidade de aprovar os serviços.

Camada Separadora

Aplicação de camada separadora entre impermeabilização e a proteção mecânica para impedir a aderência entre os mesmos, permitindo a livre e independente movimentação, quer seja pela variação térmica ou pelos esforços atuantes. A camada separadora deve ser colocada em todas as superfícies horizontais.

Camada separadora a ser utilizada será em filme plástico de 24 micra de espessura, conforme prescrição do fabricante.

Proteções da Impermeabilização

- Proteção mecânica para superfície horizontal.

A proteção primária atua como camada de transição, distribuindo os esforços e amortecendo as cargas atuantes, tanto durante o período de construção, quando após término da obra. Para essas lajes, a proteção primária deverá ser executada com argamassa 1:5 cimento e areia, espessura de 1 cm.

Executar a argamassa de proteção mecânica de cimento e areia traço 1:4, desempenada com espessura média de 3 cm. Esta argamassa deverá ter juntas perimetrais com 2 cm de largura, preenchidas com argamassa betuminosa, traço 1:8:3 de cimento, areia e emulsão asfáltica, conforme recomendação do fabricante. Caso a proteção mecânica seja o piso final, executar juntas formando quadros de no máximo 2,00 m x 2,00 m, preenchido com argamassa betuminosa conforme descrito.

- Proteção mecânica para superfície vertical.

Sobre a impermeabilização, executar chapisco de cimento e areia média, traço 1:3, seguido da execução de uma argamassa desempenada de cimento e areia média, traço 1:4, espessura 3 cm. Utilizar água de amassamento composta de emulsão adesiva conforme recomendação do fabricante. A argamassa deverá ser armada com tela plástica, subindo 10 cm acima da manta asfáltica.

Manta asfáltica ardosiada, armadura de poliéster com espessura de 3 mm, autoproteção mineral, regularização da base com argamassa 1:4, espessura mínima de 15 mm, sem proteção mecânica.

Locais de aplicação: Rufos, lajes e chapim

Preparação do substrato:

- Aderência

Os substratos que irão receber a impermeabilização deverão ser adequadamente preparados para proporcionar sua correta aplicação. A falta de aderência da regularização no substrato pode acarretar o seu deslocamento, que acaba por danificar a impermeabilização, perdendo a sua eficiência.

Antes da execução da regularização, deve ser feita uma limpeza na área removendo pontas de ferro, protuberâncias de resto de concreto ou argamassa, resto de madeiras, pregos, partículas soltas, grumos de cimento, etc.

As incrustações de óleo, graxa, desmoldantes, resíduos orgânicos, caso haja, deverão ser removidos com lavadora de alta pressão.

Os ninhos e falhas de concretagem são pontos preferenciais de ocorrência de patologia de corrosão das armaduras, cujas consequências como fissuração do concreto e expansão das armaduras podem danificar a impermeabilização.

Os ninhos e falhas de concretagem devem ser reparados de forma a ter essas regiões propriedades no mínimo iguais no do concreto original, devem ser eliminados todos os materiais desagregados até atingir o substrato compacto, efetuando-se o reparo com argamassa de alta resistência, não retrátil, aditivadas com polímeros incorporadores de aderência, aplicadas após previa hidratação do substrato.

- Camada de Regularização

Camada destinada a preparar o suporte para recebimento da impermeabilização, sua função é suprir irregularidades que possam danificar a impermeabilização, dar o adequado acabamento a cantos e arestas arredondando-os. Para sistema pré-fabricado e água de pressão o raio = 5 cm ou conforme indicado nos desenhos.

Essa camada deverá ser executada com argamassa 1:3 cimentos e areia média, sendo recomendado à utilização de aditivos incorporadores de aderência base acrílica. A espessura mínima não deve ser inferior a 2 cm. A regularização poderá ser suprimida quando a estrutura portante for preparada no momento da concretagem, no que se refere rugosidade da superfície, diminuindo o custo e uma etapa de serviço.

Impermeabilização:

- Imprimação ou Primer

Em todos os sistemas aderentes emprega-se uma pintura primaria com a finalidade de favorecer a aderência do material constituinte do sistema de impermeabilização.

Os materiais de impermeabilização geralmente apresentam consistência tal que a penetração nos poros e reentrâncias da regularização é dificultada, podendo surgir problemas de aderência. O material utilizado nas execuções das pinturas primárias, ou imprimação deve possuir viscosidade tal que favoreça a penetração no substrato, e serem compatíveis tanto com a regularização quanto com o impermeabilizante.

Para essas áreas deverá ser aplicado o primer asfáltico base água fornecida pelo fabricante das mantas com dosagem pré-definida. A aplicação deverá ser com trincha, vassoura de pelo ou rolo de lã, consumo de 400 gr/m², com secagem de +/- 04 horas.

Nota 01: É vetado o uso das pinturas de imprimação sobre substrato sujo ou úmido, devendo ser fiscalizado pela administração da obra e pela empresa contratada para execução da impermeabilização.

- Impermeabilização

Aplicar a primeira manta asfáltica com espessura de 3 mm tipo II aderida com utilização de um maçarico. Deve-se tomar a precaução de reforçar os pontos críticos, os arremates e de fazer o biselamento nas emendas

Teste de Estanqueidade:

Após a execução da impermeabilização, deve ser executado teste de estanqueidade por pelo menos 72 horas somente nas lajes e calhas, para avaliar o desempenho do conjunto e detectar possíveis falhas na execução. Caso apareçam bolhas de água, essas deverão ser pressionadas de modo a mostrar os pontos de falhas da soldagem. Caso sejam feitos reparos, o teste deve ser repetido para posterior liberação da área e execução dos outros serviços.

Deverá ser emitido um documento assinado pelo engenheiro, técnico ou pessoa legalmente responsável pela obra, juntamente com o responsável técnico pela a impermeabilização, com a finalidade de aprovar os serviços executados.

Proteções da Impermeabilização:

Esse sistema não requer proteção mecânica.

Resina termoplástica estruturada em pontos críticos com tela de poliéster consumo de 4,0 kg/m², impermeabilização com 4 demãos.

Locais de aplicação: Áreas molhadas.

Preparação do substrato:

- Aderência

Os substratos que irão receber a impermeabilização deverão ser adequadamente preparados para proporcionar sua correta aplicação. A falta de aderência da regularização no substrato pode acarretar o seu deslocamento, que acaba por danificar a impermeabilização, perdendo a sua eficiência.

Antes da execução da regularização, deve ser feita uma limpeza na área removendo pontas de ferro, protuberâncias de resto de concreto ou argamassa, resto de madeiras, pregos, partículas soltas, grumos de cimento, etc.

As incrustações de óleo, graxa, desmoldantes, resíduos orgânicos, caso haja, deverão ser removidos com lavadora de alta pressão.

Os ninhos e falhas de concretagem são pontos preferenciais de ocorrência de patologia de corrosão das armaduras, cujas consequências como fissuração do concreto e expansão das armaduras podem danificar a impermeabilização.

Os ninhos e falhas de concretagem devem ser reparados de forma a ter essas regiões propriedades no mínimo iguais no do concreto original, devem ser eliminados todos os materiais desagregados até atingir o substrato compacto, efetuando-se o reparo com argamassa de alta resistência, não retrátil, aditivadas com polímeros incorporadores de aderência, aplicadas após previa hidratação do substrato.

- Camada de Regularização

Camada destinada a preparar o suporte para recebimento da impermeabilização, sua função é suprir irregularidades que possam danificar a impermeabilização, dar o adequado acabamento a cantos e arestas arredondando-os. Para sistema pré-fabricado raio = 3 cm ou conforme indicado nos desenhos.

É fundamental que essa camada tenha um caimento mínimo de 0,5%, sendo desejável que seja 1,0% em direção aos coletores de águas pluviais ou águas servidas conforme o caso.

Essa camada deverá ser executada com argamassa 1:3 cimentos e areia média, sendo recomendado a utilização de aditivos incorporadores de aderência base acrílica para execução de um mordente usado antes do lançamento da argamassa de regularização. A espessura mínima não deve ser inferior a 2 cm. Grandes distâncias entre os ralos implicam em regularizações muito espessas, acarretando gastos excessivos, sobrecarga adicional e fissura de retração das argamassas, além de influir nos níveis de cotas finais. Assim sendo, recomenda-se locar um ralo coletor a cada 5 metros.

A regularização poderá ser suprimida quando a estrutura portante for preparada no momento da concretagem, no que se refere à inclinação e rugosidade da superfície, diminuindo o custo e uma etapa de serviço.

Impermeabilização:

- Preparação da superfície

A superfície deverá estar limpa, isenta de partícula solta. Saturar a superfície com água limpa, utilizando uma trincha.

- Preparação da mistura

O material deverá ser misturado na proporção em massa de 1 parte do componente A (líquido), para 1 parte do componente B (pó). Adicionar o componente B aos poucos ao

componente A, misturando mecanicamente por 3 min. ou manualmente por 5 min., obtendo uma pasta homogeneia e sem grumos. O tempo de utilização da mistura não deve ultrapassar o período de 1 hora. Misturar constantemente a mistura durante a aplicação.

- Impermeabilização

Estando a superfície na condição de saturado e seco, aplicar com trinchá a 1º demão, aguardando a secagem pelo período mínimo de 4 horas. Aplicar a 2º, 3º e 4º demão em sentido cruzado, em camadas uniformes.

Nota 01: O reforço com tela de poliéster, nos rodapés, ralos e tubos emergentes, é feito antes da aplicação do impermeabilizante. Aplicar nestes locais uma demão de resina termoplástica e pressionar a tela de tal maneira que a resina passe pela malha da tela e em seguida aplica-se outra demão por cima da tela, deixa o impermeabilizante curar e em seguida impermeabiliza todas as áreas.

Nota 02: O revestimento cerâmico deverá ser assentado direto sobre o impermeabilizante, bastando somente umedecer o impermeabilizante antes da aplicação da argamassa de assentamento.

Pintura impermeabilizante com igolflex ou equivalente a 3 demãos

Locais de aplicação: vigas/cintas de fundação

Preparação da Base

A superfície deve estar: regularizada, com acabamento desempenadas, limpas, livres de óleos, graxas e poeira, isenta de partículas soltas, com caimento adequado para os ralos (1 a 2%) e umedecida, porém, não saturada.

Método de Aplicação/ Ferramentas

Após a preparação da superfície:

Homogeneizar o produto;

Aplicar utilizando uma trinchá, broxa e/ou vassourão de pêlo macio;

O intervalo entre as demãos é o que permite trânsito sobre a demão já aplicada. Normalmente o intervalo situa-se entre 6 e 12 horas, de acordo com as condições do ambiente;

Aplique de 3 a 4 demãos cruzadas; (até atingir o consumo recomendado)

Em áreas sujeitas à movimentação ou lajes de grandes dimensões (maior que 50m²), colocar após a primeira demão uma tela de poliéster, de malha quadrada, Sika

Tela de forma a estruturar a película de Sika® Icolflex® Preto, aumentando, desta forma, a resistência à tração do filme;

Este reforço também é recomendado para os ralos e tubos passantes, e encontros da laje com paredes;

A impermeabilização deverá subir no mínimo 20 cm nas paredes;

As áreas sujeitas ao tráfego deverão receber proteção mecânica. Após 7 dias da última demão de Sika® Icolflex® Preto deverá ser colocado papel Kraft ou filme de polietileno como camada separadora. Em seguida deve-se aplicar argamassa no traço 1:4 até 1:6 (cimento: areia) em volume, como proteção mecânica, na espessura mínima de 3cm.

8 INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS E DRENAGEM PLUVIAL

Normas aplicáveis

Para elaboração dos projetos e execução da obra deverão ser utilizadas as seguintes referências técnicas:

Normas Técnicas:

- NBR 5626 – Sistemas prediais de água fria e água quente — Projeto, execução, operação e manutenção;
- NBR 5648 – Tubos e conexões de PVC-U com junta soldável para sistemas prediais de água fria - Requisitos;
- NBR 5680 – Dimensões de tubos de PVC rígido;
- NBR 8160 - Sistemas prediais de esgoto sanitário - Projeto e execução;
- NBR 5688 – Tubos e conexões de PVC-U para sistemas prediais de água pluvial, esgoto sanitário e ventilação – Requisitos;
- RDC Resolução 50 - Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde;
- NBR 10844 - Instalações prediais de águas pluviais;
- ABNT NBR 15527 - Aproveitamento de água de chuva de coberturas para fins não potáveis - Requisitos;
- ABNT NBR 5687 - Tubos de PVC - verificação da estabilidade dimensional.

Premissas

O projeto de instalações de água fria deve ser elaborado de modo a garantir o fornecimento de água de forma contínua e em quantidade suficiente, mantendo sua qualidade, com pressões e velocidades adequadas ao perfeito funcionamento do sistema de tubulações, incluindo as limitações dos níveis de ruído.

O projeto deve ser elaborado atendendo às exigências da companhia concessionária que tem jurisdição sobre o local em que serão executadas as instalações e às normas ABNT NBR 5626:2020 - 'Sistemas Prediais Água Fria e Água Quente e a RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002 - Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde ou posteriores.

Assim como o projeto, a instalação de todo o sistema também deverá estar em conformidade com as normas supracitadas.

Instalação Hidráulicas

Procedimento de dimensionamento

Dimensionamento e locação das tubulações (barriletes, coluna de alimentação e ramais de alimentação) e os reservatórios como a indicação da entrada do fornecimento de água pela concessionária de modo a garantir o fornecimento de água de forma contínua em quantidade suficiente.

Para as vazões dos pontos de utilização, devem ser consideradas as apresentadas ABNT NBR 5626:2020 - 'Sistemas Prediais Água Fria e Água Quente'.

Quanto ao limite de pressões na rede de distribuição predial de água e quente, a mesma deve ser dimensionada de modo que as pressões estáticas e dinâmicas em qualquer ponto se situem no seguinte campo de variação:

- Pressão estática máxima de 40,0 metros de coluna de água;
- Pressão dinâmica mínima para cada peça de utilização (torneira, caixa acopladas, válvula de descarga, aquecedores);

Quanto à velocidade, as máximas nas tubulações não devem ultrapassar o valor de 3 m/s, de forma a evitar ruídos

Fornecimento

A edificação será abastecida por meio de água potável fornecida pela rede pública da concessionária após passar por hidrômetro para medição. A tubulação de alimentação será levada para abastecer o reservatório em polietileno com volume a ser calculado de acordo

com a RDC 50, devendo ter autonomia mínima de dois dias ou mais, em função da confiabilidade do sistema, além disso, o reservatório deve possuir no mínimo dois compartimentos, de modo a permitir as operações de limpeza e manutenção.

Após armazenada no reservatório, a água seguirá por tubulação exclusiva para ser distribuída aos pontos por meio gravitacional.

O sistema de distribuição de água se dará através dos reservatórios superiores situados na cobertura da edificação, que abastecem por gravidade os diversos pontos de utilização. Nos reservatórios superiores, deverão ser projetadas tubulação de limpeza, extravasor e respiro.

Descrição de materiais

O ensaio de estanqueidade deve ser realizado de modo a submeter as tubulações a uma pressão hidráulica superior àquela que se verificara durante o uso. O valor da pressão de ensaio, em cada seção da tubulação deve ser no mínimo 1,5 vez o valor da pressão prevista em projeto para ocorrer nessa mesma seção em condições estatísticas (sem escoamento).

Os equipamentos e/ ou materiais deverão obedecer às últimas edições das normas vigentes da ABNT e concessionárias locais.

Os materiais a empregar serão todos de primeira qualidade e obedecerão às condições da ABNT. Na ocorrência de comprovada impossibilidade de adquirir o material especificado, deverá ser solicitada substituição por escrito, com a aprovação da fiscalização.

A expressão "de primeira qualidade", quando citada, tem nas presentes especificações, o sentido que lhe é usualmente dado no comércio; indica, quando existirem diferentes gradações de qualidade de um mesmo produto, a gradação de qualidade superior.

É vedado à empresa executora manter no canteiro das obras quaisquer materiais que não satisfaçam às condições destas especificações.

Quando houver motivos ponderáveis para a substituição de um material especificado por outro, este pedido de substituição deverá ser instruído com as razões determinantes para tal, orçamento comparativo e laudo de exame.

Quanto às marcas dos materiais citados, quando não puderem ser as mesmas descritas, deverão ser substituídas por similares da mesma qualidade e deverão ser aprovadas pela fiscalização através de amostras.

Distribuição Interna

Todos os conjuntos de sanitários ou serviços terão registro de gaveta para operação de manutenção.

Materiais – Especificações

Tubo de PVC: Tubo de resina de PVC, fabricado conforme estabelece a norma ABNT 5648/2018 destinado à execução de instalações prediais de água fria com funcionamento pela ação da gravidade e na temperatura ambiente.

Os tubos utilizados deverão ser do tipo ponta lisa e bolsa, soldável marrom nos diâmetros indicados no projeto de fabricação será da “TIGRE” ou similar.

Conexões de PVC: Conexões de resina de PVC, do tipo soldável marrom, nos pontos de utilização deverão ser utilizadas conexões do tipo soldável/roscável com bucha de latão de fabricação será da “TIGRE” ou similar.

Tubulações Embutidas

Para a instalação de tubulações embutidas em paredes de alvenaria, os tijolos deverão ser recortados cuidadosamente com talhadeira, conforme marcação prévia dos limites de corte.

No caso de blocos de concreto, deverão serras elétricas portáteis, apropriadas para essa finalidade.

As tubulações embutidas em paredes de alvenaria serão fixadas pelo enchimento do vazio restante nos rasgos com argamassa de cimento e areia. Quando indicado em projeto, as tubulações, além do referido enchimento, levarão grampos de ferro redondo, em número e espaçamento adequando, para manter inalterada a posição do tubo.

Não se permitirá a concretagem de tubulações dentro de colunas, pilares ou outros elementos estruturais.

As passagens previstas para as tubulações através de elementos estruturais deverão ser executadas antes da concretagem.

Tubulações Aéreas

Nas instalações aparentes, os tubos devem ser fixados com braçadeiras de superfícies internas lisas e largas, com um comprimento de contato de no mínimo 5 cm, abraçando o tubo quase que totalmente (em ângulo de 180°). O espaçamento horizontal deve obedecer às recomendações do fabricante.

Todas as linhas verticais deverão estar no prumo e as horizontais correrão paralelas as paredes do prédio, devendo estarem alinhadas. As tubulações serão contínuas entre as conexões, sendo os desvios de elementos estruturais e de outras instalações executadas por conexão.

Na medida do possível, deverão ser evitadas tubulações sobre equipamentos elétricos.

Tubulações Enterradas

As tubulações devem ser assentadas em terreno resistente ou sobre base apropriada, livre de detritos ou materiais pontiagudos;

O Fundo da vala dever ser uniforme;

Quando for preciso regularizá-lo, utilize areia ou material granular. Estando o tubo colocado no seu leito, preencha as laterais com o material indicado, compactando-o manualmente em camadas de 10 cm a 15 cm até atingir a altura da parte superior do tubo;

Complete a colocação do material até 30 cm acima da parte superior do tubo;

Recomenda-se que a largura da vala a ser aberta para realizar o assentamento da tubulação seja de diâmetro nominal do tubo mais 30 cm (DN+30).

A seguir, tabela de profundidade mínima de assentamento de acordo com as cargas e imagem ilustrativa da tubulação enterrada:

Cargas	Profundidade "h" (m)
Interior dos lotes	0,30
Passeio	0,60
Tráfego de veículos leves	0,80
Tráfego pesado e intenso	1,20
Ferrovia	1,50

TUBULAÇÕES E CONEXÕES DE PVC RÍGIDO

TUBOS PVC

Aplicação: rede de distribuição de água fria.

Tipo: PVC, rígido, soldável;

Classe: 15;

Pressão de serviço:75 kPA soldável.

Fabricante consultado: Tigre, (ou equivalente técnico);

Referências normativas: EB-183-77-NBR 5647;

CONEXÕES PVC

Tipo: PVC, rígido, soldável;

Classe: 15;

Pressão de serviço:75 kPA soldável;

Fabricante consultado: Tigre, (ou equivalente técnico);

Referências normativas: EB-183-77-NBR 5647.

CONEXÕES PVC REFORÇADO

Descrição: conexão de PVC soldável, reforçada com bucha interna de latão.

Aplicação: interligação com aparelhos hidráulicos de latão, como duchas, chuveiros, torneiras. Utilizado nas terminações da tubulação.

Tipo: PVC, rígido, soldável e roscável;

Classe: 15;

Pressão de serviço: 75 kPA soldável.

Fabricante: Tigre, (ou equivalente técnico);

Referências normativas: EB-183-77-NBR 5647.

REGISTRO DE PRESSÃO

Aplicação: registros de seccionamento de fluxo hidráulico de uso geral, conforme projeto de instalações hidrossanitárias.

Sistema de acionamento: rotativo;

Sistema de vedação: borracha nitrílica;

Temperatura máxima de serviço: 70 oC

Pressão máxima de serviço: 140 kPA;

Fabricante consultado: Deca, (ou equivalente técnico);

Referências normativas: ABNT NBR 15704-1/2009;

REGISTRO DE GAVETA

Aplicação: registros de seccionamento de fluxo hidráulico de uso geral, conforme projeto de instalações hidro sanitárias.

Sistema de acionamento: rotativo;

Sistema de vedação: metal/metall com dupla vedação do eixo;

Temperatura máxima de serviço: 70 oC

Pressão máxima de serviço: 140 kPA;

Fabricante consultado: Deca, (ou equivalente técnico);

Referências normativas: ABNT NBR 15704-1/2009.

O registro não deve operar em regiões cuja gaveta encontre-se em posições intermediárias.

TORNEIRA DE BÓIA

Aplicação: controle de adução da água no reservatório.

Estrutura: corpo em bronze e bóia em PVC;

Tipo: fêmea - BS.21, BSPT ABNT-NBR-6414;

Pressão de serviço: 8,6 bar, 0,86 MPa;

Fabricante: Deca, (ou equivalente técnico).

APARELHOS E ACESSÓRIOS SANITÁRIOS

LIGAÇÃO FLEXÍVEL

Material: tubo de PVC flexível, revestido de proteção corrugada metálico;

Comprimento: 30 cm;

Acabamento: cromado;

Modelo de referência: 4606.C.030 – Deca (ou equivalente técnico);

Fabricantes consultados: Deca, (ou equivalente técnico);

SIFÃO PARA LAVATÓRIO

Material: latão;

Dimensões: 1 x 1-1/2”;

Tipo: pescoço ajustável;

Acabamento: cromado;

Modelo de referência: 1680.C.100.112 – Deca, (ou equivalente técnico);

Fabricantes consultados: Deca, (ou equivalente técnico);

VÁLVULA DE ESCOAMENTO DE TANQUE

Material: latão, aço e plástico injetado;

Diâmetro nominal: 2-1/2”;

Fabricantes consultados: Deca, (ou equivalente técnico);

VÁLVULA DE ESCOAMENTO PARA LAVATÓRIO

Material: latão;

Tampão: plástico;

Tipo: circular;

Diâmetro externo:51 mm;

Diâmetro da rosca de fixação inferior;30 mm;

Acabamento:cromado;

Modelo de referência: 1602.C.PLA – Deca, (ou equivalente técnico);

Fabricantes consultados: Deca, (ou equivalente técnico);

Instalações sanitárias

A rede de esgoto será composta de tubulações coletores e sub-coletores que farão a coleta dos efluentes da edificação, e os efluentes serão direcionados a caixas de esgoto ou poços de visita e posterior lançamento a rede de coleta e tratamento de esgoto da concessionária.

O projeto das instalações de esgoto sanitário deve ser desenvolvido de modo a atender as exigências técnicas mínimas quanto à higiene, segurança, economia e conforto dos usuários, incluindo-se a eliminação de odores indesejáveis e a limitação nos níveis de ruído.

Procedimento de dimensionamento

As instalações internas adotarão o Método de Unidades Hunter de Contribuição para o dimensionamento dos sistemas e subsistemas, podemos dimensionar os tubos dos ramais e sub-ramais de esgoto após a prumada até a ligação com as caixas, conforme a NBR 8160.

O dimensionamento das tubulações de esgoto e o planejamento do sistema como um todo deverá considerar a questão da segurança contra vazamentos e fugas do sistema, estudando o diâmetro das tubulações conforme função e vulnerabilidade e prevendo, sempre que pertinente, grades em componentes de passagem ou outros dispositivos com mesma função.

Seguindo as normas técnicas vigentes, deve ser previsto um sistema de ventilação para os trechos de esgoto primário proveniente de desconectores e despejos de vasos sanitários, a fim de evitar a ruptura dos fechos hídricos por aspiração ou compressão e também para que os gases emanados dos coletores sejam encaminhados para a atmosfera;

É importante verificar a necessidade de ventilação em trechos secundários, de acordo com o 'Anexo C' da ABNT NBR 8160:1999 - 'Sistemas prediais de esgoto sanitário - Projeto e execução';

Se necessário, as passagens por estrutura devem ser aprovadas por seu projetista. Se possível, estas passagens devem ser projetadas de forma a permitir a montagem e desmontagem das tubulações e de seus acessórios em qualquer ocasião.

Rede de coleta

As instalações de esgoto sanitário deverão dispor além das caixas de inspeção/passagem usuais, de caixas de separação específicas para rejeitos de algumas atividades: oficina, gordura (cozinha), produto de lavagem (lavanderia), bloco de saúde, subestação/geradores (óleos) entre outros.

As caixas de passagem e/ou inspeção deverão ser usadas também como elemento de barreira mudando a direção no encaminhamento dos efluentes, visando interromper o fluxo de objetos introduzidos no sistema.

As tubulações da rede de esgoto externa, entre caixas de inspeção deverá ter seção mínima de 100 mm para facilitar futura manutenção e evitar curvas e/ou joelhos nas tubulações que ligam as caixas;

As instalações deverão ser projetadas de maneira a permitir o rápido escoamento dos esgotos sanitários e fáceis desobstruções, vedar a passagem de gases e animais das tubulações para o interior das edificações, impedir a formação de depósitos na rede interna e não poluir a água potável;

O projeto deverá estar compatível com as recomendações do documento de viabilidade de fornecimento de água e coleta de esgoto, a ser emitido pela concessionária local de água e esgoto.

Ensaio e testes

Toda instalação de esgoto e ventilação deve antes de entrar em funcionamento, ser inspecionada e ensaiada, a fim de que seja verificada a obediência de todas as exigências da NBR- 8160 da ABNT.

Após concluída a instalação das tubulações e antes da realização dos ensaios, deve ser verificado que a mesma esteja suficiente fixada e que nenhum material estranho tenha sido deixado no seu interior.

Depois de feita a inspeção final e antes da colocação de qualquer aparelho, a tubulação deve ser ensaiada com água ou ar, não devendo apresentar nenhum vazamento. Após a colocação dos aparelhos, a instalação deve ser submetida a ensaio final de fumaça. Os ensaios serão executados das seguintes maneiras:

Ensaio com água

O ensaio com água deve ser aplicado à instalação como um todo ou por secções.

No ensaio como um todo, toda abertura deve ser convenientemente tamponada exceto a mais alta, por onde deve ser introduzida água até o transbordamento da mesma por essa abertura e mantida por um período de 15 minutos.

No ensaio por secções, cada uma com altura mínima de três metros e incluindo no mínimo 1,5m da secção abaixo, deve ser enchida com água pela abertura mais alta do conjunto, devendo as demais aberturas serem convenientemente tamponadas.

A pressão deve ser mantida por um período de 15 minutos.

Neste ensaio, a pressão resultante no ponto mais baixo da tubulação não deve exceder a 6m.c.a. O limite máximo de 6 m.c.a deve ser ultrapassado sempre que for verificado que um entupimento em um trecho da tubulação pode ocasionar uma pressão superior a esta. Caso for constatado o descrito acima, o trecho deve ser ensaiado com água adotando pressão estática no ponto mais desfavorável igual a causada pelo eventual entupimento.

Ensaio com ar

No ensaio com ar toda entrada ou saída da tubulação deve ser convenientemente tamponada à exceção daquela pela qual será introduzido o ar.

O ar deve ser introduzido na tubulação até que atinja uma pressão uniforme de 3,5m.c.a.

Esta pressão deve se manter pelo período de 15 minutos sem a introdução do ar adicional.

O limite máximo de 3,5 m.c.a deve ser ultrapassado sempre que for verificado que um entupimento em um trecho da tubulação possa ocasionar uma pressão superior a esta

O trecho que for constatado o descrito acima, deve ser ensaiado com ar a uma pressão igual à pressão máxima resultante do eventual entupimento.

Ensaio de fumaça

Para realização do ensaio de fumaça, todos os fechos hídricos dos aparelhos devem ser completamente cheios com água, devendo as demais aberturas serem convenientemente

tamponadas com exceção das aberturas dos ventiladores primários e da abertura de introdução da fumaça.

A fumaça deve ser introduzida no interior do sistema através da abertura previamente preparada.

A fumaça deve ser introduzida até que se atinja uma pressão de 0,025m.c.a. Esta pressão deve se manter pelo período mínimo de 15 minutos, sem que seja introduzida fumaça adicional.

Descrição de materiais

Tubos de PVC: Tubo de resina de PVC, do tipo ponta e bolsa, fabricado conforme estabelecem as normas NBR 5680 – Padronização e NBR 5688 – Especificação, destinado a execução de instalações prediais das águas do esgoto sanitário com funcionamento pela ação da gravidade e na temperatura ambiente.

Os tubos nos diâmetros nominais de 50 milímetros e maiores são do tipo junta elástica com ponta lisa e bolsa com alojamento para anel de borracha para utilização no esgoto primário/secundário de fabricação será da “TIGRE” ou similar.

Inclinações: As tubulações de esgoto em trechos horizontais devem possibilitar o escoamento dos efluentes por gravidade, devendo, para isso, apresentar declividades constantes mínimas, de acordo com a NBR 8160/99:

- 2% para tubulações com diâmetro menor ou igual a 75 mm;
- 1% para tubulações com diâmetro maior ou igual a 100 mm.

Conexões de PVC: Conexão de resina de PVC, do tipo ponta e bolsa, destinada à execução de instalações prediais das águas de esgoto sanitário com funcionamento pela ação da gravidade e na temperatura ambiente, as conexões nos diâmetros nominais de 50 milímetros e maiores são do tipo junta elástica com ponta lisa e bolsa com alojamento para anel de borracha a fabricação será da “TIGRE” ou similar.

Caixas de Inspeção/passagem:

Todas as caixas deverão ser feitas em blocos de concreto sem função estrutural;

Serem revestidas internamente com reboco impermeabilizando as paredes;

Todos os cantos internos devem ser abaulados;

As tampas devem ser de ferro fundido (TFF) e serem identificadas a função das caixas nas tampas;

As deixas devem ser fechadas hermeticamente;

Devem ter profundidade mínima de 40 cm e profundidade máxima de 100 cm;

Drenagem

As águas pluviais provenientes das calhas da cobertura serão recolhidas por meio dos ralos hemisféricos instalados nas calhas e transportadas por meio de tubos de queda até as caixas de areia. Após as caixas de areia, as águas pluviais passarão por um filtro tipo vortex e serão armazenadas no reservatório de reuso para serem utilizadas para irrigação dos jardins e lavagens de piso. O volume de águas pluviais que exceder a capacidade do reservatório de reuso será descartado e seguirá para ser a lançado em rede de drenagem pública.

TUBULAÇÕES E CONEXÕES DE PVC

TUBOS E CONEXÕES DA REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS

Tubos e conexões da rede de águas pluviais, conforme projeto executivo de instalações hidrossanitárias, com as seguintes características:

05.03.301 - TUBOS DE PVC-R

Tipo: PVC-R (reforçado) soldável;

Dimensões: 75,100, 150 e 200mm

Referência normativa: ABNT NBR 10.844.

Fabricantes consultados: Tigre, (ou equivalente técnico);

CONEXÕES PVC-R

Tipo: PVC, rígido, soldável;

Dimensões: 75,100 e 150mm

Fabricante consultado: Tigre, (ou equivalente técnico);

Referências normativas: EB-183-77-NBR 5647.

Os tubos, de modo geral, serão assentes com a bolsa voltada em sentido oposto ao escoamento.

As extremidades das tubulações deverão ser vedadas até a montagem dos aparelhos sanitários com bujões de rosca ou plugues.

Deverão ser tomadas precauções para se evitar a entrada de detritos nos condutores bem como obstruções de ralos, caixas, calhas, ramais, etc.

RALO HEMISFÉRICO MODELO ABACAXI

Ralo hemisférico tipo abacaxi com diâmetro a ser dimensionado no projeto confeccionado em ferro fundido para tubos de queda em instalação de águas pluviais.

9 INSTALAÇÕES DE PROTEÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO

Os projetos das instalações preventivas e de combate a incêndio deverão ser elaborados de acordo com as normas da ABNT, das peculiaridades arquitetônicas e de ocupação do prédio, devendo ser observadas as Normas e Códigos aplicáveis ao serviço em pauta, sendo que as especificações da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e Normas Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Espírito Santo serão consideradas como elemento base para quaisquer serviços ou fornecimento de materiais e equipamentos.

Quando estas faltarem ou forem omissas, deverão ser consideradas as prescrições, indicações, especificações normas e regulamentos de órgãos/entidades internacionais reconhecidos como referência técnica, bem como as recomendações dos Referências dos equipamentos e materiais que compõem o sistema. Em particular devem ser observadas as seguintes normas técnicas:

- NBR 12693 - Sistema de Extintores de Incêndio;
- NBR 10898 - Sistema de Iluminação de Emergência;
- NBR 16820- Sistema de Sinalização de Emergência;
- Demais normas relacionadas a sistemas de proteção e combate a incêndio e explosões.

Por se tratar de edificação menor que 900m², a edificação está isenta da instalação de hidrantes.

Sistema de Proteção por Extintores

Material

O referido sistema é constituído por de pó químico seco - tipo portátil, com carga de 6kg, conforme norma ABNT – 148, Riscos 2A/20B:C, completo, com suporte de fixação; extintor de água pressurizada, com carga de 10 L, Riscos 2A, completo, com suporte de fixação; e extintor de gás carbônico CO₂, com carga de 6kg, riscos 5B:C, completo, com suporte de fixação.

Instalação

A instalação dos extintores obedecerá aos seguintes requisitos:

- a) Haja boa visibilidade e acesso desobstruído;
- b) A probabilidade de o fogo bloquear o seu acesso deve ser a menor possível;
- c) Seja adequado à classe de incêndio predominante dentro da área de risco a ser protegida;
- d) Deve ser instalado, pelo menos, um extintor de incêndio a não mais que 5 m da entrada principal da edificação e das escadas nos demais pavimentos; e
- e) A sua localização não será permitida nas escadas, nos patamares e nem nas antecâmaras das escadas.

Devem ser fixados em colunas, paredes ou divisórias, de maneira que sua parte superior (gatilho) fique a uma altura máxima de 1,60m (um metro e sessenta centímetros) do piso acabado;

É permitida a instalação de extintores sobre o piso acabado, desde que permaneçam apoiados em suportes apropriados, com altura de 0,20m (vinte centímetros) do piso, desde que não fiquem obstruídos e que não tenham sua visibilidade prejudicada;

As manutenções e recargas deverão ser realizadas por empresas cadastradas junto ao Corpo de Bombeiros Militar, desde que legalmente habilitadas e registradas junto ao Instituto Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO);

Por ocasião das vistorias do Corpo de Bombeiros Militar, será exigido um Relatório de Inspeção e a Nota Fiscal dos serviços executados nos extintores.

Sistema Iluminação de Emergência

O sistema de iluminação de emergência deverá ser projetado, instalado e mantido conforme ABNT NBR 10898 e NT 13 CBMES-CAT;

Para as edificações com área construída igual ou inferior a 900,00 m² será exigido sistema de iluminação de emergência desde que a altura seja superior a 5 m ou as rotas de saídas horizontais ultrapassem 20 m;

Será exigido sistema de iluminação de emergência para locais de reunião de público (ocupação F) para edificação com lotação superior a 50 pessoas;

Os pontos de iluminação de emergência devem ser distribuídos de forma a manterem no mínimo 3 lux para áreas planas, sem obstáculos e hall de entrada para elevadores e no mínimo 5 lux em áreas com obstáculos e em escadas;

A fixação da luminária na instalação deve ser rígida, de forma a impedir queda acidental, remoção sem auxílio de ferramenta e que não possa ser facilmente avariada ou posta fora de serviço. Deve-se prever em áreas com material inflamável, que a luminária suporte um jato de água sem desprendimento parcial ou total do ponto de fixação;

O sistema não poderá ter uma autonomia menor que uma hora de funcionamento, com uma perda maior que 10% de sua luminosidade inicial;

Para escolha do local onde devem ser instalados os componentes de fonte de energia centralizada de alimentação do sistema de iluminação de emergência, bem como seus comandos, devem ser consideradas as seguintes condições:

- Seja de uso exclusivo, não se situe em compartimento acessível ao público e com risco de incêndio;
- Que o local seja protegido por paredes resistentes ao fogo de 2 horas;
- Seja ventilado conforme NBR 10898;
- Não ofereça riscos de acidentes aos usuários;
- Tenha fácil acesso e espaço de movimentação ao pessoal especializado para inspeção e manutenção;
- Os painéis de controle devem estar ao lado da entrada da sala do(s) gerador (es) para facilitar a comunicação entre pessoas com o equipamento em funcionamento.

Não são admitidas ligações em série de pontos de luz.

Os eletrodutos utilizados para condutores da iluminação de emergência não podem ser usados para outros fins, salvo instalação de detecção e alarme de incêndio ou de comunicação (quando houver), conforme NBR 5410, contando que as tensões de alimentação estejam abaixo de 30 Vcc e os circuitos devidamente protegidos contra curto-circuito;

As luminárias de aclaramento (ou de ambiente), quando instaladas a menos de 2,5 m de altura e as luminárias de balizamento (ou de sinalização), devem ter tensão máxima de alimentação de 30 Vcc;

Na impossibilidade de reduzir a tensão de alimentação das luminárias, pode ser utilizado um interruptor diferencial de 30 mA com disjuntor termomagnético de 10 A;

A iluminação de sinalização deve assinalar todas as mudanças de direção, obstáculos, saídas, escadas, etc. e não deve ser obstruída por anteparos ou arranjos decorativos. O

fluxo luminoso do ponto de luz exclusivamente de iluminação de sinalização, deve ser no mínimo igual a 30 lumens.

Sistema Sinalização de Emergência

A Sinalização de Emergência faz uso de símbolos, mensagens e cores, que devem ser distribuídos convenientemente no interior da edificação e áreas de risco, segundo os critérios da NT 14 CBMES-CAT - Sinalização de Emergência

A Sinalização de Proibição deve ser instalada em local visível e a uma altura de 1,80 m, distribuída em mais de um ponto dentro da área de risco, de modo que pelo menos uma delas possa ser claramente visível de qualquer posição dentro da área, distanciadas em no máximo 15 m entre si;

A Sinalização de Alerta deve ser instalada em local visível e a uma altura de 1,80 m, próxima ao risco isolado ou distribuído ao longo da área de risco generalizado, distanciadas entre si em no máximo 15 m;

A Sinalização de Orientação e salvamento deve assinalar todas as mudanças de direção, saídas, escadas, etc., e ser instalada segundo sua função, a saber:

- a) A sinalização de portas de saída de emergência deve ser localizada imediatamente acima das portas, ou diretamente na folha da porta, centralizada a uma altura de 1,80 m;
- b) A sinalização de orientação das rotas de saída deve ser localizada de modo que a distância de percurso de qualquer ponto da rota de saída até a sinalização seja de no máximo 15 m. Adicionalmente, está também deve ser instalada de forma que na direção de saída de qualquer ponto seja possível visualizar o ponto seguinte, respeitado o limite máximo de 30,0 m. A sinalização deve ser instalada de modo que a sua base esteja a 1,80 m do piso acabado;
- c) A sinalização de identificação dos pavimentos no interior da caixa de escada de emergência deve estar a uma altura de 1,80 m, instalada junto à parede, sobre o patamar de acesso de cada pavimento, de tal forma a ser visualizada em ambos os sentidos da escada (subida e descida);
- d) A mensagem escrita “SAÍDA” deve estar sempre grafada em língua portuguesa;
- e) A abertura das portas em escadas não deve obstruir a visualização de qualquer sinalização.

A sinalização apropriada de equipamentos de combate a incêndio deve estar a uma altura de 1,80 m, e imediatamente acima do equipamento sinalizado, além do seguinte:

- a) Quando houver obstáculos que dificultem ou impeçam a visualização direta da sinalização, a mesma deve ser repetida a uma altura suficiente para a sua visualização;
- b) Quando a visualização direta do equipamento ou sua sinalização não for possível no plano horizontal, a sua localização deve ser indicada a partir do ponto de boa visibilidade mais próxima. A sinalização deve incluir o símbolo do equipamento em questão e uma seta indicativa, sendo que o conjunto não deve distar mais que 7,5 m do equipamento;
- c) Quando o equipamento encontrar-se instalado em pilar, devem ser sinalizadas todas as faces do pilar que estiverem voltadas para os corredores de circulação de pessoas ou veículos;
- d) Quando se tratar de hidrante e extintor de incêndio instalados em garagem, área de fabricação, depósito e locais utilizados para movimentação de mercadorias e de grande varejo, deve ser implantada também a sinalização de piso.

A sinalização complementar deve ser instalada seguindo os critérios da NT 14 CBMES-CAT.

São requisitos básicos para que a sinalização de emergência possa ser visualizada e compreendida no interior da edificação ou área de risco:

- a) A sinalização de emergência deve destacar-se em relação à comunicação visual adotada para outros fins;
- b) A sinalização de emergência não deve ser neutralizada pelas cores de paredes e acabamentos, dificultando a sua visualização;
- c) A sinalização de emergência deve ser instalada perpendicularmente aos corredores de circulação de pessoas e veículos, permitindo-se condições de fácil visualização;
- d) As sinalizações básicas de emergência destinadas à orientação e salvamento, alarme de incêndio e equipamentos de combate a incêndio devem possuir efeito fotoluminescente.
- e) Os seguintes materiais podem ser utilizados para a confecção das sinalizações de emergência desde que possuam resistência mecânica e espessura suficiente para que não sejam transferidas para a superfície da placa possíveis irregularidades das superfícies em que forem aplicadas:

- a) Placas em materiais plásticos;
- b) Chapas metálicas;
- c) Outros materiais semelhantes.

Os materiais utilizados para a confecção das sinalizações de emergência devem atender às seguintes características:

- a) Possuir resistência mecânica;
- b) Possuir espessura suficiente para que não sejam transferidas para a superfície da placa possíveis irregularidades das superfícies em que forem aplicadas.

A Sinalização de Emergência deverá utilizar elemento fotoluminescente para a cor branca e amarela dos símbolos, faixas e outros elementos empregados para indicar:

- a) Sinalizações de orientação e salvamento;
- b) Equipamentos de combate a incêndio e alarme de incêndio;
- c) Sinalização complementar de indicação continuada de rotas de saída;
- d) Sinalização complementar de indicação de obstáculos e de riscos na circulação de rotas de saída.

Os materiais que constituem a pintura das placas e películas devem ser atóxicos e não-radioativos, devendo atender às propriedades de resistência à luz, de resistência mecânica e colorimétrica.

O material fotoluminescente deve atender à norma ABNT NBR 13434-3.

As sinalizações de emergência complementar de rotas de saída aplicada nos pisos acabados devem atender aos mesmos padrões exigidos para os materiais empregados na sinalização aérea do mesmo tipo.

As demais sinalizações aplicadas em pisos acabados podem ser executadas em tinta que resista a desgaste, por um período de tempo considerável, decorrente de tráfego de pessoas, veículos e utilização de produtos e materiais utilizados para limpeza de pisos.

É recomendada a elaboração de projeto executivo do Sistema de Sinalização de Emergência, de forma a adequar tecnicamente a edificação aos parâmetros da NT 14 CBMES-CAT, contudo, tal projeto não necessita ser encaminhado para a análise do CBMES, mas pode ser solicitado para suprir possíveis dúvidas do agente vistoriador.

O projeto executivo de sinalização de emergência, quando elaborado, deve ser constituído de memoriais descritivos do sistema de sinalização e de plantas-baixa da edificação em que

constem os tipos e dimensões das sinalizações apropriadas à edificação, indicadas através de um círculo dividido ao meio na posição a serem instaladas, conforme indicado na Tabela 4 do Anexo A da NT 14 CBMES-CAT, ou através de linhas finas de chamada, onde:

- a) Na parte superior do círculo deve constar o código do símbolo, conforme Anexo B da NT 14 CBMES-CAT;
- b) Na parte inferior do círculo devem constar as dimensões (diâmetro, altura e/ou largura) da placa (em milímetros), conforme Tabela 1 do Anexo A da NT 14 CBMES-CAT.

Quando as sinalizações se utilizarem de mensagens escritas, deve constar a altura mínima de letras (conforme Tabela 2 do Anexo A da NR 14 CBMES-CAT) para cada placa, indicando-se através de linha fina de chamada.

Deve ainda constar no projeto uma legenda contendo todos os símbolos adotados em conformidade com o Anexo B da NT 14 CBMES-CAT, bem como o quadro de quantidades de placas de sinalização discriminadas por tipo e dimensões.

A sinalização de emergência utilizada na edificação e áreas de risco deve ser objeto de inspeção periódica para efeito de manutenção, desde a simples limpeza até a substituição por outra nova, quando suas propriedades físicas e químicas deixarem de produzir o efeito visual para as quais foram confeccionadas.

10 CLIMATIZAÇÃO, EXAUSTÃO E VENTILAÇÃO MECÂNICA

Os projetos deverão ser elaborados de acordo com as normas NBR 16401-1, 2 e 3/2008 e NBR 7256 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas; obedecendo a Portaria 3.523/98-MS e a Resolução RE09/2003-ANVISA - Ministério da Saúde.

Todo projeto deverá ser concebido em conformidade com as recomendações de tratamento e qualidade do ar, com conceitos de proteção a integridade do trabalhador e da propriedade. Portanto, toda normativa deverá ser consultada e obedecidas rigorosamente.

10.1 Sistema de Climatização

Para o sistema climatização, a solução adotada deverá ser a de condicionamento dos ambientes através de aparelhos do tipo split hi-wall e cassetes de 4 vias. O sistema deverá possuir a tecnologia inverter e possuir Etiquetas Nacionais de Conservação de Energia (ENCE) do Inmetro comprovando Classificação A.

Os seguintes ambientes deverão ser climatizados: quarto coletivo, salas de atividades, salas de acolhimento, posto de enfermagem, sala de medicação, sala de reunião, sala

administrativa, farmácia, espera e espaço de convivência interno. Especificamente para a espera e espaço de convivência interno, considerando que não há segregação entre esses e as circulações, poderá ser prevista solução que envolva cortinas de ar ou equivalente para o adequado funcionamento do sistema.

As especificações técnicas definidas neste documento poderão ser igualadas ou superadas por soluções divergentes das especificadas, desde que sejam mantidas as exigências de padrão, desempenho e funcionalidades do ambiente. Para tal, o licitante deverá registrar este fato em sua proposta e encaminhar, oportunamente, para a CONTRATANTE, documentação técnica e explicações que permitam manifestação fundada e conclusiva sobre a equivalência ou superioridade da solução divergente.

O fabricante (contratada) deverá oferecer garantia de, no mínimo, 12 meses a partir da data da entrega dos equipamentos, contra defeitos de fabricação. A data para cálculo da garantia deve ter como base a data da efetiva entrega dos equipamentos ao interessado (contratante).

Os equipamentos de ar-condicionado deverão possuir as seguintes características:

Gabinete

Estrutura e tampas em plástico alta resistência a impacto e corrosão. Com isolamento interno em poliestireno expandido auto extingüível.

Ventiladores

Deverão ser do tipo centrífugo com dupla aspiração com pás curvadas para frente (SIROCCO), em plástico de alta resistência, balanceados estática e dinamicamente, fixados diretamente ao eixo motor.

Serpentinas

Os evaporadores e condensadores deverão ser em tubo de cobre com ranhuras internas de modo a aumentar a eficiência de troca. Fabricados sem costura com aletas em alumínio expandidas mecanicamente com 2 filas em profundidade e 12 aletas por polegada.

As aletas deverão ser em alumínio, tipo placa contínua, estampada com colarinhos integrais, garantindo um espaçamento perfeito e um excelente contato tubo/aleta.

Condensadores

Os condensadores deverão ser do tipo axial e tratado contra corrosão com aletas tipo "gold".

O compressor deverá ser do tipo rotativo, baixo consumo de energia e gás refrigerante ecológico R-410a.

O ventilador do condensador deverá ser de indução, monofásico, com grau de proteção IP-54 e potência adequada para o compressor.

Deverá ser selecionado para atender as curvas de torque do compressor, adequado para flutuação de tensão de até 10% acima ou abaixo da nominal, refrigerado pelo fluxo de gás de sucção e protegido internamente contra sobrecarga.

Características Gerais

- Ajuste de vazão de ar;
- Controle remoto;
- Filtro Antibacteriana (Lavável);
- Operação Jet Mode;
- Reinício Automático;
- Operação Automática;
- Autodiagnóstico;
- Timer;
- Classificação Energética “A”.
- Tensão: 220V;
- Frequência: 60 Hz

Tubulação Frigorígena

Deverá a contratada executar as interligações frigorígenas entre as unidades condensadoras e suas respectivas evaporadoras, fornecendo e instalando tubos de cobre sem costura, conexões e acessórios, nos diâmetros indicados pelo fabricante do equipamento.

Deverão ser utilizados tubos de cobre estrudados e trefilados, sem costura, em cobre desoxidado recozido. As espessuras das paredes deverão seguir recomendação do fabricante. Tubos com diâmetros até 5/8” a espessura da parede é de 1/32” e tubos de 5/8” e acima a parede 1/16”.

Nas junções e desvios da tubulação deverão ser usadas luvas de emenda e curvas 45° e 90° em toda extensão da tubulação, podendo ser utilizados alargadores e curvadores somente para diâmetros até 3/8”.

NOTA: Jamais fazer curva com as mãos para evitar o esmagamento e estreitamento da secção do tubo de cobre.

Toda tubulação de cobre deverá ser constituída de tubos de cobre sem costura, em bitolas adequadas, conforme norma ABNT-NBR 7541, de modo a garantir a aplicação das velocidades corretas em cada trecho, bem como a execução do trajeto mais adequado. Para isso se faz necessário seguir as especificações do fabricante dos equipamentos.

O dimensionamento da tubulação deverá ser feito levando em conta a perda de carga, em função da distância entre os evaporadores e conjunto compressor-condensador, devendo ser analisado e aprovado pelo fabricante do equipamento especificado.

Todas as tubulações deverão ser devidamente apoiadas ou suspensas em suportes e braçadeiras apropriadas com pontos de sustentação e apoio espaçados de 2 em 2 metros ou conforme recomendação do fabricante.

Para o preenchimento de gás refrigerante, toda a tubulação deverá ser evacuada até um nível de pressão abaixo de 500 micra.

Todas as conexões entre tubos de cobre, acessórios e derivações deverão ser executados com solda "Phoscooper" com banho de prata, pressurizada com nitrogênio para evitar a oxidação interna.

Após a execução da solda, a rede deverá ser testada com nitrogênio à pressão de 600 PSIG por um período mínimo de 24 horas e máximo de 36 horas. Não havendo vazamento ou queda de pressão a tubulação está aprovada para o vácuo.

Deverão ser testados todo o sistema interligado, constando de válvulas esferas, evaporadoras e tubulação.

No caso de haver vazamento o mesmo deverá ser reparado e novamente testado. A cada teste a empresa instaladora deverá registrar a liberação no diário de obra ou emitir um laudo para liberação da etapa seguinte de vácuo.

O teste deverá ser acompanhado pela fiscalização da obra.

As espessuras das paredes do cobre devem seguir recomendação do fabricante.

*As espessuras mínimas dos tubos de cobre deverão obedecer à tabela abaixo:

DIÂMETRO NOMINAL(mm)	ESPESSURA (mm) TIPO DE COBRE	
	Recozido	Rígido
6,35	0,80	
9,52	0,80	
12,7		1,0

15,9		1,00
19,1		1,00
22,2		1,20
25,4		1,20
28,6		1,30
31,8		1,50
34,9		1,50
38,1		1,50
44,5		1,50
54,0		1,80
67,0		1,80

Obs: Condições de Referência ISO 5151.

Suporte e Limpeza das Tubulações

As tubulações deverão ser fixadas a laje por meio de barras roscadas e perfilado galvanizado 38x38x1,15mm. A fixação a laje será por chumbadores tipo jaqueta e cone.

Deve-se tomar o cuidado para não perfurar cordoalhas da laje protendida.

As tubulações de refrigerante deverão ser suportadas através de suportes modelo Suporte estruturado da K-Flex ou equivalente. O Suporte estruturado deverá ser suportado por braçadeira tipo gota compatível com seu diâmetro.

O instalador deverá apresentar seleção antes da aquisição para aprovação pela Fiscalização. Não serão aceitos qualquer outro tipo de suporte montado em obra a não ser os de poliuretano alta densidade fornecido pelo fabricante de isolamento. Esta exigência é para se evitar pontes térmicas, rasgos, estrangulamento ou outro dano ao isolamento.

Isolamento Térmico

Será de responsabilidade da contratada o fornecimento de todo o material e executar os isolamentos térmicos das linhas frigoríferas (sucção e líquido isolados individualmente), utilizando-se de tubos de espuma elastomérica flexível.

Todas as tubulações, exceto outra indicação específica, deverão ser isoladas termicamente utilizando borracha elastomérica à base de borracha nitrílica, tipo EE1 NBR, cor preta, com espessura progressiva e adequada para o comprimento da rede, com a espessura mínima de 19mm. Referência: K-Flex ou Equivalente.

Todos os tubos isolantes térmicos deverão ser de alta performance que assegurem a mesma temperatura superficial ao longo de toda a instalação, independentemente da diversidade de diâmetro, garantindo desta forma a não-condensação.

Redes De Drenagem

Os drenos dos equipamentos de ar-condicionado deverão ser coletados e lançados na rede de água pluvial.

As tubulações dos drenos deverão ser em PVC rígido soldável marrom para água fria com diâmetro mínimo de 25mm para equipamentos do tipo hi-wall e de 32mm para equipamentos do tipo cassete. Nos trechos enterrados deverá ser utilizada tubulação de PVC rígido branco para esgoto de 40. Nos trechos horizontais, enterrados ou não, deverão ser aplicadas declividades constantes de no mínimo 1,0%.

As tubulações que correm na alvenaria e no entreforço, deverão possuir isolamento térmico flexível de espuma elastomérica para controle da condensação. Utilizar marca de referência Armaflex ac ou similar.

10.2 Sistema de Renovação de ar

A renovação de ar do sistema será efetivada através de sistema de ventilação mecânica, constituída de caixas de ventilação dotada de filtragem classe G4/M5, e rede de dutos de distribuição de ar.

Gabinete de Renovação de Ar

O ventilador deverá ser dimensionado e fabricado conforme as normas da AMCA, no que diz respeito às dimensões relativas de diâmetro do rotor, cone de aspiração, boca de descarga, diâmetro do eixo, espessuras de chapas, soldas etc.

Deverá ser do tipo plenum fan dimensionados para uma velocidade de descarga inferior a 10 m/s, na vazão de seleção do ventilador, e dispondo de uma pressão estática capaz de superar todas as perdas de carga nas redes de dutos e acessórios. Seus rotores deverão ser estática e dinamicamente balanceados a uma rotação, pelo menos 50% acima da rotação selecionada para trabalho e deverão ser apoiados sobre mancais de rolamento auto alinháveis e de lubrificação permanente.

Será montado dentro de gabinete metálico com porta filtro grosso e painéis de filtro G4/M5.

O acionamento do ventilador deverá ser feito por um único motor elétrico e isolamento classe B. O acoplamento ao motor deverá ser feito por acoplamento direto.

Dutos de distribuição de ar

Deverão ser previstos dutos retangulares nas dimensões a serem especificadas nos projetos, os quais deverão ser executados em chapa de aço galvanizada, com as

espessuras indicadas pela ABNT, ASHRAE e SMACNA, sendo levado em consideração a maior dimensão das seções transversais, conforme abaixo:

LADO MAIOR	CHAPA
Até 30 cm -----	# 26
de 31 a 75 cm -----	# 24
de 76 a 140 cm -----	# 22
de 141 a 210 cm -----	# 20
Acima de 210cm -----	# 18

As curvas e/ou joelhos deverão obedecer rigorosamente às dimensões dos raios mínimos adequados. Nas bifurcações deverão ser instalados registros (dampers e splitters), para regular a vazão de ar nos diversos ramais. As curvas deverão ter veios direcionadores de fluxo.

As conexões dos equipamentos aos dutos deverão ser com lonas flexíveis e não inflamáveis.

Os suportes de sustentação dos dutos deverão ser feitos em barras ou cantoneiras de ferro.

As bitolas e espaçamentos dos suportes deverão estar de acordo com o especificado no manual da "SMACMA", e deverão ser pintados com tinta anticorrosiva.

Difusores e Venezianas de tomada de ar

Deverão ser em alumínio anodizado e providas de elementos de regulação de modo a viabilizar o balanceamento do sistema.

Suporte dos Dutos nas Paredes

Os suportes dos dutos fixos nas paredes devem ser conforme figura 5-9M da SMACNA. Os dutos até 610 mm de largura devem ser suportados a cada 1,5 m, sendo uma face encostada na parede, fixos com barra chata de 1" x 1/8" presa a parede com chumbador de rosca interna 3/8" x 2.1/2". Aplicar no mínimo (8) seis parafusos AA 4,8 x 25 mm conforme figura A da figura 5-9M da SMACNA.

Os dutos maiores de 611 mm a 1219 mm devem ser suportados a cada 1,5 m, sendo uma face encostada na parede, fixos com estrutura metálica de cantoneira em ângulo de 1.1/4" x 1.1/4" x 1/8" presa à parede com chumbador de rosca interna 3/8" x 2.1/2". Aplicar mínimo de (10) dez parafusos AA 4,8 x 25 mm.

Suporte para Dutos na Vertical

Os dutos na vertical devem ser suportados conforme figura 5-8M da SMACNA.

Suporte dos Dutos na Horizontal

Os dutos com chapa # 26 devem ser suportados a cada 1,5 m por par de barras chata de aço carbono de 1" x 1/8" pintada envolvendo o duto na parte inferior em abas de 1". A fixação na aba inferior será com parafusos AA galvanizados de 4,2 x 19 mm. A cada 200 mm de altura de duto colocar em cada lado parafusos AA galvanizados de 4,2 x 19 mm. A barra chata de 1" x 1/8" dobrada em 1" será fixa a laje com chumbadores parabolt de 1/4" completos;

Os dutos com chapa # 24 devem ser suportados a cada 1,5 m por par de cantoneiras de aço carbono de 1" x 1/8" pintadas envolvendo o duto na parte inferior em 1" com uma das abas. A cada 200 mm de altura de duto colocar em cada lado parafusos AA galvanizados de 4,2 x 19 mm. A cantoneira de 1" x 1/8" dobrada em 1" será fixa a laje com chumbadores parabolt de 1/4" completos;

Os dutos com chapa # 22 devem ser suportados a cada 1,5 m por par de cantoneiras de aço carbono de 1" x 1/8" pintadas envolvendo o duto na parte inferior. A cada 200 mm de perímetro do duto colocar parafusos AA galvanizados de 4,2 x 19 mm. A cantoneira de 1" x 1/8" dobrada em 1" será fixa a laje com chumbadores parabolt de 3/8" completos;

Os dutos com chapa # 20 devem ser suportados a cada 1,5 m por par de cantoneiras de aço carbono de 1.1/2" x 3/16" pintadas envolvendo o duto na parte inferior. A cada 200 mm de perímetro do duto colocar parafusos AA galvanizados de 4,2 x 19 mm. A cantoneira de 1.1/2" x 3/16" dobrada em 1" será fixa a laje com chumbadores parabolt de 1/2" completos;

Os dutos com chapa # 18 e # 16 serão apoiados sobre cantoneira de 2" x 3/16", e que devem ser suportados a cada 1,5 m por duas barras roscadas galvanizadas de 1/2" fixas a chumbadores parabolt de 1/2" completos. Sob a cantoneira colocar em cada barra roscada arruela lisa galvanizada de 1/2" mais duas porcas galvanizadas sextavadas de 1/2".

10.3 Exaustão

Banheiros, Sanitários e Vestiários

Deverá ser executada solução que garanta a qualidade do ar dos banheiros, sanitários e vestiários da edificação atendendo à NBR 16401, portanto, para os casos necessários, deverá ser prevista exaustão mecânica. Cada banheiro e vestiário contará com seu próprio sistema de exaustão individual.

Cozinha

Deverá ser previsto o fornecimento e instalação de Coifa em Aço Inox 304, Chapa 22, nas dimensões de 2,20 X 1,16m, com duto e exaustor. O sistema da coifa deverá atender a todos os critérios e normativas relacionadas à geração de ruído aplicáveis.

11 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E ELETRÔNICAS

11.1 Descrição das Instalações

11.1.1 Elétrica

Considerações Preliminares

Todos os serviços a serem executados deverão obedecer a melhor técnica vigente, enquadrando-se rigorosamente dentro das normas técnicas estabelecidas pela ABNT, em especial a NBR 5410 e a NBR 13534, bem como em conformidade com os projetos de instalações a serem elaborados.

Entrada de Energia

A entrada de energia será em tensão secundária a quatro condutores (trifásico + neutro). O padrão de entrada deverá ser compatível com a carga instalada na unidade e atender rigorosamente os padrões técnicos da EDP ES.

Distribuição

A partir da medição deverá haver um alimentador para o quadro principal da edificação. O quadro será devidamente identificado com plaqueta de acrílico, já os disjuntores de proteção, bem como, os outros componentes do quadro, deverão ser identificados por rótulos ou outro elemento de difícil remoção e conforme o diagrama unifilar a ser desenvolvido nas etapas de projeto.

Os quadros deverão atender a norma NBR IEC 61.439-1/2/3 e deverão ser fornecidos os relatórios de tipo e rotina conforme indicados na aludida norma.

Infraestrutura

A partir do quadro de distribuição deverá ser instalada eletrocalha de onde serão derivados os eletrodutos para alimentar os pontos de iluminação, tomadas, aparelhos de ar-condicionado, motores, etc.

As eletrocalhas deverão ser do tipo perfuradas e instaladas no entreforro (sempre que houver).

Os eletrodutos deverão ser de PVC rígido, quando instalados aparentes ou no entreforro, e de PVC flexível, quando instalados embutidos em lajes, pisos ou paredes.

Nas áreas externas, deverão ser utilizados eletrodutos flexíveis de PEAD.

Iluminação e Tomadas

O projeto de iluminação deverá ser elaborado conforme projeto luminotécnico a ser desenvolvido. Deverá ser apresentado estudo comprovando o atendimento aos requisitos da NBR ISO/CIE 8995-1.

Os circuitos de iluminação e tomadas deverão ter fiação de 2,5mm² no mínimo, sendo que os circuitos de iluminação deverão ser totalmente independentes dos circuitos de tomadas.

Todas as tomadas de uso geral deverão ser do tipo 2P+T (F+N+T) conforme NBR 14.136 (tomadas hexagonais conforme padrão brasileiro), 10 Ampéres, 250 Volts. Tomadas de uso específico, se necessárias, deverão ser do tipo industrial com 3 ou 5 polos, conforme o equipamento a ser alimentado. Para os chuveiros e condensadores do ar-condicionado não deverão ser instaladas tomadas, sendo a ligação do equipamento feita diretamente ao cabo do respectivo circuito de alimentação.

Condutores

Todo cabo deverá ser livre de halogêneos. Os cabos dos circuitos de iluminação e tomadas deverão possuir tensão de isolação de 450/750V, exceto para os cabos lançados em eletrodutos enterrados que deverão possuir tensão de isolação de 0,6/1kV. Os cabos alimentadores dos quadros de distribuição deverão possuir tensão de isolação de 0,6/1kV.

Todo cabo deverá ser identificado e deverá estar protegido por conduto autoextinguível e não propagante a chamas.

Aterramento

O sistema de aterramento a ser adotado é do tipo Terra e Neutro Separados (TN-S). Esse sistema possui um ponto de alimentação diretamente aterrado, sendo as massas ligadas a esse ponto através de Condutores de Proteção (PE).

O sistema de aterramento também será utilizado para fazer a dissipação das descargas atmosféricas.

11.1.2 SPDA

Deverá ser elaborado relatório de análise de risco para determinação da necessidade ou não de instalação de sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), conforme preconiza a NBR 5419. Se for constatada a obrigatoriedade de instalação do sistema para redução do risco de perda humana a níveis aceitáveis, esse deverá ser do tipo estrutural caso adotada estrutura em concreto armado, ou seja, deverá ser prevista a instalação de vergalhões exclusivos (REBAR) embutidos nos pilares de concreto e na viga baldrame para

os sistemas de descida e aterramento. O sistema de captação deverá ser executado com barras chatas de alumínio.

11.1.3 Cabeamento Estruturado

O sistema de cabeamento estruturado deverá abranger os sistemas de dados e voz, assim, para cada estação de trabalho deverão ser previstos dois pontos de telecomunicações (dados e/ou voz) que podem ser utilizados conforme a aplicação desejada pelo operador. Os pontos deverão ser compostos por conectores RJ-45 e serão conectados aos patch panels instalados dentro do Rack de Telecomunicações por meio de cabo UTP - 4 pares.

Deverá ser prevista a instalação de pontos de acesso sem fio (access points) do tipo POE para cobertura de 100% da edificação com nível de sinal compatível com o uso dos ambientes, a ser confirmado através da apresentação de simulação em software específico.

Deverá ser prevista infraestrutura com eletroduto seco para a ligação com a concessionária a ser contratada, sendo o lançamento do cabo de entrada de responsabilidade dessa.

No Rack de telecomunicações deverá ser previsto um Distribuidor Interno Óptico para a conexão das fibras provenientes da concessionária. O rack também deverá possuir todos os equipamentos ativos e passivos necessários para o funcionamento do sistema de cabeamento estruturado.

Todo cabeamento, equipamento e componentes utilizados deverão ser categoria 6.

11.1.4 Segurança (CFTV/Alarme)

Deverão ser previstas câmeras de segurança do tipo IP PoE (Power Over Ethernet), alimentadas pelo próprio cabo UTP, desta forma, não será necessária a instalação de infraestrutura elétrica para alimentar as câmeras. As câmeras deverão ser instaladas para monitoramento das áreas comuns da edificação, bem como seu perímetro externo.

Também deverá ser previsto um gravador de vídeo em rede NVR e um HD de tamanho suficiente para gravação de até 15 dias.

Também deverá ser previsto sistema de alarme de intrusão com cobertura de toda a edificação, contemplando central de alarme, teclados e sensores de presença.

11.1.5 Antena de TV

Deverão ser previstos pontos de TV nas salas de atividades coletivas, espera e espaço de convivência interno. Para isto deverá ser prevista infraestrutura desde a cobertura onde seja possível instalar antena externa, até o rack de telecomunicações, onde poderão ser

instalados, se for a opção da PMA, equipamentos que farão a divisão do sinal e a distribuição até os pontos terminais.

O trajeto da antena aos pontos de TV deverá ser por meio de eletrodutos e seu dimensionamento deverá considerar a utilização de cabos coaxiais. No ponto de TV deverá ser previsto conector fêmea.

11.2 Especificações Técnicas dos serviços

11.2.1 Materiais e Equipamentos

A inspeção para recebimento de materiais e equipamentos será feita no local das obras por processo visual.

Estocagem em local abrigado – materiais sujeitos a oxidação, peças miúdas, fios, luminárias, lâmpadas, interruptores, tomadas e outros;

Estocagem ao tempo – tubos de PVC, tubos galvanizados, transformadores (quando externos), cabos em bobinas e para uso externo ou subterrâneo.

11.2.2 Processo Executivo

Entrada e medição de energia

Os serviços relacionados com a entrada de energia serão entregues completos, ligados definitivamente à rede pública, em perfeito funcionamento e com a aprovação mediante ligação por parte da EDP ES.

A execução da instalação de entrada de energia deverá obedecer aos padrões da concessionária de energia elétrica local. A Contratada terá a responsabilidade de manter, com esta, os entendimentos necessários à ligação de energia elétrica.

Não serão aceitas emendas dos condutores de entrada de energia. Onde houver tráfego de viaturas sobre a entrada subterrânea, deverão ser tomadas precauções para que a tubulação não seja danificada envelopando estas com concreto e as caixas de passagem de rede deverão ter tampas de ferro fundido, do tipo pesado.

Instalações de Eletrodutos

As roscas deverão ser executadas segundo a NBR-6414. O corte deverá ser feito aplicando as ferramentas na sequência correta e, no caso de cossinetes, com ajuste progressivo. Os eletrodutos ou acessórios que tiverem as roscas com uma ou mais voltas completas ou fios cortados deverão ser rejeitados, mesmo que a falha não se situe na faixa de aperto.

Após a execução das roscas, as extremidades deverão ser escariadas para a eliminação de rebarbas.

O rosqueamento deverá abranger, no mínimo, cinco fios completos de rosca.

As roscas, depois de prontas, deverão ser limpas com escova de aço.

O encurvamento dos eletrodutos metálicos deverá ser executado a frio, sem enrugamento, amassaduras, avarias do revestimento ou redução do diâmetro interno, e só poderá ser feito nos tubos com bitolas máximas de 19mm.

Não serão permitidos, em uma única curva, ângulos maiores que 90°, conforme NBR-5410.

O número de curvas entre duas caixas não poderá ser superior a 3 de 90°, ou equivalente a 270°, conforme NBR-5410.

As emendas dos eletrodutos só serão permitidas com o emprego de conexões apropriadas, tais como luvas ou outras peças que assegurem regularidade na superfície internam, bem como a continuidade elétrica.

Nos eletrodutos de reserva, após a limpeza das roscas, deverão ser colocados em ambas as extremidades tampões adequados.

Durante a construção e montagem, todas as extremidades dos eletrodutos, caixas de passagem e condutores deverão ser vedados com tampões e tampas adequadas. Estas proteções não deverão ser removidas antes da colocação da fiação.

Os eletrodutos deverão ser cortados perpendicularmente ao seu eixo longitudinal, conforme a NBR-5410. Os eletrodutos metálicos, incluindo as caixas de chapa, deverão formar um sistema de aterramento contínuo.

Deverão ser usadas graxas especiais nas roscas, a fim de facilitar as conexões e evitar a corrosão, sem que fique prejudicada a continuidade elétrica dos sistemas. Os eletrodutos subterrâneos deverão ser instalados em envelopes de concreto, nas travessias de vias.

Nos eletrodutos de reserva deverão ser deixados, como sonda, fios de aço galvanizados 16 AWG.

As linhas de eletrodutos subterrâneos deverão ter declividade mínima de 0,5% entre poços de inspeção, para assegurar a drenagem.

A face superior dos envelopes de concreto deverá ficar no mínimo, 50 cm abaixo do nível do solo, nas travessias de vias.

Após a instalação, deverá ser feita verificação de limpeza dos eletrodutos por meio de mandris, com diâmetro interno do eletroduto passando de ponta a ponta. Nas lajes, os eletrodutos serão instalados antes da concretagem, assentando os mesmos sob as armaduras. Nas paredes de alvenaria serão montados antes de serem executados os revestimentos. As extremidades dos eletrodutos serão fixadas nas caixas por meio de buchas e arruelas roscadas.

Eletrodutos Expostos

As extremidades dos eletrodutos, quando não roscadas diretamente em caixas ou conexões, deverão ser providas de buchas e arruelas roscadas. Na medida do possível, deverão ser reunidas em um conjunto.

As uniões deverão ser convenientemente montadas, garantido não só o alinhamento, mas também o espaçamento correto, de modo a permitir o rosqueamento da parte móvel sem esforços.

A parte móvel da união deverá ficar, no caso de lances verticais, do lado superior. Em lances horizontais ou verticais superiores a 10m deverão ser previstas juntas de dilatação nos eletrodutos.

Caixas e Conduletes

Deverão ser empregadas caixas:

- nos pontos de emenda ou derivação dos condutores;
- nos pontos de instalação de aparelhos ou dispositivos;
- nas divisões das tubulações;
- em cada trecho contínuo de quinze metros de canalização, para facilitar a passagem ou substituição de condutores.

Poderão ser usados conduletes:

- nos pontos de entrada e saída dos condutores na tubulação;
- nas divisões da tubulação.

As caixas deverão ser fixadas de modo firme e permanente às paredes, presas às pontas dos condutos por meio de arruelas de fixação e buchas apropriadas, de modo a obter uma ligação perfeita e de boa condutibilidade entre todos os condutores e respectivas caixas; deverão também ser providas de tampas apropriadas, com espaço suficiente para que os

condutores e suas emendas caibam folgadoamente dentro das caixas depois de colocadas as tampas.

As caixas com interruptores e tomadas deverão ser fechadas por espelhos que completem a montagem desses dispositivos.

As caixas a serem embutidas nas lajes deverão ficar firmemente fixadas às formas.

Só poderão ser removidos os discos das caixas nos furos destinados a receber ligação de eletrodutos.

As caixas embutidas nas paredes deverão facear o revestimento da alvenaria; serão niveladas e aprumadas de modo a não provocar excessiva profundidade depois do revestimento.

As caixas de tomadas e interruptores de 100x50mm (4x2") serão montadas com o lado paralelo ao plano do piso.

As caixas com equipamentos, para instalação aparente, deverão seguir as indicações do projeto, ou, se este for omissivo, em posição adequada a critério da fiscalização.

As diferentes caixas de uma mesma sala serão perfeitamente alinhadas e dispostas de forma a apresentar uniformidade no seu conjunto.

Enfição

Só poderão ser enfiados nos eletrodutos condutores isolados para 600V ou mais e que tenham proteção resistente à abrasão.

A enfição só poderá ser executada após a conclusão dos seguintes serviços:

- telhado ou impermeabilização de cobertura;
- revestimento de argamassa;
- colocação de portas, janelas e vedação que impeça a penetração de chuva; • pavimentação que leve argamassa.

Antes da enfição, os eletrodutos deverão ser secos com estopa e limpos pela passagem de bucha embebida em verniz isolante ou parafina.

Para facilitar a enfição poderão ser usados lubrificantes como talco, parafina ou vaselina industrial. Para auxiliar a enfição poderão ser usados fios ou fitas metálicas.

As emendas de condutores só poderão ser feitas nas caixas, não sendo permitida a enfição de condutores emendados, conforme a NBR-5410.

O isolamento das emendas e derivações deverá ter, no mínimo, características equivalentes às dos condutores utilizados.

A enfição será feita com o menor número possível de emendas: para circuitos de tensão entre fases inferior a 240V, isolar as emendas com fita isolante até formar espessuras igual ou superior à do isolamento normal do condutor; executar todas as emendas dentro das caixas.

Nas tubulações de pisos, só iniciar a enfição após seu acabamento.

Todos os condutores de um mesmo circuito deverão ser instalados no mesmo eletroduto.

Condutores em trechos verticais longos deverão ser suportados na extremidade superior do eletroduto, por meio de fixador apropriado, para evitar danificação do isolamento na saída do eletroduto, e não aplicar esforços nos terminais.

Cabos

Instalação dos cabos:

Os condutores deverão ser identificados com o código do circuito por meio de indicadores, firmemente presos a estes, em caixa de junção, chaves e onde mais se faça necessário.

As emendas dos cabos serão feitas com conectores de pressão ou luvas de aperto. As emendas, exceto quando feitas com luvas isoladas, deverão ser revestidas com fita de borracha moldável até obter uma superfície uniforme, sobre a qual serão aplicadas, em meia sobreposição, camadas de fita isolante adesiva. A espessura da reposição do isolamento deverá ser igual ou superior a camada isolante do condutor.

Circuitos de áudio, radiofrequência, alarme de incêndio e de computação deverão ser afastados de circuitos de força, tendo em vista a ocorrência de indução, de acordo com os padrões aplicáveis a cada classe de ruído.

As extremidades dos condutores, nos cabos, não poderão ser enterradas diretamente no solo, devendo, obrigatoriamente, ser instaladas em manilhas, em tubos de aço galvanizado dotados de proteção contra corrosão ou, ainda, outro tipo de dutos que assegurem proteção mecânica aos condutores e permitam sua fácil substituição em qualquer tempo.

Os condutores que saem de trechos subterrâneos e sobem ao longo de paredes ou outras superfícies deverão ser protegidos por meio de eletroduto rígido, esmaltado ou galvanizado, até uma altura não inferior a 3 metros em relação ao piso acabado, ou até atingirem a caixa protetora do terminal.

Na enfição das instalações subterrâneas, os cabos não deverão estar sujeitos a esforços de tração capazes de danificar sua capa externa ou o isolamento dos condutores.

Todos os condutores de um circuito deverão fazer parte do mesmo duto.

Montagem de Quadros de Distribuição

Os quadros embutidos em paredes deverão facear o revestimento da alvenaria e ser nivelados e aprumados. Os diversos quadros de uma área deverão ser perfeitamente alinhados e dispostos de forma a apresentar conjunto ordenado.

Os quadros para montagem aparente deverão ser fixados às paredes ou sobre base no piso, através de chumbadores, em quantidades e dimensões necessárias à sua perfeita fixação.

A fixação dos eletrodutos aos quadros será feita por meio de buchas e arruelas roscadas.

Após a conclusão da montagem, da enfição e da instalação de todos os equipamentos, deverá ser feita medição do isolamento, cujo valor não deverá ser inferior ao da tabela 81 do anexo J da NBR-5410.

Recebimento

Generalidades:

O recebimento das instalações elétricas estará condicionado à aprovação dos materiais, dos equipamentos e da execução dos serviços pela Fiscalização.

Além do disposto no item anterior, as instalações elétricas só poderão ser recebidas quando entregues em perfeitas condições de funcionamento, comprovadas pela Fiscalização e ligadas à rede de concessionária de energia elétrica local.

As instalações elétricas só poderão ser executadas com material e equipamentos examinados e aprovados pela Fiscalização.

A execução deverá ser inspecionada durante todas as fases de execução, bem como após a conclusão, para comprovar o cumprimento das exigências do contrato e deste Memorial Descritivo. Eventuais alterações somente poderão ser aceitas se aprovadas pela Fiscalização. A aprovação referida acima não isentará a Contratada de sua responsabilidade.

Verificação Final Das Instalações

A Fiscalização efetuará a inspeção de recebimento das instalações, conforme prescrição do da NBR-5410.

Serão examinados todos os materiais, aparelhos e equipamentos instalados, no que se refere às especificações e perfeito estado.

Será verificada a instalação dos condutores no que se refere a bitolas, aperto dos terminais e resistência de isolamento, cujo valor deverá seguir a tabela 81 do anexo J da NBR-5410.

Será também conferido se todos os condutores do mesmo circuito (fases, neutro e terra), foram colocados no mesmo eletroduto.

Será verificado o sistema de iluminação e tomadas no que se refere a localização, fixações, acendimento das lâmpadas e energização das tomadas.

Serão verificados os quadros de distribuição quanto à operação dos disjuntores, aperto dos terminais dos condutores, proteção contra contatos diretos e funcionamento de todos os circuitos com carga total; também serão conferidas as etiquetas de identificação dos circuitos, a placa de identificação do quadro, observada a facilidade de abertura e fechamento da porta, bem como o funcionamento do trinco e fechadura.

Será examinado o funcionamento de todos os aparelhos fixos e dos motores, observando o seu sentido de rotação e as condições de ajuste dos dispositivos de proteção.

Será verificada a instalação dos para-raios, as conexões das hastes com os cabos de descida, o caminhamento dos cabos de descida e suas conexões com a rede de terra.

Será examinada a rede de terra para verificação do aperto das conexões, quando acessíveis, sendo feita a medição da resistência de aterramento.

Será examinada a montagem do quadro de medição e distribuição:

- Espaçamento e isolamento entre fases e entre fases e terra;
- Condições e ajustes dos dispositivos de proteção;
- Aperto das conexões dos terminais dos equipamentos e dos condutores de aterramento;

11.3 Especificações Técnicas dos Materiais

Será vedado à CONTRATADA, realizar serviços em desacordo com as recomendações técnicas dos fabricantes de todos os materiais e equipamentos a serem empregados, sendo obrigatória, portanto, a utilização de todo o ferramental, materiais consumíveis e serviços necessários especificados nas recomendações dos manuais dos fabricantes.

Nas especificações técnicas de materiais e produtos deste caderno, o que foi colocado em termos de fabricante, modelo ou marca, o foi como referência, a fim de atender plenamente aos requisitos específicos do sistema projetado e ao padrão de qualidade requerido.

Para os materiais e produtos a serem fornecidos para compor as instalações, admitir-se-á a substituição por produto equivalente, desde que aprovado, por escrito no diário de obra pelo autor do projeto e fiscalização.

Poderá o contratante solicitar, da contratada, laudos técnicos de ensaios/testes de laboratório credenciado pelo INMETRO, que comprovem a integral equivalência de materiais/produtos a serem fornecidos, em relação aos especificados neste memorial, sem que com isso seja alterado o prazo estabelecido e sem ônus.

11.3.1 Quadros de Distribuição

O fabricante dos painéis elétricos deverá apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.

O projeto executivo dos quadros elétricos depende do fabricante e do montador escolhido pela INSTALADORA, assim, antes do fornecimento dos quadros, deverão ser apresentadas à fiscalização para aprovação, as seguintes informações:

- Detalhes construtivos.
- Vistas frontais internas, externas e cortes laterais.
- Detalhe do arranjo dos barramentos horizontais e verticais.
- Diagramas unifilar de força e comando.
- Relação completa de equipamentos aplicados incluindo referência, marca, especificações técnicas e quantitativos

Normas Técnicas

Os quadros de distribuição devem estar de acordo com a norma NBR IEC 61439-1/2/3 – Conjuntos de Manobra de Baixa Tensão, e todas suas características elétricas e de operação devem estar expressas de acordo com essas normas.

Todos os materiais utilizados, bem como a fabricação, ensaios, condições de serviço e desempenho deverão estar de acordo com as normas aplicáveis da ABNT, destacando-se as seguintes:

- NBR IEC 60529 – Graus de Proteção;

- NBR IEC 60947.2 – Disjuntores de Baixa Tensão

Descrição

Os quadros serão metálicos, de sobrepor ou embutir na parede, e deve ser provido de dispositivos de proteção, aterramentos, isolamento de terminais energizados e sinalização padronizada, conforme requisitos da NR10.

O fornecedor de painéis elétricos deve indicar o grau de proteção externa de acordo com as normas NBR IEC 60947.2 e NBR IEC 60529, conforme especificações do projeto.

Materiais

A estrutura do painel deverá ser de aço carbono totalmente aparafusada formando um sistema rígido e de grande resistência mecânica. Todas as chapas de aço utilizadas na fabricação dos painéis elétricos devem possuir tratamento de zincagem eletrolítica. Portas e coberturas devem ser feitas de chapas de aço de 2 mm para assegurar estabilidade. Todas as partes externas devem ter uma cor uniforme, de preferência RAL 7035, aplicada por pintura com espessura mínima 75um.

Os quadros deverão ser equipados com unidades funcionais individuais, que consistem em placas ou molduras de montagem suportando um ou mais dispositivos de baixa tensão e cobertos com chapas metálicas de proteção para prevenção de acesso acidental a circuitos energizados.

Os barramentos deverão ser de cobre eletrolítico com pureza de 99,9% de perfil retangular com cantos arredondados. Os barramentos deverão ser pintados nas seguintes cores:

- Fase A – vermelho
- Fase B – branco
- Fase C – marrom
- Neutro – azul claro
- Terra – verde/verde-amarelo

As superfícies de contato de cada junta deverão ser prateadas e firmemente aparafusadas.

Referências: Quixtra 630 da GE, Arthur L da ABB, Alpha 160 da Siemens ou equivalentes.

Comandos:

Botões e chaves deverão obedecer ao seguinte código de cores:

I. Partida ou Liga.....Verde

II. Parada ou Desliga.....Vermelho

III. Teste.....Amarela

IV. Rearme.....Preta

V. Chave seletora.....Preta

VI. Desligamento de emergência.....Vermelha (tipo cogumelo)

As lâmpadas deverão obedecer ao seguinte código de cores:

I. Ligado.....Vermelha

II. Desligado.....Verde

III. Sinalização.....Branca

IV. Alarme..... Amarela

Ensaios:

O fornecedor do painel deverá apresentar obrigatoriamente os seguintes certificados de ensaios de tipo. As características declaradas nos relatórios deverão estar em conformidade com aquelas propostas /exigidas:

- Limites de Elevação de Temperatura;
- Propriedades Dielétricas;
- Corrente Suportável de Curto-circuito;
- Eficácia do Circuito de Proteção;
- Distâncias de Isolamento e Escoamento;
- Funcionamento Mecânico;
- Grau de Proteção.

O fornecedor do painel deverá apresentar obrigatoriamente os seguintes relatórios dos ensaios de rotina:

- Verificação da fiação, ensaios de operação elétrica;
- Ensaio dielétrico;
- Verificação da proteção e continuidade elétrica do circuito de proteção;
- Verificação da resistência de isolamento.

Os proponentes deverão anexar junto às propostas os relatórios de ensaios de tipos e de rotina para análise.

Verificações:

Após a instalação do painel, verificar:

- Partes da instalação ou aparelhos danificados durante a montagem dos quadros, sendo que eventuais danos, implicam em reparo ou substituição das peças avariadas;
- Se as câmaras de arco dos disjuntores estão colocadas corretamente, como recomendado em seu manual específico de instruções para uso e manutenção. As câmaras devem estar limpas e secas;
- As superfícies metálicas dos quadros que tenham sofrido algum dano na pintura devem ser retocadas com tinta da mesma cor;
- Verificar a continuidade do aterramento e confirmar se todas as conexões de aterramento dentro do quadro estão executadas satisfatoriamente;
- Reapertar ou encaixar adequadamente todos os dispositivos e conexões;
- Executar limpeza geral.

11.3.2 Eletrodutos

Eletrodutos Metálicos

Serão rígidos, de aço carbono, com revestimento protetor, rosca cônica conforme NBR 6414 e com costura.

Os eletrodutos obedecerão ao tamanho nominal em polegadas e terão paredes com espessura “classe pesada”.

Possuirão superfície interna isenta de arestas cortantes.

Deverão ser galvanizados pelo processo de imersão a quente, em zinco fundido, conforme NBR 6323.

Os eletrodutos deverão ser fornecidos com uma luva roscada em uma das extremidades.

Para instalações enterradas no solo ou aparentes, somente deverão ser empregados, eletrodutos com revestimento protetor à base de zinco, aplicado à quente (galvanizado).

Os acessórios do tipo luva e curva deverão obedecer às especificações da Norma 5598 e acompanham as mesmas características dos eletrodutos aos quais estiverem conectados.

O fornecimento deverá contemplar todos os acessórios para a instalação tais como luvas, curvas, conector tipo box, entre outros, acessórios de fixação e sustentação dos eletrodutos fixados em piso, parede e laje.

Eletrodutos de PVC Rígido

Serão rígidos, de cloreto de polivinil não plastificado (PVC), auto-extinguível, rosqueáveis, conforme NBR 6150.

Os eletrodutos obedecerão ao tamanho nominal em polegadas e terão paredes com espessura da “Classe A”.

Para desvios de trajetória só será permitido o uso de curvas, ficando terminantemente proibido submeter o eletroduto a aquecimento.

Os eletrodutos devem ser fornecidos com uma luva roscada em uma das extremidades.

As extremidades dos eletrodutos, quando não roscadas diretamente em caixas ou conexões com rosca fêmea própria ou limitadores tipo batente, devem ter obrigatoriamente buchas e arruela fundido, ou zamack.

O fornecimento deverá contemplar todos os acessórios para a instalação tais como luvas, curvas, conector tipo box, entre outros, acessórios de fixação e sustentação dos eletrodutos fixados em piso, parede e laje.

Eletrodutos Flexíveis

Serão corrugados em PVC flexível auto-extinguível.

Obedecerão ao tamanho nominal em polegada conforme projeto e terão diâmetro mínimo de 3/4”.

O fornecimento deverá contemplar todos os acessórios para a instalação tais como luvas, curvas, conector tipo box, entre outros, acessórios de fixação e sustentação dos eletrodutos fixados em piso, parede e laje.

11.3.3 Cabos e fios (condutores)

Deverão sempre atender às especificações contidas neste memorial e serem de fabricantes idôneos. Além disso, os tipos de condutores deverão sempre obedecer às restrições da NBR 5410/2004 quanto aos condutores permitidos nas diversas linhas elétricas.

Para seleção do tipo de aplicação dos condutores elétricos deverão ser verificadas legendas e notas constantes do projeto de instalações elétricas. Toda instalação deverá estar em

conformidade com os requisitos da NBR 5410 para seleção dos cabos de acordo com o tipo de linha elétrica.

Para circuitos alimentadores, a identificação dos cabos, por meio de anilhas, deverá ser executada nas extremidades e nas caixas de passagem. Para circuitos terminais a identificação dos cabos deverá ser executada em cada caixa de passagem e em linhas elétricas abertas (eletrocalhas, perfilados, etc) a cada 5 metros.

Cabos Singelos com Isolação 450/750V Não Halogenado

Para baixa tensão, terão condutores em cobre nu, têmpera mole, encordoamento classe 5 (flexível), com isolamento em material sem chumbo e livre de halogênios, com características de não propagação e auto-extinção de fogo, tensão de isolamento 750V. Deverá operar para as seguintes temperaturas máximas: 70° C em serviço contínuo, 100° C para sobrecarga e 160° C para curto-circuito.

Deverão obedecer às prescrições da NBR NM247 (partes 1, 2 e 3).

Aplicação: Serão utilizados na distribuição de circuitos terminais, desde que especificados em projeto, em ambientes onde a distribuição dos circuitos seja feita por meio de condutos fechados (eletrodutos ou eletrocalhas com tampa).

A bitola mínima para cabos será de 2,5 mm² para luz e força e 1,5 mm² para comandos e sinalização. Em nenhuma hipótese será permitido o emprego de condutores rígidos (fio), devendo ser empregados obrigatoriamente cabos com encordoamento concêntrico.

Cabos Singelos com Isolação e Dupla Cobertura em HEPR – 0,6/1kV Não Halogenado.

Cabo isolado constituído por condutor de cobre com classe de encordoamento 5 (flexível), isolamento em composto termofixo HEPR e cobertura em composto termoplástico não halogenado, tensão de isolamento 0,6/1,0 kV, seção nominal variável conforme indicado em projeto e diagramas unifilares, de acordo com a NBR 13248 e 13570.

Para cabos singelos, a isolamento terá obrigatoriamente cor azul claro para o neutro, verde para condutor de proteção (TERRA) e preto para as fases, sendo que estas devem possuir anilhas com indicação de qual fase (R, S ou T).

Nos casos em que a cobertura do condutor não permitir a sua identificação por cores (inexistência no mercado), para os casos específicos de neutro e terra, a identificação dos mesmos deverá ser executadas por meio de instalação de anilhas específicas e apropriadas que garantam a identificação destas funções nos seus respectivos circuitos, conforme prescrito na NBR 5410.

A bitola mínima para cabos será de 2,5 mm² para luz e força e 4 mm² para alimentadores de quadros. Em nenhuma hipótese será permitido o emprego de condutores rígidos (fio), devendo ser empregados obrigatoriamente cabos com encordoamento concêntrico.

Deverão ser utilizados em condutos abertos, instalações enterradas e para a alimentação dos quadros elétricos.

Terminais e Luvas de Emenda

Os terminais de conexão para condutores elétricos (cabos flexíveis), de bitolas entre 1,0 mm² e 16 mm², serão constituídos de um pino tubular, tipo ilhós, de cobre de alta condutividade, estanhado e isolado com luvas de polipropileno. Serão instalados, por meio de ferramenta mecânica apropriada (alicate) do tipo compressão. Para casos específicos, onde o terminal do equipamento não permita a utilização de terminal tipo tubular, poderá ser empregado terminal tubular com um furo para o contato principal.

Aplicação: alimentadores e circuitos terminais derivados de dispositivos de manobra e proteção cujos terminais, inferior e superior sejam adequados a sua utilização.

Para condutores (cabos flexíveis) com bitolas entre 16 e 240 mm², os terminais de conexão serão confeccionados em cobre estanhado para obter maior resistência à corrosão e deverão possuir um furo na base de conexão para bitolas até 240 mm². Deverão possuir janela vigia no barril de conexão ao cabo, que permita verificar a completa inserção do cabo. Serão instalados por meio de ferramenta mecânica ou hidráulica apropriada (alicate) do tipo compressão.

Aplicação: alimentadores e conexões elétricas derivadas diretamente de barramentos. Eventualmente, poderão ser utilizados em equipamentos de manobra e proteção, cujos terminais inferior e superior permitam sua instalação.

Para derivações e emendas de condutores de bitola até 6,0mm², deverão ser utilizadas conectores tipo IDC, construídos em contatos de latão estanhado em forma de "U" que, protegidos por uma capa isolante em PVC, permitem que, em uma única operação, a remoção da capa isolante dos condutores sem utilização de alicates especiais, emendando e isolando a conexão. Deverão possuir tensão nominal para 750 V, temperatura de 105 °C e atender as normas UL 486C, CSA 22.2, IEC 998-2 e IEC 998-4.

Aplicação: emendas de topo e retas e derivações de circuitos terminais de iluminação e tomadas de uso geral e específico.

Para condutores (cabos flexíveis) com bitolas entre 10 e 240 mm², deverá ser utilizada luva de emenda a compressão fabricada em cobre estanhado para obter maior resistência à

corrosão. Deverão possuir janela vigia no barril de conexão dos cabos, que permita verificar a completa inserção dos condutores. Serão instalados, por meio de ferramenta mecânica ou hidráulica apropriada (alicate) do tipo compressão.

Deverão ser isoladas por meio da aplicação de camadas de fita isolante, antichama, para cabos com isolação até 750 V, que restabeleça e forneça uma capa protetora isolante e altamente resistente a abrasão. A fita isolante deverá atender aos requisitos da NBR 5037 e UL 510.

Para cabos com isolação em EPR ou HEPR (EPR/B – alto módulo), 0,6/1,0kV, ou que possuem temperatura de regime de 90°C, deverão ser utilizadas fitas à base de borracha etileno propileno (EPR), que restabeleça as características de isolação, resistência e vedação contra umidade dos cabos. A fita deverá atender aos requisitos da norma NBR 10669 e ASTM D-4388.

Aplicação: emendas e derivações de alimentadores e circuitos terminais de iluminação e tomadas de uso geral e específico.

Identificadores e Acessórios Para Cabos

Os condutores deverão ser identificados por meio de marcadores, confeccionados em PVC flexível, autoextinguível, para temperatura de trabalho de 20° C a +70° C, com marcação estampada em baixo relevo, impresso em preto no amarelo, com disponibilidade de sistemas de identificação por meio de números (0 a 9), letras (A a Z) e sinais elétricos, com diâmetro externo para aplicação direta em condutores com bitola até 10 mm².

Para condutores com bitola superior a 10 mm², a identificação será feita por meio de acessórios de identificação constituído de porta marcador, confeccionado em nylon 6.6, autoextinguível, temperatura de trabalho de -20° C a +70 ° C, com formato retangular, dimensões mínimas de 9 x 64,5 mm, com capacidade mínima para até 7 marcadores, fechado nas duas extremidades a fixado ao cabo por meio de abraçadeiras de nylon em suas extremidades.

As abraçadeiras para amarração de cabos, deverão ser confeccionadas em nylon 6.6, autoextinguível, com temperatura de trabalho de - 40 ° C a + 85 ° C, com dimensões mínimas de 4,9 mm (espessura) e 1,3 mm (largura) e tensão mínima de 22,7 Kgf. O diâmetro de amarração deverá ser adequado a cada conjunto de cabos a ser amarrado.

Os fixadores para cabos elétricos e de comunicação deverão ser fabricados em nylon 6.6, autoextinguível, temperatura de trabalho - 40° C a + 85 ° C, com diâmetro de fixação variável de 12,7 mm a 38,1 mm e raio de regulação de 13,8 mm a 30,3 mm.

Aplicação: identificação de alimentadores e circuitos terminais de iluminação e tomadas de uso geral e específico, bem como fixação de cabos de energia e fibra óptica.

11.3.4 Caixas de Passagem

Salvo indicação expressa em contrário, contida no projeto, todas as caixas serão em PVC e os condutes serão em alumínio e obedecerão às especificações da NBR 6235, NBR 5431 e normas complementares exigidas.

Para pontos de luz no teto serão octogonais 4x4", nas paredes serão 4x2" ou 4x4" para interruptores e tomadas, 4x4" para telefone e 4x2" para acionadores de alarmes. Para os casos acima poderão ser utilizadas caixas de passagem confeccionadas em PVC auto extingüível.

As caixas de passagem quadradas instaladas sobre o forro ou em instalações embutidas no piso (tomadas, telecomunicações, alarme), serão de alumínio fundido com tampa de latão polido de altura regulável e junta de vedação em borracha. As entradas devem ter rosca cônica conforme NBR 6414.

Para instalações aparentes, de maneira geral, serão empregados condutes de alumínio fundido, com tampa em alumínio estampado e junta em borracha. Quando as entradas não forem rosqueadas, deverão ter junta de vedação em borracha (prensa cabo). Em ambos os casos a vedação deve oferecer grau de proteção IP 54.

Para alimentação de blocos autônomos e luminárias nos locais com forro de gesso deverá ser prevista a instalação de condutes em alumínio equipados com tampa e tomada 2P+T hexagonal de 10A para alimentação dos equipamentos.

Para instalações ao tempo ou em locais muito úmidos, deverão ser empregadas caixas de alumínio fundido com tampa com junta de borracha, de forma a oferecer grau de proteção IP 54.

Para a alimentação dos equipamentos externos (como os condensadores de ar-condicionado por exemplo) deverá ser garantida a estanqueidade da tubulação por meio de prensa cabos ou outro dispositivo apropriado.

11.3.5 Disjuntores, DR e DPS

Disjuntores

Os disjuntores serão em caixa moldada norma IEC e deverão atender as recomendações gerais da norma NBR IEC 60947-3 e ser do tipo "Limitadores de Corrente".

Deverão ter capacidade de interrupção de curto-circuito em serviço (Ics) igual à 100% da capacidade de interrupção última (Icu) para tensões de até 500Vca.

Disjuntores para alimentadores e outros circuitos deverão ser previstos com elemento térmico e magnético de proteção.

Características disjuntores caixa moldada:

- -Corrente Nominal: conforme diagrama unifilar a ser elaborado;
- -Capacidade de interrupção de curto-circuito: conforme diagrama unifilar a ser elaborado, com base no curto presumível no local de instalação;
- -Tensão Nominal do isolamento (Ui): 750 V;
- -Tensão máxima do serviço (Ue): 690V;
- -Frequência: 60 Hz;
- -Temperatura: -20°C a + 70°C;
- -Execução: fixa;
- -Proteção: termomagnética para correntes nominais até 250A, e eletrônica para correntes nominais acima de 400A.

Dispositivo Residual (DR)

- Número de pólos: conforme diagrama unifilar a ser elaborado.
- Corrente Nominal: conforme diagrama unifilar a ser elaborado
- Sensibilidade: 30 mA ou 300 mA
- Frequência: 50/60 Hz
- Tensão Máxima de Emprego: 400 VCA
- Curvas de Disparo: conforme diagrama unifilar, indicado em projeto
- Manobras Elétricas: 10.000 operações
- Manobras Mecânicas: 20.000 operações
- Grau de proteção: IP 21
- Fixação: Trilho DIN 35 mm
- Temperatura Ambiente: -25° C a + 55 ° C
- Terminais: conforme indicado em projeto.

Quando instalados em painéis com dispositivos de proteção contra sobretensões a jusante do DR, estes deverão ser do tipo S.

Dispositivo de Proteção Contra Surto (DPS)

Para proteção contra surtos de tensão causados por descargas atmosféricas, manobras, etc, deverão ser previstos dispositivos protetores em todos os quadros de energia que atendem a edificação.

Os dispositivos de proteção contra surtos serão ligados entre as fases - terra e neutro - terra, de forma a escoar toda corrente advinda de surtos conduzidos pela rede elétrica ou induzidas pela incidência de raios.

Os protetores contra surto de tensão deverão ser dispositivos de proteção contra sobretensões transitórias (DPST) monopolares, os quais, deverão ser compostos por varistores de óxido de zinco associado a um dispositivo térmico de segurança, que atua tanto por sobrecorrente como por sobretemperatura, devendo possuir ainda sinalização visual bicolor, "verde" quando em serviço e "vermelha" quando fora de serviço. Possuindo as seguintes características principais mínimas:

- Tensão Nominal.....175 V (fases) e Neutro
- Grau de proteção..... IP 20
- Máxima corrente de impulso limp (10/350 μ s) 12,5 kA
- Máxima corrente de descarga I_{max} (8/20 μ s) 60 kA
- Corrente nominal de descarga I_n (8/20 μ s) 30 kA
- Classe I/II

11.3.6 Leitos e Eletrocalhas

As eletrocalhas/perfilados e acessórios, serão confeccionados em chapa de aço SAE 1008/1010, com espessura mínima de 1 mm, tratadas por processo de pré zincagem à fogo de acordo com a Norma NBR 7008, com camada de revestimento de zinco de 18 micra.

Tanto as eletrocalhas como os acessórios deverão ser lisas ou perfuradas, conforme indicação a ser prevista no projeto, fixadas por meio de pressão e por talas acopladas a eletrocalha, que facilitam a sua instalação.

Todas as eletrocalhas e perfilados deverão possuir tampa de pressão para enquadrar a linha elétrica como conduto fechado de acordo com a norma NBR 5410, caso a aplicação assim obrigue.

Para terminações, emendas, derivações, curvas horizontais ou verticais e acessórios de conexão deverão ser empregadas peças pré-fabricadas com as mesmas características construtivas da eletrocalha.

As eletrocalhas deverão possuir resistência mecânica a carga distribuída mínima de 19 kgf/m para cada vão de 1,5 m. As eletrocalhas deverão ser fixadas a cada 1,5 metros.

A conexão entre os trechos retos e conexões das eletrocalhas deverão ser executados por mata juntas, com perfil do tipo “H”, visando nivelar e melhorar o acabamento entre as conexões e eliminar eventuais pontos de rebarba que possam comprometer a isolamento dos condutores.

O perfilado metálico de aço deverá possuir as dimensões mínimas de 38 mm de largura e 38 mm de altura interna e de verá ser fornecido em barras de 3000 mm de acordo com a norma NBR 5590.

Para terminações, emendas, derivações, curvas horizontais ou verticais e acessórios de conexão deverão ser empregadas peças pré-fabricadas com as mesmas características construtivas do perfilado.

11.3.7 Iluminação e Tomadas

Luminárias

Todas as luminárias e lâmpadas devem ser de LED e deverão ter classe II de proteção contra choque elétrico. Para fins de elaboração do projeto deverão ser consideradas as seguintes luminárias, conforme local de aplicação:

Instalação nas fachadas para iluminação do entorno da edificação

- Arandela tipo tartaruga em alumínio, com grade, para 1 lâmpada soquete E-27.

Instalação em banheiros PNE

- Luminária do tipo alarme áudio/visual para banheiro PNE.

Instalação em áreas que não são ambientes de trabalho/permanência de pessoas e não demandam controle de ofuscamento

- Luminária de embutir com corpo em chapa de aço pintada na cor branca, refletor em alumínio, para 2 lâmpadas tubulares (LED) de 120cm, soquete antivibratório, Ref. CAN03-E232 Lumicenter ou equivalente;

- Luminária de embutir com corpo em chapa de aço pintada na cor branca, refletor em alumínio, para 2 lâmpadas tubulares (LED) de 60cm, soquete antivibratório, Ref. CAN03-E216 Lumicenter ou equivalente;
- Luminária de sobrepor com corpo em chapa de aço pintada na cor branca, refletor em alumínio, para 2 lâmpadas tubulares (LED) de 60cm, soquete antivibratório, Ref. CAN03-S216 Lumicenter ou equivalente;
- Luminária de sobrepor com corpo em chapa de aço pintada na cor branca, refletor em alumínio, para 2 lâmpadas tubulares (LED) de 120cm, soquete antivibratório, Ref. CAN03-S232 Lumicenter ou equivalente;

Instalação em áreas que não são ambientes de trabalho/permanência de pessoas e não demandam controle de ofuscamento

- Luminária de embutir com corpo em chapa de aço pintada na cor branca, refletor em alumínio, aletas em alumínio, para 2 lâmpadas tubulares (LED) de 120cm, soquete antivibratório, Ref. CAA01-E232 Lumicenter ou equivalente;
- Luminária de embutir com corpo em chapa de aço pintada na cor branca, refletor em alumínio, aletas em alumínio, para 4 lâmpadas tubulares (LED) de 60cm, soquete antivibratório, Ref. CAA01-E416 Lumicenter ou equivalente;
- Luminária de sobrepor com corpo em chapa de aço pintada na cor branca, refletor em alumínio, aletas em alumínio, para 2 lâmpadas tubulares (LED ou fluorescente) de 120cm, soquete antivibratório, Ref. CAA01-S232 Lumicenter ou equivalente;

Instalação em áreas que exigem alto grau de limpeza, como cozinha

- Luminária hermética de sobrepor com corpo em policarbonato injetado na cor cinza, difusor em policarbonato injetado transparente, para 2 lâmpadas tubulares (LED ou fluorescente) de 120cm, soquete antivibratório, Ref. FHT03-S Lumicenter ou equivalente;

Lâmpadas

Para instalação nas luminárias previstas, deverão ser utilizadas as seguintes lâmpadas

- Lâmpada led tubular econômica de 10 e 18W, bulbo T8, 4000k, fator de potência maior ou igual a 0,98, índice de proteção IP20, tensão de operação de 100-240v. Fabricantes de referência: Brilia ou similar com equivalência técnica;

- Lâmpada led tubular econômica de 54W, bulbo T5, 4000k, fator de potência maior ou igual a 0,98, índice de proteção IP20, tensão de operação de 100-240v. Fabricantes de referência: Brilia ou similar com equivalência técnica;
- Lâmpada LED compacta de 12W, base E27. Fabricantes de referência: PHILIPS, ELGIN e OSRAM ou similar com equivalência técnica;

Interruptores

- Os espelhos para caixas tamanho 4x2" ou 4x4" em instalações embutidas em paredes ou divisórias deverão ser confeccionados em PVC na cor branca, serão de encaixe ou com parafusos embutidos. Não serão aceitas caixas com parafusos aparentes;
- O fabricante dos espelhos deverá possuir espelhos para toda linha/tipo de instalação existente no projeto, contendo modelos para um, dois ou três interruptores simples, 1 tomada 2P+T, 2 tomadas 2P+T, 1 conector RJ-45, entre outros tipos existentes e constantes em projeto, instalados em um espelho 4x2";
- A exigência anterior visa manter uma uniformidade de modelos de espelhos em toda a instalação;
- Quando instalados em condutores (instalações aparentes), deverão ser utilizados espelhos confeccionados em mesmo material e com junta de borracha, específico para o tipo de interruptor, tomada, ou ponto de telefone existente no local conforme projeto. Para os casos de uso ao tempo deverão possuir grau de proteção determinado no item de caixas de derivação e passagem;
- Para caixas com função de caixa de passagem deverão ser utilizados espelhos cego;

Tomadas

- Pontos de tomadas terminais de corrente nominal de 10A ou 20A (somente onde indicado em projeto);
- Tensão de operação - 250V ;
- Tanto as tomadas quanto os plugues e os acoplamentos empregados deverão ser construídos conforme especificações da NBR 14136 e atender às exigências das normas complementares relacionadas;
- Quando instalados ao tempo deverão ter proteção contra respingos, correspondentes ao grau de proteção IP 23;

- Quando instaladas em áreas molhadas ou externas deverão ser da linha aquatic ou equivalente;
- Fabricação Conforme normas NBR IEC 60309-1, IEC 60309-2, DIN 49462, DIN 49463, CEE 17-BS4343 e VDE 0623 CE 127-12, NFC 63310 SEMKO 117; • Nas instalações embutidas, as tomadas serão montadas em caixas de PVC e terão placa de material termoplástico na cor branca;
- Serão utilizadas caixas 4" x 2" (10x5 cm) para instalação das tomadas simples e duplas e caixas 4x4" (10x10 cm) para mais de duas tomadas;
- As caixas para tomadas deverão ser a prova de tempo e deverão ser instaladas conforme altura indicada em projeto.
- Para as tomadas de piso, as caixas deverão ser de material metálico e com anel de vedação.
- Para as tomadas de uso específico deverão ser utilizadas tomadas do tipo industrial com 3 ou 5 polos, para 220V ou 380V, respectivamente, conforme o caso.

Acessórios

Todos os acessórios deverão ser fornecidos e instalados juntamente conforme recomendação do fabricante de cada luminária.

11.3.8 Aterramento e Proteção Contra Descargas Atmosféricas

De acordo com os parâmetros estabelecidos pela ABNT NBR 5419, assumiu-se que não é necessário sistema de SPDA. O aterramento deverá ser efetuado no padrão de entrada conforme deverá ser demonstrado nos projetos a serem elaborados.

11.3.9 Antenas Coletivas de TV/TV a Cabo e FM

Antenas

Antena externa VHF, UHF, FM e HDTV, com kit completo com: uma antena e suporte para fixação em parede e parafusos de fixação.

Cabos

Cabo coaxial RGC-6, 75 ohms, composto por condutor de aço cobreado com DN de 1,02mm, isolamento de polietileno, com blindagem de fita poliéster alumizado e trança de fios de alumínio 95%, capa de composto termoplástico polivinílico (PVC) não propagante à chama.

Conectores

- Divisor coaxial blindado de alta frequência com 5 saídas para equipamentos com sinal de antena digital, antena coletiva ou FM.
- Conectores tipo F, de rosquear para montagem de cabos RG-6 (ligar sistemas de antena coletiva, TV digital, várias TVs).

11.3.10 *Segurança (CFTV e Alarme)*

Central de Supervisão

NVR

- Compatibilidade com dispositivos ONVIF 2.2.1 Perfil S
- Confiabilidade no gerenciamento de dados local e remotamente através da internet.
- Suporta até 4 discos rígidos de até 10 TB cada um;
- Saída de vídeo 1 HDMI, 1 HDMI SPOT e 2 VGA.
- Resoluções suportadas: 12 MP, 8MP(4K), 6MP, 5MP, 4MP, 3MP, 2MP(Full HD/1080p), 1MP(HD/720p), D1, CIF;
- Suporta até 24 canais IP com até 4 portas PoE
- Acesso remoto por computadores, smartphones e tablets
- Grava e gerencia imagens de câmeras IP
- Instalação simples e fácil, totalmente em português
- Compressão em H.265+/H.265/H.264/MJPEG
- Inteligência de vídeo: Linha virtual, Cerca virtual, Abandono / Retirada de objetos, Mudança de cena, Detecção de face, mapa de calor e LPR;
- Incluso software para acesso por computador e acesso por Smartphone;
- Alimentação do dispositivo Fonte interna, 100 - 240 Vac. 50/60 Hz
- Ref. NVD 5124, marca de referência Intelbras ou Equivalente.

HD

- ESPECIFICAÇÕES: Capacidade: 6TB, 3.5"
- Interface: SATA 6.0Gb/s

- Cache: 64 MB
- DESEMPENHO: RPM: 5400
- Baías de disco suportadas: 8
- Câmeras suportadas: Até 64
- CONFIABILIDADE: MTBF (horas): 1M
- Ciclos de carga / descarga: 300,000
- Carga de Trabalho: 180 tb/ano
- GARANTIA: 12 meses
- MODELO: HD Sata WD Purple WD60PURZ ou equivalente

Software de Monitoramento

- Controla até 50 dispositivos;
- Mapa de dispositivos;
- Pop-up de alarme;
- Relatórios de eventos;
- Acionamento de alarme;
- Integração entre os dispositivos;
- Gravação redundante;
- Visualização de até 64 câmeras;

Câmaras, Objetivas e Equipamentos Auxiliares

Deverão ser previstas câmeras IP POE, dos tipos Bullet e Dome de alta resolução (2MP, no mínimo), as quais deverão ser instaladas em ambientes internos e externos. Preferencialmente deverão ser adotadas câmeras tipo Dome para as áreas internas e Bullet para áreas externas, devendo a Contratada apresentar nas etapas de projeto básico e executivo plantas indicando as áreas de coberturas das câmeras. Como referência para o fornecimento, deverão ser considerados os seguintes modelos, Câmera do tipo Bullet. Ref.: VIP 3240B IA e Câmera do tipo Dome. Ref.: VIP 3240D IA, os quais poderão ser substituídos por outros de igual ou superior desempenho.

Sensor de presença

Com compensação automática de temperatura, cobertura com ângulo de 90° e alcance de 12m, tudo isso evitando disparos falsos causados por objetos da sua casa, tecnologia digital de detecção microprocessada, 2 níveis de sensibilidade, não necessita articulador para instalação na parede, infravermelho passivo com duplo elemento, contato normalmente fechado, ref. IVP 5001, marca de referência Intelbras;

Sirene piezoelétrica

120 dB, 01 tom, ref. GK-10, marca de referência GLK;

Teclado LCD

Para central de alarme monitorada, com funções de visualização de problemas, comunicação por barramento, visualização de data e hora, visualização de mensagem de texto, visualização do nível de bateria da central, visualização das zonas, sinalização do status das partições, função pânico, emergência médica e incêndio, tampa para proteção contra acionamento acidental das teclas, teclado multifunção para operação, supervisão de eventos, display LCD com 3 linhas, ref. XAT 4000 LCD, marca de referência Intelbras;

Central de alarme

Monitorada para até 64 zonas com teclados e expansores de zona, fonte chaveada Full Range de 90-265 VAC (automática), software para download e upload (plataforma Windows®), compatível com a maioria dos modems convencionais, até 2 partições, acesso remoto via telefone, download e visualização dos últimos 256 eventos com registro de data e hora, capacidade para conexão de até 4 teclados e 4 receptores, sistema de verificação de sabotagem da fiação dos sensores e dos dispositivos do barramento (teclados e receptores), autoativação programável por inatividade ou agendada por horário, indicação de bateria baixa de sensores sem fio (sensores Intelbras série 4000), detecção de bateria baixa, ausente, invertida e/ou em curto, detecção de sobrecarga na saída auxiliar, detecção de curto e corte da sirene, detecção de corte da linha telefônica, discadora para 8 números telefônicos (2 para monitoramento, 1 para download e 5 para telefones pessoais), 8 protocolos de comunicação: Contact ID, Contact ID Programável, Ademco Express, reportagem normal, dupla e split, 2 contas de monitoramento, sistema de zona inteligente programável (evita falsos disparos), carregador de bateria inteligente com proteção contra curto e inversão de polaridade da bateria, recepção de até 128 dispositivos sem fio (sensores/controles remotos), 64 senhas, 2 saídas PGM programáveis, bloqueio de reset, capacidade para configuração de Zona 24 h com ou sem aviso sonoro, cancelamento automático de zona, zona de incêndio, função Anunciador de presença por zona, função

pânico e pânico médico pelo teclado, tempo de entrada e saída programáveis, tempo de sirene programável em minutos, desabilitação de sinalização no arme/desarme (bipe), visualização em tempo real do status da central e controle das operações (ativação, desativação, bypass, etc.), fusíveis de proteção rearmáveis, ref. AMT 4010, marca de referência Intelbras ou similar com equivalência técnica.

11.3.11 Sistema de Cabeamento Estruturado

Rack de Telecomunicações

- Rack para a instalação em parede;
- O rack deverá ter estrutura soldada composta por 4 colunas, base, teto e quilha em chapa de aço com espessura mínima de 3 mm, tratada e pintada;
- Os fechamentos devem ser removíveis através de fecho rápido macho / fêmea, de fácil remoção, em chapa de aço;
- Deverá estar incluso no fornecimento porta frontal em vidro temperado transparente, colunas de segundo plano, sistema de chave e fechadura, laterais e traseira removíveis, redutores de tração e pés niveladores. Devem vir equipados com kit exaustor para rack e kit de aterramento incorporado e possuir grau de proteção mínima IP 44;
- A largura do rack deverá ser de 19", com altura de 16U;
- Todo rack deverá ser fornecido com todos os guias de cabos fechados necessários para a organização interna dos cabos. Deverão ser confeccionados em aço com espessura de 15 mm com largura de 19" (conforme requisito da Norma ANSI/EIA/TIA-310D), resistente, protegido contra corrosão, com pintura em epóxi de alta resistência a riscos e altura de 1U;
- Todo rack deverá ser fornecido com todos os grampos para organização vertical (passa cabos) para organização interna dos cabos. Deverão ser compostos por um anel passa cabo e uma chapa de aço com espessura 1,2 mm resistente, protegido contra corrosão, com pintura em epóxi de alta resistência a riscos e altura 1U;
- Todo rack deverá ser fornecido com todos os parafusos e portas gaiolas para instalação dos componentes e do rack. Serão utilizados parafusos M5 x 13 mm niquelado com fenda tipo phillips, para utilização em conjunto com porcas gaiolas M5 para furos 9 x 9 em aço temperado.

Distribuidor Interno Óptico (DIO)

- Capacidade para até 12 fibras;
- Confeccionado em aço;
- Acabamento em pintura epóxi de alta resistência a riscos na cor preta;
- Produto resistente e protegido contra corrosão, para as condições especificadas de uso em ambientes internos (EIA - 569);
- Fornecido com todos os materiais auxiliares necessários na montagem.

Régua de Alimentação para Rack – 8 Tomadas

- Deverão ser fornecidas para alimentação elétrica dos equipamentos instalados no rack calhas contendo oito tomadas 2p+T, 250V, 10A. As calhas deverão possuir furação nas extremidades para fixação na estrutura dos gabinetes de 19”;
- O cabo flexível múltiplo deverá possuir 3 vias, isolação 0,6 / 1,0 kV e possuir, no mínimo, 1,5 m de comprimento. O acabamento da calha deverá ser em alumínio anodizado com pintura em epóxi na cor preta;

Patch Panel 48 Portas

- Patch Panel de 48 posições para conexão com conectores RJ-45, com a seguinte especificação técnica:
- Produzido em chapa de aço com pintura epóxi de alta resistência na cor preta;
- Acomodar, pelo menos, 48 portas para cada unidade de rack (1U = 44,5mm);
- Ter placas de circuito testadas em ambos os sentidos como exige a ANSI/TIA/EIA-568-B e ISO/IEC 11801:2000 Edição 1.2;
- Utilizar tecnologia de balanceamento de pares para atender à aplicações até 250MHz;
- Possuir contatos IDC – 45° compatíveis com ferramentas de impacto (punchdown) tipo Krone ou 110;
- Ser retro compatível para permitir que cabos e peças de conexão de categorias de desempenho mais baixo operem em sua capacidade máxima;
- Atender aos padrões da indústria para as opções de fiação/pinagem T568A e/ou T568B em cada tomada individual;

- Permitir, no mínimo, 200 re-terminações sem degradar o sinal abaixo dos limites dos padrões;
- Totalmente fechado na frente e atrás para proteção física da placa de circuito impresso;
- Barra traseira de organização de cabos para alívio de tensão;
- Números de identificação de portas tanto na frente como atrás do painel;
- Identificação adesiva opcional para circuitos e régua de designação coloridas fornecidas junto com o painel;
- Oferecer suportes para etiquetas em branco auto-adesivas e as etiquetas em branco como o painel, com opção de etiquetas coloridas;
- Ser produzido por fabricante certificado ISO 9001 e ISO 14001.
- Compatível com ANSI/TIA/EIA-568-B.2-1 e ISO/IEC 11801:2000;
- Possuir certificação UL ou ETL para garantir os padrões de desempenho elétrico TIA/EIA.

Referência: PatchView Furukawa ou equivalente técnico.

Switch Gerenciável 48 Portas

Especificações técnicas básicas:

- Hardware- Chipset: RTL8393M- Frequência do buffer: 700 MHz Memória SDRAM DDR: 128 MB- Memória flash: 32 MB- Portas RJ45 Fast Ethernet (10/100 Mbps);
- Portas RJ45 Gigabit Ethernet (10/10/1000 Mbps): 48- Slots Mini-GBIC/SFP (1000 Mbps): 4 (independentes)- Portas console;
- Alimentação- Entrada: 100-240 Vac, 50/60 Hz- Disposição da fonte: Fonte de alimentação interna Potência de consumo (sem link): 13,6 W- Potência máxima de consumo: 32,1 W;
- Certificados- Anatel: Equipamento homologado;
- Aparência- Material: Aço- Dimensões (LxAxP): 440 × 44 × 220 mm- Instalação em rack padrão EIA 19": 1 U de altura (acompanha suporte);
- Cabeamento suportado:

- 10BASE-T: Cabo UTP categoria 3, 4, 5 (máximo 100 m) / Cabo STP EIA/TIA-568 100 (máximo 100 m)
- 100BASE-TX: Cabo UTP categoria 5, 5e (máximo 100 m) / Cabo STP EIA/TIA-568 100 (máximo 100 m)
- 1000BASE-T: Cabo UTP categoria 5e, 6 (máximo 100 m) EIA/TIA-568 100 STP (máximo 100 m)
- 1000BASE-FX: Fibra monomodo (SMF) e multimodo (MMF)

Certificação

Todos os pontos conectados devem ser certificados e um relatório demonstrando o status das certificações será redigido e entregue junto com documentação de certificação aos representantes da CONTRATANTE quando da aceitação final do equipamento.

Access Point

Access point para rede wi-fi conforme especificado em projeto.

Cabos em par trançado

Cabo de par trançado não blindado de 4 pares Categoria 6, com condutores de cobre nu recozido rígido 24AWG – 100Ω, com isolamento em polietileno de alta densidade, totalmente compatível com os padrões para Categoria 6, que possibilite taxas de transmissão de até 1 Gbps (Gigabit Ethernet / 1000BaseT) e ATM a 155 Mbps, para aplicação em Cabeamento Horizontal.

- Operação full duplex sobre os quatro pares;
- Atenda aos requisitos da norma ISO/IEC 11801 e ANSI/TIA/EIA 568-B Cat. 6;
- Conductor de cobre de diâmetro 23 AWG (0,59 mm), com encapamento de polietileno;
- Deve apresentar resistência máxima operando em 20°C (Celsius) de 100 Ohm/km;
- Deve ser próprio para aplicações Ethernet 100BaseTX, 1000BaseT, 1000BaseTX, ATM155 Mb/s, ATM 622 Mb/s, FDDI/CDDI 100Mb/s, 100Base VG;
- Deve apresentar um diâmetro nominal máximo de 5,8mm;
- O cabo utilizado deverá possuir certificação Anatel impressa na capa externa;
- Deverá possuir classificação LSZH para a capa externa de PVC;
- Deverá possuir certificação UL Listed;

- Deverá ser testado a 350MHz.

Cabos de fibra óptica

Os cabos de fibras ópticas devem observar as seguintes especificações mínimas:

- Conter 04 fibras ópticas do tipo multimodo de índice gradual, com diâmetro de núcleo igual a 50µm;
- As fibras ópticas devem possuir largura de banda otimizada para operação em 10Gbps em enlaces de até 500m (OM3) conforme norma ISO/IEC 11801;
- Fibras protegidas com revestimento “Tight Buffer” de 900µm, em polímero termoplástico; Deve ser totalmente dielétrico, com elemento de tração em fibras sintéticas;
- Deve ser protegido contra penetração de água, não contendo nenhum composto gelatinoso;
- Revestimento externo na cor laranja, com polímero especial não halogênico, impermeável, resistente à propagação de chamas e degradação por raios UV, com baixa emissão de fumaça e gases tóxicos durante sua queima;
- Coeficiente de atenuação máximo de 3,2 dB/km a 850nm e 1,2 dB/km a 1300 nm;
- Largura de banda modal efetiva (EMB) a 850nm de, no mínimo, 2000 MHz.km;
- Resistente a tração de 185 kgf durante a instalação;
- Raio mínimo de curvatura de 20 vezes o diâmetro externo, durante a instalação;
- Esforço de compressão de 12 N/mm²;
- Construção própria para instalação “indoor/outdoor”, devendo atender integralmente a norma ABNT NBR 14772;

Tomadas

- Atende a norma ANSI/TIA/EIA-568C.2
- Performance garantida para até 4 conexões em canais de 100 metros;
- Corpo em termoplástico de alto impacto não propagante à chama (UL 94 V-0);
- Vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de 2,54 m de níquel e 1,27 m de ouro;
- Montado em placa de circuito impresso dupla face;

- Possibilidade de fixação de ícones de identificação;
- Terminais de conexão em bronze fosforoso estanhado, padrão 110 IDC, para condutores de 22 a 26 AWG;
- Capa traseira já fornecidas com o conector;
- Disponível em pinagem T568A/B;
- Fornecido nas cores Bege e Branco;
- Compatível com todos os patch panels descarregados, espelhos e tomadas.
- Para os ícones de Identificação, deverão ser utilizadas plaquetas coloridas de identificação, encaixadas na parte frontal da tomada RJ-45, para identificação externa dos pontos, de acordo com a Norma TIA/EIA-606. Além disso, no espelho da caixa de piso deverá haver uma plaqueta plástica colorida removível para sinalizar se o ponto está configurado para operar com voz ou com dados.

Caixa para tomadas

As caixas serão do tipo modular, para tomadas padrão RJ-45, tipo fêmea, categoria 6, (em PVC auto-extinguível com tampa), de encaixe rápido, construído em PVC. A caixa deve permitir a conexão de, no mínimo, 2 tomadas fêmea padrão RJ-45 de categoria 6;

Para os ícones de Identificação, deverão ser utilizadas plaquetas coloridas de identificação, encaixadas na parte frontal da tomada RJ-45, para identificação externa dos pontos, de acordo com a Norma TIA/EIA-606. Além disso, no espelho da caixa de piso deverá haver uma plaqueta plástica colorida removível para sinalizar se o ponto está configurado para operar com voz ou com dados.

Caixas de Distribuição

O DG deverá ser caixa padrão Telebrás de 400x400x120mm;

Estrutura em aço SAE 1010/1020 #16, com aletas para ventilação, de embutir, com fundo em madeira.

Deverão ser do tipo de embutir, pintados com material anti-corrosivo, com fechadura porta e trinco;

Seu fornecimento deve ser feito completo, com montagem em fábrica permitindo testes imediato. Os testes deverão ser realizados por equipe devidamente qualificada.

O fornecimento deve contemplar todo material necessário ao acabamento.

Eletrodutos

Conforme descrito no item de instalações elétricas.

11.3.12 *Aceitação da Instalação***Considerações Gerais**

Deverão ser verificadas as continuidades elétricas ou ópticas de todos os cabos.

Todos os eletrodutos deverão estar firmemente fixados e conectados com os devidos acessórios (luvas, condutele, caixas de passagem, etc). Não deverá haver rebarba interna de modo a danificar os cabos.

Todos os manuais, certificados e garantias dos equipamentos deverão ser entregues à fiscalização.

Deverá ser realizado teste de todo o sistema, conforme recomendação dos fabricantes dos equipamentos fornecidos.

Cabos de Força

- Medição de isolamento de todos os cabos de força e de controle;
- Verificação dos terminais e conexões;
- Identificação de fases nos terminais dos cabos de força em acordo com as fases do sistema principal de alimentação.

Componentes dos Quadros Elétricos (Disjuntor, DR, DPS, etc)

- Inspeção dos contatos principais quanto à pressão, superfície de contato elétrico, isolamento elétrico entre polos de uma mesma fase e entre fases;
- Medição da resistência dos contatos;
- Verificação do encaixe dos contatos do disjuntor nos terminais de saída e de entrada;
- Inspeção dos contatos auxiliares quanto à pressão, bom estado de conservação e boa conexão dos terminais;
- Continuidade de todos os circuitos de acionamento e desligamento do disjuntor;
- Outros testes e verificações recomendadas pelo fabricante, em acordo com o manual de instrução.

Cabos de Rede

Apresentar certificação de todos os cabos contendo: Mapa da fiação, comprimento, atraso de propagação, inclinação de retardo, resistência de loop DC, desequilíbrio de resistência par a par, desequilíbrio de resistência a pares, perda de inserção (atenuação), perda de retorno (RL), perda de retorno de modo comum (CMRL), crosstalk de extremidade próxima (NEXT), crosstalk de extremidade extrema (FEXT), relação atenuação-para-crosstalk (ACR-N), ACR-F (ELFEXT), soma de potência ACR-F (ELFEXT), soma de potência NEXT, soma de potência ACR-N, soma de potência Alien NEXT (PS ANEXT), soma de potência Alien com atenuação NEXT na relação da extremidade distante (PS AACR-F), modo comum para o modo diferencial NEXT (CDNEXT), perda de conversão transversal (TCL), perda de transferência de conversão transversal de nível igual (ELTCTL).

Deverão ser informados os equipamentos utilizados para as realizações dos testes e certificações, bem como, as os laudos de calibração em laboratório no período de 1 ano.

12 INSTALAÇÕES DE GÁS (GLP)

Trata-se de uma instalação de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), com uma central de gás contendo cilindros P-45 que alimentará os pontos de consumo de gás da edificação, conforme demonstrado no projeto. A tubulação de alimentação (rede primária) será em tubo de cobre classe "A".

Rede de distribuição

A rede de distribuição será executada em tubulação de cobre, classe A, segundo a NBR 13206, NBR 12694, NBR 11720, em diâmetro a ser dimensionado. No final da rede primária (na caixa de derivação) deverá ser instalado um regulador de 2º estágio e um registro de corte, antes do início da rede secundária. Na montagem da rede de distribuição de GLP, devem-se observar os afastamentos mínimos de condutores de energia elétrica, afastamentos de no mínimo 2,00m de para-raios e pontos de aterramento e, em caso de superposição de tubulações a tubulação de GLP, deve ser montada abaixo das demais. A tubulação da rede de distribuição deve ser totalmente estanque.

O acoplamento de tubos e conexões deve ser feitos por brasagem capilar, solda prata para as conexões da central e solda silfoscooper para a rede de distribuição. Nas interligações entre a rede de distribuição e aparelhos de utilização podem ser usados tubos de cobre recozido, sem costura, conforme NBR 7541. As mangueiras de PVC não podem ser utilizadas em aparelhos com comprimento maior que 0,80m e nem sob temperatura acima de 50°C.

Central de gás

A central deverá ser construída com parede e cobertura resistente ao fogo, com tempo de resistência ao fogo (TRF) de no mínimo 2 horas e altura de 1,80m. As instalações elétricas dentro da área da central de gás deverão obedecer às normas NBR 5363, NBR 5418, NBR 5419 e NBR 8447. Os recipientes utilizados deverão ser equipados com indicador de nível de líquido, dispositivos de segurança e demais instrumentos necessários, adequados para trabalhar com pressão de 1,70 MPa, de acordo com o prescrito pela NBR 13523. As válvulas utilizadas deverão ser de material compatível com o GLP e trabalhar nas condições de projetos. As válvulas de bloqueios devem ser instaladas o mais perto possível da abertura dos recipientes. Todos os recipientes devem possuir válvulas automáticas de excesso de fluxo. Na central de gás deve ser colocados avisos, com letras maiores que 50 mm, que possam ser lidos de qualquer direção de acesso à central de GLP, contendo os dizeres: PERIGO INFLÂMÁVEL, PROIBIDO FUMAR, conforme detalhes em projeto. A central de gás deverá conter um extintor de incêndio de 6 Kg de pó químico, em local de fácil acesso.

Estanqueidade

Devem ser realizados dois ensaios de estanqueidade, o primeiro com a montagem da rede aparente e em toda extensão e o segundo na liberação para o abastecimento do GLP. Os ensaios da tubulação devem ser feitos na rede de distribuição com ar comprimido ou gás inerte, sob pressão de no mínimo duas vezes a pressão de trabalho máxima admitida (150 KPa / 300 KPa). E a rede deverá ser submetida à pressão de ensaio por um tempo não inferior a 60 minutos, sem apresentar vazamentos. O manômetro utilizado deve ser com escala 1,5 vezes maior que a pressão do ensaio e possuir sensibilidade de 20 KPa. Iniciada a admissão de GLP na tubulação deve-se drenar e purgar todo o ar ou gás inerte contido na tubulação, durante esta operação todos os ambientes serão ventilados, sem pessoas não habilitadas no local e sem nenhuma fonte de ignição. Na verificação da inexistência de vazamentos não é permitido à utilização de chamas.

Responsáveis técnicos pela elaboração do documento:

Emily Raizer
Arquiteta e Urbanista
CAU ES A142151-4

Deivid Mathias das Neves
Engenheiro Civil
CREA ES 058079/D

Rafaela Fiorese Vinco
Engenheiro Mecânico
CREA ES 043232/D

Arthur Depollo Ferreira
Engenheiro Eletricista
CREA ES 052884/D

Vinicius Monteiro Ubaldino
Engenheiro Civil
CREA ES 015226/D

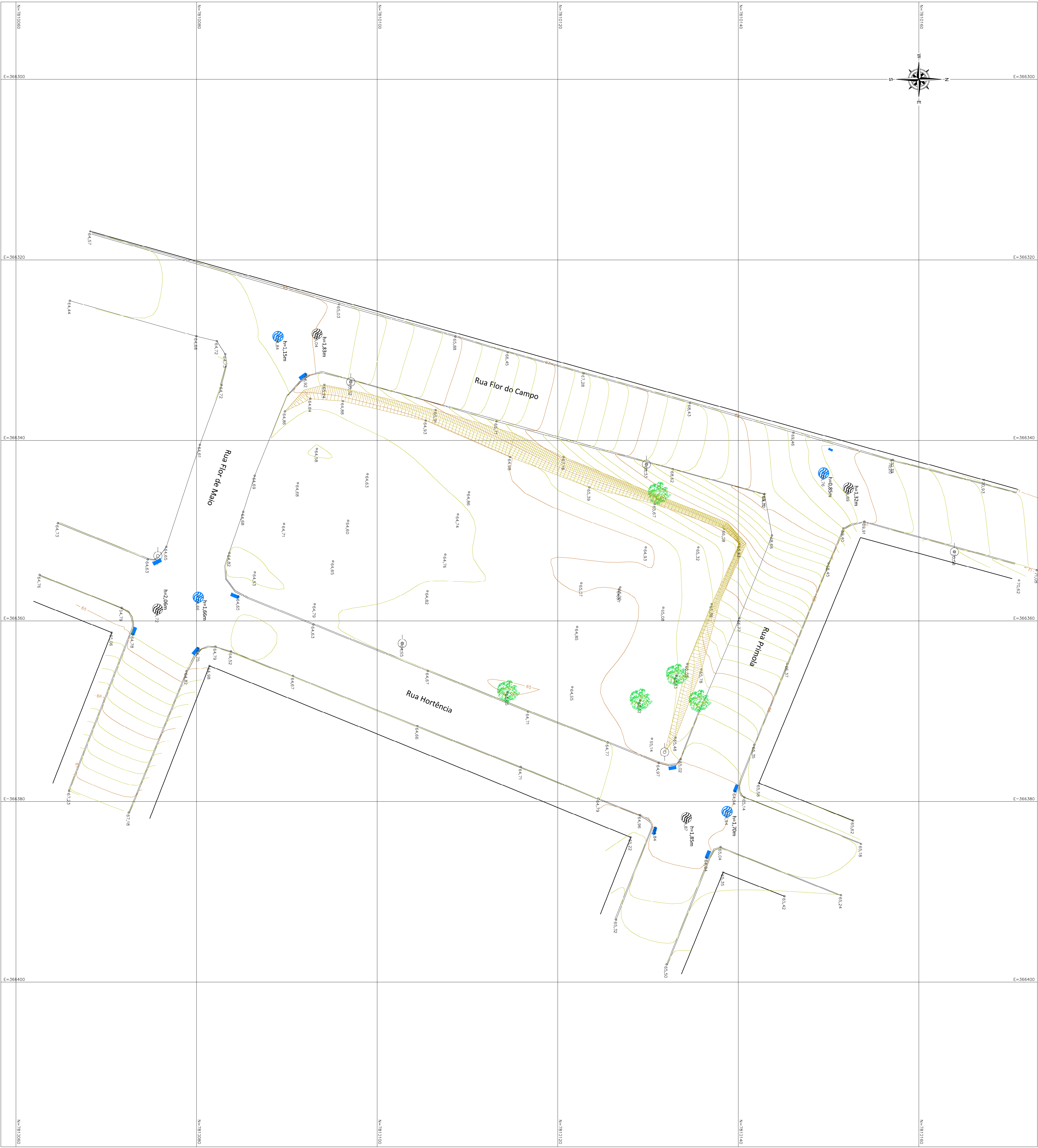
Coordenação

MARCIA ELIANE
DAN:87345102734

Assinado de forma digital por
MARCIA ELIANE
DAN:87345102734
Dados: 2025.06.11 14:33:51 -03'00'

Marcia Eliane Dan
Engenheira Civil
CREA ES 004876/D

ANEXO I – I LEVAMENTO TOPOGRÁFICO



QUADRO DE ÁREAS:	
ÁREA	PERÍMETRO
Área disponível:.....	1.608,86 m²
Áreas Adjetivas, Arruamentos, etc.....	2.558,45 m²
Área Total Levantada:.....	4.167,31 m²

- LEGENDA:
- Curva de nível Máxima
 - Curva de nível Intermediária
 - Muro
 - Meio fio
 - Poste
 - Caixa Rolo
 - Pv de Drenagem
 - Pv de Esgoto
 - Arvore
 - 65,07 Nível

R E V I S Õ E S			
REV	POR	DATA	DESCRIÇÃO
00	PROJETO	10/03/2025	EMISSÃO INICIAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ

PREFEITO:

LUIZ CARLOS COUTINHO

OBRA/SERVIÇO: ESTUDO DE IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTO PÚBLICO DA SAÚDE (CAPS)

ENDEREÇO: RUA FLOR DO CAMPO – SÃO MARCOS – ARACRUZ/ES

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ – CNPJ 27.142.020/000166

LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO

PROJETO: 01 / 01	PRACQUA: 01 / 01
AUTOR DO PROJETO: RICARDO DE JESUS RODRIGUES.020053670	ASSINADO de forma digital por: RICARDO DE JESUS RODRIGUES.020053670
RICARDO DE J. RODRIGUES – ENGº AGRIM. – CREA MG 78690/D	DESENHO: RICARDO
CODIFICAÇÃO: MARCA ELIANE DAN – ENG. CIVIL CREA ES 4876/D	REVISÃO: R00

ASSINTO: LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIMÉTRICO

DATA: MARÇO/2025	DATA: 07/2/2022
RESPONSÁVEL TÉCNICO DA OBRA:	ASS: 010/2025

ANEXO II – A RESUMO DO ORÇAMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS



Obra: CONSTRUÇÃO DE CAPSI SÃO MARCOS

Local: RUA HORTÊNCIA, SÃO MARCOS - ARACRUZ/ES

ANEXO II-A - RESUMO DO ORÇAMENTO

ITEM	SERVIÇO	VALORES	
		R\$	%
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	263.205,28	6,07%
1.1	PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS	130.245,79	
1.2	LIMPEZA DO TERRENO	62.785,24	
1.3	LOCAÇÃO	70.174,25	
2	INSTALAÇÕES CANTEIRO DE OBRAS	120.572,94	2,78%
2.1	PLACA DE OBRAS, TAPUMES	33.570,34	
2.2	CANTEIRO DE OBRAS	85.533,00	
2.3	ANDAIMES	1.469,60	
3	REGULARIZAÇÃO DO TERRENO PARA IMPLANTAÇÃO	58.988,16	1,36%
4	FUNDAÇÕES	461.081,60	10,63%
4.1	ESCAVAÇÕES E REATERROS	42.778,74	
4.2	INFRAESTRUTURA	143.702,66	
4.3	MURO DE CONTENÇÃO	274.600,20	
5	SUPERESTRUTURA	344.160,46	7,94%
5.1	PILARES	60.566,37	
5.2	VIGAS	87.933,40	
5.3	LAJE PRÉ-MOLDADA	195.660,69	
6	ALVENARIA	238.210,68	5,49%
6.1	ALVENARIA DE VEDAÇÃO	106.304,43	
6.2	MURO EXTERNO	131.906,25	
7	COBERTURA	252.140,06	5,82%
8	REVESTIMENTOS	427.802,90	9,87%
8.1	REVESTIMENTO INTERNO	224.143,95	
8.2	REVESTIMENTO EXTERNO	68.678,26	
8.3	FORROS	49.129,77	
8.4	IMPERMEABILIZAÇÃO DE LAJES DESCOBERTAS	72.198,34	
8.5	IMPERMEABILIZAÇÃO DE RUFOS E CHAPIM	7.205,37	
8.6	IMPERMEABILIZAÇÃO DE ÁREAS MOLHADAS	6.447,21	
9	PAVIMENTAÇÃO	588.800,97	13,58%
9.1	PISO EXTERNO	218.912,69	
9.2	PISO INTERNO	369.888,28	
10	ESQUADRIAS	371.243,71	8,56%
10.1	ESQUADRIAS DE MADEIRA	72.665,28	
10.2	ESQUADRIAS DE ALUMÍNIO	94.621,53	
10.3	ESQUADRIAS DE AÇO GALVANIZADO	145.116,90	
10.4	VIDRO	46.044,89	
10.5	BRISE	12.795,11	
11	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS	75.158,39	1,73%

11.1	TUBOS DE AGUA FRIA	24.914,76	
11.2	RESERVATÓRIO	10.790,88	
11.3	ADAPTADORES E REGISTROS	4.183,54	
11.4	DRENAGEM	35.269,21	
12	LOUÇAS E METAIS	97.278,43	2,24%
12.1	LOUÇAS	48.137,95	
12.2	METAIS	49.140,48	
13	INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	67.530,27	1,56%
13.1	TUBULAÇÃO DE ESGOTO	29.830,10	
13.2	CAIXAS SIFONADAS	14.261,88	
13.3	FOSSA-FILTRO-SUMIDOURO	23.438,29	
14	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	130.649,70	3,01%
14.1	ENTRADA DE ENERGIA	9.858,75	
14.2	QUADROS	15.186,17	
14.3	ELETRODUTOS, ELETROCALHAS E CONEXÕES	18.728,01	
14.4	CABOS E FIOS (CONDUTORES)	22.965,80	
14.5	ILUMINAÇÃO	41.596,42	
14.6	INTERRUPTORES E TOMADAS	9.345,53	
14.7	CAIXAS DE PASSAGEM	4.909,99	
14.8	SERVIÇOS DIVERSOS	8.059,03	
15	OUTRAS INSTALAÇÕES	86.269,37	1,99%
15.1	SISTEMA DE CABEAMENTO ESTRUTURADO E CFTV	70.058,20	
15.2	INSTALAÇÃO DE ALARME	16.211,17	
16	PINTURA	176.310,53	4,07%
16.1	PINTURA EXTERNA	25.379,76	
16.2	PINTURA INTERNA	103.676,24	
16.3	ESQUADRIAS GERAIS	47.254,53	
17	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	44.979,98	1,04%
18	SISTEMA DE COMBATE A INCÊNDIO	13.438,61	0,31%
19	INSTALAÇÃO DE GÁS	33.617,87	0,78%
20	CLIMATIZAÇÃO	346.217,51	7,98%
20.1	INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO	259.100,65	
20.2	RENOVAÇÃO DE AR	87.116,86	
21	CASA DE RESÍDUOS	126.730,38	2,92%
22	SERVIÇOS FINAIS	11.532,92	0,27%
	TOTAL [R\$]	4.335.920,72	100,00%

ANEXO II – B - EVENTOGRAMA



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA



Obra: CONSTRUÇÃO DE CAPSI SÃO MARCOS
Local: RUA HORTÊNCIA, SÃO MARCOS - ARACRUZ/ES

ANEXO II-B - EVENTOGRAMA

ITEM DA PLANILHA	Nº DO EVENTO	MARCOS PRINCIPAIS / EVENTOS	VALOR TOTAL DE CADA EVENTO	% GLOBAL	30 dias	60 dias	90 dias	120 dias	150 dias	180 dias	210 dias	240 dias	270 dias
1.1	E.01	RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO/ADEQUAÇÕES NECESSÁRIAS NOS ANTEPROJETOS	6.190,89	0,1428%	100,00%	R\$ 6.190,89							
1.1	E.02	PROJETO BÁSICO DE ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO	21.815,75	0,5031%	100,00%	R\$ 21.815,75							
1.1	E.03	PROJETO BÁSICO DE TERRAPLANAGEM	2.834,17	0,0654%	100,00%	R\$ 2.834,17							
1.1	E.04	PROJETO BÁSICO DE ESTRUTURAS E CONTENÇÕES	4.919,40	0,1135%	100,00%	R\$ 4.919,40							
1.1	E.05	PROJETO BÁSICO DE FUNDAÇÕES	2.108,32	0,0486%	100,00%	R\$ 2.108,32							
1.1	E.06	PROJETO BÁSICO DE INSTALAÇÕES	25.954,51	0,5986%	100,00%	R\$ 25.954,51							
1.1	E.07	PROJETO BÁSICO DE SINALIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO VISUAL	1.800,35	0,0415%	100,00%	R\$ 1.800,35							
1.1	E.08	PROJETO EXECUTIVO DE TERRAPLANAGEM	1.889,45	0,0436%	100,00%	R\$ 1.889,45							
1.1	E.09	PROJETO EXECUTIVO DE FUNDAÇÕES	1.405,54	0,0324%	100,00%	R\$ 1.405,54							
1.1	E.10	PROJETO EXECUTIVO DE ESTRUTURAS E CONTENÇÕES	3.279,60	0,0756%			100,00%	R\$ 3.279,60					
1.1	E.11	PROJETO EXECUTIVO DE INSTALAÇÕES	17.303,01	0,3991%			100,00%	R\$ 17.303,01					
1.1	E.12	PROJETO EXECUTIVO DE ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO	14.543,83	0,3354%			100,00%	R\$ 14.543,83					
1.1	E.13	PROJETO EXECUTIVO DE SINALIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO VISUAL	1.200,23	0,0277%			100,00%	R\$ 1.200,23					
1.1	E.14	PROJETOS COMO CONSTRUÍDO ("ASBUILT")	18.572,66	0,4283%									100,00%
1.1	E.15	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (PLANILHA DE QUANTITATIVOS, MEMÓRIA DE CÁLCULO, COMPOSIÇÕES DE CUSTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E COTAÇÕES DE PREÇOS)	6.428,09	0,1483%			100,00%	R\$ 6.428,09					R\$ 18.572,66
1.2	E.16	TÉRMINO DA LIMPEZA DO TERRENO	62.785,24	1,4480%	100,00%	R\$ 62.785,24							
1.3	E.17	TÉRMINO DA LOCAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	70.174,25	1,6184%			100,00%	R\$ 70.174,25					
2.1	E.18	INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA	2.861,92	0,0691%	100,00%	R\$ 2.861,92							
2.1	E.19	TÉRMINO DA INSTALAÇÃO DOS TAPUMES	31.008,42	0,7152%	100,00%	R\$ 31.008,42							
2.2	E.20	MOBILIZAÇÃO E INSTALAÇÃO DE CANTEIRO DE OBRAS	76.979,70	1,7754%	100,00%	R\$ 76.979,70							
2.2	E.21	DESMOBILIZAÇÃO DE CANTEIRO DE OBRAS	8.553,30	0,1973%								100,00%	R\$ 8.553,30
3	E.22	EXECUÇÃO DO PLATÔ DO TERRENO PARA IMPLANTAÇÃO	58.988,16	1,3605%	100,00%	R\$ 58.988,16							
4.1	E.23	CONCLUSÃO DAS ESCAVAÇÕES E BOTA-FORA DAS FUNDAÇÕES - SAPATAS E PILARETES	29.945,12	0,6906%			100,00%	R\$ 29.945,12					
4.1	E.24	CONCLUSÃO DAS ESCAVAÇÕES E BOTA-FORA DO NÍVEL DAS VIGAS DE FUNDAÇÃO	12.833,62	0,2960%			100,00%	R\$ 12.833,62					
4.2	E.25	TÉRMINO DA INFRAESTRUTURA - CONCRETAGEM DE SAPATAS, PILARETES, VIGAS E LAJE DE PISO	143.702,66	3,3142%			100,00%	R\$ 143.702,66					
4.3	E.26	TÉRMINO DAS ESCAVAÇÕES DA FUNDAÇÃO DO MURO DE CONTENÇÃO	29.397,50	0,6780%			100,00%	R\$ 29.397,50					
4.3	E.27	TÉRMINO DAS FORMAS E AÇO DA FUNDAÇÃO DO MURO DE CONTENÇÃO	133.173,00	3,0714%			100,00%	R\$ 133.173,00					
4.3	E.28	TÉRMINO DA INFRAESTRUTURA (CONCRETAGEM E DRENAGEM)	89.550,30	2,0653%				100,00%	R\$ 89.550,30				
4.3	E.29	TÉRMINO DA DRENAGEM DO MURO DE CONTENÇÃO	22.479,40	0,5184%				100,00%	R\$ 22.479,40				
5.1	E.30	TÉRMINO DA CONCRETAGEM DOS PILARES	60.566,37	1,3969%			100,00%	R\$ 60.566,37					
5.2	E.31	TÉRMINO DA CONCRETAGEM DAS VIGAS	87.933,40	2,0280%				100,00%	R\$ 87.933,40				
5.3	E.32	TÉRMINO DA CONCRETAGEM DAS LAJES E CONCRETAGEM DA ESTRUTURA DA PLATIBANDAS	195.660,69	4,5126%				100,00%	R\$ 195.660,69				
6.1	E.33	TÉRMINO DA ALVENARIA DE VEDAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	106.304,43	2,4517%				100,00%	R\$ 106.304,43				
6.2	E.34	TÉRMINO DO MURO DE FECHAMENTO	131.906,25	3,0422%								100,00%	R\$ 131.906,25
7	E.35	TÉRMINO DA ESTRUTURA DE APOIO DAS TELHAS DA COBERTURA	177.718,90	4,0988%				100,00%	R\$ 177.718,90				
7	E.36	TÉRMINO DAS TELHAS DA COBERTURA	74.421,16	1,7164%					100,00%	R\$ 74.421,16			
8.1	E.37	TÉRMINO DO REVESTIMENTO INTERNO DE PAREDES	144.821,31	3,3400%					100,00%	R\$ 144.821,31			
8.1	E.38	TÉRMINO DO REVESTIMENTO INTERNO DE PAREDES - BATE MACA	79.322,64	1,8294%						100,00%	R\$ 79.322,64		
8.2	E.39	TÉRMINO DO REVESTIMENTO EXTERNO DE PAREDES	69.413,06	1,6009%					100,00%	R\$ 69.413,06			
8.3	E.40	TÉRMINO DO REVESTIMENTO DE FORRO	49.129,77	1,1331%						100,00%	R\$ 49.129,77		
8.4	E.41	TÉRMINO DA IMPERMEABILIZAÇÃO DA ÁREA TÉCNICA + COBERTURA	72.198,34	1,6651%					100,00%	R\$ 72.198,34			
8.5	E.42	TÉRMINO DA IMPERMEABILIZAÇÃO DE RUFO E CHAPIM	7.205,37	0,1662%					100,00%	R\$ 7.205,37			
8.6	E.43	TÉRMINO DA IMPERMEABILIZAÇÃO DE ÁREAS MOLHADAS	6.447,21	0,1487%					100,00%	R\$ 6.447,21			
9.1	E.44	TÉRMINO DE PISOS EXTERNOS - CALÇADAS E RAMPAS	218.912,69	5,0488%									100,00%
9.2	E.45	TÉRMINO DE PISOS INTERNOS - REGULARIZAÇÕES, REVESTIMENTOS, RODAPÉS, SOLEIRAS, JUNTAS E PISO TÁTIL	369.888,28	8,5308%								100,00%	R\$ 369.888,28
10.1	E.46	TÉRMINO DAS ESQUADRIAS DE MADEIRA	72.665,28	1,6759%								100,00%	R\$ 72.665,28
10.2	E.47	TÉRMINO DAS ESQUADRIAS DE ALUMÍNIO	94.621,53	2,1823%								100,00%	R\$ 94.621,53
10.3	E.48	TÉRMINO DAS ESQUADRIAS DE AÇO GALVANIZADO	145.116,90	3,3469%								100,00%	R\$ 145.116,90
10.4	E.49	TÉRMINO DOS VIDROS E ESPELHOS	46.044,89	1,0619%									100,00%
10.5	E.50	TÉRMINO DOS BRISES	12.795,11	0,2951%									R\$ 46.044,89
11.1	E.51	INSTALAÇÕES DE ÁGUA FRIA - TÉRMINO	24.914,76	0,5746%					100,00%	R\$ 24.914,76			
11.2	E.52	INSTALAÇÃO DOS RESERVATÓRIOS - TÉRMINO	10.790,88	0,2489%					100,00%	R\$ 10.790,88			
11.3	E.53	INSTALAÇÃO DOS REGISTROS - TÉRMINO	4.183,54	0,0965%					100,00%	R\$ 4.183,54			
11.4	E.54	TÉRMINO DA CANALETA DE DRENAGEM EXTERNA	35.269,21	0,8134%								100,00%	R\$ 35.269,21
12.1	E.55	TÉRMINO INSTALAÇÃO DAS LOUÇAS	48.137,95	1,1102%								100,00%	R\$ 48.137,95
12.2	E.56	TÉRMINO INSTALAÇÃO DOS METAIS	49.140,48	1,1333%								100,00%	R\$ 49.140,48
13.1	E.57	INSTALAÇÕES DA REDE DE ESGOTO - TÉRMINO	29.830,10	0,6880%			100,00%	R\$ 29.830,10					
13.2	E.58	INSTALAÇÃO DAS CAIXAS SIFONADAS, CAIXAS DE GORDURA E CAIXAS DE INSPEÇÃO - TÉRMINO	14.261,88	0,3289%					100,00%	R\$ 14.261,88			



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA



Obra: CONSTRUÇÃO DE CAPSI SÃO MARCOS
Local: RUA HORTÊNCIA, SÃO MARCOS - ARACRUZ/ES

ANEXO II-B - EVENTOGRAMA

ITEM DA PLANILHA	Nº DO EVENTO	MARCOS PRINCIPAIS / EVENTOS	VALOR TOTAL DE CADA EVENTO	% GLOBAL	30 dias	60 dias	90 dias	120 dias	150 dias	180 dias	210 dias	240 dias	270 dias
13.3	E.59	FOSSA FILTRO E SUMIDOURO - TÉRMINO	23.438,29	0,5406%						100,00%	R\$ 23.438,29		
14.1	E.60	TÉRMINO DO PADRÃO DE ENTRADA DE ENERGIA	9.858,75	0,2274%						100,00%	R\$ 9.858,75		
14.2	E.61	TÉRMINO DOS QUADROS ELÉTRICOS	15.186,17	0,3502%							100,00%	R\$ 15.186,17	
14.3	E.62	TÉRMINO DA INFRAESTRUTURA ELÉTRICA	31.697,03	0,7310%			100,00%	R\$ 31.697,03					
14.4	E.63	TÉRMINO DO CABEAMENTO ELÉTRICO	22.965,80	0,5297%							100,00%	R\$ 22.965,80	
14.5/14.6	E.64	TÉRMINO DAS LUMINÁRIAS INTERRUPTORES E TOMADAS	50.941,95	1,1749%								100,00%	R\$ 50.941,95
15.1	E.65	TÉRMINO DA INFRAESTRUTURA INTERNA DE CABEAMENTO ESTRUTURADO	10.516,79	0,2426%						100,00%	R\$ 10.516,79		
15.1	E.66	TÉRMINO DOS ACESSÓRIOS E EQUIPAMENTOS	59.541,41	1,3732%							100,00%	R\$ 59.541,41	
15.2	E.67	TÉRMINO DA INFRAESTRUTURA INTERNA DE ALARME	8.993,20	0,2074%						100,00%	R\$ 8.993,20		
15.2	E.68	TÉRMINO DOS ACESSÓRIOS E EQUIPAMENTOS	7.217,97	0,1665%								100,00%	R\$ 7.217,97
16.1	E.69	TÉRMINO DE PINTURA EXTERNA DAS PAREDES	26.114,56	0,6023%								100,00%	R\$ 26.114,56
16.2	E.70	TÉRMINO DE PINTURA INTERNA DAS PAREDES	103.676,24	2,3911%								100,00%	R\$ 103.676,24
16.3	E.71	TÉRMINO DE PINTURA DE ESQUADRIAS METÁLICAS E DE MADEIRA	47.254,53	1,0898%								100,00%	R\$ 47.254,53
17	E.72	TÉRMINO DAS DIVISÓRIAS DE GRANITO	14.802,31	0,3414%						100,00%	R\$ 14.802,31		
17	E.73	TÉRMINO BARRAS DE APOIO	1.432,92	0,0330%								100,00%	R\$ 1.432,92
17	E.74	TÉRMINO PAISAGISMO	14.511,98	0,3347%								100,00%	R\$ 14.511,98
17	E.75	TÉRMINO SINALIZAÇÃO VISUAL	11.741,48	0,2708%								100,00%	R\$ 11.741,48
17	E.76	TÉRMINO ESCADA MARINHEIRO	2.491,29	0,0575%								100,00%	R\$ 2.491,29
18	E.77	TÉRMINO DO SISTEMA DE COMBATE A INCÊNDIO	13.438,61	0,3099%								100,00%	R\$ 13.438,61
19	E.78	TÉRMINO DO ABRIGO DE GÁS	13.627,91	0,3143%			100,00%	R\$ 13.627,91					
19	E.79	TÉRMINO DAS REDE DE GÁS	17.036,14	0,3929%							100,00%	R\$ 17.036,14	
19	E.80	TÉRMINO DAS INSTALAÇÕES DE GÁS COM TESTE DE ESTACQUEIADE	2.953,82	0,0681%								100,00%	R\$ 2.953,82
20.1	E.81	DRENOS CLIMATIZAÇÃO - TÉRMINO	9.067,96	0,2091%					100,00%	R\$ 9.067,96			
20.1	E.82	INSTALAÇÃO DOS TUBOS DE COBRE	113.635,25	2,6208%							100,00%	R\$ 113.635,25	
20.1	E.83	INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTO DE CLIMATIZAÇÃO	136.397,44	3,1458%								100,00%	R\$ 136.397,44
20.2	E.84	INSTALAÇÃO DOS DUTOS DA RENOVAÇÃO DE AR	20.683,54	0,4770%							100,00%	R\$ 20.683,54	
20.2	E.85	INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE RENOVAÇÃO DE AR E COIFA	66.433,32	1,5322%								100,00%	R\$ 66.433,32
21	E.86	TÉRMINO DA INFRA E SUPERESTRUTURA DA CASA DE RESÍDUOS	55.864,27	1,2884%			100,00%	R\$ 55.864,27					
21	E.87	TÉRMINO DOS REVESTIMENTOS INTERNOS E EXTERNOS	38.564,69	0,8894%				100,00%	R\$ 38.564,69				
21	E.88	TÉRMINO DA CASA DE RESÍDUOS	32.301,42	0,7450%					100,00%	R\$ 32.301,42			
22	E.89	TÉRMINO DA LIMPEZA FINAL DA OBRA	11.532,92	0,2660%								100,00%	R\$ 11.532,92
TOTAL GERAL			4.335.920,72	100,00%	R\$ 301.241,81	R\$ 372.416,53	R\$ 676.773,85	R\$ 322.688,02	R\$ 470.026,89	R\$ 196.061,75	R\$ 249.048,31	R\$ 1.271.907,39	R\$ 475.856,17

Documento assinado digitalmente



ANA CLAUDIA FIORESE VINCO
Data: 11/06/2025 13:21:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ANEXO III – MATRIZ DE RISCO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS



Obra: CONSTRUÇÃO DE CAPSI SÃO MARCOS
Local: RUA HORTÊNCIA, SÃO MARCOS - ARACRUZES

ANEXO III - MATRIZ DE RISCO

Macrosserviço	Item de Serviço	Tipos de Riscos	Descrição do Risco	Materialização do Risco	Mitigação do Risco	Alocação
PROJETO	Elaboração do projeto básico e executivo	Riscos de Alteração do Projeto	Modificação no PROJETO BÁSICO decorrente de falhas ou omissões para aderência ao ANTEPROJETO.	Necessidade de alteração do cronograma e possibilidade de aumento de custo	A CONTRATADA deverá corrigir o projeto básico SEM ônus das alterações.	CONTRATADA
			Em virtude de casos fortuitos ou força maior, posteriormente à previsão de início da obra.	Modificação das soluções inicialmente propostas (Projeto básico), com eventual aumento do custo e aumento de prazo de execução.	Possibilidade de reequilíbrio econômico financeiro.	CONTRATANTE
			Adequação do projeto básico e ou executivo de exigências ambientais, bem como as leis do uso do solo, o código de obras e legislações da Secretária Estadual e Municipal de Saúde, bem como o Ministério da Saúde.	Necessidade de dilação do prazo de execução da obra e possibilidade de aumento do custo.	A CONTRATADA deverá cumprir os prazos definidos no eventograma, propondo soluções para contornar exigências específicas	CONTRATADA
			Em virtude de casos fortuitos ou força maior, anteriormente à data emissão da Ordem de Serviço.	Modificação das soluções inicialmente propostas, impactando no Projeto Básico e Executivo, com eventual aumento do custo e aumento de prazo de execução.	Possibilidade de reequilíbrio econômico financeiro.	CONTRATANTE
			Alteração das especificações e /ou projeto executivo por solicitação do CONTRATANTE.	Modificação do projeto executivo aprovado, resultará na alteração do prazo ou dos custos.	Reprogramação dos serviços com a celebração de termo aditivo.	CONTRATANTE
ADMINISTRAÇÃO LOCAL, CANTEIROS DE OBRAS, MOBILIZAÇÃO	Serviços Preliminares	Riscos associados a atrasos na emissão de licenças para início das obras	Não cumprimento ou desconformidade das Condicionantes previstas ou impostas na licença ambiental.	Multa ou restrições impostas pelo CONTRANTE ou órgão ambiental.	Apresentação de planos de mitigação atendendo as disciplinas saúde, higiene do trabalho, Resíduos sólidos com os devidos registros nos órgãos competentes.	CONTRATADA
			Atraso na obtenção do alvará de construção e outras autorizações em tempo para início das obras no cronograma pactuado.	Aumento dos custos e dos prazos para execução da obra.	A CONTRATADA deverá assumir todas as diligências e custos necessárias para obtenções das licenças e alvarás junto aos órgãos fiscalizadores Municipais e Estaduais , e considerar no cronograma de execução os prazos necessários para tal.	CONTRATADA
		Riscos comerciais	Atraso nas ligações provisórias pelas concessionárias de serviços públicos (água, esgoto, energia, etc) para início dos serviços.	Possibilidade de atraso e necessidade de dilação de prazo.	A CONTRATADA será a responsável pela solicitação das ligações provisórias durante a execução do contrato.	CONTRATADA
	Área externa	Riscos associados ao solo	Necessidade de novos levantamentos topográficos e de investigações geotécnicas para convalidar as informações do anteprojeto.	Possibilidade de alteração das soluções de implantação dos prédios, após as novas investigações geotécnicas, que poderá resultar em dilação do prazo e custos.	A CONTRATADA derá contratar engenheiros geotécnicos e estruturalistas para análise e execução dos projetos, a fim de evitar erros nas implantações, instabilidade do solo ou reforço das fundações.	CONTRATADA
	Pavimentação área externa, urbanização e paisagismo	Riscos executivos	Eventos inesperados na fase de execução da obra, decorrentes de falhas construtivas, dificuldade de acesso, problemas mecânicos em equipamentos, e outros fatores previsíveis;	Aumento dos custos e dos prazos para execução da obra.	A CONTRATADA deverá ter conhecimento de todas peculiaridades e complicadores inerentes ao tipo de intervenção a ser executada, assumindo custos afetos à operação dos serviços necessários para implantação completa das soluções propostas em Projeto Executivo, apresentando Plano de Ação e cronograma das atividades.	CONTRATADA
	Climatização	Riscos comerciais	Atraso na aquisição, entrega e instalações de equipamentos	Possibilidade de atraso e necessidade de dilação de prazo e custo.	A CONTRATADA será a responsável pela compra, instalação, e funcionamento dos equipamentos, caso necessário a extensão da garantia, como pelo menos 6 meses a partir do termo.	CONTRATADA
	Gases GLP					
	Prevenção e Combate a incêndio					
	Instalações elétricas e sistema eletrônicos					

EXECUÇÃO	Drenagem (redes, travessias e caixas)	Risco de incapacidade de receptores hidráulicos existentes do Município	Necessidade de avaliação das contribuições das bacias do em torno da intervenção, bem como definir o local de lançamento e dos dispositivos receptores.	Possibilidade de aumento dos custos, com extensões de rede devido a divergências da capacidade hidráulica dos dispositivos existentes no Município.	Durante a fase de desenvolvimento dos projetos a CONTRATADA deverá realizar estudos da bacia do em torno e do sistema de drenagem das áreas do em torno da intervenção, além das respectivas capacidades hidráulicas dos receptores do Município.	CONTRATADA (elaborar estudos) e CONTRATANTE (aumento do custo)
	Reservação de água	Risco de necessidade de aumento de abastecimento	Necessidade da reservação de água dos prédios, deve-se avaliar a capacidade de abastecimento na Localidade de implantação e calcular o volume de uso de cada unidade.	Possibilidade de alteração e redimensionamento dos reservatórios para guarda de água com aumento de custo.	A CONTRATADA deverá predimensionar o volume de água necessária para suprir os prédios durante 2 dias.	CONTRATADA
	Edificação	Riscos Executivos	Acréscimos de serviços necessários para execução total das soluções da proposta.	Aumento dos custos sem alteração de prazos para execução da obra.	A CONTRATADA, na fase de elaboração dos projetos básicos e executivos, deverá realizar todos os estudos e levantamentos dos serviços necessários, bem como a análise dos equipamentos especificados para as instalações elétricas, eletrônicas, hidráulicas/ sanitárias, climatização, etc.	CONTRATADA
					Os custos que extrapolarem o orçamento definido pela CONTRATADA, serão de responsabilidade da própria, e o prazo de execução deverá ser mantido com aumento da mão de obra.	CONTRATADA
			Danos causados a terceiros durante a execução dos serviços.	Possibilidade de aumento de custos decorrentes a reparação de danos causados a terceiros.	A CONTRATADA será responsável pelos danos causados a terceiros devendo ter as áreas da intervenção devidamente sinalizada durante a execução dos serviços.	CONTRATADA SEGURADORA
			Necessidade de reforços e/ou refazimento das soluções executadas, em virtude de reprovação dos resultados obtidos em ensaios específicos.	Aumento dos custos sem alteração de prazos para execução da obra.	A CONTRATADA tem conhecimento de que o desempenho da solução é verificada através de ensaios, e que, diante de resultados com valores abaixo do esperado, a solução poderá sofrer alterações na especificação dos serviços, com possibilidade de aumento do custo e sem dilação do prazo de obra, que serão assumidos pela mesma.	CONTRATADA
			Desmoronamentos, afundamentos e outros imprevistos geológicos	Soterramento, recalques dos serviços executados durante o movimento de terra (cortes e aterros), atrasos dos prazos e custo de acidentes pessoais e perdas materiais.	A CONTRATADA deverá acionar a Seguradora; caracterizar e fazer investigações geotécnicas no entorno do sinistro; adotar dispositivos de controle e principalmente soluções para evitar maiores danos.	CONTRATADA SEGURADORA
			A inadimplência e/ou Descumprimento de prazo de fornecedores e mão de obra na entrega de materiais, equipamentos ou execução de serviços	Aumento dos custos e dos prazos para execução da obra.	A CONTRATADA tem conhecimento de que a responsabilidade é totalmente dela, junto aos fabricantes, técnicos ou subempreiteiros durante a execução dos serviços até a transferência das garantias dos equipamentos e recebimento definitivo.	CONTRATADA
	DESMOBILIZAÇÃO	Entrega do equipamento	Danos de vandalismos nos equipamentos concluídos e não entregues.	Aumento dos custos devido ao refazimento dos serviços.	A CONTRATADA deverá refazer os serviços conforme projeto e solicitar o termo de emissão de recebimento definitivo, sendo responsável até a entrega deste.	CONTRATADA SEGURADORA
			Entrega de Manual de operação dos Prédios, Equipamentos, bem como dos sistemas eletrônicos e eletrônicos, etc.	Aumentos dos custos com guarda e manutenção do empreendimento.	A CONTRATADA deverá apresentar o Manual, contendo todas as garantias e notas fiscais dos equipamentos, bem como a forma de operação dos sistemas, antes da solicitação do termo de recebimento provisório.	CONTRATADA
			Atraso no recebimento pelos órgãos competentes.	Aumentos dos custos com guarda e manutenção do empreendimento.	A CONTRATADA deverá manter segurança, manutenção e guarda de todo o empreendimento, inclusive estender se necessário a garantia dos equipamentos eletrônicos, dados e voz, climatização, etc.	CONTRATADA SEGURADORA

ANEXO I - J – RELATÓRIO DE SONDAGEM



Nº052/25

RELATÓRIO DE SONDAGEM

CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL - CAPS I.

RUA HORTÊNCIA S/N, SÃO MARCOS, ARACRUZ-ES

ABRIL/2025



1. INTRODUÇÃO

Apresentamos este relatório de prospecção geotécnica e geológica do solo através de sondagem de simples reconhecimento com SPT e/ou sondagem rotativa, executada conforme as versões atuais das seguintes normas da ABNT: NBR 6484, NBR 6502 e NBR 13441; e/ou da norma DNER-PRO 102/97, e/ou do Manual de Sondagem, Boletim nº 3, da ABGE.

2. SERVIÇOS EXECUTADOS

Execução de 4 furos de sondagem(ns), com o total de 46,80 m perfurado(s).

3. METODOLOGIA DA SONDAGEM À PERCUSSÃO

O processo de perfuração da sondagem inicia-se com emprego do trado concha ou cavadeira até a profundidade de 1m, nos avanços de perfuração subsequentes, intercalados pela realização de ensaio e amostragem, utiliza-se o trado helicoidal até atingir o nível d'água ou quando o avanço da perfuração for inferior a 5 cm após 10 min de operação. A partir de então passa-se ao método de perfuração por circulação d'água. Durante o processo de perfuração utiliza-se a instalação de tubo de revestimento para estabilidade das paredes do furo.

A cada metro de perfuração, a partir de 1 m de profundidade, são colhidas amostras do solo por meio do amostrador-padrão e executado o SPT.

O SPT é realizado apoiando-se, inicialmente, a composição de cravação na profundidade da cota de ensaio e, em seguida, posicionando o martelo sobre a cabeça de bater, anotando-se as penetrações relativas ao avanço estático, caso ocorram, nesses dois estágios iniciais. A cravação do amostrador-padrão se dá



através de impactos sucessivos do martelo caindo livremente de uma altura de 75 cm de elevação, anotando-se, separadamente, a quantidade de golpes para a penetração de cada um dos três segmentos de 15 cm do amostrador-padrão. O índice de resistência à penetração N é soma da quantidade de golpes da 2ª e da 3ª sequência de penetração correspondente aos dois últimos segmentos de 15 cm do amostrador- padrão.

As amostras são coletadas do bico do amostrador-padrão e acondicionadas em recipientes herméticos para, através de exames táctil visuais, determinar a classificação do material quanto a sua granulometria, plasticidade, cor e origem.

4. EQUIPAMENTOS UTILIZADOS NA SONDAGEM À PERCUSSÃO

- a) torre com roldana, moitão e corda;
- b) tubos de revestimento;
- c) hastes de perfuração/cravação;
- d) trado-concha ou cavadeira manual;
- e) trado helicoidal;
- f) trépano/peça de lavagem;
- g) amostrador-padrão;
- h) cabeça de bater;
- i) martelo padronizado;
- j) baldinho para esgotar o furo;
- k) medidor de nível d'água;
- l) metro de balcão ou trena;
- m) recipientes para amostras;
- n) bomba d'água centrífuga motorizada;
- o) caixa d'água ou tambor com divisória interna para decantação;
- p) ferramentas gerais necessárias para a operação.

5. METODOLOGIA DA SONDAGEM ROTATIVA



Diante da impossibilidade de avançar a perfuração com o processo de lavagem por circulação d'água, utiliza-se então o método de perfuração através de sonda rotativa. A sonda rotativa é o equipamento de perfuração motomecanizada destinado à obtenção de amostra cilíndrica de maciço rochoso, denominado de testemunho, bem como atravessar camada de solo de elevada resistência.

As amostras recuperadas da manobra de perfuração rotativa são acondicionadas de forma contínua em caixas com dimensões adequadas de acordo com o diâmetro utilizado na perfuração. O testemunho de cada manobra deve estar separado por delimitadores com indicações da profundidade inicial e final de cada manobra, inclusive com a especificação do seu respectivo diâmetro.

Os testemunhos são submetidos à classificação geológica sendo apresentadas as seguintes informações: percentual de recuperação relativa à manobra, RQD/IQR e os graus da rocha: alteração, coerência/consistência e fraturamento.

Com relação às descontinuidades pode se apresentar as seguintes características: espessura, preenchimento, superfície e inclinação.

6. EQUIPAMENTOS UTILIZADOS NA SONDAGEM ROTATIVA

- a) elevador giratório;
- b) elevador de esferas;
- c) elevador de alimentador d'água;
- d) chave de aperto regulável;
- e) chave tipo "U";
- f) agarrador ou freio da faca;
- g) agarrador ou freio excêntrico;
- h) agarrador ou freio ajustável;
- i) abaixador excêntrico;



- j) agarrador ou freio mecânico;
- k) eixo com gancho para tripé;
- l) corrente com argola e gancho para tripé;
- m) terminal removível para cabo de aço;
- n) braçadeira de revestimento;
- o) roldana com gaiola e gancho;
- p) alimentador ou cabeça d'água;
- q) mangueira de alimentação d'água com niples rosqueados e braçadeiras;
- r) válvula de segurança;
- s) mangote de sucção com niples rosqueados e braçadeiras;
- t) válvula de pé;
- u) conjunto de conexões e registros;
- v) manômetro;
- w) niples de redução (hastes x hastes);
- x) niples de redução (hastes x revestimentos);
- y) niples de haste;
- z) niples de revestimento;
- aa) niples protetor de revestimento;
- bb) pescador macho para haste e niples "rosca direita e esquerda";
- cc) pescador macho para revestimento "rosca direita e esquerda";
- dd) pescador fêmea (tipo sino) para haste;
- ee) pescador macho de ficção para haste ou niples;
- ff) pescador piloto para coroas e alargadores;
- gg) pescador macho para coroas e alargadores;
- hh) pescador de testemunho;
- ii) broca tipo fresa;
- jj) trépano cruzado;
- kk) cabeça ou colar de bater haste;
- ll) cabeça ou colar de bater revestimento;



- mm) conjunto precursor de bater hastes e revestimentos;
- nn) torre ou tripé para sondagem;
- oo) caixa para testemunho;
- pp) hastes de perfuração;
- qq) revestimentos;
- rr) barriletes simples;
- ss) barriletes duplo rígido;
- tt) barriletes duplo giratório;
- uu) coroas amostradoras;
- vv) alargadores (calibradores);
- ww) coroas de revestimento;
- xx) sonda rotativa com avanço manual, mecânico ou hidráulico;
- yy) conjunto motor-bomba capaz de fornecer suficiente vazão e pressão às profundidades e diâmetros a serem perfurados;
- zz) sapatas de revestimento.

7. ANEXOS

- Laudo Fotográfico;
- Croqui de localização dos pontos;
- Perfil individual de sondagem.

Documento assinado digitalmente
gov.br GABRIEL DA SILVA FIGUEIREDO
Data: 14/04/2025 17:31:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Gabriel da Silva Figueiredo
Engenheiro Civil
CREA ES 055182/D



Laudo Fotográfico:



FOTO:SP01



FOTO:SP02



FOTO:SP03



FOTO:SP04



PLANTA DE LOCAÇÃO DAS SONDAGENS

ESCALA 1:100

REVISÕES			
REV	POR	DATA	DESCRIÇÃO
00	DAN	JAN/2025	EMIÇÃO INICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ
PREFEITO:
LUIZ CARLOS COUTINHO

OBRA: PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO – "TERRENO 01"
CAPS – I, II , AD, i

ENDEREÇO: RUA HORTÊNCIA, S/Nº, BAIRRO SÃO MARCOS, ARACRUZ ES

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ – CNPJ 27142702000166

PLANO DE SONDAGENS		PRANCHA: 01/01
AUTOR DO PROJETO: MÁRCIA ELIANE DAN:87345102734 <small>Aprovado de forma digital por MÁRCIA ELIANE DAN:87345102734 Dados: 2025.04.14 15:55:09 -0300</small>		ESCALA: INDICADA
COORDENAÇÃO: DAN ENGENHARIA		DESENHO: DAN
REVISÃO: MÁRCIA ELIANE DAN – ENG. CIVIL CREA ES 4876/D		REVISÃO: R00
ASSUNTO: PLANO DE LOCAÇÃO DAS SONDAGENS		DATA: ABR/2025
RESPONSÁVEL TÉCNICO DA OBRA:		CONTRATO: 072/2022 A.S.: 010/2023

RUA HENRIQUE MOSCOSO, 1023 –
SALA 105 / 106 – CENTRO, VILA
VELHA ES
TEL: (27)3226-8777 /
(27)3239-2477
E-MAIL: 99@danengenharia.com.br

SONDAGEM DE SIMPLES RECONHECIMENTO DO SOLO COM SPT									
NBR 6484/2020					SONDAGEM À PERCUSSÃO			SP01	
CLIENTE: DAN ENGENHARIA OBRA: Sondagem a Percussão LOCAL: Rua Hortência, s/n, São Marcos, Aracruz - ES					INÍCIO: 12/04/2025 TÉRMINO: 12/04/2025 COTA: 0,00 COORD. N: 7.810.120 E: 366.349				
GRÁFICO SPT				PROFUNDIDADE	ENSAIO DE PENETRAÇÃO (GOLPES/PENET.)	RESISTÊNCIA À PENETRAÇÃO	INTERPRETAÇÃO GEOLOGICA	PERFIL GEOLOGICO	PROFUNDIDADE DA CAMADA (m)
10 20 30 40						SPT			
				0,35	$\frac{2}{15} \quad \frac{3}{15} \quad \frac{2}{15}$	5		00	0,35
				1,00					
				2,00	$\frac{2}{15} \quad \frac{3}{15} \quad \frac{3}{15}$	6		01	
				3,00					
				4,00	$\frac{3}{15} \quad \frac{4}{15} \quad \frac{3}{15}$	7		02	
				5,00	$\frac{5}{15} \quad \frac{7}{15} \quad \frac{6}{15}$	13		03	4,20
				6,00	$\frac{9}{15} \quad \frac{8}{15} \quad \frac{9}{15}$	17		04	
				7,00	$\frac{8}{15} \quad \frac{7}{15} \quad \frac{8}{15}$	15		05	
				8,00	$\frac{10}{15} \quad \frac{12}{15} \quad \frac{14}{15}$	26		06	
				9,00	$\frac{12}{15} \quad \frac{13}{15} \quad \frac{16}{15}$	29		07	
				10,00	$\frac{10}{15} \quad \frac{12}{15} \quad \frac{15}{15}$	27		08	
				11,00	$\frac{14}{15} \quad \frac{17}{15} \quad \frac{19}{15}$	36			10,45
				12,00					
				13,00					
				14,00					
				15,00					
				16,00					
				17,00					
				18,00					
				19,00					
				20,00					
OBS.: REVESTIMENTO 2,00m									
LEGENDAS: 30 cm INICIAIS 30 cm FINAIS TRADO CAVADEIRA - TC • TRADO HELICOIDAL - TH • CIRCULAÇÃO DE ÁGUA - CA • REVESTIMENTO ATERRO - A • SOLO ALUVIONAR - SA • SOLO COLUVIONAR - SC • SOLO FLUVIAL - SF • SOLO MARINHO - SM • SOLO RESIDUAL - SR									
					DATA:	TRABALHO N°:	FOLHA:	ANÁLISE: Gabriel da Silva Figueiredo Gabriel da Silva Figueiredo Eng. Civil - CREA ES-055182/D Eng. Gabriel da Silva Figueiredo	
					ESCALA:	DESENHISTA:	SONDADOR:		
					1/100	Matheus Moreira	Leonardo		

N.A. = SECO EM 12/04/2025

SONDAGEM DE SIMPLES RECONHECIMENTO DO SOLO COM SPT									
NBR 6484/2020					SONDAGEM À PERCUSSÃO			SP02	
CLIENTE: DAN ENGENHARIA OBRA: Sondagem a Percussão LOCAL: Rua Hortência, s/n, São Marcos, Aracruz - ES					INÍCIO: 13/04/2025 TÉRMINO: 13/04/2025 COTA: 0,00 COORD. N: 7.810.097 E: 366.349				
GRÁFICO SPT				PROFUNDIDADE	ENSAIO DE PENETRAÇÃO (GOLPES/PENET.)	RESISTÊNCIA À PENETRAÇÃO	INTERPRETAÇÃO GEOLOGICA	PERFIL GEOLÓGICO	PROFUNDIDADE DA CAMADA (m)
10 20 30 40						SPT			
				0,31					
				1,00	$\frac{3}{15}$ $\frac{3}{15}$ $\frac{4}{15}$	7		00	
				2,00	$\frac{3}{15}$ $\frac{3}{15}$ $\frac{3}{15}$	6		01	
				3,00	$\frac{5}{15}$ $\frac{4}{15}$ $\frac{3}{15}$	7		02	
				4,00	$\frac{5}{15}$ $\frac{3}{15}$ $\frac{4}{15}$	7		03	4,70
				5,00	$\frac{7}{15}$ $\frac{6}{15}$ $\frac{7}{15}$	13		04	5,49
				6,00	$\frac{9}{15}$ $\frac{8}{15}$ $\frac{7}{15}$	15		05	
				7,00	$\frac{10}{15}$ $\frac{11}{15}$ $\frac{10}{15}$	21		06	
				8,00	$\frac{11}{15}$ $\frac{13}{15}$ $\frac{15}{15}$	28		07	
				9,00	$\frac{13}{15}$ $\frac{17}{15}$ $\frac{18}{15}$	35		08	
				10,00	$\frac{14}{15}$ $\frac{16}{15}$ $\frac{19}{15}$	35			10,45
				11,00					
				12,00					
				13,00					
				14,00					
				15,00					
				16,00					
				17,00					
				18,00					
				19,00					
				20,00					
AMOSTRADOR: Ø INTERNO = 34.9 mm PESO: 65 Kg Ø EXTERNO = 50.8 mm ALTURA DE QUEDA: 75 cm									
DESCRÇÃO DO MATERIAL									
SILTE-ARGILO-ARENOSO, COR MARROM, MUITO MOLE									
AREIA-ARGILO-SILTOSA, COR CINZA, POUCO COMPACTO									
SILTE-ARGILO-ARENOSO, COR AMARELO, RIJO									
SILTE-ARGILO-ARENOSO, COR AMARELO, RIJO A DURO									
POR ORDEM DO(A) CONTRATANTE, A PERFURAÇÃO FOI PARALISADA NA PROFUNDIDADE DE 10,45m.									
								N. A. = SECO EM 13/04/2025	
OBS.: REVESTIMENTO 2,00m									
LEGENDAS: 30 cm INICIAIS 30 cm FINAIS TRADO CAVADEIRA - TC • TRADO HELICOIDAL - TH • CIRCULAÇÃO DE ÁGUA - CA • REVESTIMENTO ATERRO - A • SOLO ALUVIONAR - SA • SOLO COLUVIONAR - SC • SOLO FLUVIAL - SF • SOLO MARINHO - SM • SOLO RESIDUAL - SR									
					DATA:	TRABALHO N°:	FOLHA:	ANÁLISE: Gabriel da Silva Figueiredo Gabriel da Silva Figueiredo Eng. Civil - CREA ES-055182/D Eng. Gabriel da Silva Figueiredo	
					ESCALA:	DESENHISTA:	SONDADOR:		
					1/100	Matheus Moreira	Leonardo	fls. 239	

SONDAGEM DE SIMPLES RECONHECIMENTO DO SOLO COM SPT													
NBR 6484/2020													
CLIENTE: DAN ENGENHARIA						SONDAGEM À PERCUSSÃO							
OBRA: Sondagem a Percussão						SP03							
LOCAL: Rua Hortência, s/n, São Marcos, Aracruz - ES						INÍCIO: 13/04/2025 TÉRMINO: 13/04/2025							
						COTA: 0,00 COORD. N: 7.810.123 E: 366.363							
GRÁFICO SPT				PROFUNDIDADE	ENSAIO DE PENETRAÇÃO (GOLPES/PENET.)	RESISTÊNCIA À PENETRAÇÃO	INTERPRETAÇÃO GEOLOGICA	PERFIL GEOLÓGICO	PROFUNDIDADE DA CAMADA (m)	AMOSTRADOR:		NÍVEL D'ÁGUA	AVANÇO
10	20	30	40			SPT				Ø INTERNO = 34.9 mm PESO: 65 Kg	Ø EXTERNO = 50.8 mm ALTURA DE QUEDA: 75 cm		
										DESCRIÇÃO DO MATERIAL			
										0,10	VEGETAÇÃO		
										0,48	SILTE-ARGILO-ARENOSO, COR CINZA ESCURO, MUITO MOLE		

SONDAGEM DE SIMPLES RECONHECIMENTO DO SOLO COM SPT										
NBR 6484/2020										
CLIENTE: DAN ENGENHARIA					SONDAGEM À PERCUSSÃO					
OBRA: Sondagem a Percussão					SP04					
LOCAL: Rua Hortência, s/n, São Marcos, Aracruz - ES					INÍCIO: 13/04/2025 TÉRMINO: 13/04/2025					
					COTA: 0,00 COORD. N: 7.810.142 E: 366.354					
GRÁFICO SPT		PROFUNDIDADE	ENSAIO DE PENETRAÇÃO (GOLPES/PENET.)	RESISTÊNCIA À PENETRAÇÃO	INTERPRETAÇÃO GEOLOGICA	PERFIL GEOLÓGICO	PROFUNDIDADE DA CAMADA (m)	AMOSTRADOR: Ø INTERNO = 34.9 mm PESO: 65 Kg Ø EXTERNO = 50.8 mm ALTURA DE QUEDA: 75 cm	NÍVEL D'ÁGUA	AVANÇO
				SPT						
10 20 30 40										
		1.00	4 3 4 15 15 15	7		00	0.10	VEGETAL		
		2.00	5 5 6 15 15 15	11		01	0.48	SILTE-ARGILO-ARENOSO, COR CINZA ESCURO, MUITO MOLE		
		3.00								
		4.00	6 8 9 15 15 15	17		02				
		5.00								
		6.00	7 9 10 15 15 15	19		03	4.45			
		7.00	10 8 11 15 15 15	19		04				
		8.00	11 13 12 15 15 15	25		05				
		9.00	14 17 21 15 15 15	38		06	7.22			
		10.00	14 16 22 15 15 15	38		07				
		11.00	16 22 24 15 15 15	46		08				
		12.00	15 21 23 15 15 15	44		09	10.45			
		13.00	17 23 24 15 15 15	47		10				
		14.00	18 24 26 15 15 15	50		11				
		15.00	20 25 28 15 15 15	53		12				
		16.00	22 27 29 15 15 15	56		13				
		17.00	24 28 31 15 15 15	59			15.45			
		18.00								
		19.00								
		20.00								
OBS.: REVESTIMENTO 2,00m										
LEGENDAS: 30 cm INICIAIS — 30 cm FINAIS — TRADO CAVADEIRA - TC • TRADO HELICOIDAL - TH • CIRCULAÇÃO DE ÁGUA - CA • REVESTIMENTO										
ATERRO - A • SOLO ALUVIONAR - SA • SOLO COLUVIONAR - SC • SOLO FLUVIAL - SF • SOLO MARINHO - SM • SOLO RESIDUAL - SR										
				DATA:	TRABALHO N°:	FOLHA:	ANÁLISE:			
				ESCALA:	DESENHISTA:	SONDADOR:	Gabriel da Silva Figueiredo			
				1/100	Matheus Moreira	Leonardo	Gabriel da Silva Figueiredo Eng. Civil - CREA ES-055182/D			
							Eng. Gabriel da Silva Figueiredo			
							fls. 241			



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do ES

CREA-ES

Página 1/1

ART de Obra ou Serviço

0820240307302

ART de Replaniamento

Vinculada à ART nº 0820240038086

1. Responsável Técnico

MARCIA ELIANE DAN

Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Empresa contratada: DAN ENGENHARIA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA

RNP: 0801625130

Registro: ES-004876/D

Registro: 5944



2. Dados do Contrato

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ

Rua: AVENIDA MOROBÁ

Complemento:

Cidade: ARACRUZ

Telefone: 2732707352

Contrato: 072/2022

Valor do Contrato/Honorários: R\$5.209.844,02

UF: ES

Nº do Aditivo: 4

Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA

CPF/CNPJ: 27142702000166

Nº: 20

CEP: 29192733

Bairro: MOROBÁ

Vinculada à ART nº 0820240038086

3. Dados da Obra/Serviço

Rua: DIVERSOS BAIRROS NO MUNICÍPIO DE ARACRUZ

Complemento:

Cidade: ARACRUZ

Data de início: 01/07/2024

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ

Bairro: DIVERSOS BAIRROS DE

UF: ES

Prev. Término: 30/06/2025

Nº: S/N

Quadra

Lote

CEP: 29190000

Coord. Geogr.: ,

CPF/CNPJ: 27142702000166

4. Atividade Técnica

Qtde de Pavimento(s): 0

Nº Pavimento(s): 0

Dimensão/Quantidade: 0

Unidade de medida: M2

ATIVIDADE(S) TÉCNICA(S): 35 - 5.1 - ELABORAÇÃO DE PROJETO

PARTICIPAÇÃO:

NATUREZA: 103 - AUTORIA

NÍVEL: 100 - COORDENAÇÃO TÉCNICA

NATUREZA DO(S) SERVIÇO(S): 1101 - EDIFICAÇÕES

TIPO DA OBRA/SERVIÇO: 108 - EDIFICAÇÃO FINS HOSPITALARES, 109 - EDIFICAÇÃO FINS ESPORTIVOS, 110 - EDIFICAÇÃO FINS RECREAÇÃO, 112 - EDIFICAÇÃO FINS SERVIÇOS PÚBLICOS, 115 - EDIFICAÇÕES OUTRAS FINALIDADES

PROJETO(S)/SERVIÇO(S): 1 - PROJETO ARQUITETÔNICO, 2 - PROJETO ESTRUTURAL, 7 - PROJETO DE FUNDAÇÕES, 10 - ESTUDO TOPOGRÁFICO, 5 - PROJETO DE PREV. COMBATE INCÊNDIO, 18 - OUTROS PROJETOS/SERVIÇOS, 3 - PROJETO HIDRO SANITÁRIO

Após a conclusão das atividades técnicas, o profissional deverá proceder a baixa desta ART.

5. Observações

ADITIVO DE REPLANILHAMENTO Nº 4 REFERENTE AO CONTRATO ORIGINAL Nº 072/2022

6. Declarações

Profissional

Contratante

Acessibilidade: <declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.>

7. Entidade de classe

NENHUMA ENTIDADE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

Local

Marcia Eliane Dan

Assinado digitalmente por Marcia Eliane Dan

Dados: 2024.07.16 13:40:43 -03'00'

MARCIA ELIANE DAN - CPF: 87345102734

RAFAEL MACHADO

BORGHO: 09965107700

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ - CPF/CNPJ: 27142702000166

Assinado digitalmente por RAFAEL

MACHADO BORGHO: 09965107700

Dados: 2024.07.17 18:30:11 -03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ - CPF/CNPJ: 27142702000166

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, podendo sua conferência ser realizada no site do CREA.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creaes.org.br ou www.confes.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.creaes.org.br
tel: (27)3134-0046

creaes@creaes.org.br
art@creaes.org.br



CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo

Valor ART: R\$ 99,64

Registrada em: 11/07/2024

Data de pagamento: 16/07/2024

Valor Pago: R\$ 99,64

Nosso Número: 14000000016262420



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do ES

CREA-ES

Página 1/1

ART de Obra ou Serviço

0820250050465

ART Individual

1. Responsável Técnico

RICARDO DE JESUS RODRIGUES

Título profissional: **ENGENHEIRO AGRIMENSOR, ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO**

Empresa contratada: **RJR SERVIÇOS DE AGRIMENSURA LTDA - ME**

RNP: 1406137154

Registro: MG-78690/D

Registro: 9396



2. Dados do Contrato

Contratante: **DAN ENGENHARIA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA**

Rua: **RUA JOAQUIM LEOPOLDINO LOPES**

Complemento:

Cidade: **VITORIA**

UF: **ES**

Telefone: **2732298777**

Contrato:

Nº do Aditivo: **0**

Valor do Contrato/Honorários: **R\$4.000,00**

Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA**

CPF/CNPJ: **04431942000185**

Nº: **370**

CEP: **29045580**

Bairro: **CONSOLAÇÃO**

3. Dados da Obra/Serviço

Rua: **RUA FLOR DO CAMPO**

Complemento:

Cidade: **ARACRUZ**

Bairro: **SÃO MARCOS**

UF: **ES**

Data de início: **08/03/2025**

Prev. Término: **24/03/2025**

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ**

Nº: **S/N**

Quadra

Lote

CEP: **29190765**

Coord. Geogr.: **19°48'1.12"S, 40°16'33.50"O**

CPF/CNPJ: **27142702000166**

4. Atividade Técnica

Qtde de Pavimento(s): **0**

Nº Pavimento(s): **0**

Dimensão/Quantidade: **4167,31**

Unidade de medida: **M2**

ATIVIDADE(S) TÉCNICA(S): **37 - 8.2 - SERVIÇOS TÉCNICOS**

PARTICIPAÇÃO:

NATUREZA: **100 - RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

NÍVEL: **104 - EXECUÇÃO**

NATUREZA DO(S) SERVIÇO(S): **6101 - TRABALHOS TOPOGRÁFICOS**

TIPO DA OBRA/SERVIÇO: **601 - LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS, 2001 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)**

PROJETO(S)/SERVIÇO(S): **100 - NENHUM**

Após a conclusão das atividades técnicas, o profissional deverá proceder a baixa desta ART.

5. Observações

LEV. TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO DO TERRENO/PMA. LOCALIZADO NA RUA FLOR DO CAMPO, ESQUINA C/ RUA ORTÊNCIA E C/ RUA PRÍMOLA, BAIRRO SÃO MARCOS (ATRÁS DA "ÁREA DA EXPOSIÇÃO"), P/ AVALIAR POSSIBILIDADE DE IMPLANTAR PROJ. PADRÃO GOV-CAPSI(01 PAVTO) OU IMPLANTAR "PROJ. PRÓPRIO PMA-CAPSI". REFERENTE AO CONT. 072/2022 (PMA/DAN ENG.). A.S. 010/2025.

6. Declarações

RICARDO DE JESUS RODRIGUES:02005636703
703
Assinado de forma digital por RICARDO DE JESUS RODRIGUES:02005636703
Dados: 2025.03.17 13:47:54 -03'00'

MARCIA ELIANE DAN:87345102734
Assinado de forma digital por MARCIA ELIANE DAN:87345102734
Dados: 2025.03.18 14:03:29 -03'00'

Acessibilidade: <declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.>

7. Entidade de classe

NENHUMA ENTIDADE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

de de
RICARDO DE JESUS RODRIGUES:02005636703
Assinado de forma digital por RICARDO DE JESUS RODRIGUES:02005636703
Dados: 2025.03.17 13:48:04 -03'00'
RICARDO DE JESUS RODRIGUES - CPF: 02005636703
Assinado de forma digital por MARCIA ELIANE DAN:87345102734
Dados: 2025.03.18 14:03:16 -03'00'
MARCIA ELIANE DAN:87345102734
DAN ENGENHARIA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA - CPF/CNPJ: 04431942000185

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, podendo sua conferência ser realizada no site do CREA.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creaes.org.br ou www.confrea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.creaes.org.br
tel: (27)3134-0046

creaes@creaes.org.br
art@creaes.org.br



CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo

Valor ART: R\$ 103,03

Registrada em: 17/03/2025

Data de pagamento: 17/03/2025

Valor Pago: R\$ 103,03

Nosso Número: 3632840000099719



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do ES

Página 1/1

ART de Obra ou Serviço

0820250076944

ART Individual

1. Responsável Técnico

GABRIEL DA SILVA FIGUEIREDO

Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

Empresa contratada: **SERVIÇO AUTÔNOMO**

RNP: **0821023667**

Registro: **ES-055182/D**

Registro: **999999**



2. Dados do Contrato

Contratante: **DAN ENGENHARIA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA**

CPF/CNPJ: **04431942000185**

Rua: **RUA JOAQUIM LEOPOLDINO LOPES**

Nº:

Complemento:

CEP: **29045580**

Cidade: **VITÓRIA**

UF: **ES**

Bairro: **CONSOLAÇÃO**

Telefone:

Contrato:

Nº do Aditivo: **0**

Valor do Contrato/Honorários: **R\$5.076,00**

Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA**

3. Dados da Obra/Serviço

Rua: **RUA HORTÊNCIA**

Nº:

Complemento:

Bairro: **SÃO MARCOS**

Quadra Lote

Cidade: **ARACRUZ**

UF: **ES**

CEP: **29190700**

Data de início: **12/04/2025**

Prev. Término: **13/04/2025**

Coord. Geogr.:

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ**

CPF/CNPJ: **27142702000166**

4. Atividade Técnica

Qtde de Pavimento(s): **0**

Nº Pavimento(s): **0**

Dimensão/Quantidade: **46,8**

Unidade de medida: **M**

ATIVIDADE(S) TÉCNICA(S): **37 - 8.2 - SERVIÇOS TÉCNICOS**

PARTICIPAÇÃO:

NATUREZA: **100 - RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

NÍVEL: **104 - EXECUÇÃO**

NATUREZA DO(S) SERVIÇO(S): **5107 - SONDAGEM GEOLOGICA/GEOTÉCNICA**

TIPO DA OBRA/SERVIÇO: **201 - SONDAGEM**

PROJETO(S)/SERVIÇO(S): **100 - NENHUM**

Após a conclusão das atividades técnicas, o profissional deverá proceder a baixa desta ART.

5. Observações

FORAM EXECUTADOS 04 (QUATRO) FUIROS DE SONDAGEM A PERCUSSÃO TIPO SPT, SEGUINDO A NBR 6484 DA ABNT, TOTALIZANDO 46,80 METROS. LOCALIZADO: RUA HORTÊNCIA S/N, SÃO MARCOS, ARACRUZ-ES

6. Declarações

Profissional

MARCIA ELIANE

Assinado de forma digital por
MARCIA ELIANE

DAN:87345102734

Dados: 2025.04.15 10:01:06 -03'00'

Acessibilidade: <declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.>

7. Entidade de classe

Não informado

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

Local _____ de _____ de _____
Data

GABRIEL DA SILVA FIGUEIREDO - CPF: 14962248766
MARCIA ELIANE
Assinado de forma digital por MARCIA ELIANE
DAN:87345102734
Dados: 2025.04.15 10:00:54 -03'00'

DAN:87345102734
DAN ENGENHARIA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA - CPF/CNPJ:
04431942000185

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, podendo sua conferência ser realizada no site do CREA.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creaes.org.br ou www.confrea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.creaes.org.br
tel: (27)3134-0046

creaes@creaes.org.br
art@creaes.org.br



CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e
Agronomia do Espírito Santo

Valor ART: R\$ 103,03

Registrada em: 14/04/2025

Data de pagamento: 14/04/2025

Valor Pago: R\$ 103,03

Nosso Número: 36328400000107664



Documento assinado digitalmente

GABRIEL DA SILVA FIGUEIREDO

Data: 15/04/2025 07:50:36-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do ES

CREA-ES

Página 1/1

ART de Obra ou Serviço

0820250120833

ART de Equipe

1. Responsável Técnico

RAFAELA FIORESE VINCO

Título profissional: **ENGENHEIRO MECÂNICO**

RNP: 0817016295

Registro: ES-043232/D

Empresa contratada: DAN ENGENHARIA PROJETOS E CONSULTORIA
LTDA

Registro: 5944



2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ**

CPF/CNPJ: 27142702000166

Rua: AVENIDA MOROBÁ

Nº: 20

Complemento:

CEP: 29192733

Cidade: ARACRUZ

UF: ES

Bairro: MOROBÁ

Telefone: 2732707352

Contrato:

Nº do Aditivo: 0

Valor do Contrato/Honorários: R\$0,00

Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA

3. Dados da Obra/Serviço

Rua: R FLOR DO CAMPO COM AS RUAS PRÍMOLA, HORTÊNCIA E FLOR DE MAI

Nº: S/N

Complemento:

Bairro: SÃO MARCOS

Quadra Lote

Cidade: ARACRUZ

UF: ES

CEP: 29190700

Data de início: 15/05/2025

Prev. Término: 31/07/2025

Coord. Geogr.: ,

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ

CPF/CNPJ: 27142702000166

4. Atividade Técnica

Qtde de Pavimento(s): 0

Nº Pavimento(s): 0

Dimensão/Quantidade: 603,01

Unidade de medida: M2

ATIVIDADE(S) TÉCNICA(S): 37 - 8.2 - SERVIÇOS TÉCNICOS

PARTICIPAÇÃO:

NATUREZA: 100 - RESPONSABILIDADE TÉCNICA

NÍVEL: 104 - EXECUÇÃO

NATUREZA DO(S) SERVIÇO(S): 1101 - EDIFICAÇÕES

TIPO DA OBRA/SERVIÇO: 108 - EDIFICAÇÃO FINS HOSPITALARES, 112 - EDIFICAÇÃO FINS SERVIÇOS PÚBLICOS

PROJETO(S)/SERVIÇO(S): 100 - NENHUM

Após a conclusão das atividades técnicas, o profissional deverá proceder a baixa desta ART.

5. Observações

LABORAÇÃO DE MEMORIAL DESCRITIVO PARA COMPLEMENTAÇÃO DA ETAPA DE ANTEPROJETO, CONTEMPLANDO AS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DAS INSTALAÇÕES DE CLIMATIZAÇÃO, VENTILAÇÃO E EXAUSTÃO MECÂNICA, BEM COMO ESTIMATIVA DE QUANTITATIVOS PARA A CONTRATAÇÃO INTEGRADA DE EMPRESA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA E EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL-CAPSI (CONTR.072/2022-PMAXDAN ENGENHARIA)

6. Declarações

Profissional

Contratante

Acessibilidade: <declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.>

7. Entidade de classe

NENHUMA ENTIDADE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

_____, de _____ de _____
Local Data

RAFAELA FIORESE VINCO - CPF: 12912762707

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ - CPF/CNPJ: 27142702000166

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, podendo sua conferência ser realizada no site do CREA.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creaes.org.br ou www.confes.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.creaes.org.br
tel: (27)3134-0046

creaes@creaes.org.br
art@creaes.org.br



CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e
Agronomia do Espírito Santo

Valor ART: R\$ 103,03

Registrada em: 10/06/2025

Data de pagamento: 10/06/2025

Valor Pago: R\$ 103,03

Nosso Número: 36328400000120002

Documento assinado digitalmente



RAFAELA FIORESE VINCO

Data: 10/06/2025 11:42:42-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do ES

CREA-ES

Página 1/1

ART de Obra ou Serviço

0820250120846

ART Individual

1. Responsável Técnico

ANA CLAUDIA FIORESE VINCO

Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP: 0809949482

Registro: ES-026038/D

Empresa contratada: DAN ENGENHARIA PROJETOS E CONSULTORIA
LTDA

Registro: 5944



2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ**

CPF/CNPJ: 27142702000166

Rua: AVENIDA MOROBÁ

Nº: 20

Complemento:

CEP: 29192733

Cidade: ARACRUZ

UF: ES

Bairro: MOROBÁ

Telefone: 2732707352

Contrato:

Nº do Aditivo: 0

Valor do Contrato/Honorários: R\$0,00

Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA

3. Dados da Obra/Serviço

Rua: R FLOR DO CAMPO COM AS RUAS PRÍMOLA, HORTÊNCIA E FLOR DE MAI

Nº: S/N

Complemento:

Bairro: SÃO MARCOS

Quadra Lote

Cidade: ARACRUZ

UF: ES

CEP: 29190700

Data de início: 15/05/2025

Prev. Término: 31/07/2025

Coord. Geogr.: ,

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ

CPF/CNPJ: 27142702000166

4. Atividade Técnica

Qtde de Pavimento(s): 1

Nº Pavimento(s): 1

Dimensão/Quantidade: 603,01

Unidade de medida: M2

ATIVIDADE(S) TÉCNICA(S): 59 - 23.1 - ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTO

PARTICIPAÇÃO:

NATUREZA: 100 - RESPONSABILIDADE TÉCNICA

NÍVEL: 104 - EXECUÇÃO

NATUREZA DO(S) SERVIÇO(S): 1101 - EDIFICAÇÕES

TIPO DA OBRA/SERVIÇO: 108 - EDIFICAÇÃO FINS HOSPITALARES, 115 - EDIFICAÇÕES OUTRAS FINALIDADES

PROJETO(S)/SERVIÇO(S): 100 - NENHUM

Após a conclusão das atividades técnicas, o profissional deverá proceder a baixa desta ART.

5. Observações

ELABORAÇÃO DE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA COM ESTIMATIVA DO VALOR PARA A CONTRATAÇÃO INTEGRADA DE EMPRESA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA E EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL 2 CAPSI, LOCALIZADO NA RUA FLOR DO CAMPO COM AS RUAS PRÍMOLA, HORTÊNCIA E FLOR DE MAIO, NO BAIRRO SÃO MARCOS, ARACRUZ/ES (CONTR.072/2022-PMAXDAN ENGENHARIA)

6. Declarações

Profissional

Contratante

Acessibilidade: <declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.>

7. Entidade de classe

NENHUMA ENTIDADE

8.A:

Documento assinado digitalmente

Declaro:

ANA CLAUDIA FIORESE VINCO

Data: 10/06/2025 11:43:07-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

L

ANA CLAUDIA FIORESE VINCO - CPF: 11574051776

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ - CPF/CNPJ: 27142702000166

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, podendo sua conferência ser realizada no site do CREA.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creaes.org.br ou www.confes.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.creaes.org.br
tel: (27)3134-0046

creaes@creaes.org.br
art@creaes.org.br



CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e
Agronomia do Espírito Santo

Valor ART: R\$ 103,03

Registrada em: 10/06/2025

Data de pagamento: 10/06/2025

Valor Pago: R\$ 103,03

Nosso Número: 36328400000120001



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do ES

CREA-ES

Página 1/1

ART de Obra ou Serviço

0820250120877

ART Individual

1. Responsável Técnico

DEIVID MATHIAS DAS NEVES

Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

Empresa contratada: **SERVIÇO AUTÔNOMO**

RNP: **0822454513**

Registro: **ES-058079/D**

Registro: **999999**



2. Dados do Contrato

Contratante: **DAN ENGENHARIA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA**

Rua: **RUA JOAQUIM LEOPOLDINO LOPES**

Complemento:

Cidade: **VITÓRIA**

UF: **ES**

Telefone: **2732298777**

Contrato:

Nº do Aditivo: **0**

Valor do Contrato/Honorários: **R\$0,00**

Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA**

CPF/CNPJ: **04431942000185**

Nº: **370**

CEP: **29045580**

Bairro: **CONSOLAÇÃO**

3. Dados da Obra/Serviço

Rua: **R FLOR DO CAMPO COM AS RUAS PRÍMOLA, HORTÊNCIA E FLOR DE MAI**

Nº: **S/N**

Complemento:

Bairro: **SÃO MARCOS**

Quadra **Lote**

Cidade: **ARACRUZ**

UF: **ES**

CEP: **29190700**

Data de início: **15/05/2025**

Prev. Término: **31/07/2025**

Coord. Geogr.: ,

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ**

CPF/CNPJ: **27142702000166**

4. Atividade Técnica

Qtde de Pavimento(s): **0**

Nº Pavimento(s): **0**

Dimensão/Quantidade: **603,01**

Unidade de medida: **M2**

ATIVIDADE(S) TÉCNICA(S): **35 - 5.1 - ELABORAÇÃO DE PROJETO**

PARTICIPAÇÃO:

NATUREZA: **103 - AUTORIA**

NÍVEL: **104 - EXECUÇÃO**

NATUREZA DO(S) SERVIÇO(S): **1101 - EDIFICAÇÕES**

TIPO DA OBRA/SERVIÇO: **108 - EDIFICAÇÃO FINS HOSPITALARES, 112 - EDIFICAÇÃO FINS SERVIÇOS PÚBLICOS**

PROJETO(S)/SERVIÇO(S): **18 - OUTROS PROJETOS/SERVIÇOS**

Após a conclusão das atividades técnicas, o profissional deverá proceder a baixa desta ART.

5. Observações

ELABORAÇÃO DE MEMORIAL DESCRITIVO PARA COMPLEMENTAÇÃO DA ETAPA DE ANTEPROJETO, CONTEMPLANDO AS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DAS INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS, DE DRENAGEM PLUVIAL, DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E DE GÁS GLP, BEM COMO ESTIMATIVA DE QUANTITATIVOS P/ A CONTRATAÇÃO INTEGRADA DE EMPRESA P/ A ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA E EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL-CAPSI (CONTR.072/2022-PMAXDAN ENGENHARIA)

6. Declarações

Acessibilidade: <declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.>

7. Entidade de classe

NENHUMA ENTIDADE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

Local _____ de _____ de _____
Data _____

DEIVID MATHIAS DAS NEVES - CPF: 15093886726
MARCIA ELIANE DAN:87345102734 Assinado de forma digital por MARCIA ELIANE DAN:87345102734
Dados: 2025.06.10 14:03:35 -03'00'

DAN ENGENHARIA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA - CPF/CNPJ:
04431942000185

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, podendo sua conferência ser realizada no site do CREA.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creaes.org.br ou www.confes.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.creaes.org.br
tel: (27)3134-0046

creaes@creaes.org.br
art@creaes.org.br



CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e
Agronomia do Espírito Santo

Valor ART: R\$ 103,03

Registrada em: 10/06/2025

Data de pagamento: 10/06/2025

Valor Pago: R\$ 103,03

Nosso Número: 36328400000120013

Documento assinado digitalmente



DEIVID MATHIAS DAS NEVES
Data: 10/06/2025 13:08:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



1. Responsável Técnico

ARTHUR DEPOLLO FERREIRA

Título profissional: ENGENHEIRO ELETRICISTA

RNP: 0819945412

Registro: ES-052884/D

Empresa contratada: DAN ENGENHARIA PROJETOS E CONSULTORIA
LTDA

Registro: 5944



2. Dados do Contrato

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ

CPF/CNPJ: 27142702000166

Rua: AVENIDA MOROBÁ

Nº: 20

Complemento:

CEP: 29192733

Cidade: ARACRUZ

UF: ES

Bairro: MOROBÁ

Telefone:

Contrato:

Nº do Aditivo: 0

Valor do Contrato/Honorários: R\$0,00

Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA

3. Dados da Obra/Serviço

Rua: R FLOR DO CAMPO COM AS RUAS PRÍMOLA, HORTÊNCIA E FLOR DE MAI

Nº: S/N

Complemento:

Bairro: SÃO MARCOS

Quadra Lote

Cidade: ARACRUZ

UF: ES

CEP: 29190700

Data de início: 15/05/2025

Prev. Término: 31/07/2025

Coord. Geogr.:

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ

CPF/CNPJ: 27142702000166

4. Atividade Técnica

Qtde de Pavimento(s): 0

Nº Pavimento(s): 0

Dimensão/Quantidade: 603,01

Unidade de medida: M2

ATIVIDADE(S) TÉCNICA(S): 35 - 5.1 - ELABORAÇÃO DE PROJETO

PARTICIPAÇÃO:

NATUREZA: 103 - AUTORIA

NÍVEL: 104 - EXECUÇÃO

NATUREZA DO(S) SERVIÇO(S): 1101 - EDIFICAÇÕES

TIPO DA OBRA/SERVIÇO: 108 - EDIFICAÇÃO FINS HOSPITALARES, 112 - EDIFICAÇÃO FINS SERVIÇOS PÚBLICOS

PROJETO(S)/SERVIÇO(S): 18 - OUTROS PROJETOS/SERVIÇOS

Após a conclusão das atividades técnicas, o profissional deverá proceder a baixa desta ART.

5. Observações

ELABORAÇÃO DE MEMORIAL DESCRITIVO PARA COMPLEMENTAÇÃO DA ETAPA DE ANTEPROJETO, CONTEMPLANDO AS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, DE CABEAMENTO ESTRUTURADO, SEGURANÇA (ALARME E CFTV) E ANTENA DE TV, BEM COMO ESTIMATIVA DE QUANTITATIVOS PARA A CONTRATAÇÃO INTEGRADA DE EMPRESA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA E EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL-CAPSI (CONTR.072/2022-PMAXDAN ENGENHARIA)

6. Declarações

Profissional

MARCIA ELIANE

Assinado de forma digital por

DAN:87345102734

MARCIA ELIANE DAN:87345102734

Acessibilidade: <declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.>

7. Entidade de classe

NENHUMA ENTIDADE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

Local de Data

ARTHUR DEPOLLO FERREIRA - CPF: 15092706716

MARCIA ELIANE DAN:87345102734 Assinado de forma digital por MARCIA ELIANE DAN:87345102734

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ - CPF/CNPJ: 27142702000166

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, podendo sua conferência ser realizada no site do CREA.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creaes.org.br ou www.confrea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.creaes.org.br
tel: (27)3134-0046

creaes@creaes.org.br
art@creaes.org.br



CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e
Agronomia do Espírito Santo

Valor ART: R\$ 103,03

Registrada em: 10/06/2025

Data de pagamento: 10/06/2025

Valor Pago: R\$ 103,03

Nosso Número: 36328400000120012

Documento assinado digitalmente



ARTHUR DEPOLLO FERREIRA

Data: 10/06/2025 12:03:45-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



1. Responsável Técnico

VINICIUS MONTEIRO UBALDINO

Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP: 0804588635

Registro: ES-015226/D

Empresa contratada: SUSTENTARE CONSULTORIA EM GEOTECNIA E MEIO AMBIENTE LTDA

Registro: 18018



2. Dados do Contrato

Contratante: **DAN ENGENHARIA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA**

CPF/CNPJ: 04431942000185

Rua: RUA JOAQUIM LEOPOLDINO LOPES

Nº: 370

Complemento:

CEP: 29045580

Cidade: VITÓRIA

UF: ES

Bairro: CONSOLAÇÃO

Telefone:

Contrato:

Nº do Aditivo: 0

Valor do Contrato/Honorários: R\$0,00

Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA

3. Dados da Obra/Serviço

Rua: R FLOR DO CAMPO COM AS RUAS PRÍMOLA, HORTÊNCIA E FLOR DE MAI

Nº: S/N

Complemento:

Bairro: SÃO MARCOS

Quadra Lote

Cidade: ARACRUZ

UF: ES

CEP: 29190700

Data de início: 15/05/2025

Prev. Término: 31/07/2025

Coord. Geogr.: ,

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ

CPF/CNPJ: 27142702000166

4. Atividade Técnica

Qtde de Pavimento(s): 0

Nº Pavimento(s): 0

Dimensão/Quantidade: 603,01

Unidade de medida: M2

ATIVIDADE(S) TÉCNICA(S): 35 - 5.1 - ELABORAÇÃO DE PROJETO

PARTICIPAÇÃO:

NATUREZA: 103 - AUTORIA

NÍVEL: 104 - EXECUÇÃO

NATUREZA DO(S) SERVIÇO(S): 1101 - EDIFICAÇÕES

TIPO DA OBRA/SERVIÇO: 108 - EDIFICAÇÃO FINS HOSPITALARES, 115 - EDIFICAÇÕES OUTRAS FINALIDADES

PROJETO(S)/SERVIÇO(S): 18 - OUTROS PROJETOS/SERVIÇOS

Após a conclusão das atividades técnicas, o profissional deverá proceder a baixa desta ART.

5. Observações

ELABORAÇÃO DE MEMORIAL DESCRITIVO PARA COMPLEMENTAÇÃO DA ETAPA DE ANTEPROJETO, CONTEMPLANDO AS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DE ESTRUTURAS, FUNDAÇÕES E CONTENÇÕES, BEM COMO ESTIMATIVA DE QUANTITATIVOS PARA A CONTRATAÇÃO INTEGRADA DE EMPRESA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA E EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL 2 CAPSI S (CONTR.072/2022-

6. Declarações

Acessibilidade: <declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.>

7. Entidade de classe

SINTEC - SINDICATO DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

Local, de de

VINICIUS MONTEIRO UBALDINO - CPF: 82518874100

MARCIA ELIANE DAN:87345102734

DAN ENGENHARIA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA - CPF/CNPJ: 04431942000185

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, podendo sua conferência ser realizada no site do CREA.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creaes.org.br ou www.confrea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.creaes.org.br
tel: (27)3134-0046

creaes@creaes.org.br
art@creaes.org.br



CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo

Valor ART: R\$ 103,03

Registrada em: 10/06/2025

Data de pagamento: 10/06/2025

Valor Pago: R\$ 103,03

Nosso Número: 36328400000120046

**Registro de Responsabilidade Técnica - RRT****1. RESPONSÁVEL TÉCNICO**

Nome Civil/Social: EMILY REIS RAZER
Título Profissional: Arquiteto(a) e Urbanista

CPF: 147.XXX.XXX-45
Nº do Registro: 00A1421514

2. DETALHES DO RRT

Nº do RRT: SI15679590R01CT001
Data de Cadastro: 11/06/2025
Data de Registro: 11/06/2025

Modalidade: RRT SIMPLES
Forma de Registro: RETIFICADOR
Forma de Participação: INDIVIDUAL

2.1 Valor do RRT

DOCUMENTO ISENTO DE PAGAMENTO

3. DADOS DO SERVIÇO/CONTRATANTE**3.1 Serviço 001**

Contratante: DAN ENGENHARIA PROJETO E CONSULTORIA LTDA
Tipo: Pessoa Jurídica de Direito Privado
Valor do Serviço/Honorários: R\$1,00

CPF/CNPJ: 04.XXX.XXX/0001-85
Data de Início: 08/06/2025
Data de Previsão de Término: 31/12/2025

3.1.1 Endereço da Obra/Serviço

País: Brasil
Tipo Logradouro: RUA
Logradouro: HORTÊNCIA
Bairro: SÃO MARCOS

CEP: 29190700
Nº: S/N
Complemento:
Cidade/UF: ARACRUZ/ES

3.1.2 Atividade(s) Técnica(s)

Grupo: PROJETO
Atividade: 1.1.2 - Projeto arquitetônico

Quantidade: 603,01
Unidade: metro quadrado

3.1.3 Tipologia

Tipologia: Assistencial

3.1.4 Descrição da Obra/Serviço

Elaboração de anteprojeto de arquitetura com memorial descritivo incluindo diretrizes para impermeabilização e sinalização/comunicação visual, contemplando as necessidades específicas de estruturas, fundações e contenções, bem como estimativa de quantitativos para a Contratação Integrada de empresa para a elaboração de projetos básicos e executivos de arquitetura e engenharia e execução da obra de construção do Centro de Atenção Psicossocial Infante Juvenil - CAPSi, localizado na Rua Flor do Campo com as ruas Prímola, Hortência e Flor de Maio, no bairro São Marcos, Aracruz/ES;



3.1.5 Declaração de Acessibilidade

Declaro o atendimento às regras de acessibilidade previstas em legislação e em normas técnicas pertinentes para as edificações abertas ao público, de uso público ou privativas de uso coletivo, conforme § 1º do art. 56 da Lei nº 13146, de 06 de julho de 2015.

4. RRT VINCULADO POR FORMA DE REGISTRO

Nº do RRT	Contratante	Forma de Registro	Data de Registro
SI15679590R01CT001	DAN ENGENHARIA PROJETO E CONSULTORIA LTDA	RETIFICADOR	11/06/2025

5. DECLARAÇÃO DE VERACIDADE

Declaro para os devidos fins de direitos e obrigações, sob as penas previstas na legislação vigente, que as informações cadastradas neste RRT são verdadeiras e de minha responsabilidade técnica e civil.

6. ASSINATURA ELETRÔNICA

Documento assinado eletronicamente por meio do SICCAU do arquiteto(a) e urbanista EMILY REIS RAIZER, registro CAU nº 00A1421514, na data e hora: 2025-06-11 09:10:00, com o uso de login e de senha. O **CPF/CNPJ** está oculto visando proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural (**LGPD**).





PREFEITURA DE
ARACRUZ



Prefeitura de Aracruz | Secretaria de Administração e Recursos Humanos - SEMAD | (27) 3270-7050 | 0800-283-9263 | www.aracruz.es.gov.br

Processo: 22464/2025 | Autor: ISIS CRUZ MEIRA QUINONEZ

FOLHA DE DESPACHO

À GABINETE DA SECRETÁRIA DE SAÚDE

Segue para providências.

Em 11 de junho de 2025

Estefanie dos Santos Tavares

SERVIDOR



Autenticar documento em <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 33003900390030003200350033003A005400, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

fls. 252

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 33003900390030003200350033003A005400

Assinado eletronicamente por **Estefanie dos Santos Tavares** em 11/06/2025 18:02

Checksum: **E5C5949EF2AD3056D376969BC0D8D450FA5F28B540B5C88E46099E2090610C**



Processo: 22464/2025 | Autor: ISIS CRUZ MEIRA QUINONEZ

FOLHA DE DESPACHO

À SUPRIMENTOS

Trata-se de procedimento cuja finalidade é a contratação de empresa de engenharia para a execução dos serviços de construção da obra da Obra de Construção do CAPS Infantil, no Bairro São Marcos, Município de Aracruz, conforme proposta aprovada junto ao Ministério da Saúde N° 10429.2530001/24-00.

O presente Processo foi instruído com I. Estudo Técnico Preliminar - E.Doc 5.2; II. Ante Projeto - E.Doc 5.4; III. Orçamento - E.Doc 5.7; IV. ART de Obra ou Serviço - E. Doc 5.11; a fim de amparar a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade de construção do referido estabelecimento.

Ocorre que o presente Procedimento necessitou de ser submetido à adequações técnicas para atender o melhor interesse da Secretaria de Saúde, bem como trazer maior segurança jurídica à continuidade da contratação pretendida.

Nesse raciocínio, toda a elaboração, acréscimo e/ou decréscimos efetuados nos documentos que instruem os autos tiveram, como amparo, o conhecimento e expertise da equipe técnica da Secretaria Municipal de Obras - SEMOB, que detêm habilidade para a melhor elaboração acerca dos parâmetros indispensáveis à contratação pretendida.

Desta forma, ***esta Secretária de Saúde manifesta pelo prosseguimento desta contratação***, com base nos documentos instrutórios, conforme E. Docs E.Doc 5.2; E.Doc 5.4; E.Doc 5.7 e E. Doc 5.11.

Em 12 de junho de 2025

ROSIANE SCARPATT TOFFOLI

SERVIDOR



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 33003900390030003200360032003A005400

Assinado eletronicamente por **ROSIANE SCARPATT TOFFOLI** em 12/06/2025 09:18

Checksum: **698E98D6BF5957383F05E8C7325E391A5FA75251EBD0EF3511F20A5C19CFFE2E**





PREFEITURA DE
ARACRUZ



Prefeitura de Aracruz

Secretaria de Administração e Recursos Humanos - SEMAD | (27) 3270-7050 | 0800-283-9263 | www.aracruz.es.gov.br

Processo: 22464/2025 | Autor: ISIS CRUZ MEIRA QUINONEZ

FOLHA DE DESPACHO

À COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Prezados colegas e membros da equipe de apoio,

A presente agente de contratação, membro desta Comissão de Contratação, no exercício de suas atribuições legais, informa que, no que se refere à licitação pretendida, todas as questões de natureza técnica e orçamentária, bem como o atendimento à legislação aplicável às obras e serviços de engenharia, são de responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras, unidade técnica incumbida da elaboração da fase interna do certame. Ressalta-se que a análise, definição e validação dos elementos técnicos e legais indispensáveis à contratação — tais como anteprojeto, ARTs, memoriais descritivos, planilha orçamentárias, entre outros —, assim como a observância das normas pertinentes, especialmente aquelas previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais regulamentações aplicáveis, são de competência exclusiva da referida Secretaria. Dessa forma, esta Comissão atuará em conformidade com suas atribuições legais, limitando-se aos aspectos procedimentais e formais da condução da licitação, com base nos documentos e informações fornecidos pela área demandante e pela Secretaria Municipal de Obras. Por fim, encaminham-se os autos para análise e prosseguimento do feito no que tange aos procedimentos afetos à licitação, considerando as ressalvas supracitadas.

Atenciosamente,

Em 12 de junho de 2025

JOYCE CAROLINE DA FONSECA

SERVIDOR



Autenticar documento em <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 33003900390030003400340039003A005400, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

fls. 256

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 33003900390030003400340039003A005400

Assinado eletronicamente por **JOYCE CAROLINE DA FONSECA** em **12/06/2025 10:04**

Checksum: **ED6B9A1634193A0E341A93C2B63E9B54BAB047E18E33FE006A7EECA020B0DD14**





PREFEITURA DE
ARACRUZ



Prefeitura de Aracruz

Secretaria de Administração e Recursos Humanos - SEMAD | (27) 3270-7050 | 0800-283-9263 | www.aracruz.es.gov.br

Processo: 22464/2025 | Autor: ISIS CRUZ MEIRA QUINONEZ

FOLHA DE DESPACHO

À PROCURADORIA GERAL

Com base nas informações e documentações anexadas pela Secretaria Municipal de Obras. Segue processo para análise e parecer jurídico.

Em 12 de junho de 2025

THAIS TRIVILIM DE PAULA

SERVIDOR



Autenticar documento em <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 33003900390030003500330033003A005400, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

fls. 258

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 33003900390030003500330033003A005400

Assinado eletronicamente por **THAIS TRIVILIM DE PAULA** em 12/06/2025 10:09

Checksum: **EEDD03F004EC9C49602D6FDE26A06405407655B3A13A67AC370FCBCD6114E1D9**



PORTARIA N.º 20.581, DE 15/05/2025.

DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOREM AS COMISSÕES RESPONSÁVEIS PELAS MODALIDADES DE LICITAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NOS TERMOS DO ART. 7º E 8º DA LEI FEDERAL N.º 14.133, de 01/04/2021 E DA LEI MUNICIPAL N.º 4.606, de 22/06/2023, CONFORME PROCESSO ELETRÔNICO N.º 1241/2025; RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores, abaixo relacionados, para Comporem as Comissões responsáveis pelas modalidades de Licitação constantes no artigo 28 e nos procedimentos auxiliares descritos nos incisos de I a IV, do artigo 78, ambos da Lei Federal n.º 14.133/2021, junto a Secretaria de Saúde - SEMSA, conforme segue:

I - Comissão para a Modalidade de Licitação: Pregão com ou sem Registro de Preços, bem como os procedimentos de Dispensa Eletrônica.

a) Comissão Única:

NOME	MATRÍCULA	VÍNCULO	FUNÇÃO
Thais Trivilim de Paula Farage	40.611	Comissionado	Agente de Contratação
Joyce Caroline da Fonseca	40.704	Comissionado	Membro
Yuri Musso Gramacho Batista	33.404	Efetivo	Membro
Ana Maria Sibien Musso	33.401	Efetivo	Membro
Juliana Estan Graziotti	22.097	Efetivo	Membro
Murilo dos Santos Campagnaro	40.383	Comissionado	Membro

II - Comissão para as modalidades de Licitação: Concorrência com ou sem Registro de Preços, concurso e diálogo competitivo, bem como dos procedimentos auxiliares das Licitações: credenciamento, pré-qualificação, procedimento de manifestação de interesse.

a) Comissão Única:

NOME	MATRÍCULA	VÍNCULO	FUNÇÃO
Joyce Caroline da Fonseca	40.704	Comissionado	Agente de Contratação
Maria Luiza D. Oliveira	40.412	Comissionado	Membro
Anilda Evangelista de Souza	40.384	Comissionado	Membro
Patrick da Silva Oliveira	33.517	Efetivo	Membro
Miguel Martins da Silva	37.442	Efetivo	Membro
Neemias Mercier Loureiro	360	Efetivo	Membro
Juliana Estan Graziotti	22.097	Efetivo	Membro

§ 1º No caso de ausências ou impedimentos do Agente de Contratação designado, poderá haver substituição pelos membros de cada Comissão, a ser definido através de Portaria, pelo Secretário de Saúde - SEMSA, no momento da emissão do Edital.

§ 2º Nos meses em que houver substituição, será devida ao membro substituto somente o valor da gratificação de maior valor, não havendo acumulação de valores.

Art. 2º O Agente de Contratação designado, nos termos desta portaria, deverá ainda observar, no desempenho das suas funções, os regulamentos atuais e que vierem a ser aprovados e promulgados, pelo Poder Executivo Municipal, e que serão recepcionados por esta portaria.

Art. 3º Integram o rol de atribuições do Agente de Contratação a tomada de decisões, o acompanhamento do trâmite da licitação, o impulsionamento do procedimento licitatório e a execução de quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação e das contratações diretas caso seja demandado, incluindo a solicitação de emissão de pareceres técnicos e jurídicos, para subsidiar as suas decisões.

§ 1º O Agente de Contratação convocará os membros da equipe de apoio, quando necessário, e delegará as atribuições para o regular desenvolvimento das licitações e contratações desta Prefeitura Municipal.

§ 2º O Agente de Contratação poderá convocar servidores públicos efetivos, que possuam conhecimento técnico acerca do objeto da licitação, para auxiliarem em atos dos certames.

Art. 4º Os servidores nomeados nos incisos I e II do artigo 1º, para comporem as Comissões de Licitação, com base na Lei Federal n.º 14.133/2021, deverão operar também os procedimentos iniciados através das Leis Federais n.º 8.666/1993 e 10.520/2002, até o encerramento total dos procedimentos.

Parágrafo único. Os servidores nomeados para comporem as Comissões de Licitação, conforme "caput" do artigo, deverão cumprir a carga horária diária mínima de 08 horas, conforme o § 5º do artigo 28 da Lei Municipal n.º 4.406/2023.

Art. 5º Ficam revogadas as Portarias nº 20.448 de 24/01/2025 e 20.497 de 26/02/2025.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 15 de maio de 2025.

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito de Aracruz

Protocolo 1554056

PORTARIA N.º 20.585, DE 19/05/2025.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS PARA COMPOREM ÓRGÃOS PERMANENTES DE COLEGIADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES

MINUTA EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº S0XX/2024

O MUNICÍPIO DE ARACRUZ, Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria Saúde, doravante denominada SEMSA, torna público, para conhecimento dos interessados que realizará licitação, conforme autorização contida no processo nº 22.464/2025, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, a se processar de forma **ELETRÔNICA**, do tipo **menor preço**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, NO REGIME DE CONTRATAÇÃO INTEGRADA, PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO, PROJETO EXECUTIVO DE ENGENHARIA, E EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DO CAPS INFANTIL**, na forma de execução indireta, sob regime de empreitada por preço unitário. O procedimento licitatório será regido pela Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 43.364/2023 e, no que couber, à Lei complementar no 123 de 14 de dezembro de 2006, bem como demais legislações aplicáveis à matéria e, de acordo com o disposto no presente Edital e respectivos anexos, que dele passam a fazer parte integrante para todos os efeitos, independentemente de transcrição, e será realizado pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº. 20.581/2025

ID CIDADES/TCEES: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

INÍCIO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: xx/xx/2025

LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: xx/xx/2025 às 08h00min

ABERTURA DAS PROPOSTAS: xx/xx/2025 às 08h00min

ABERTURA DA SESSÃO E INÍCIO DA DISPUTA: xx/xx/2025 às 09h00min

Local: NA PLATAFORMA BLL – <http://bll.org.br>

A obra prevista neste Edital e seus anexos, dele sendo partes integrantes, serão executados de acordo com as especificações e quantitativos estimados, constantes dos documentos a seguir mencionados, independente de suas transcrições totais ou parciais, e deverão ser rigorosamente obedecidos na apresentação da documentação e elaboração das propostas:

- Anexo I - Termo de Referência;
- Anexo I A - Anteprojeto;
- Anexo I B - Memorial descritivo;
- Anexo I C - Levantamento Topográfico;
- Anexo I D - Relatório de Sondagem;
- Anexo II A - Resumo Orçamentário
- Anexo II B - Eventograma;
- Anexo III - Matriz de Risco;
- Anexo IV - Estudo Técnico Preliminar;

1. DO OBJETO E DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

1.1. O objeto do presente certame consiste na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, NO REGIME DE CONTRATAÇÃO INTEGRADA, PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO, PROJETO EXECUTIVO DE ENGENHARIA, E EXECUÇÃO DAS**

OBRAS E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DO CAPS INFANTIL, LOCALIZADA NA RUA HORTÊNCIA, S/Nº, BAIRRO SÃO MARCOS, NESTE MUNICÍPIO, conforme as especificações técnicas descritas no Termo de Referência, no Anteprojeto e nos respectivos anexos constantes no Edital de Concorrência.

1.2. A obra deverá ser executada na Rua Gabriel Pandolfi, s/n, Guaraná, Aracruz/ES.

1.3 A Contratada se obrigará a executar as obras e serviços empregando exclusivamente materiais de primeira qualidade e obedecendo rigorosamente aos Projetos, Normas e Especificações Técnicas, contidas neste Edital.

1.4. Poderá o Município de Aracruz, por meio da Secretaria de Obras, a seu critério, exigir a demolição e reconstrução de qualquer parte dos serviços, caso estes tenham sido executados com imperícia técnica ou em desacordo com o Projeto, Norma e Especificações próprias.

2. DO REGIME DE EXECUÇÃO, DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO, DO MODO DE DISPUTA

2.1. Os serviços objeto deste Edital serão executados sob a forma de CONTRATAÇÃO INTEGRADA A PREÇO GLOBAL, regime de EMPREITADA POR PREÇO, nos termos do art. 6º, inciso XXIX, da Lei 14.133/2021, uma vez que o pagamento ocorrerá com base no quantitativo realizado de cada item aferido pela fiscalização

2.2. O critério de julgamento será por MENOR PREÇO.

2.3. O modo de disputa será ABERTO.

3. DO VALOR ESTIMADO

3.1. O valor máximo estimado para a presente contratação é de **R\$ 4.335.920,72 (quatro milhões trezentos e trinta e cinco mil novecentos e vinte reais e setenta e dois centavos)**, conforme Planilha Orçamentária e Anteprojeto constantes dos Anexos deste Edital.

3.2. O Município de Aracruz pagará à contratada pela execução dos serviços os preços estabelecidos na planilha orçamentária apresentada pela vencedora desta licitação.

3.3. Nenhum preço proposto poderá ultrapassar o valor do preço unitário e global da planilha orçamentária anexa ao presente edital.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas para atender a esta licitação correrão à conta da dotação orçamentária na classificação abaixo:

Órgão: 25 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Ficha: 1079

Recurso: 1.601.0000.0000 – Recurso Oriundo do Ministério da Saúde, conforme proposta nº 10429.2530001/24-003.

Nat.: 4.4.90.51.00

Classificação: 10.302.0017.1.0042

5. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL

5.1. O Edital e os documentos que integram o Edital serão disponibilizados somente em mídia digital a serem retirados no sistema “BLL”, provido pela Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (<http://bll.org.br/>), bem como no endereço <http://www.pma.es.gov.br/licitacoes/>.

5.2. Somente a Comissão de Contratação da SEMSA, devidamente instituída, está autorizada a prestar, oficialmente, informações ou esclarecimentos a respeito desta licitação. As eventuais informações de outras fontes não deverão ser consideradas como oficiais.

6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

6.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

6.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial do Município e no sistema no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

6.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, em campo próprio do Sistema BLL no endereço eletrônico <http://bll.org.br/>, ou pelo e-mail: cms.contrato.saude@aracruz.es.gov.br, podendo ser anexados documentos digitalizados em formato “pdf”.

6.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

6.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

6.5. Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação de propostas.

6.6. Não serão conhecidas às impugnações, solicitações de esclarecimento e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar deste certame qualquer pessoa jurídica legalmente estabelecida no País, que atenda às exigências deste Edital e seus Anexos, que esteja devidamente credenciada, munida de chave de identificação e de senha, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que satisfaçam as condições deste Edital.

7.2. Estão impedidos de participar de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

7.2.1. Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

7.2.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

7.2.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

7.2.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

7.2.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

7.2.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

7.2.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

7.2.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

7.2.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

7.2.10. Consórcio ou grupo de firmas ou qualquer outra modalidade de interdependência entre firmas licitantes, já que não se trata de obra de grande vulto, tampouco inexistente qualquer complexidade técnica, o que acaba por permitir a participação de um maior número de interessados.

7.2.11. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

7.2.12. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

7.2.13. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

7.2.14. Sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

7.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que

possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. O impedimento de que trata o item 7.2.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

7.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 7.2.4 e 7.2.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

7.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

7.7. O disposto nos itens 7.2.4 e 7.2.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

7.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. A vedação de que trata o item 7.3 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

7.10. As empresas participantes deverão ter pleno conhecimento dos elementos constantes desta licitação, notadamente das condições gerais e particulares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da formulação da proposta e do integral cumprimento do Contrato.

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Os interessados em participar desta Concorrência deverão credenciar-se, previamente, no sistema “BLL”, provido pela Bolsa de Licitações do Brasil – BLL, por meio do sítio <http://bll.org.br/>.

8.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao Bolsa de Licitações do Brasil – BLL no endereço eletrônico <http://bll.org.br/cadastro/>, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

8.3. Os interessados em se credenciar na plataforma BLL poderão obter maiores informações na página <https://bllcompras.com/>, podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos da Plataforma ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

8.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua exclusiva responsabilidade, incluindo

qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Prefeitura Municipal de Aracruz/ES responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

8.5. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.6. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

8.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.8. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.9. O credenciamento junto à plataforma BLL implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

8.10. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

8.11. A licitação será conduzida pelo Agente de Contratação do Município de Aracruz/ES, com o suporte da equipe de apoio e o apoio técnico e operacional da plataforma BLL, que atuará como provedor do sistema eletrônico para a realização deste processo licitatório.

8.12. Ao realizar o registro da proposta de preços no Bolsa de Licitações do Brasil – BLL, o licitante deverá preencher em campo próprio declaração de conhecimento das condições do edital, da obrigação da reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social, atendendo às regras de acessibilidade, na forma do art. 93 da Lei nº 8.213/91.

8.13. Será assegurado, em conformidade com os art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, direito de preferência aos licitantes que invocarem a condição de Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), cujas propostas sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

09. DA COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS

9.1. A obtenção de benefícios dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação, conforme Anexo XII deste edital.

9.2. Os licitantes que invocarem a condição de microempresas ou empresas de pequeno porte para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e reproduzidos neste edital, deverão apresentar ainda os seguintes documentos.

9.3. Licitantes optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar nº 123/2006:

9.3.1. Comprovante de opção pelo Simples obtido no site do Ministério da Fazenda, (<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATBHE/ConsultaOptant.es.app/ConsultarOpcao.aspx>) ou do site do SINTEGRA (<http://www.sintegra.gov.br>), desde que o comprovante de fato ateste a opção pelo Simples.

9.3.2. Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos do § 4º do art. 3º da LC 123/2006, conforme modelo do ANEXO XII.

9.4. Licitantes não optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

9.4.1. Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 3º da LC 123/06;

9.4.2. Cópia da Declaração de Informação Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE;

9.4.3. Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

9.4.4. Cópia do contrato social e suas alterações;

9.5. Os documentos aos quais se refere este item somente deverão ser apresentados juntamente com os documentos de habilitação.

9.6. O licitante que invocar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte e não apresentar os documentos comprobatórios respectivos ficará impedido de licitar e de contratar com o Município de Aracruz, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, sem prejuízo das multas fixadas neste edital e das demais cominações legais.

9.7. Em caso de empresário ou sociedade empresária submetida ao registro obrigatório na Junta Comercial, fica dispensada a apresentação da cópia do contrato social e suas alterações, desde que seja apresentada a Certidão Simplificada da Junta Comercial da qual conste o enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, expedida em prazo não superior a 15 dias da data marcada para a abertura das propostas.

9.8. A licitante Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional que porventura venha a ser contratada deverá atender ao que dispõem os arts. 17, inciso XII, 30, inciso II e § 1º e 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, comunicando à Receita Federal, sendo o caso, no prazo legal, sua exclusão do Simples Nacional, sob pena de aplicação das sanções contratuais previstas e retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor.

9.9. A Licitante que não se enquadrar na condição de Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional na data da abertura da sessão pública de preços, deverá ser desclassificada da licitação, caso venha a se declarar para o certame como Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com o intuito de obter os

benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, sendo considerada declaração falsa, conforme art. 155, inc. VIII da Lei nº 14.133/2021, de modo a possibilitar a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Poder Público.

10. DA DISPUTA E DA CONDUÇÃO DO CERTAME

10.1. Os trabalhos serão conduzidos pelo Agente de Contratação, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos no seguinte endereço eletrônico: <http://bll.org.br>.

10.2. A abertura da sessão pública deste certame Eletrônico, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio eletrônico: <http://bll.org.br>.

10.3. A operacionalidade do Sistema se fará por meio do Portal: <http://bll.org.br>, junto ao qual as Licitantes deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

10.4. A participação na licitação, na forma eletrônica, se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado junto ao <http://bll.org.br>, e subsequente encaminhamento da PROPOSTA, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário estabelecidos neste Edital.

10.5. O encaminhamento da PROPOSTA pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico assumindo como firmes e verdadeiros sua PROPOSTA e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

10.6. Caberá ao Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do certame, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema eletrônico ou de sua desconexão.

10.7. Caberá ao licitante comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

10.8. Se ocorrer a desconexão do Agente de Contratação, no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos Licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

10.9. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão do certame Eletrônico será suspensa e terá reinício, com o aproveitamento dos atos anteriormente praticados, somente após comunicação expressa do Agente de Contratação aos participantes, através de mensagem eletrônica diretamente no Portal Eletrônico da Bolsa de Licitações Leilões do Brasil - BLL, através do endereço <https://bllcompras.com/>, divulgando data e hora da reabertura da sessão, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas.

10.10. No caso de desconexão, cada Licitante deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema eletrônico.

10.11. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação e os Licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, via Chat, em campo próprio do sistema eletrônico.

10.11.1. Não será aceito nenhum outro tipo de contato, como meio telefônico ou e-mail. Ressalta-se que, no ambiente eletrônico da sala de disputa, a permissão para envio de mensagem é dada somente ao Agente de Contratação.

10.12. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

10.13. Somente os Licitantes com propostas cadastradas participarão da fase de lances.

10.14. A desclassificação da PROPOSTA será sempre fundamentada e registrada no sistema eletrônico, com acompanhamento em tempo real pelas Licitantes.

11 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

11.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

11.2. Após a divulgação do Edital, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda www.bll.org.br, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, conforme critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

11.3. A participação no certame Eletrônico ocorrerá mediante utilização da chave de identificação e de senha privativa do Licitante e subsequente encaminhamento da PROPOSTA.

11.4. O licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor global, já considerados inclusos todas as despesas necessárias à perfeita realização do objeto, representando a compensação integral para a execução do mesmo, cobrindo todos os custos diretos, indiretos, encargos, impostos, lucros, administração e outros, considerando as especificações e composições dos serviços definidas nos anexos que integram este Edital, bem como as normas técnicas vigentes, abrangendo todos os custos de mão-de-obra, inclusive folgadores, encargos sociais, materiais, equipamentos, transportes, alimentação, lucros, encargos fiscais e parafiscais, despesas diretas e indiretas, bem como aquelas indispensáveis para proporcionar e manter a higiene e segurança dos trabalhos.

11.5. Incumbirá, à licitante, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da concorrência eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

11.6. Até a abertura da sessão pública, o Licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema.

11.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da

sessão pública e da fase de envio de lances.

11.8. Os documentos que compõem a proposta melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratações e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

11.9. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, implicando na plena aceitação destas pelo proponente.

11.10. Os documentos complementares à proposta, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, se houver, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances no prazo definido pelo Agente de Contratações, de no mínimo 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado

11.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.12. Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação do Agente de Contratações, via sistema.

11.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratações suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.14. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

11.15. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

11.16. Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão desta concorrência eletrônica.

11.18. Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão "verba" ou de unidades genéricas.

11.19. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, implicando na plena aceitação destas pelo proponente.

11.20. Poderão ser admitidos pelo Agente de Contratação erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

11.21. A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

11.22. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do presente edital e seus anexos, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

11.23. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o Licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.

11.24. A proposta da licitante deverá considerar a tributação que efetivamente incidirá durante a execução do contrato.

11.25. Qualquer elemento que possa identificar o Licitante importará na desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.26. As propostas e eventuais anexos ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

11.27. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Edital e respectivos anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

11.28. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

11.29. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no item 14, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

12. DA FASE DE LANCES

12.1. A partir do horário previsto no quadro resumo, o Agente de Contratação da Comissão de Contratação realizará a abertura e posterior julgamento das propostas preliminares apresentadas pelos licitantes interessados.

12.2. O Agente de Contratação da Comissão de Contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam com a descrição do objeto em conformidade com o edital e/ou com sobre preço em relação ao preço referencial, na forma do art. 59 e seus incisos da Lei 14.133/2021.

12.3. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado, em tempo real, por todos os participantes.

12.4. É defeso ao Agente de Contratação da Comissão de Contratação proceder à desclassificação de propostas apresentadas em valor superior ao preço referencial até o limite do horário estabelecido para envio de proposta de preços preliminar.

12.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo Agente de Contratação da Comissão de Contratação, segundo a ordem de classificação provisória obtida.

12.6. Somente as propostas classificadas participarão da etapa de envio de lances.

12.7. Encerrado o julgamento das propostas preliminares e observado o horário estipulado neste instrumento, a sessão pública na internet será aberta pelo Agente de Contratação da Comissão de Contratação, com início da fase competitiva, quando os licitantes poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

12.8. Aberta a etapa competitiva, os Licitantes classificados poderão encaminhar lances públicos, sucessivos e com menor preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e percentual consignados no registro de cada lance.

12.9. Durante o transcurso da sessão, os Licitantes terão informações, em tempo real, do valor de menor preço registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.

12.10. Não poderá haver desistência dos lances ofertados após a abertura da seção, sujeitando-se a Licitante desistente às sanções previstas neste Edital.

12.12. O sistema disponibilizará campo próprio para "Chat", pelo Agente de Contratação da Comissão de Contratação, aos licitantes.

12.13. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas neste edital.

12.14. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

12.15. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

12.16. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

12.17. Será adotado, para o envio de lances na concorrência eletrônico, o seguinte modo de disputa:

- aberto - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no quadro resumo.

12.18. No modo de disputa aberto, haverá intervalo mínimo de diferença de valores, totalizando o montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

12.19.1. No modo de disputa aberto, a etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após o decurso deste tempo, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública, após a fase inicial de 10 (dez) minutos.

12.19.2. A prorrogação automática de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá, sucessivamente, sempre que houver lances enviados nesse período, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

12.19.3. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente, sem necessidade de aviso prévio pelo Agente de Contratação e pelo sistema, de forma a garantir a concorrência entre os licitantes.

12.19.4. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o Agente de Contratação da Comissão de Contratação poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

12.20. Encerrados todos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

12.21. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Agente de Contratação da Comissão de Contratação no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

12.21.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação da Comissão de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

12.22. Na hipótese de a proposta vencedora não ser aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação da Comissão de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda plenamente aos requisitos deste edital.

12.23. Após realizadas as análises prescritas nos subitens anteriores, o Agente de Contratação da Comissão de Contratação realizará a declaração do vencedor respectivo via sistema.

12.24. Havendo empate entre duas ou mais propostas, o desempate far-se-á através dos seguintes critérios, nesta ordem:

I. Disputa final, em que os Licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II. Avaliação do desempenho contratual prévio dos Licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações;

III. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

12.25. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - I - empresas estabelecidas no Município de Aracruz, Estado do Espírito Santo;

II - empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

12.26. A Licitante melhor classificada será convocada para reelaborar e apresentar à administração pública, por meio eletrônico, a PROPOSTA DE PREÇOS adequada ao lance vencedor, no prazo de 03 (três) dias úteis, sujeitando-se a Licitante às sanções previstas neste Edital.

12.27. O licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar à Comissão de Licitação, por meio eletrônico as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, o Cronograma Físico-Financeiro por etapas e Critérios de Pagamentos, bem como o detalhamento das bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), no prazo estabelecido no edital de licitação.

12.27.1. O licitante vencedor deverá apresentar a composição de custos unitários até o momento de solicitação pela CONTRATADA da 1ª (primeira) medição, sendo inclusive requisito obrigatório para que se proceda ao devido pagamento.

12.27.2. Quando o licitante apresentar preço final SUPERIOR a 25% (vinte e cinco por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexecutabilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.

12.28. O sistema verificará a proposta vencedora e o Agente de Contratação da Comissão de Contratação anunciará o lance vencedor após o encerramento da etapa de lances da sessão pública e decisão acerca da aceitação do lance de MENOR PREÇO.

12.29. Será arrematante a empresa que atender aos requisitos do Edital e ofertar o MENOR PREÇO para executar o objeto do contrato.

12.30. Poderão ser desclassificadas as propostas de licitantes até a assinatura do contrato, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se tiver conhecimento de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento da licitação que desabonem sua idoneidade ou capacidade jurídica, financeira, técnica ou administrativa.

13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1. A Licitante arrematante deverá providenciar a documentação relativa à PROPOSTA DE PREÇO, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da declaração de arrematação, anexando, na opção "Enviar anexo", respeitado o limite do sistema eletrônico: www.bll.org.br, podendo ser incluídos em quantos arquivos forem necessários, os seguintes documentos:

13.2. A Comissão de Contratação, ao analisar, a conformidade da melhor proposta apresentada (aquela que tiver menor preço) com os requisitos do instrumento convocatório, pode considerar desclassificada caso:

13.2.1. Contenha vícios insanáveis;

13.2.2. Não obedeça às especificações técnicas pormenorizadas no instrumento convocatório;

13.2.3. Apresente preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresente preço manifestamente inexequível;

13.2.4. Não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública;

13.2.5. Apresente desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

13.3. O Agente de Contratação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta mais bem classificada ou exigir do Licitante que ela seja demonstrada.

13.3.1. No caso de obras e serviços de engenharia serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, conforme disposto no art. 59, § 4º, da Lei 14.133/2021.

13.3.2. Nas contratações de obras e serviços de engenharia será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis, conforme disposto no art. 59, § 5º, da Lei 14.133/2021.

13.4. A Administração conferirá ao Licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta, considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários relevantes.

13.5. Na hipótese acima, o Licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições do valor global.

13.6. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo Licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

14. DO ENVIO DA HABILITAÇÃO

14.1. O licitante classificado em primeiro lugar deverá anexar exclusivamente por meio da plataforma do sistema BLL (<http://bll.org.br>), a documentação de habilitação, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da solicitação do Agente de Contratação.

14.1.1. Se a licitante classificado em primeiro lugar não atender as exigências de habilitação, a mesma será inabilitada e o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

14.2. Será considerado habilitado o licitante que apresentar os documentos relacionados nos subitens 14.19 a 14.23.

14.2.1. O licitante que participar do certame declarando que cumpre os requisitos de habilitação e não cumpri-los, será inabilitado e estará sujeito às penalidades previstas no edital.

14.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

14.4. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

14.5. Constituem motivos para inabilitação do licitante:

14.5.1. O não cumprimento dos requisitos de habilitação;

14.5.2. A apresentação de documentos com prazo de validade vencido;

14.5.3. A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

14.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14.7. Se o licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

-

14.8. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

14.9. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade.

14.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

14.10.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

14.10.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

14.11. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

14.11.1. No entanto, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

14.12. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, se houver, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances no prazo definido pelo Agente de Contratações, de no mínimo 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado.

14.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

14.13.1. Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data da solicitação do Agente de Contratação, via sistema.

14.14. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

14.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratações suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

14.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

14.17. A documentação exigida para atender ao disposto no caput poderá ser substituída pelo certificado de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, ou por Certificado de Registro Cadastral emitido pelo Município de Aracruz, nos termos do regulamento próprio.

14.18. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

14.19. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada

como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

g) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

14.19.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.19.2. Deverá estar prevista no estatuto ou contrato social da licitante a autorização para empreender atividades compatíveis com o objeto desta Licitação.

14.20. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

14.20.1 Conforme dispõe artigo 67, da Lei 14.133/21, serão consideradas habilitadas e qualificadas tecnicamente para a execução dos serviços referentes aos serviços em questão, as empresas que apresentarem comprovante de registro ou inscrição na entidade profissional competente (CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo, e/ou CRT – Conselho Regional dos Técnicos Industriais) – Pessoa Jurídica, válida na data da abertura da Licitação, sendo invalidado o documento que não apresentar rigorosamente a situação atualizada da empresa.

14.20.1.1 Na hipótese, da vencedora da licitação ter seu registro no Conselho Profissional de outro Estado, deverá apresentar no ato da assinatura do Contrato, o visto do seu registro no Conselho Regional/ES.

14.20.2. A comprovação do vínculo profissional do(s) responsável(is) técnico(s) com a licitante, deve admitir apresentação de cópia de carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como contratante, do contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio, do contrato de trabalho ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

14.20.3. A licitante deverá proceder com a indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos (art. 67, III, da Lei 14.133/2021).

14.20.4. Também, a licitante deverá preencher declaração (Anexo I-B) de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (art. 67, VI, da Lei 14.133/2021).

14.21. Qualificação Técnica – Profissional:

14.21.1. Declaração do(s) Responsável(is) Técnico(s) aceitando a sua indicação realizada pela licitante.

14.21.2. Registro ou Inscrição da licitante no Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura – CREA ou outra entidade profissional competente da região da sede da empresa (art. 67, V, da Lei Federal nº 14.133/2021), sendo inválida a certidão que não apresentar rigorosamente a situação atualizada da Empresa, conforme Lei nº 5.194/1966 e Resolução nº 1.137/2023 do CONFEA, no caso de certidões emitidas pelo CREA.

14.21.3. Comprovação de que o licitante possui em seu quadro permanente profissional devidamente reconhecido pelo CONSELHO DE CLASSE (CREA/CAU, dentre outros), de nível superior ou outro devidamente reconhecido(s), e que seja detentor de no mínimo de 01 (uma) Certidão de Acervo Técnico, pela execução de serviços de características semelhantes ao objeto da licitação para fins de contratação (art. 67, I, da Lei 14.133/2021), ou seja, obras de construção de edificações públicas ou privadas.

14.21.4 Arquiteto ou Engenheiro Civil (dentro do limite legal de competência de atuação) que apresente registro válido no CREA/CAU e Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA/CAU que comprove ter no mínimo 05 (cinco) anos de inscrição no respectivo conselho, bem como ter executado serviços de características semelhantes ao objeto da licitação, ou seja, obras de construção de edificações públicas ou privadas.

14.21.5. O profissional indicado pela licitante para fins de comprovação da capacidade técnica-profissional deverá acompanhar a execução dos serviços, admitindo-se sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

14.21.5.1 Para essa substituição, a qualificação técnica do profissional substituto deverá atender as mesmas exigências do Edital.

14.21.6. O responsável técnico pela elaboração da planilha orçamentária de uma empresa, não poderá responsabilizar-se pela de outra empresa participante do certame, primando-se assim pelo sigilo das propostas.

14.22. Qualificação Técnica – Operacional:

14.22.1 Registro ou Inscrição do responsável técnico indicado no Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura – CREA ou outra entidade profissional competente do profissional de nível superior, detentor do atestado de responsabilidade técnica, que comprove que o aludido profissional foi responsável técnico por atividade pertinente e compatível em características semelhantes com o objeto desta licitação, da região a que estiver vinculado, conforme Lei nº 5.194/1966 e Resolução nº 1.137/2023 do CONFEA.

14.22.2. Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente profissional devidamente reconhecido pelo CREA, de nível superior, e que seja detentor de no mínimo 1 (uma) Certidão de Acervo Técnico por execução de serviços/obra de características semelhantes aos indicados no TERMO DE REFERÊNCIA deste Edital, considerando-se as parcelas de maior relevância definidos.

14.22.3 A licitante deverá apresentar Atestado de Capacidade técnica, fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, comprovando a execução de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta licitação.

14.22.4. Para cumprimento do item anterior o licitante deverá comprovar a execução dos seguintes serviços:

14.22.4.1. Comprovação de que o licitante executou/prestou, sem restrição, serviço de características semelhantes ao objeto descrito, ou seja, obra de construção de edificações públicas ou privadas com área mínima de 300 m².

14.22.4.2. As exigências relativas à capacitação técnica aqui requeridas equivalem a 50% da área estimada de construção do objeto licitado.

14.22.3. Os atestados deverão ser emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado contratantes dos serviços. As Certidões de Acervo Técnico (CAT) deverão ser expedidas e registradas pelo Conselho Regional competente.

14.22.3.1 Nos referidos atestados e/ou certidões deverá constar o nome do profissional indicado e a função desempenhada (para fins de capacidade técnico-profissional), o número do(s) contrato(s), nomes do contratado, do contratante e a discriminação dos serviços e quantitativos executados.

14.23. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, expedida conjuntamente pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;

c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual da sede do licitante, mediante Certidão Negativa de Tributos Estaduais ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pela Fazenda Estadual ou Certidão de Não Contribuinte;

d) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal (com situação ativa), relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame

e) Prova de regularidade com a Fazenda Pública do Município sede do licitante, mediante Certidão Negativa de Tributos Municipais ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pela Fazenda Municipal, da sede da licitante ou Certidão de Não Contribuinte;

f) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;

h) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição

de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição, conforme modelo no ANEXO deste Edital;

14.23.1. Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

14.23.2. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

14.23.3. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

14.23.4. Nos casos de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, não se exige comprovação de regularidade fiscal e trabalhista para fins de habilitação, mas somente para formalização da contratação, observadas as seguintes regras:

14.23.4.1. A licitante deverá apresentar, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresentem alguma restrição;

14.23.4.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, é assegurado o prazo de cinco (cinco) dias úteis, contados do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

14.23.4.3. O prazo a que se refere o inciso anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período;

14.23.4.4. Em caso de atraso por parte do órgão competente para emissão de certidões comprobatórias de regularidade fiscal e trabalhista, a licitante poderá apresentar à Administração outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos artigos 156 e 151 do Código Tributário Nacional, acompanhado de prova do protocolo do pedido de certidão;

14.23.4.5. Na hipótese descrita no inciso anterior, a licitante terá o prazo de 10 (dez) dias, contado da apresentação dos documentos a que se refere o parágrafo anterior, para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista;

14.23.4.6. O prazo a que se refere o inciso anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período, uma única vez, se demonstrado pela licitante a impossibilidade de o órgão competente emitir a certidão;

14.23.4.7. A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos dos incisos anteriores, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação.

14.24. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples ou de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação;

b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, para as demais pessoas jurídicas;

c) Caso a licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente certificando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar da licitação, além de cumprir todos os demais requisitos de habilitação exigidos por este Edital.

d) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

d.1) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um):

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante(AC)} + \text{Realizável a Longo Prazo(RLP)}}{\text{Passivo Circulante(PC)} + \text{Passivo não Circulante(PNC)}}$$

$$ISG = \frac{\text{Ativo Total (AT)}}{\text{Passivo Circulante(PC)} + \text{Passivo não Circulante (PNC)}}$$

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante(AC)}}{\text{Passivo Circulante(PC)}}$$

d.2. Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (CG = Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16% do valor estimado da contratação;

d.3. Patrimônio Líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

e. Os documentos referidos acima (BP e DRE) serão os já exigíveis na forma da lei, com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao SPED ou, se a empresa não estiver obrigada ao SPED, observando a data de exigibilidade do art. 1.078, I, do Código Civil.

f. Consideram-se “já exigíveis” as Demonstrações Contábeis e o Balanço Patrimonial referentes ao exercício social imediatamente antecedente ao ano da licitação, quando a data de apresentação dos documentos de habilitação ocorrer a partir de 01 de maio (art. 1.078, I, do Código Civil), mesmo no caso de licitantes obrigados ao SPED, devendo ser desconsiderado prazo superior para transmissão das peças contábeis digitais estabelecido por atos normativos que disciplinam o citado SPED (conforme entendimento do TCU, Acórdãos 1999/2014 e 119/2016, ambos do Plenário).

g. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as

exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

h. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

i. O Demonstrativo com as memórias de cálculo de cada índice devem ser anexadas pelo licitante à documentação relativa à qualificação econômico-financeira.

j. Os valores constantes do Balanço poderão ser atualizados pelos licitantes, para a data-base do orçamento, estimado pelo Índice Geral de Preços (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas, para fins de cálculo do Patrimônio Líquido mínimo.

14.25. REMESSA DE ARQUIVOS ELETRÔNICOS

14.25.1 APÓS O ENCERRAMENTO DA FASE DE ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS, toda a DOCUMENTAÇÃO (PROPOSTA, HABILITAÇÃO JURÍDICA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA e REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA e à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA), bem como a planilha com indicação dos quantitativos e custos unitários DO LICITANTE ARREMATANTE, será remetida eletronicamente, no prazo máximo de até 3 (TRÊS) dias úteis, contados a partir da data de encerramento da fase de aceitação das propostas e convocação pelo Agente de Contratação da Comissão de Contratação.

14.25.2 A remessa eletrônica da documentação relativa à proposta, à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação técnica é realizada em formato PDF, podendo ser incluídos quantos arquivos forem necessários para atendimento das exigências deste Edital junto ao Portal BLL Compras (<http://bll.org.br>).

14.25.3 Na hipótese do licitante arrematante ser considerado inabilitado por desatender às exigências habilitatórias, serão requeridos e analisados a proposta e os documentos de habilitação do Licitante subsequente, por ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de um que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

14.26. DECLARAÇÃO PARA OUTRAS COMPROVAÇÕES, em conformidade com o modelo constante do ANEXO XI:

a) Declaração expressa, do Licitante, que tem pleno conhecimento do objeto da presente Licitação e que se submete integral e irretratavelmente, a todas as exigências deste edital, inclusive ao cumprimento do calendário e emissão de Ordem de Serviço para liberação dos serviços, sem receber compensação pela não liberação de trabalho quando ocorrem fatos que impeçam a execução contínua dos serviços licitados.

b) Declaração dando ciência de que o licitante cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

c) Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

d) Declaração de que a proposta foi elaborada de forma independente.

e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos.

- f) Declaração de inexistência de parentesco com a municipalidade.
- g) Declaração de inexistência de fato impeditivo.
- h) Declaração que sua Proposta Econômica Compreende a Integralidade dos Custos.
- i) Declaração de enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, quando for o caso, conforme modelo no **ANEXO X deste Edital**;
- j) Declaração de que, em se sagrando vencedora do certame, disporá por ocasião do início da execução do serviço contratado, de 01 (um) escritório, bem como de 01 (um) almoxarifado para armazenamento dos materiais utilizados no sistema de iluminação pública e dos materiais retirados da rede, ambos com sede neste município. (Acórdão 1214/2013-TCU-Plenário e no Acórdão 273/2014-TCU-Plenário).

14.23.1. As declarações previstas nos itens 'i' e 'j' não estão incluídas na Declaração Unificada (Anexo XII) e, portanto, deverão ser apresentadas por meio de documentos específicos.

FOI EXCLUÍDO DA COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADA

15. DOS RECURSOS

15.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

15.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

15.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos, por meio do sistema eletrônico, sob pena de preclusão;

15.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

15.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

15.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

15.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da

interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

16. DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINAR O CONTRATO

16.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

16.3. O adjudicatário será convocado para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

16.4. Alternativamente à convocação para comparecimento presencial para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá adotar os seguintes meios para envio e assinatura:

a) Remessa por correspondência postal com Aviso de Recebimento (AR), com prazo de 05 (cinco) dias úteis para assinatura e devolução, contados a partir do recebimento pelo destinatário;

b) Envio por meio eletrônico, incluindo correio eletrônico institucional (e-mail) ou plataforma oficial de assinatura digital adotada pela Administração, desde que garantida a autenticidade, integridade e validade jurídica do ato. A assinatura deverá ser realizada por meio digital ou eletrônica, conforme disposto na legislação vigente, utilizando-se certificado digital no padrão ICP-Brasil ou outro meio que assegure a autoria e integridade do documento. O prazo para assinatura e devolução será de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação pela Administração, devendo o contratado confirmar o recebimento da comunicação eletrônica no prazo de 01 (um) dia útil.

16.5. O prazo fixado nos subitens 16.3 e 16.4 poderão ser prorrogados, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

16.6. No ato de assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante toda a vigência do pacto, bem como das garantias exigidas no instrumento convocatório.

16.7. Para efetivar a assinatura do contrato, o licitante vencedor deverá apresentar o comprovante de situação regular junto à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, bem como Certidão Negativa com o Município de Aracruz.

16.8. O licitante que convocado para assinar o contrato e deixar de fazê-lo no prazo fixado,

estará sujeito à aplicação das penalidades previstas na legislação correspondente.

17. DA VISITA TÉCNICA

17.1. A visita técnica para conhecimento pleno da área de execução das obras/serviços é facultada ao licitante para verificação das condições locais, com a finalidade de obter a avaliação própria da natureza, complexidade e quantidade dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários, bem como para a obtenção de quaisquer outros dados que julgar necessários para a formulação da proposta.

17.2. A visita técnica, quando realizada, deverá ser por representante indicado expressamente pela empresa, com o acompanhamento de servidor público designado para essa finalidade, de acordo com o item 11 do Projeto Básico, devendo ser realizado o prévio agendamento junto a Secretaria de Obras e Infraestrutura, localizada na Avenida Morobá, nº 20 - Bairro Morobá, Aracruz/ES, ou através do telefone (27) 9.9919-3345, e deverá ocorrer até o dia útil anterior a abertura da Proposta.

17.2.1. As visitas serão agendadas em tempo hábil e em dias e horários distintos entre as licitantes, de forma individual, não se permitindo em nenhuma hipótese, visitas conjuntas ou concomitantes, a fim de preservar os princípios da impessoalidade, isonomia e eficiência do processo licitatório.

17.3. O Licitante não poderá alegar, posteriormente, desconhecimento de qualquer fato.

17.4. Realizada ou não a visita técnica, o licitante deverá, para fins de qualificação técnica, declarar que tem conhecimento pleno dos locais e das condições em que deverá ser executada a obra, nos moldes da declaração constante do Anexo VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS LOCAIS E CONDIÇÕES.

18. PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

18.1. O prazo de vigência contratual será de **360 (trezentos e sessenta) dias**, com início no dia posterior ao da publicação do respectivo instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PCNP.

18.2. O prazo de execução dos serviços será de **270 (duzentos e setenta) dias**, a contar da data de recebimento da Ordem de Serviço pela Contratada e de acordo com o cronograma físico-financeiro, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

18.2.1. O prazo acima estabelecido poderá ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário a conclusão do objeto, conforme art. 6º, inciso XVII, da Lei nº 14.133/21.

18.3. O prazo de vigência do contrato é superior ao de execução dos serviços para:

a) Amparar a necessidade de acolher possíveis dilações do prazo da execução da obra, provocados por fatos alheios à vontade da contratada, sem, contudo, alterar o prazo de vigência do contrato;

b) Propiciar tempo hábil para que sejam efetuados os pagamentos devidos;

c) Englobar os recebimentos provisórios e definitivos.

d) Realização de comissionamento para a energização da rede, realizado pela

concessionária, neste caso, a EDP – Espírito Santo Distribuição de Energia S/A.

18.4. O prazo para a assinatura do Contrato é de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da convocação para esse fim.

18.5. O prazo máximo para início dos serviços é de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço pela contratada, expedida pelo contratante, podendo ser prorrogado até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica, conforme art.183, §2º da Lei 14.133/21.

18.6. A fiscalização fornecerá, junto com a Ordem de Serviço, todos os elementos indispensáveis ao início da execução da obra.

18.7. A contratada, julgando insuficientes os elementos fornecidos, deverá solicitar por escrito, explicações e novos dados, dentro do prazo de até 08 (oito) dias na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Aracruz. Nesse caso, o prazo de execução será contado a partir da data de recebimento dos esclarecimentos solicitados, se os mesmos impedirem o início dos serviços.

18.8. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado no contrato, devendo ser observado o disposto no art. 111, parágrafo único, I e II, da Lei 14.133/2021.

18.8.1. A prorrogação automática deve ser registrada por apostilamento e instruída com a exposição das justificativas e o novo cronograma de execução e desembolso.

18.9. Qualquer motivo de paralisação dos serviços deverá ser comunicado por escrito ao CONTRATANTE, através de carta/memorando endereçado à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, com a devida justificativa, informando os motivos da paralisação, que poderão ou não ser aceitos pelo CONTRATANTE.

18.10. As Ordens de Paralisação, devidamente justificadas por escrito nos autos, suspendem o curso do prazo de execução do contrato, tornando a correr com a Ordem de Reinício dos Serviços, devendo ser assegurada a publicidade em sítio eletrônico oficial e em placa a ser afixada em local da obra de fácil visualização pelos cidadãos, aviso público de obra paralisada, com o motivo e o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para o reinício da sua execução, conforme art. 115, § 6º da Lei 14.133/2021.

18.11. A prorrogação do prazo de execução, descontados os períodos de paralisação, será permitida, segundo o § 5º do art. 115 da Lei nº 14.133/2021, automaticamente pelo tempo correspondente, anotando tais circunstâncias mediante simples apostila.

18.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste instrumento, excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento, observando o disposto no art. 183 da Lei nº. 14.133/21.

18.13. O contrato deverá ser divulgado, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados de sua assinatura, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei 14.133/2021.

19. DOS PAGAMENTOS, DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

19.1.1. Os pagamentos dos serviços executados mensalmente se processarão na forma de CONTRATAÇÃO INTEGRADA, sendo medidos e pagos em conformidade com os itens previstos no orçamento referencial e os respectivos valores propostos pela empresa vencedora da licitação, dos serviços que tenham sido efetivamente executados no período da medição.

19.1.2. O atraso injustificado na execução da parcela sujeita o contratado às sanções contratuais cabíveis previstas no Edital e no Contrato.

19.1.3. As demais cláusulas obrigacionais são aquelas previstas na minuta do contrato e no Termo de Referência do Edital.

19.1.4. Os preços contratuais, em Reais, para a execução das obras, serão reajustados e atualizados na forma do disposto na minuta do contrato.

19.1.5. O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura pela contratada, devidamente atestadas pela Administração, no prazo e condições estabelecidas no instrumento convocatório.

19.1.6. A Nota Fiscal ou Fatura, quando for o caso, deverá ser obrigatoriamente acompanhada do relatório de avaliação de desempenho, bem como dos demais anexos e documentos comprobatórios juntados ao processo de pagamento do respectivo contrato.

19.1.6.1. O pagamento do preço pactuado será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal, devendo a CONTRATADA proceder a abertura de processo eletrônico (link: <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/portal/login.aspx>) ou solicitado presencialmente junto ao Setor de Protocolo Geral da PMA, localizado na Rua Padre Luiz Parenzi, nº 710, Aracruz/ES, Centro, Aracruz/ES, encaminhando relatório de medição contendo, minimamente, eventograma com os marcos/eventos efetivamente concluídos no período de medição, evidências de sua conclusão, relatório fotográfico dos serviços executados e, se necessário memória de cálculo.

19.1.6.2. Após a análise do relatório de medição apresentado pela CONTRATADA já adequado às eventuais solicitações de ajuste e com o ateste do responsável pela fiscalização dos serviços, a CONTRATANTE autorizará a emissão da Nota Fiscal, cabendo a ela informar o valor da referida à CONTRATADA.

19.1.6.3. A aprovação da medição prévia apresentada pela CONTRATADA não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

19.1.6.4. Ocorrendo erros na apresentação dos documentos fiscais, os mesmos serão devolvidos à CONTRATADA para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova documentação, devidamente corrigida sem qualquer ônus ou correção a ser paga pelo CONTRATANTE.

19.1.6.5. Os pagamentos serão efetuados mediante apresentação dos seguintes documentos:

a) Nota fiscal dos serviços;

- b) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- d) Certidão Negativa de Débito junto à Fazenda Pública Municipal de Aracruz/ES;
- e) Anotação de responsabilidade técnica (CREA) ou equivalente – 1ª Fatura;
- f) Matrícula da obra junto ao INSS – 1ª Fatura;
- g) Prova de recolhimento junto ao INSS e FGTS referente aos serviços cobrados, todas as faturas;
- h) Prova de pagamento de pessoal referente aos serviços prestados (período);
- i) GFIP - Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social;
- j) Certidão Negativa de Débito do INSS e FGTS, todas as faturas;
- k) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- l) Termo de recebimento provisório, última fatura.

19.1.6.6. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas à execução de obras ou à prestação de serviços.

19.1.6.7. Considerando a necessidade de garantir maior eficiência e celeridade aos pagamentos de obras e serviços prestados a esta Municipalidade, fica SUGERIDO à CONTRATADA que, após o encerramento do período mensal de medição, realize a abertura dos processos de pagamento junto ao sistema eletrônico de processos, num prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

19.1.6.7.1. A SUGESTÃO do protocolo pela CONTRATADA, no período mencionado, se dá em função do tempo necessário para trâmites internos de documentação técnica realizada pela equipe de fiscalização, bem como solicitação de nota fiscal e demais documentações para envio do processo a Secretaria de Finanças, para trâmites de pagamento, visando evitar atrasos, bem como garantir o cumprimento de prazos de pagamento conforme previsão contratual.

19.2. Quando não demonstrado o cumprimento total das obrigações contratuais, sobretudo as relacionadas a encargos sociais e trabalhistas, deverá a Administração promover a imediata retenção dos créditos decorrentes do contrato e iniciar processo para aplicação das sanções administrativas pertinentes.

20. DOS ADITIVOS, DA MATRIZ DE RISCO E DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

20.1 DOS ADITIVOS

20.1.1. Fica vedada a celebração de termos aditivos ao contrato, exceto se verificada uma das seguintes hipóteses:

20.1.2. Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, devido a caso fortuito ou força maior;

20.1.3. Caso fortuito ou força maior que possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil à época de sua ocorrência ou que estejam previstos na Matriz de Risco são de responsabilidade da Contratada.

20.1.4. Necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração Pública, desde que não

decorrentes de erros ou omissões por parte da Contratada, observados os limites previstos no artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.

20.1.5. O julgamento do menor preço terá como referência o preço global fixado no instrumento convocatório.

20.1.6. Alterações por necessidade de adequações técnicas do Projeto contratado poderão acarretar acréscimos contratuais apenas se decorrerem de fatos supervenientes à elaboração da proposta, como alterações normativas e indisponibilidade de materiais no mercado.

20.1.7. A assinatura do presente Contrato implica a concordância da Contratada com a adequação de todos os projetos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este ajuste, a qual aquiesce que eventuais alterações quantitativas ou qualitativas que decorram de erros, falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos dos projetos não serão causa de qualquer forma de acréscimo de valor ao Contrato.

20.2 – DA ALOCAÇÃO DE RISCO:

20.2.1 Matriz de Risco é o instrumento que define as responsabilidades do Contratante e da Contratada na execução do contrato. Com base na Matriz de Risco é que são definidas as diretrizes das cláusulas contratuais.

20.2.2. A Contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, mas sem limitação, conforme estabelecido na Matriz de Risco.

20.2.3. A Contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade é do Contratante, conforme estabelecido na Matriz de Risco.

20.2.4. Constitui peça integrante do contrato, independentemente de transcrição no instrumento respectivo, o ANEXO I-D do TERMO DE REFERÊNCIA – MATRIZ DE RISCO.

20.2.5. Ao participar do certame, a Contratada declara:

20.2.5.1. Ter pleno conhecimento da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no contrato; e

20.2.5.2. Ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.

20.3 – DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

20.3.1. Sempre que atendidas as condições do Contrato e mantidas as disposições da MATRIZ DE RISCO, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

20.3.2. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na MATRIZ DE RISCO.

23.3.3. Os casos omissos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreadas em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

23.3.4. O Contrato a ser firmado deverá prever hipóteses de alteração contratual caso a execução dos serviços admitam qualquer parcela de serviços por preço unitário.

20.4. DO REAJUSTE

20.4.1. Os preços propostos pela contratada poderão ser reajustados, após o transcurso de prazo de 01 (um) ano da data base do orçamento estimado, de acordo com as Leis Federais n.º 14.133/2021 e 10.192/2001.

a) Serviços relativos à elaboração dos projetos básicos e executivos: através do Índice Nacional de Custos da Construção – INCC – Coluna 39 (Consultoria) – Fundação Getúlio Vargas, desde que comprovado o seu desequilíbrio econômico-financeiro, com base nos preços referenciais, por meio da fórmula seguinte:

$$R = V \times \frac{(I - I_0)}{I_0}$$

Onde:

R = Valor do Reajustamento Procurado;

V = Valor da Obra ou Serviços Medidos a serem reajustados;

I₀ = Índice Nacional de Custos da Construção – INCC – Coluna 39 (Consultoria) – Fundação Getúlio Vargas, relativo ao mês anterior à data base do orçamento estimado;

I = Idem ao I₀, porém relativo ao mês em que completar periodicidade anual em relação ao mês anterior à data base do orçamento estimado.

b) Demais serviços: através do Índice Nacional de Custos da Construção – INCC – Coluna 35 (Edificações) – Fundação Getúlio Vargas, desde que comprovado o seu desequilíbrio econômico-financeiro, com base nos preços referenciais, por meio da fórmula seguinte:

$$R = V \times \frac{(I - I_0)}{I_0}$$

Onde:

R = Valor do Reajustamento Procurado;

V = Valor da Obra ou Serviços Medidos a serem reajustados;

I₀ = Índice Nacional de Custos da Construção – INCC – Coluna 35 (Edificações) – Fundação Getúlio Vargas, relativo ao mês anterior à data base do orçamento estimado;

I = Idem ao I₀, porém relativo ao mês em que completar periodicidade anual em relação ao mês anterior à data base do orçamento estimado.

20.4.2. A data base do orçamento referencial estimado é fevereiro/2025.

20.4.3. Competem à Contratada a iniciativa de requerer o reajuste e o encargo do cálculo minucioso de cada reajuste a ser aprovado pela CONTRATANTE, juntando-se a respectiva discriminação dos serviços o memorial de cálculo do reajuste, e demais documentos

comprobatórios do reajuste pleiteado.

20.4.4. Os reajustamentos de preços propostos estarão ainda sujeitos, a Leis Complementares, Medidas Provisórias e Decretos que venham regulamentar novos procedimentos em função das medidas econômicas de interesse do País.

21. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

21.1. A CONTRATADA prestará, a seu critério, uma das garantias previstas no artigo 96, § 1º da Lei nº 14.133/21, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo optar por qualquer das modalidades previstas no dispositivo legal supracitado, a saber: caução em dinheiro OU títulos da dívida pública OU seguro-garantia OU ainda fiança bancária OU título de capitalização.

21.1.1 - CAUÇÃO EM DINHEIRO OU TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA, conforme inciso I do § 1º do art. 96 da Lei 14.133/2021, com as alterações que lhe sucederam.

21.1.2 - FIANÇA BANCÁRIA conforme CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA - GARANTIA DE CUMPRIMENTO DO CONTRATO: carta de fiança fornecida por estabelecimento bancário, devidamente registrada em cartório de registro de títulos e documentos, conforme determinado pela Lei 6.015/73, art. 129, acompanhada de:

21.1.2.1 - Cópia autenticada do estatuto social do banco;

21.1.2.2 - Cópia autenticada da assembleia que elegeu a última diretoria do banco;

21.1.2.3 - Cópia autenticada do instrumento de procuração, em se tratando de procurador do banco;

21.1.2.4 - Reconhecimento de firmas das assinaturas constantes da carta de fiança.

21.1.3 - SEGURO-GARANTIA – No caso da opção pelo Seguro Garantia, o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela SUSEP a comercializar seguros, e em nome da Administração contratante, cobrindo, inclusive, os riscos de rescisão do contrato.

21.1.3.1 - A apólice terá sua validade confirmada pelo segurado por meio da consulta ao site <https://www2.susep.gov.br/safe/menumercado/regapolices/pesquisa.asp>.

21.1.3.2 - O seguro garantia deve prever o pagamento de multas contratuais e contemplar Cobertura de Ações Trabalhistas e Previdenciárias da CONTRATADA em relação à obra. O seguro-garantia deverá prever o atendimento deste edital como condição geral.

21.1.3.3 - Na modalidade seguro garantia, em caso de inadimplemento pelo contratado, a seguradora terá a obrigação de assumir a execução e concluir o objeto do contrato e, serão observadas as seguintes:

I – caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice;

II – caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

21.2 - A garantia deverá permanecer vigente durante todo o prazo de execução contratual, estendendo-se por mais 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, devendo ser renovada ou reforçada sempre que necessário, de modo a assegurar sua efetividade durante todo o período exigido.

21.2.1. A garantia de execução será liberada quando da assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO dos serviços.

21.3 - Em caso de rescisão do contrato ou de interrupção dos serviços, não será devolvida a garantia, a menos que a rescisão ou paralisação decorram de acordo entre as partes, nos termos da legislação vigente.

21.4 - Ocorrendo prorrogação de prazo ou aumento no valor contratual decorrente de acréscimos ou do reequilíbrio econômico-financeiro, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá a CONTRATADA proceder a renovação e/ou ao reforço da garantia inicial, proporcionalmente ao aumento de valor.

21.5. A garantia contratual deverá ser apresentada no prazo máximo de 1 (um) mês, contado a partir da data da homologação da licitação, e obrigatoriamente antes da assinatura do contrato.

21.5.1. Em caso de celebração de termo aditivo de prazo e/ou que implique acréscimo do valor contratual, a garantia complementar, deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado a partir da assinatura do respectivo aditivo.

21.5.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação ou renovação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento), o qual poderá ser glosado de pagamentos devidos.

21.5.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.

21.5.4. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base nesta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia previstas em lei, sem prejuízo da manutenção da multa aplicada.

21.6. Será exigida garantia adicional da CONTRATADA se a proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis, devendo ser apresentada no ato da assinatura do contrato.

22. CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

22.1. A Contratada obriga-se a manter a disposição da contratante, profissional habilitado para execução e acompanhamento dos serviços ora solicitados, o qual deverá emitir ART – Anotação de Responsabilidade Técnica ou RRT – Registro de Responsabilidade Técnica, pela execução dos serviços.

22.2. . Poderá a SEMSA/SEMOB, a seu critério, exigir a demolição e reconstrução de qualquer parte dos serviços, caso estes tenham sido executados com imperícia técnica ou

em desacordo com o Projeto, Norma e Especificações Técnicas

22.3. Todos os serviços realizados pela CONTRATADA deverão ser listados formalmente em um Boletim de Ocorrência, ou Diário de Obra, onde constem, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Data do serviço;
- b) Dia da Semana;
- c) Serviço Realizado;
- d) Pendências;
- e) justificativa das Pendências.

22.4. Este documento deverá estar assinado pelo Responsável Técnico pela execução dos serviços e, em concordância, pela fiscalização da obra.

22.5. O Diário de Obra deverá conter espaço, para comentários/justificativas, pelo executor dos serviços e outro para a fiscalização da obra.

22.6. A Contratada será responsável pela vigilância no local da execução da obra.

22.7. Durante a execução da obra, a CONTRATADA deverá sempre preservar a limpeza e a organização sobre todos os aspectos. A obra deverá ser entregue livre de empecilhos de qualquer natureza, que possa prejudicar, ainda que minimamente, a sua funcionalidade.

22.8. Os entulhos, restos de materiais e outros equipamentos pertinentes à execução dos serviços deverão ser totalmente removidos no término dos mesmos, e gerenciados em conformidade com o disposto no art. 10 da Resolução CONAMA 307/2002.

22.9. Os materiais empregados na obra, a serem fornecidos pela CONTRATADA, serão previamente submetidos à fiscalização para exame e aprovação e deverão ser comprovadamente de boa qualidade.

22.10. A mão de obra a ser utilizada deverá ser com pessoal tecnicamente capaz e conhecedor de suas funções, objetivando-se com isso, obter o melhor resultado possível.

22.11. Os serviços a serem executados compreendem: fornecimento de mão de obra, material, equipamentos, maquinário, ou quaisquer outros necessários às Obras.

22.12. Os serviços deverão ser prestados de forma ininterrupta nos dias úteis, devendo se necessário, e autorizado previamente pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, ser estendido ao horário noturno ou em feriados e finais de semana.

22.13. Máquinas e equipamentos deverão estar devidamente identificados.

22.14. Os serviços para execução da obra, poderão a critério da SEMSA/SEMOB, ser deslocados para outros horários, (noturno ou dias não úteis) caso sua realização possa acarretar prejuízos ao normal desenvolvimento dos trabalhos ou impossibilitar as atividades de atendimento aos moradores locais.

22.15. Para a fiel execução dos serviços ora licitados, além dos projetos, composições de

custos, memória de cálculo e planilha orçamentária, deverão também ser atendidas as recomendações técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quanto à qualidade dos materiais e mão-de-obra empregados na execução dos serviços.

22.16. Caberá a empresa CONTRATADA responsabilidade integral por todos os serviços, durante o prazo previsto em lei, a contar da data de entrega definitiva da obra.

22.17. Excluir-se-ão da presente responsabilidade, defeitos, estragos, quebras ou falhas provocadas decorrentes do mau uso das instalações em questão.

22.18. Não será permitido o início das diversas etapas sem serem observadas as recomendações previstas na legislação vigente.

22.19. A CONTRATADA deverá fornecer aos seus empregados e subcontratados (se houver) uniformes, bem como todos os equipamentos de proteção individual e coletiva, necessários à execução dos serviços, de acordo com as leis, normas e portarias que regulam a segurança do trabalho, responsabilizando-se pela efetiva utilização dos mesmos.

22.20. A CONTRATADA deverá garantir que serão prontamente reparadas e substituídas, à sua própria custa, todas as partes que acusarem defeito ou quaisquer anormalidades durante o período de garantia.

22.21. Os serviços, materiais e transportes necessários à correção de anormalidades, apresentados dentro do prazo de garantia, correrão por conta da CONTRATADA.

22.22. A CONTRATADA deverá responder, ressalvadas as hipóteses legais de caso fortuito ou de força maior, por todo e qualquer prejuízo que, em decorrência da execução deste objeto, for causado aos imóveis, mobiliários, equipamentos e demais pertences da CONTRATANTE, ficando certo que os prejuízos eventualmente causados serão ressarcidos à CONTRATANTE.

23. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

23.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

23.1.1. Alocar os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução dos serviços, pagando à CONTRATADA conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência.

23.1.2. Atestar e receber os serviços efetivamente executados, de acordo com as cláusulas deste documento.

23.1.3. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

23.1.4. Fiscalizar, aferir, atestar e efetuar as medições dos serviços executados, bem como acompanhar e aprovar o desenvolvimento dos projetos básicos e executivos.

23.1.5. Exigir o fiel cumprimento do contrato, projetos, normas e especificações correspondentes pela CONTRATADA e fornecedores.

23.1.6. Fiscalizar a CONTRATADA na escolha dos processos construtivos a serem empregados e exigir modificação na técnica de execução, sem ônus algum, caso seja considerada inadequada.

23.1.7. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

23.1.8. Disponibilizar os locais onde serão executados os serviços, bem como, as condições necessárias para a sua execução.

23.1.9. O CONTRATANTE solicitará aos técnicos da CONTRATADA a exibição de documentação de identificação pessoal, quando estes se apresentarem para realização dos serviços abrangidos nesta contratação.

23.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

23.2.1. A CONTRATADA obrigar-se-á a desenvolver os serviços objeto deste Termo de Referência sempre em regime de entendimento com a fiscalização, dispondo esta de amplos poderes para atuar no sentido do fiel cumprimento do Contrato.

23.2.2. A CONTRATADA deverá elaborar os projetos básicos e executivos, independentemente de sua necessidade para a execução.

23.2.3. Os projetos básicos e executivos contabilizados deverão ser fornecidos em sua totalidade à SEMOB/PMA. Os projetos serão desenvolvidos a partir do Anteprojeto (Anexo I-G), Levantamento topográfico (Anexo I-I) e Relatório de Sondagem (Anexo I-J), conforme diretrizes estabelecidas no Memorial Descritivo (Anexo I-H).

23.2.4. Cada etapa da obra somente poderá ser iniciada após a aceitação formal, por parte da SEMOB/PMA, dos projetos executivos referentes a essa etapa. Contudo, serviços iniciais como limpeza do terreno, instalação de tapumes, montagem de canteiro de obras, entre outros, independem da elaboração dos projetos executivos.

23.2.5. Será exigido, rigorosamente, na elaboração dos projetos e execução dos serviços, o atendimento às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, aprovadas ou recomendadas, em suas edições mais atualizadas, assim como as normas sanitárias vigentes e do Corpo de Bombeiros, as exigências do Código de Obras do município, das Companhias Concessionárias de Serviços Públicos, das normas e legislações ambientais e, de modo geral, das leis municipais, estaduais e federais pertinentes ao tema.

23.2.6. As aprovações na Prefeitura, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, Órgãos de Meio Ambiente e demais correlacionados, pertinentes aos projetos necessários à execução das obras e uso das edificações, serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

23.2.7. O pagamento de todas as taxas relativas às aprovações dos projetos, licenças necessárias à regularização da obra, junto aos órgãos competentes, como Prefeitura Municipal, CREA, CAU, INSS dentre outros órgãos competentes e o registro do contrato nos órgãos devidos, serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, devendo os comprovantes serem encaminhados à fiscalização da SEMOB/PMA.

23.2.8. É obrigação da CONTRATADA obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

23.2.9. A empresa CONTRATADA é responsável em inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 2061, de 20 de dezembro

de 2021.

23.2.10. A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais ou comerciais da execução do Contrato.

23.2.11. A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferem à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato ou restringir a regularização e o uso do serviço.

23.2.12. Cabe à CONTRATADA permitir e facilitar a fiscalização, em qualquer dia e hora devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados.

23.2.13. A empresa CONTRATADA obriga-se a manter ART – Anotação de Responsabilidade Técnica e/ou RRT – Registro de Responsabilidade Técnica, durante toda a execução do contrato.

23.2.14. A CONTRATADA deverá manter os locais, onde forem realizados os serviços, sinalizados e isolados do público por placas, faixas, fitas, tapume, tela dentre outros meios com o fim de evitar riscos de acidentes aos usuários locais e ao pessoal da empresa, se for o caso.

23.2.15. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

23.2.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.

23.2.17. Obriga-se a CONTRATADA a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

23.2.18. Manter Responsável técnico preposto aceito pela CONTRATANTE nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.

23.2.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

23.2.20. Apresentar, juntamente com a Nota Fiscal e/ou Fatura de Serviços os documentos comprobatórios do pagamento das obrigações trabalhistas, previdenciários, FGTS e fiscais.

23.2.21. Destinar pessoal suficiente para o desenvolvimento dos trabalhos a serem realizados, devidamente equipados com EPI (Equipamentos de Proteção Individual) e uniformizados.

23.2.22. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

23.2.23. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e

bem-estar no trabalho.

23.2.24. A CONTRATADA deverá manter mão de obra especializada, supervisão técnica e administrativa, veículos, equipamentos e ferramentas, bem como de todo material necessário à execução dos serviços demandados, atendendo a prioridade definida no caderno de especificações, de modo a viabilizar o cumprimento dos prazos de execução, com a qualidade determinada pela CONTRATANTE.

23.2.25. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

23.2.26. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato. C

23.2.27. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

23.2.28. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

23.2.29. Caso a CONTRATADA não cumpra com cronograma proposto, a mesma deverá apresentar uma justificativa expondo os motivos pelo qual não cumpriu com o cronograma, e apresentar novo cronograma para que possa ser analisado.

23.2.30. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato. Cabe ainda à CONTRATADA atender aos procedimentos para Controle Ambiental na execução do contrato. Em caso de permissão de subcontratação, atender ao que dispõe o ITEM 24.

24. SUBCONTRATAÇÃO

24.1. **Será admitida a subcontratação parcial da obra ou do serviço, se previamente** aprovado pela FISCALIZAÇÃO, e que não constituem o escopo principal do objeto, restrita, contudo, ao percentual de 5% (cinco por cento) do orçamento, devendo a empresa indicada pela licitante CONTRATADA, antes do início da realização do serviço, apresentar a documentação que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação técnica necessária.

24.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

24.3. A CONTRATADA apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

24.4. A CONTRATADA não poderá ceder ou subcontratar os serviços objeto deste Termo,

sem prévia autorização, por escrito, da Secretaria de Obras e Infraestrutura, ressalvando-se que quando concedida a subcontratação, obriga-se a CONTRATADA a celebrar o respectivo Contrato com a inteira obediência aos termos do Contrato firmado com o CONTRATANTE e sob sua inteira responsabilidade, reservando ainda ao CONTRATANTE o direito de, a qualquer tempo, dar por terminado o subcontrato, sem que caiba à subcontratada o direito de reclamar indenização ou prejuízo de qualquer espécie.

24.5. Vale ressaltar, que as subcontratadas deverão comprovar regularidade fiscal e previdenciária e preencher os mesmos requisitos de qualificação técnica exigidos no Edital.

24.6. Será vedada, nos termos do art. 122, §3º da Lei 14.133/21, a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

24.7. Não serão realizados pagamentos diretamente à subcontratadas.

25. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

25.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente através do responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização, mediante Termo de Recebimento Provisório, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias úteis da comunicação escrita pelo Contratado.

25.2. A aceitação definitiva dos serviços contratados se efetuará, mediante Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes, no prazo máximo de 90 (noventa) dias úteis após a emissão do Termo de Recebimento Provisório.

25.3. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato (art. 140, §1º, da Lei 14.133/2021).

25.4. A eventual aceitação dos serviços pela CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade de quaisquer erros, imperfeições ou vícios que eventualmente venham a se verificar posteriormente, circunstância em que as despesas de conserto ou modificação correrão por conta exclusiva da CONTRATADA.

25.5. O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias (Art. 140, §6º, da Lei 14.133/2023).

26. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

26.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei 14.133/2021, bem como do Decreto Municipal nº 43.665/2023, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.

26.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

26.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei 14.133/2021);

26.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei 14.133/2021);

26.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei 14.133/2021);

26.2.4. Multas (art. 156, II, e § 3º, da Lei 14.133/2021), observados os seguintes parâmetros:

26.2.4.1. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia útil de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

26.2.4.2. Multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento), incidente sobre o valor do contrato, para a infração descrita na alínea “a” do subitem 25.1;

26.2.4.3. Multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor do contrato, para as infrações descritas nas alíneas “b”, e “d” a “h” do subitem 25.1;

26.2.4.4. Multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato, para a inexecução total do contrato, descrita na alínea “c” do subitem 25.1;

26.3. Eventuais multas por atraso na apresentação, suplementação ou reposição da garantia estão previstas na cláusula de garantia, aplicando as disposições da presente cláusula subsidiariamente.

26.4. Em caso de reincidência, as multas serão aplicadas novamente, mas o valor total das multas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

26.5.A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a

obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

25.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, § 7º, da Lei 14.133/2021.

26.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

26.8. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

26.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no Decreto Municipal nº 43.665/2023, caput e parágrafos do art. 158 da Lei 14.133/2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, assim como as seguintes regras:

26.9.1. Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a Administração deverá notificar o contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

26.9.2. A notificação deverá ocorrer pessoalmente, eletronicamente, com confirmação de recebimento, ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

26.9.3. O prazo para apresentação de defesa prévia será de 15 (quinze) dias úteis e serão contados na forma do art. 183 da Lei 14.133/2021;

26.9.4. O contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

26.9.4. Se não for apresentada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a Administração proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso, que deverá ser exercido nos termos da Lei 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 43.665/2023;

26.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 43.665/2023 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Legislação

26.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que

utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

26.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

26.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei 14.133/2021.

26.14. Os débitos relativos a multas moratória e compensatória e as indenizações cabíveis poderão ser descontados dos valores devidos pela Administração ao contratado e, se insuficientes, a diferença poderá ser descontada da garantia prestada ou ser objeto de cobrança judicial.

26.14.1. Os débitos do contratado para com a Administração contratante poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos decorrentes de outros contratos administrativos que o contratado possua com o Município de Aracruz.

26.15. Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 43.665/2023.

27. DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. A Licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois a simples apresentação da PROPOSTA submete a Licitante à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor;

27.2. A Licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da Licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a adjudicatária, a rescisão do instrumento contratual, sem prejuízos das demais sanções cabíveis.

27.3. A SEMOB reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade, bem como adiar sine die ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou abertura da PROPOSTA ou da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, desclassificar qualquer proposta ou desqualificar qualquer Licitante, caso tome conhecimento de fato que afete a capacidade financeira, técnica ou comercial da Licitante, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza.

27.4. É facultado à Comissão, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações,

corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo.

27.5. Após elaboração dos projetos básicos a Contratada deverá apresentar planilha orçamentária com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais(ES), exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

27.6 Para maior agilidade na análise dos documentos do arquivo digital, os itens constantes na planilha devem ser apresentados na mesma ordem disposta por essa Prefeitura e cada um dos documentos devem ser apresentados em dois formatos: PDF e em planilha editável, com todos os valores contendo no máximo 02 (duas) casas decimais, devendo a CONTRATADA, para elaboração das composições de custos, adotar como referência o Anexo VI

27.7. Compete à licitante acompanhar os prazos estabelecidos neste Edital e divulgados no endereço eletrônico <http://www.aracruz.es.gov.br/licitacoes/> e no endereço eletrônico Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (<http://bll.org.br/>), assim como suas eventuais alterações e demais procedimentos referentes ao processo licitatório.

27.8. A licitante deverá ter pleno conhecimento dos elementos constantes desta licitação, notadamente das condições gerais e particulares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da formulação da proposta e do integral cumprimento do Contrato.

27.9. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

27.10. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

27.11. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

27.12. Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela comissão, sob pena de desclassificação ou habilitação.

27.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

27.14. Na apreciação da documentação de habilitação e das propostas o Agente de Contratação/Comissão poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

27.15. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

27.16. A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

27.17. Poderão ser convidados a colaborar com a comissão, assessorando-a, quando necessário, profissionais de reconhecida competência técnica, integrantes ou não dos quadros da administração pública municipal, desde que não vinculados direta ou indiretamente a qualquer dos licitantes.

27.18. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da Comissão em sentido contrário.

27.19. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

27.20. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

27.21. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

27.22. Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o foro competente é o da Comarca Aracruz/ES, excluindo-se qualquer outro, por mais especial que seja.

27.23. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (<http://bll.org.br/>), bem como no endereço <http://www.pma.es.gov.br/licitacoes/>

27.24. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

27.24.1. ANEXO I A - CREDENCIAMENTO PARA VISITA TÉCNICA;

27.24.2. ANEXO I B - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS LOCAIS E CONDIÇÕES CONCORRÊNCIA;

27.24.3. ANEXO I C - DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL;

27.24.4. ANEXO I D - DECLARAÇÃO DE QUE AS PROPOSTAS ECONÔMICAS COMPREENDEM A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS DOS DIREITOS TRABALHISTA;

27.24.5. ANEXO I E - DECLARAÇÃO PARA LICITANTE QUE OPTOU PELA NÃO REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA;

27.24.6. ANEXO I F - COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DO PREÇO UNITÁRIO;

27.25.7 ANEXO I G – ANTEPROJETO;

27.25.8 ANEXO I H - MEMORIAL DESCRITIVO;

27.25.9 ANEXO I J – RELATÓRIO DE SONDAGEM;

27.25.10 ANEXO I I - LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO;

27.25.11 ANEXO I I A – RESUMO DO ORÇAMENTO;

27.25.12 ANEXO I I B – EVENTOGRAMA;

27.25.13 ANEXO III – MATRIZ DE RISCO;

27.25.14. ANEXO IV - CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL;

27.25.15. ANEXO V -DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO;

27.25.16. ANEXO VI -DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;

27.25.17. ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA;

27.25.18 ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE; (FOI RETIRADA ESSE ITEM)

27.25.19. ANEXO IX - MINUTA DO CONTRATO;

Aracruz/ES, xx de xx de 2025.

-

ROSIANE SCARPATT TOFFOLI
Secretária de Saúde

ANEXO I A - CREDENCIAMENTO PARA VISITA TÉCNICA

(Local e data)

À

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Aracruz/ES.

Prezados Senhores:

Apresentamos o(a) Senhor(a)documento de
identificação nº, profissão..... para
representar esta empresa na realização da Visita Técnica do Edital de **CONCORRÊNCIA**
PÚBLICA Nº S0XX/2025, tendo como
objeto....., na data de.....
às.....horas.

Atenciosamente,

EMPRESA LICITANTE/CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL
CPF DO REPRESENTANTE LEGAL

**ANEXO I B - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS LOCAIS E CONDIÇÕES
CONCORRÊNCIA**

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº Sxxx/2025

A empresa _____ (razão social da licitante), inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a) _____, portador do RG Nº _____, CPF nº- _____, declaro que temos pleno conhecimento dos locais e das condições em que deverá ser executada a obra/servido de _____, conforme estipulado no edital de CONCORRÊNCIA Nº _____/2025, reconhecendo ainda que tal circunstância retira-nos a possibilidade de qualquer alegação futura de necessidade de adequação de objeto e/ou recomposição (reequilíbrio, revisão ou repactuação) de preços quanto ao aqui declarado.

Município /UF, ____ de _____ de 2025.

Razão Social do Licitante
Nome/Assinatura de seu Representante
CPF nº:.....
Carimbo CNPJ

ANEXO I C - DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº Sxxx/2025

A Empresa _____ (razão social da licitante), inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a) _____, portador do RG Nº _____, CPF nº _____, declara, para os devidos fins, que os serviços são prestados por empresas que comprovam cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendem às regras de acessibilidade previstas na legislação.

Município /UF, ____ de _____ de 2025.

Razão Social do Licitante
Nome/Assinatura de seu Representante
CPF nº:.....
Carimbo CNPJ

**ANEXO I D - DECLARAÇÃO DE QUE AS PROPOSTAS ECONÔMICAS COMPREENDEM
A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS DOS DIREITOS TRABALHISTA**

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº Sxxx/2025

A Empresa _____ (razão social da licitante), inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a) _____, portador do RG Nº _____, CPF nº _____, declara para todos fins que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Município /UF, ____ de _____ de 2025.

Razão Social do Licitante
Nome/Assinatura de seu Representante
CPF nº:.....
Carimbo CNPJ

**ANEXO I E - DECLARAÇÃO PARA LICITANTE QUE OPTOU PELA NÃO REALIZAÇÃO
DE VISITA TÉCNICA;**

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº Sxxx/2025

A Empresa _____ (razão social da licitante), inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a) _____, portador do RG Nº _____, CPF nº _____, **DECLARA** que por deliberação única e exclusiva da declarante, a mesma não participou da visita técnica disponível no referido processo licitatório, sendo de sua total responsabilidade e conhecimento as condições de realização dos serviços, não recaiando em nenhuma hipótese qualquer responsabilidade sobre o Município ou argumento futuro quanto à não visita antecipada.

Município /UF, ____ de _____ de 2025.

Razão Social do Licitante
Nome/Assinatura de seu Representante
CPF nº.:.....
Carimbo CNPJ

ANEXO I F - COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DO PREÇO UNITÁRIO

MODELO - COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DO PREÇO UNITÁRIO					
SERVIÇO :					UNIDADE :
A - Mão de Obra					
Item	Discriminação	Unidade	Preço por Unidade	Coeficiente	Custo
A - Custo Total de Mão de Obra:					
B – Equipamentos					
Item	Discriminação	Unidade	Preço por Unidade	Coeficiente	Custo
B - Custo Total de Equipamentos:					
C – Materiais					
Item	Discriminação	Unidade	Preço por Unidade	Coeficiente	Custo
C - Custo Total de Materiais:					

D – Outros					
Item	Discriminação	Unidade	Preço por Unidade	Coeficiente	Custo
D - Custo Total de Outros:					

Resumo da Composição do Custo Unitário			
Item	Descrição	Custo	
A	Mão de Obra	[transportar subtotal A]	
A1	Encargos Sociais		
B	Equipamentos	[transportar subtotal B]	
C	Materiais	[transportar subtotal C]	
D	Outros	[transportar subtotal D]	
	BDI	-	
		Preço Unitário :	
Observações:			
1) Deverão ser apresentadas as composições detalhadas dos Encargos Sociais e BDI, em percentual.			
2) Nos custos deverão estar incluídos transportes, materiais de segurança, alimentação, se for o caso, etc.			
* Esta planilha é exemplificativa e não exaustiva, podendo cada licitante, elaborar sua própria planilha, desde que dela conste todos os custos considerados na composição de seu preço, observando-se o modelo proposto, de forma a padronizar a apresentação e o julgamento das propostas.			

Observação: conforme Orientação Técnica do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (OT – IBR) nº 001/2006, cada Composição de Custo define o valor financeiro a ser despendido na execução do respectivo serviço e é elaborada com base em coeficientes de produtividade, de consumo e aproveitamento de insumos e seus preços coletados no mercado, devendo conter, no mínimo:

- Discriminação de cada insumo, unidade de medida, sua incidência na realização do

serviço, preço unitário e custo parcial;

- Custo unitário total do serviço, representado pela soma dos custos parciais de cada insumo.

ANEXO I G – ANTEPROJETO;

-

(Arquivo Digital)

OBSERVAÇÃO: Este documento está em arquivo eletrônico (digital) e será disponibilizado para download na plataforma bll e pelo site: <http://www.pma.es.gov.br/licitacoes/>

ANEXO I H - MEMORIAL DESCRITIVO;

(Arquivo Digital)

OBSERVAÇÃO: Este documento está em arquivo eletrônico (digital) e será disponibilizado para download na plataforma bll e pelo site: <http://www.pma.es.gov.br/licitacoes/>

ANEXO I J – RELATÓRIO DE SONDAGEM;

(Arquivo Digital)

OBSERVAÇÃO: Este documento está em arquivo eletrônico (digital) e será disponibilizado para download na plataforma bll e pelo site: <http://www.pma.es.gov.br/licitacoes/>

ANEXO II - LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO

(Arquivo Digital)

OBSERVAÇÃO: Este documento está em arquivo eletrônico (digital) e será disponibilizado para download na plataforma bll e pelo site: <http://www.pma.es.gov.br/licitacoes/>

ANEXO I I A – RESUMO DO ORÇAMENTO

-

(Arquivo Digital)

OBSERVAÇÃO: Este documento está em arquivo eletrônico (digital) e será disponibilizado para download na plataforma bll e pelo site: <http://www.pma.es.gov.br/licitacoes/>

ANEXO I I B – EVENTOGRAMA;

(Arquivo Digital)

OBSERVAÇÃO: Este documento está em arquivo eletrônico (digital) e será disponibilizado para download na plataforma bll e pelo site: <http://www.pma.es.gov.br/licitacoes/>

ANEXO III – MATRIZ DE RISCO;

–
(Arquivo Digital)

OBSERVAÇÃO: Este documento está em arquivo eletrônico (digital) e será disponibilizado para download na plataforma bll e pelo site: <http://www.pma.es.gov.br/licitacoes/>

ANEXO IV - CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº SXXX/2025

(Empresa) _____, com sede na cidade de _____, na _____ (endereço) _____, inscrita no C.N.P.J./MF sob o nº _____, neste ato representada por _____, abaixo assinado, declara, para os devidos fins, estar de acordo com as normas constantes do Edital em referência, propondo a execução das obras e serviços nele fixados, de acordo com o orçamento apresentado nas seguintes condições:

O Preço Global Proposto é de R\$ _____ (_____), conforme mencionado na planilha anexada à presente proposta, já incluídas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto, inclusive materiais a serem utilizados, equipamentos, mão-de-obra, todos os encargos trabalhistas e previdenciários, fretes, impostos e taxas de qualquer espécie, tributos em geral e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre a execução dos serviços e seus preços, conforme projetos e planilha de custos unitários e totais e cronograma físico-financeiro, no período máximo de ____ (número de dias por extenso) dias, nos termos do Edital nº ____/____ e seus Anexos.

O prazo de validade da proposta é de ____ (número de dias por extenso) consecutivos, a contar da data de apresentação da proposta.

Declaramos ainda, sob as penas da lei, que a documentação apresentada atende plenamente aos requisitos de habilitação, bem como, que não existe fato superveniente impeditivo da participação desta empresa no presente certame.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em tela, e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Município de _____, em ____ de _____ de _____

Atenciosamente,

Identificação e Assinatura do Representante Legal

ANEXO V -DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO;

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____, CPF nº. _____, Profissão _____, devidamente inscrito no CREA sob registro nº _____, pertencente ao quadro técnico permanente da empresa _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARO que aceito minha indicação como responsável técnico dos serviços objeto da licitação CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 0XX/2025.

Município /UF, ____ de _____ de 2025.

Nome/Assinatura
Profissão
CREA/CAU (dentre outros) nº.:

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

<Local e Data> Ao _____

Município de Aracruz-ES

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0XX/2025

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, sediada à (Rua, Nº, Bairro, Cidade – UF), **DECLARA** por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da cédula de identidade nº.....que em atendimento à determinação do Edital referenciado, que não emprego menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

Ressalva: () emprego menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Obs.: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima

EMPRESA LICITANTE/CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL
CPF DO REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA
(papel timbrado da licitante)

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ - ES
REF.: CONCORRÊNCIA Nº 0XX/2025

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), estabelecida na(ENDEREÇO COMPLETO)...., inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada pelo seu (REPRESENTANTE/SÓCIO/PROCURADOR) no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, sob as penas da Lei e para fins de participação no presente certame, que:

a) a empresa recebeu cópias de todos os instrumentos que compõem a **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XXX/2025** em referência, bem como possui todas as informações necessárias à formulação da proposta, e, ainda, que tem conhecimento das condições locais, necessárias à execução do objeto ora licitado, de conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

b) a empresa se submete integral e irrevogavelmente, a todas as exigências deste edital, inclusive ao cumprimento do calendário e emissão de Ordem de Serviço para liberação dos serviços, sem receber compensação pela não liberação de trabalho quando ocorrem fatos que impeçam a execução contínua dos serviços licitados.

c) cumpre plenamente os requisitos de habilitação, e que sua proposta está em

conformidade com as exigências estabelecidos no instrumento convocatório.

d) não mantêm vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

e) inexistente fato impeditivo a sua participação na CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XXX/2025 e, ainda, que não está impedida de participar de licitações de quaisquer órgãos ou entidades da Administração Pública.

f) suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

g) não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III d art. 5º da Constituição Federal;

h) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

i) está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do objeto licitado, não podendo divulgar, revelar, produzir utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

j) a proposta apresentada para participar da presente Licitação foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante / Consórcio), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

k) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente Licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

l) não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação quanto a participar ou não da referida licitação;

m) o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

n) o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

o) está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Por ser verdade assina a presente.

Município /UF, ____ de ____ de 2025.

EMPRESA LICITANTE/CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL
CPF DO REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XXX/2025

_____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____, portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, sob as penas da lei, que é considerada:

☐ microempendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não se incluindo nas hipóteses de exclusão previstas no §4º do artigo 3º do mesmo diploma;

gozando, assim, do regime diferenciado e favorecido instituído pela referida Lei Complementar, para fins de participação na presente licitação.

Declaro ainda, que não celebramos contratos com a Administração Pública, no ano calendário de realização da licitação, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do que dispõe art. 4º da Lei 14.133/21¹

Município /UF, ____ de _____ de 2025.

ANEXO IX - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ARACRUZ E A EMPRESA____

O MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 27.142.702/0001-66, com sede na Avenida Morobá, nº 20, Bairro Morobá, Aracruz - ES, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pela **Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura**, _____ (nome, nacionalidade, estado civil, profissão), inscrita no CPF/MF sob o nº _____, nos termos da Lei nº 3.643 de 20/03/2013, e a empresa doravante denominada **CONTRATADA**, com sede _____ (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ neste ato representada pelo _____ (condição jurídica do representante) Sr.(a) _____ (nome, nacionalidade, estado civil, profissão), inscrito no CPF/MF sob o nº _____ nos termos da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 43.364/2023, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do CONCORRÊNCIA nº XXX/2025, processo administrativo nº xxx/xxxx, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto a **Centro de Atenção Psicossocial Infante Juvenil – CAPS I, localizado na Rua Flor do Campo com as Ruas Prímola, Hortência e Flor de Maio, no bairro São Marcos, Aracruz/ES**, conforme condições, quantidades, exigências e especificações discriminadas nos projetos e estabelecidas neste Edital, seus anexos e na proposta da Contratada.

1.1. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital de Concorrência Eletrônica e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.2. A obra/serviço será administrada pela CONTRATADA, que assumirá integralmente a responsabilidade pela sua execução, ficando sujeita à fiscalização da Secretaria Municipal de Obras - SEMOB durante todas as fases e etapas do trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 – Os serviços objeto deste Contrato serão executados de forma indireta pelo regime de CONTRATAÇÃO INTEGRADA, nos termos do artigo 6º, inciso XXXII, e art. 46, inc. V, ambos da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. O prazo de vigência contratual será de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, com início no dia subsequente ao da assinatura do contrato, e terá duração pelo tempo de execução do contrato e será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período inicialmente previsto para execução, conforme previsão do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

3.1.1. O prazo de execução dos serviços é de 270 (duzentos e setenta) dias, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço.

3.2. A Ordem de Início será emitida até 30 (trinta) dias após a publicação do Contrato, salvo prorrogação, por igual período, registrada nos autos.

3.3. As Ordens de Paralisação, devidamente justificadas por escrito nos autos, suspendem o curso do prazo de execução do contrato, tornando a correr com a Ordem de Reinício dos serviços.

3.4. A prorrogação do prazo de execução, descontados os períodos de paralisação, será permitida, segundo o § 5º do art. 115 da Lei nº 14.133/2021, automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.5. Na contagem do prazo de vigência estabelecido neste instrumento, excluir-se-á o dia da assinatura e incluir-se-á o do vencimento, conforme disposto no Art. 183 da Lei nº 14.133/2021.

3.6. Só se iniciam e vencem os prazos previstos neste instrumento em dia de expediente na SEMOB.

3.7. A Contratada se obriga a acatar as solicitações da fiscalização da SEMOB para

paralisar ou reiniciar as obras, conforme item 8.3.

CLÁUSULA QUARTA - DA NATUREZA DA DESPESA

4.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura para o exercício financeiro de 2024 e subsequentes.

Órgão: 25 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional:

10.301.0017.1.0043- Construção, Reforma , Ampliação e Aquisição de equipamentos

Fonte: Estadual

Fonte: Recursos Próprios

Dotação: 1078

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR DO CONTRATO, DO REAJUSTAMENTO E DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1 – O valor total da contratação é de R\$ (.....), sendo a data base Fevereiro/2025.

5.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 – REAJUSTAMENTO – Os preços propostos serão reajustados, conforme a Lei nº 14.133/2021, decorrido 12 (doze) meses contados a partir da data do orçamento base da P. M. V., e de acordo com a variação do através do Índice Nacional de Custos da Construção – INCC – Coluna 39 (Consultoria) – Fundação Getúlio Vargas, desde que comprovado o seu desequilíbrio econômico-financeiro, com base nos preços referenciais, por meio da fórmula seguinte:

$$R = V \times \frac{(I - I_0)}{I_0}$$

Onde:

R = Valor do Reajustamento Procurado;

V = Valor da Obra ou Serviços Medidos a serem reajustados;

I₀ = Índice Nacional de Custos da Construção – INCC – Coluna 39 (Consultoria) – Fundação Getúlio Vargas, relativo ao mês anterior à data base do orçamento estimado;

I = Idem ao I₀, porém relativo ao mês em que completar periodicidade anual em relação ao mês anterior à data base do orçamento estimado.

b) Demais serviços: através do Índice Nacional de Custos da Construção – INCC – Coluna 35 (Edificações) – Fundação Getúlio Vargas, desde que comprovado o seu desequilíbrio econômico-financeiro, com base nos preços referenciais, por meio da fórmula seguinte:

$$R = V \times \left(\frac{I - I_0}{I_0} \right)$$

Onde:

R = Valor do Reajustamento Procurado;

V = Valor da Obra ou Serviços Medidos a serem reajustados;

I₀ = Índice Nacional de Custos da Construção – INCC – Coluna 35 (Edificações) – Fundação Getúlio Vargas, relativo ao mês anterior à data base do orçamento estimado;

I = Idem ao I₀, porém relativo ao mês em que completar periodicidade anual em relação ao mês anterior à data base do orçamento estimado.

5.4 A data base do orçamento referencial estimado é fevereiro/2025.

5.5 Competem à Contratada a iniciativa de requerer o reajuste e o encargo do cálculo minucioso de cada reajuste a ser aprovado pela CONTRATANTE, juntando-se a respectiva discriminação dos serviços o memorial de cálculo do reajuste, e demais documentos comprobatórios do reajuste pleiteado. Os reajustamentos de preços propostos estarão ainda sujeitos, a Leis Complementares, Medidas Provisórias e Decretos que venham regulamentar novos procedimentos em função das medidas econômicas de interesse do País.

5.6 - DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.6.1. Sempre que atendidas as condições do Contrato, assinado e publicado, considerase mantido seu equilíbrio econômico-financeiro. Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133/2021, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada e serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

5.6.2. Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento.

5.6.3. Não será concedida a revisão quando:

- a) ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;
- b) o evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização do prazo de execução do contrato;
- c) ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;
- d) a parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.
- e) houver alteração do regime jurídico-tributário da Contratada, ressalvada a hipótese de superveniente determinação legal.
- f) divergência entre a composição de custos unitários da proposta da CONTRATADA com os serviços definidos na Planilha, no Projeto básico e normas técnicas vigentes.

5.6.4. A revisão será formalizada por meio de Termo Aditivo, precedida de análise dos órgãos de controle.

CLÁUSULA SEXTA - DO FATURAMENTO

6.1 - A CONTRATADA deverá apresentar a fatura após o fechamento da medição por parte da fiscalização da Secretaria Municipal de Obras – SEMOB.

6.2 - A CONTRATADA deverá, no ato da entrega do faturamento, desde o primeiro e assim sucessivamente até o último, apresentar comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao faturamento do mês medido que estiver sendo apresentado, ficando a liberação do pagamento vinculada à apresentação dos citados documentos.

6.2.1 - A documentação acima referida deverá vir acompanhada de relatório especificado e de declaração da CONTRATADA, sob as penas da lei, de que adimpliu todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais no período.

6.3 – A Secretaria Contratante exigirá, para liberação da fatura, as Guias de Recolhimento do INSS e FGTS, ficando a liberação do processo de pagamento, condicionado à efetiva comprovação da quitação de tais obrigações do mês da medição.

6.4 - As Guias de Recolhimento do INSS e FGTS deverão demonstrar o recolhimento individualizado, especificamente para o presente contrato, acompanhadas da relação dos empregados envolvidos na execução dos serviços no mês de referência.

6.5 – A Secretaria Contratante poderá solicitar, a qualquer tempo, folhas de pagamento dos empregados envolvidos na execução do objeto contratado.

6.6 – O pagamento das OBRAS e/ou dos SERVIÇOS DE ENGENHARIA realizados será efetuado em até 30 (trinta) dias, após o protocolo da nota fiscal junto com a apresentação de todos os documentos elencados no subitem 4.7.

6.7 – Os pagamentos só serão efetuados sob análise e criteriosa avaliação da fiscalização, mediante apresentação dos seguintes documentos à CONTRATANTE:

- a) Nota fiscal eletrônica com CNPJ e informações da Unidade Gestora.
- b) Certidões Negativas de Débitos (Certidão Negativa dos Tributos Federais, Municipais (sede e PMV) e Estaduais (sede e Espírito Santo), FGTS e CNDT.
- c) Anotação de Responsabilidade Técnica - ART junto ao CREA ou documento de responsabilidade técnica junto a outra entidade profissional competente.
- d) Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou documento de Responsabilidade Técnica. - do(s) responsável(eis) pelo acompanhamento da obra);
- e) Certidão de Registro e Quitação Pessoa Física – CRQ - (do(s) responsável(eis) pelo acompanhamento da obra);
- f) Certidão de Registro e Quitação Pessoa Jurídica – CRQ - (da empresa);
- g) Cadastro Nacional de Obras CNO - Cópia do espelho da matrícula CEI / CNO;
- h) DARF do Recolhimento das Contribuições Previdenciárias e seu comprovante de pagamento - quitada referente ao mês do serviço medido;
- i) Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários – DCTFWeb e seu Recibo de Entrega - referente ao mês do serviço medido;
- j) Guia de Recolhimento FGTS e Comprovante de Pagamento - quitada referente ao mês do serviço medido;
- l) Guia de Recolhimento PIS e Comprovante de Pagamento - quitada referente ao mês do serviço medido;
- m) Guia de Recolhimento COFINS e Comprovante de Pagamento - quitada referente ao mês do serviço medido. No caso da apresentação de declaração de NÃO movimentação

para recolhimento das contribuições de PIS e COFINS, apresentar a DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais) e SPED;

n) Relatório Completo do Detalhamento da Guia FGTS Digital;

o) Folha de pagamento analítica referente ao mês do serviço medido;

p) Registro dos empregados, documentos comprobatórios dos contratos de trabalho dos empregados;

q) Cartões de Ponto ou Registro de Ponto - referente ao mês do serviço medido;

r) Declaração de contabilidade regular, assinada pelo sócio gerente e pelo contador.

6.8 - Para efeito do recebimento da última Nota Fiscal, ao término do contrato, deverá a CONTRATADA apresentar Certidão de Regularidade de Obra, Cadastro Nacional de Obras – CNO, que comprove a baixa da inscrição junto à Receita Federal do Brasil – RFB, bem como DCTFWeb Aferição de Obras em conformidade com a IN 2021/2021.

6.9 – É vedada a antecipação de pagamentos sem a contraprestação dos serviços.

6.10 – Havendo erro na nota fiscal eletrônica e por fonte/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que ela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

6.11 - Constatada a situação de irregularidade em quaisquer das certidões da CONTRATADA, ela será notificada, por escrito, sem prejuízo do pagamento pelo objeto já executado, para, num prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, sob pena de extinção contratual.

6.12 – O prazo para regularização ou encaminhamento de defesa de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez e por igual período, a critério da CONTRATANTE.

6.13 – Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.14 – Somente por motivo de economicidade e eficiência, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do órgão ou entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional sem as certidões de regularidade.

6.15 – A critério da CONTRATANTE, poderão ser utilizados os créditos existentes em favor da CONTRATADA para compensar quaisquer possíveis despesas resultantes de multas, indenizações, inadimplências contratuais e/ou outras de responsabilidade desta última.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1 – A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela etapa efetivamente executada no mês de referência, em consonância com o cronograma físico financeiro de eventos, após a medição pelo gestor e fiscal designado para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

7.2 - Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias, para pagamento, contados a partir da data da emissão do aceite na nota fiscal recebida pela CONTRATANTE.

7.3 - Serão acrescidos desse prazo para pagamento constante do item anterior, os dias em

que a CONTRATADA concorrer para o atraso dos pagamentos, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela CONTRATANTE.

7.4 - Os pagamentos efetuados após o prazo estipulado no item anterior, desde que não provocado pela CONTRATADA, deverão contemplar atualização financeira, nos seguintes termos:

$$\text{VM-VF} \times 12 \times \text{ND} \\ 100 \quad 360$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

7.5 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, esta será devolvida à CONTRATADA para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela CONTRATANTE, APÓS ACEITE DA NOVA DOCUMENTAÇÃO.

7.6 - A falta de comprovação de regularidade quanto às obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas, seja no momento da apresentação da fatura mensal ou em qualquer oportunidade na qual a comprovação seja demandada, obriga a CONTRATANTE a adotar as seguintes medidas, imediata e cronologicamente:

- a) aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas previstas neste contrato;
- b) não sendo aceitas as justificativas ofertadas pela CONTRATADA, rescindir o contrato e determinar a imediata interrupção da execução do objeto;
- c) executar a garantia contratual, os valores das multas e as eventuais indenizações devidas à Administração, bem como reter os créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos que lhe forem causados, especialmente, aqueles decorrentes de responsabilização subsidiária por inadimplemento de obrigações trabalhistas, observando-se, para tanto, os critérios da compensação; d) efetuar o pagamento de eventual saldo remanescente em favor da CONTRATADA ou adotar as diligências necessárias à cobrança judicial de saldo remanescente em favor da Administração, conforme o caso.

7.7. A CONTRATADA declara sua anuência com a possibilidade de retenção de créditos advindos deste contrato até que seja comprovada a sua regularidade fiscal e trabalhista.

CLÁUSULA OITAVA - DAS MEDIÇÕES E DOS ADITIVOS

8.1. O pagamento será feito por medição mensal, assistida pela CONTRATADA, de acordo com o apurado pela fiscalização e supervisão de apoio, tendo por base o efetivo cumprimento do cronograma físico financeiro de eventos conforme planejamento proposto pela CONTRATADA e previamente aprovado pela fiscalização.

8.2. As medições serão ainda cumulativas, e efetuadas sobre o total realizado no período, sendo que os eventos impugnados pela fiscalização não serão considerados para pagamento até a sua correção total.

8.2.1. Para fins de remuneração da “Administração Local”, o pagamento será proporcional à execução financeira do contrato, observado o efetivamente executado, não podendo ser alterado.

8.3. Critério de aceitabilidade: A aceitabilidade da obra está condicionada: à correta execução do projeto de engenharia; ao acompanhamento e atestado dos serviços pela fiscalização; aos relatórios de controle da qualidade, contendo os resultados dos ensaios e determinações devidamente interpretados, caracterizando a qualidade do serviço executado e aos requisitos impostos pelas normas vigentes da SEMOB.

8.4 - Medições dos serviços: Os serviços serão medidos, de acordo com critérios de medição constantes do presente contrato e planejamento da CONTRATADA, após sua aprovação pela fiscalização do contrato.

8.5 - Esta medição será feita após a apresentação de relatório por parte da CONTRATADA, contendo, no mínimo:

8.5.1 – Descrição detalhada das atividades realizadas no período, mencionando e justificando as eventuais causas de atraso no andamento dos serviços;

8.5.2 – Relação da equipe utilizada no período (nominando o pessoal, a sua função e a sua relação com a empresa por atividade);

8.5.3 – Programação para o próximo período;

8.5.4 – Correspondências expedidas e recebidas e diário de obras preenchido;

8.6 – Considerando os serviços serem executados por preço global, não se admite qualquer alteração contratual, ressalvada a previsão da Matriz de Risco delimitada no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA e respectivo Edital do CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA ATRAVÉS DO REGIME DE CONTRATAÇÃO INTEGRADA, que fazem parte integrante do presente contrato.

8.7 - A Contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, mas sem limitação, conforme estabelecido na Matriz de Risco.

8.8 – A Contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade é do Contratante, conforme estabelecido na Matriz de Risco.

8.9 – Constitui peça integrante do contrato, independentemente de transcrição no instrumento respectivo, o ANEXO I-D do TERMO DE REFERÊNCIA – MATRIZ DE RISCO.

8.10 – Ao participar do certame, a Contratada declara:

8.10.1 – Ter pleno conhecimento da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no contrato; e

8.10.2 – Ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.

8.11 - A assinatura do presente Contrato implica a concordância da Contratada com a adequação de todos os projetos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este ajuste, a qual aquiesce que, eventuais alterações quantitativas ou qualitativas que decorram de erros, falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos dos projetos não serão causa de qualquer forma de acréscimo de valor ao Contrato.

CLÁUSULA NONA - DA AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1 – A SEMOB indicará um gestor e um fiscal do contrato que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da sua execução, registrando em relatório todas as ocorrências e deficiências eventualmente verificadas, emitindo, caso constate alguma irregularidade, notificação a ser encaminhada à CONTRATADA para correções, podendo ainda designar apoio a esta fiscalização, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.

9.2 - A fiscalização da SEMOB terá livre acesso ao local da obra, devendo a CONTRATADA colocar a sua disposição os elementos que forem necessários ao desempenho de suas atribuições.

9.3 - É vedado a SEMOB e a seu representante, exercer poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

10.1. A CONTRATADA prestará, a seu critério, uma das garantias previstas no artigo 96, §1º da Lei nº 14.133/21, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo optar por qualquer das modalidades previstas no dispositivo legal supracitado, a saber: caução em dinheiro OU títulos da dívida pública OU seguro-garantia OU ainda fiança bancária OU título de capitalização.

10.1.1. CAUÇÃO EM DINHEIRO OU TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA, conforme inciso I do § 1º do art. 96 da Lei 14.133/2021, com as alterações que lhe sucederam.

10.1.2. FIANÇA BANCÁRIA conforme CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA - GARANTIA DE CUMPRIMENTO DO CONTRATO: carta de fiança fornecida por estabelecimento bancário, devidamente registrada em cartório de registro de títulos e documentos, conforme determinado pela Lei 6.015/73, art. 129, acompanhada de:

10.1.2.1. Cópia autenticada do estatuto social do banco;

10.1.2.2. Cópia autenticada da assembleia que elegeu a última diretoria do banco;

10.1.2.3. Cópia autenticada do instrumento de procuração, em se tratando de procurador do banco;

10.1.2.4. Reconhecimento de firmas das assinaturas constantes da carta de fiança.

10.1.3. SEGURO-GARANTIA – No caso da opção pelo Seguro Garantia, o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela SUSEP a comercializar seguros, e em nome da Administração contratante, cobrindo, inclusive, os riscos de rescisão do contrato.

10.1.3.1. A apólice terá sua validade confirmada pelo segurado por meio da consulta ao site <https://www2.susep.gov.br/safe/menumercado/regapolices/pesquisa.asp>.

10.1.3.2. O seguro garantia deve prever o pagamento de multas contratuais e contemplar

Cobertura de Ações Trabalhistas e Previdenciárias da CONTRATADA em relação à obra. O seguro-garantia deverá prever o atendimento deste edital como condição geral.

10.1.3.3. Na modalidade seguro garantia, em caso de inadimplemento pelo contratado, a seguradora terá a obrigação de assumir a execução e concluir o objeto do contrato e, serão observadas as seguintes:

I – caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice;

II – caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

10.2. A garantia deverá permanecer vigente durante todo o prazo de execução contratual, estendendo-se por mais 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, devendo ser renovada ou reforçada sempre que necessário, de modo a assegurar sua efetividade durante todo o período exigido.

10.2.1. A garantia de execução será liberada quando da assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO dos serviços.

10.3 - Em caso de rescisão do contrato ou de interrupção dos serviços, não será devolvida a garantia, a menos que a rescisão ou paralisação decorram de acordo entre as partes, nos termos da legislação vigente.

10.4 - Ocorrendo prorrogação de prazo ou aumento no valor contratual decorrente de acréscimos ou do reequilíbrio econômico-financeiro, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá a CONTRATADA proceder a renovação e/ou ao reforço da garantia inicial, proporcionalmente ao aumento de valor.

10.5. A garantia contratual deverá ser apresentada no prazo máximo de 1 (um) mês, contado a partir da data da homologação da licitação, e obrigatoriamente antes da assinatura do contrato.

10.5.1. Em caso de celebração de termo aditivo de prazo e/ou que implique acréscimo do valor contratual, a garantia complementar, deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado a partir da assinatura do respectivo aditivo.

10.5.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação ou renovação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento), o qual poderá ser glosado de pagamentos devidos.

10.5.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.

10.5.4. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base nesta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia previstas em lei, sem prejuízo da manutenção da multa aplicada.

10.6. Será exigida garantia adicional da CONTRATADA se a proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis, devendo ser apresentada no ato da assinatura do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS SEGUROS ADICIONAIS

11.1 – A CONTRATADA deverá apresentar, após a assinatura do Contrato e antes do pedido da primeira medição, as apólices dos Seguros Risco de Engenharia (RE) e Responsabilidade Civil Profissional (RCP).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Compete à CONTRATADA:

12.1 - Executar a obra nos termos das especificações contidas no Edital e seus anexos.

12.1.1 - A CONTRATADA deverá atender as normas legais vigentes no que couber ao futuro contrato, e sujeitar-se-á especialmente ao disposto nas normas municipais referentes a posturas municipais (Lei nº 6080/2003 e suas alterações), código ambiental (Lei nº 4438/1997 e alterações) e código de edificações (Lei nº 4821/1998 e alterações), assim como a avaliação de desempenho por medição, as quais desatendidas ensejará a aplicação de penalidades específicas de cada normativo. Cumprirá ainda as Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, e do Ministério do Trabalho e Emprego, e todas as demais legislações pertinentes.

12.1.2 - Quanto aos padrões e normas específicas a serem cumpridos pelos bens e materiais fornecidos, e pela obra executada ou testada, aplicar-se-ão as disposições da última edição ou revisão dos padrões e normas relevantes em vigor.

12.1.3 - Fica determinado que os projetos, especificações e toda a documentação relativa à obra são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe mencionado em um documento e omitido em outro será considerado especificado e válido.

12.2 - Dirigir, sob sua inteira responsabilidade, o pessoal adequado e capacitado que necessitar, em todos os níveis de trabalho, para a execução das obras, correndo por sua conta toda responsabilidade quanto os encargos e obrigações de ordem trabalhista, previdenciária.

12.2.1 - A CONTRATADA estará obrigada a destinar pessoal suficiente para o desenvolvimento dos trabalhos a serem realizados, devidamente equipados com EPI (equipamento de proteção individual) e com uniformes, figurando nas costas dos mesmos a inscrição: "A SERVIÇO DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA", na cor preta.

12.3 - Fornecer a SEMOB a relação nominal de empregados encarregados de executar a

obra/serviço contratado, indicando o número da carteira de trabalho, a data da contratação e do registro no Ministério do Trabalho, atualizando as informações, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, em caso de substituição de qualquer empregado.

12.4 - Efetuar o pagamento de seus empregados no prazo legal, independentemente do recebimento das faturas.

12.5 - Dotar seus empregados de equipamentos de proteção individual (segurança), quando necessários conforme preceituado pelas Normas de Segurança e Medicina do Trabalho.

12.6 - Pagar todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato, especialmente o INSS, FGTS e ISS, anexando a cada fatura apresentada a SEMOB, a comprovação do efetivo recolhimento dos valores correspondentes à fatura do mês anterior, vedada a apresentação de Certidões Negativas como comprovação do pagamento dos encargos mencionados, respondendo, do mesmo modo, pelas obrigações não cumpridas pelas subcontratadas.

12.6.1 - A CONTRATADA assume, integralmente, qualquer responsabilidade de natureza cível, criminal, trabalhista, social, previdenciária, fiscais, comercial, tributária e administrativa decorrentes da execução do objeto do presente Contrato, incluindo os atos de seus subcontratados, quando houver.

12.6.2 - A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

12.7 - Cercar seus empregados e das subcontratadas, quando houver, das garantias e proteção legais nos termos da Legislação Trabalhista, inclusive em relação à higiene, segurança e medicina do trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de segurança e proteção individual a todos componentes de suas equipes de trabalho ou aqueles que por qualquer motivo estejam envolvidos com os serviços.

12.8 - Registrar as ocorrências relacionadas com a execução do contrato havidas durante a execução do presente contrato em um "Livro de Ocorrências", permanentemente disponível, respondendo integralmente por sua omissão.

12.9 - Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao patrimônio do Município e de terceiros, por pessoas integrantes de suas equipes de trabalho.

12.10 - Manter, durante toda execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive, o recolhimento do ISSQN ao Município do Local da prestação do serviço, durante toda a execução do contrato, observando a legislação tributária vigente.

12.11 - Manter permanentemente nas obras e/ou serviços um engenheiro residente responsável ou corresponsável pela execução da obra nos termos da Lei nº 6.496/77, com poderes para representar a CONTRATADA junto a SEMOB, podendo resolver os problemas referentes aos serviços contratados. 12.12 - Reforçar a sua equipe de técnicos nas obras e/ou serviços, se ficar constatada insuficiência da mesma, para permitir a execução dos serviços dentro do prazo previsto.

12.13 - Afastar, dentro de 24 (vinte e quatro) horas o engenheiro credenciado, preposto, mestre, operário ou qualquer outro elemento de seu quadro de funcionários, cuja permanência no serviço for, de forma motivada, julgada inconveniente pela SEMOB.

12.14 - Providenciar a colocação, em tempo hábil, de todos os materiais e equipamentos necessários ao andamento dos serviços, dentro da programação prevista; o equipamento deve ser de nível tecnológico adequado e em perfeita condição de funcionamento.

12.14.1 - Os equipamentos devem estar em condições adequadas e equipados com todos os sistemas e dispositivos de proteção previstos na legislação em vigor.

12.15 - Retirar do canteiro e dos locais das obras e/ou serviços todo e qualquer material que for rejeitado em inspeção feita pela SEMOB.

12.16 - Manter, durante a execução das obras e/ou serviços, a vigilância dos mesmos, a proteção e conservação dos serviços executados até sua entrega a SEMOB. 12.17 - Executar os reparos que se fizerem necessários no serviço de sua responsabilidade, independentemente de sanções cabíveis que vierem a ser aplicadas.

12.18 - A empresa contratada deverá manter, sem ônus para a SEMOB, no canteiro de obras, um escritório e os meios necessários à execução da fiscalização e medição dos serviços por parte da SEMOB.

12.19 - Desmanchar e refazer, sem ônus para a SEMOB, os serviços não aceitos pelo mesmo, quando for constatado o emprego de material inadequado ou execução imprópria do serviço à vista das especificações respectivas.

12.20 - Proceder, no final das obras e/ou serviços à desmobilização das instalações provisórias dos canteiros, limpeza e remoção de todo material indesejável.

12.21 - Reforçar o seu parque de equipamento se for constatada a inadequação para realizar os serviços de acordo com o eventograma/cronograma e/ou se, em virtude de atraso, for necessário este aumento do equipamento para recuperação do tempo perdido.

12.22 - Permitir e facilitar a SEMOB a inspeção ao local das obras e/ou serviços em qualquer dia e hora, prestando todos os informes e esclarecimentos solicitados, relacionados com os serviços contratados.

12.23 - A contratada deverá conceder LIVRE ACESSO aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os Servidores ou Empregados do Órgão ou Entidade Contratante e dos Órgãos de Controle Interno e Externo;

12.24 - Manter a segurança do tráfego com a devida sinalização durante a execução das obras e/ou serviços, de conformidade com as normas contidas no Código de Trânsito Brasileiro - Lei nº 9.503/97, fazendo constar nas placas de sinalização a logomarca da SEMOB e do Município, e ainda a colocação de placa nominativa das obras e/ou serviços, com dimensões, dizeres e símbolos determinados pela SEMOB;

12.25 - A Contratada deverá fazer a Anotação de Responsabilidade Técnica (A.R.T.) do respectivo Contrato e Orçamento no CREA-ES, conforme determinam as Leis nºs 5.194, de 24.12.66, e 6.496, de 07.12.87, e as Resoluções nºs 194, de 22.05.70, e 302, de 23.11.84, do CONFEA. A comprovação da Anotação de Responsabilidade Técnica será feita pelo encaminhamento a SEMOB de via da A.R.T. destinada ao Contratante;

12.25.1 - A emissão da Ordem de Início dos Serviços fica condicionada a existência do protocolo junto ao CREA de pedido da Anotação de Responsabilidade Técnica da Empresa (Anotação de Responsabilidade Técnica do Contrato) e do Engenheiro Responsável Técnico

(Anotação de Responsabilidade Técnica do Profissional Responsável).

12.25.2 - As Certidões de Acervo Técnico – CAT a serem apresentadas terão as mesmas exigências do EDITAL para o profissional em questão. Deverá ser informado o nome do Responsável Técnico substituto, CPF, CREA ou outra entidade profissional competente e a ART ou documento de responsabilidade técnica.

12.26 - O acompanhamento tecnológico, inclusive geométrico e geotécnico, ficará a cargo da CONTRATADA, quando cabível, conforme Termo de Referência e Memorial.

12.27 - Manter reserva quanto aos Projetos, especificações e desenhos, apenas sendo facultado fornecê-los a terceiros, para qualquer fim, mediante prévia e expressa autorização da SEMOB.

12.28 - Exonerar a Administração por qualquer responsabilidade, face à utilização de técnicas, materiais, equipamentos, métodos ou processos adotados durante a execução da obra/serviço contratado.

12.29 - Reconhecer a propriedade do Município, de todos os fósseis e achados localizados durante a execução dos serviços, fazendo-lhe a pronta entrega, quando for o caso.

12.30 - Cumprir e fazer cumprir os dispositivos legais pertinentes aos elementos de defesa e preservação do meio ambiente relativamente às legislações em nível federal, estadual e municipal, com o devido cumprimento das condicionantes ambientais.

12.30.1 - A CONTRATADA deverá adotar todas as precauções para evitar agressões ao meio ambiente, mantendo o local de trabalho adequado às exigências de limpeza, higiene e segurança.

12.30.2 - A CONTRATADA fica responsável, inclusive por atos de seus empregados, pela preservação da flora e da fauna existente, de acordo com a legislação e normas vigentes.

12.30.3 - A CONTRATADA se responsabilizará, sem ônus para a SEMOB, pela completa desmobilização de todas as estruturas de apoio que venha a instalada para a execução dos serviços, bem como pela recuperação/reabilitação das áreas utilizadas, e pela adequada gestão dos resíduos (coleta, armazenamento e destinação) por ela gerados na obra;

12.30.4 - A CONTRATADA é responsável pelo devido cumprimento das condicionantes ambientais, atendendo ao estabelecido nas especificações que tratam dos procedimentos e obrigações ambientais da obra e/ou serviço, sem custos adicionais para o Contratante, respondendo pela execução das obras e dos serviços provisórios e permanentes de proteção ambiental;

12.30.5 - A CONTRATADA deverá obter, antes do início das obras e/ou serviços, sem ônus para a SEMOB, todas as licenças ou autorizações ambientais que sejam necessárias para a operacionalização dos serviços e atividades que irá desenvolver, e para as áreas de apoio que irá utilizar para execução do objeto contratado, observado o disposto na LICENÇA AMBIENTAL, tais como: licença para instalação de canteiro de obra, quando necessários.

12.31 - A CONTRATADA fica obrigada a comunicar imediatamente à administração Contratante qualquer alteração de sua condição no processo de Recuperação judicial ou extrajudicial. 12.32 - A CONTRATADA é responsável pela manutenção e condições de segurança da via objeto deste contrato durante a execução dos serviços.

12.33 – EVENTOGRAMA E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO: Deverá ser

acompanhado pela CONTRATADA, realizando-se reuniões com a CONTRATANTE, formalizadas em atas, estabelecimento do caminho crítico e demais questões relevantes para a execução contratual, sendo o seu cumprimento condição para realização de pagamento.

12.33.1 - A CONTRATADA deverá efetuar seu próprio planejamento, levando em conta a produtividade de suas máquinas, equipamentos e mão de obra, observando o EVENTOGRAMA, O CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO e o Termo de Referência.

12.33.2 - Os relatórios de gerenciamento e/ou cronogramas deverão ser compatíveis com os programas eletrônicos utilizados pela SEMOB.

12.33.3 - A CONTRATADA deverá cumprir os prazos de entrega de cada etapa da obra, estabelecidos no EVENTOGRAMA - CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, sujeitando a CONTRATADA às penalidades contratuais os seus descumprimentos.

12.4. É vedado à CONTRATADA:

12.4.1 - Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.4.2 - Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.5. Compete à SEMOB: 12.5.1. Pagar à CONTRATADA o preço estabelecido na Cláusula Terceira, nos termos ajustados neste contrato; 12.5.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato, designando os servidor(es) responsável(is);

12.5.3. Providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município, no prazo previsto em lei;

12.5.4. Se a Contratante relevar o descumprimento no todo ou em parte de quaisquer obrigações da Licitante Adjudicatária, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer modo afetar ou prejudicar essas mesmas obrigações, as quais permanecerão inalteradas como se nenhuma omissão ou tolerância houvesse ocorrido.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Será admitida a subcontratação parcial da obra ou do serviço, se previamente aprovado pela FISCALIZAÇÃO, e que não constituem o escopo principal do objeto, restrita, contudo, ao percentual de 5% (cinco por cento) do orçamento, devendo a empresa indicada pela licitante CONTRATADA, antes do início da realização do serviço, apresentar a documentação que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação técnica necessária.

13.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

13.3. A CONTRATADA apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

13.4. A CONTRATADA não poderá ceder ou subcontratar os serviços objeto deste Termo,

sem prévia autorização, por escrito, da Secretaria de Obras e Infraestrutura, ressalvando-se que quando concedida a subcontratação, obriga-se a CONTRATADA a celebrar o respectivo Contrato com a inteira obediência aos termos do Contrato firmado com o CONTRATANTE e sob sua inteira responsabilidade, reservando ainda ao CONTRATANTE o direito de, a qualquer tempo, dar por terminado o subcontrato, sem que caiba à subcontratada o direito de reclamar indenização ou prejuízo de qualquer espécie.

13.5. Vale ressaltar, que as subcontratadas deverão comprovar regularidade fiscal e previdenciária e preencher os mesmos requisitos de qualificação técnica exigidos no Edital.

13.6. Será vedada, nos termos do art. 122, §3º da Lei 14.133/21, a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

13.7. Não serão realizados pagamentos diretamente à subcontratadas.

14 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

14.1. A execução do contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Contratante para este fim especialmente designado.

14.2. O acompanhamento e fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da obra ou do serviço e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercido por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados.

14.3. A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo do serviço e será exercida por representante da CONTRATANTE, e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, de acordo com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

14.4. A fiscalização se efetivará no local dos serviços por técnicos da Prefeitura Municipal de Aracruz/ES, previamente designados, que poderão ser assessorados por profissionais ou empresas especializadas expressamente contratadas para este fim, na forma dos arts. 117 e 140 da Lei 14.133/2021.

14.5. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto no arts. 125 e 126 da Lei 14.133/2021.

14.6. Conforme art. 5º da Lei Municipal 4.606/2023, os gestores e fiscais de contratos, ou os respectivos substitutos, serão representantes da Administração designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

14.7. As atividades de gestão e fiscalização da execução do contrato competem ao gestor do contrato, auxiliado pela fiscalização técnica e administrativa, de acordo com as disposições do art. 15 da Lei Municipal nº 4.606/2023.

14.8. Caberá ao GESTOR DO CONTRATO e, nos seus afastamentos e impedimentos legais,

ao seu substituto, em especial:

I – coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;

II – emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, no prazo de até 1 (um) mês, contados da instrução do requerimento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

III – acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou dos terceiros contratados, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

IV – acompanhar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para efeito de empenho de despesa e pagamento, devendo anotar no relatório de riscos eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e pagamento da despesa;

V – manter atualizado o processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no Histórico de Gerenciamento do Contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à necessidade ou não de eventuais adequações ao contrato para que atenda a finalidade da Administração;

VI – coordenar os atos preparatórios à instrução processual e o envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos de que dispõe o inciso I do artigo 15, da Lei Municipal nº 4.606/2023;

VII – comunicar à autoridade competente, em prazo razoável, acerca do término dos contratos, para nova contratação ou prorrogação, visando à solução de continuidade;

VIII – constituir relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do artigo 174 da Lei n.º 14.133/2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração;

IX – atualizar continuamente o relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e/ou setorial;

X – emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e/ou setorial no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

XI – diligenciar para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n.º 14.133/2021 ou pelo agente/setor com competência para tal, conforme o caso.

14.9. Caberá ao FISCAL TÉCNICO DO CONTRATO e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao substituto, em especial:

I – prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

II – anotar no Histórico de Gerenciamento do Contrato todas as ocorrências relacionadas à

execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

III – emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;

IV – informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

V – comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas;

VI – fiscalizar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na avença, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;

VII – comunicar o gestor do contrato, no prazo estabelecido nos termos no inciso VII do artigo 16, o término do contrato sob sua responsabilidade, no caso de nova contratação ou prorrogação;

VIII – participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, juntamente com o fiscal administrativo e/ou setorial, de que trata o inciso VII do art. 16;

IX - auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VII do caput do art. 16 da Lei Municipal nº 4.606/2023;

X - realizar o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 20, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

14.10. Caberá ao FISCAL ADMINISTRATIVO DO CONTRATO e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, do substituto, em especial:

I – prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

II – verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA;

III – examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscal, trabalhista e previdenciária e, em caso de descumprimento, observar as regras expedidas pela Administração;

IV – atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas de descumprimento das obrigações contratuais, reportando ao gestor do contrato para providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

V - participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial, conforme o disposto no inciso IX do caput do art. 16, da Lei 4.606/2023;

VI - auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas

pelo contratado, conforme o disposto no inciso X do caput do art. 16, da Lei 4.606/2023;

VII - realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

14.11. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14.12. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.13. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.14. O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade da CONTRATADA e nem confere à CONTRATANTE a responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros por quaisquer irregularidades ou danos na execução dos serviços contratados.

14.15. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

14.16. A CONTRATANTE se reserva no direito de rejeitar no todo ou em parte, os serviços ora contratados, prestados em desacordo com Edital e seus anexos, e com o contrato.

14.17. As determinações e as solicitações formuladas pelo representante da CONTRATANTE encarregado da fiscalização do Contrato deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA ou, nesta impossibilidade, justificadas por escrito, sob pena de aplicação das medidas legais cabíveis.

15. CLAUSULA DECIMA TERCEIRA: DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

15.2.1. As alterações serão circunstanciadamente justificadas e previamente autorizadas pela autoridade competente.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações quantitativas e qualitativas deverão ser formalizadas por meio de termo aditivo, no qual deverão ser indicados com precisão os quantitativos ou especificações alterados e a variação percentual do valor inicial correspondente, observadas as condições e o limites percentuais para acréscimos e decréscimos, na forma do art. 124 Lei Federal nº 14.133/2021.

15.5. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no subitem anterior, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as contratantes.

15.4. Se a contratada houver adquirido materiais para aplicação na obra antes da notificação de supressão pela contratante, e não sendo aceita a sua devolução, fará jus ao pagamento correspondente, considerando-se exclusivamente os preços de aquisição dos materiais, tal como regularmente comprovados, que passarão então a pertencer ao Município de Aracruz.

15.5. Os acréscimos e supressões serão calculados sobre o valor original atualizado do contrato, aplicando-se a cada um desses conjuntos, individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles, os limites de alteração previstos em lei.

15.6. As adequações dos projetos e das condições de execução dos serviços sempre deverão atender aos requisitos e normas técnico-legais pertinentes, acompanhadas dos devidos registros nos Conselhos profissionais competentes, e submetidas à aprovação prévia da autoridade competente.

16. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – EXTINÇÃO CONTRATUAL

16.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

16.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

16.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

16.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

16.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

16.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

16.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

16.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

16.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos em relação ao cronograma físico-financeiro, atualizado;

16.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

16.6.3. Indenizações e multas.

16.7. Em caso algum o CONTRATANTE pagará indenização à CONTRATADA por encargos resultantes da Legislação Trabalhista Previdenciária, Fiscal e Comercial, bem como aqueles resultantes de atos ilícitos praticados pela CONTRATADA e seus prepostos a terceiros.

16.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

17. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei 14.133/2021, bem como do Decreto Municipal nº 43.665/2023, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.

17.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

15.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei 14.133/2021);

15.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei 14.133/2021);

15.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei 14.133/2021);

15.2.4. Multas (art. 156, II, e § 3º, da Lei 14.133/2021), observados os seguintes parâmetros:

15.2.4.1. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia útil de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

15.2.4.2. Multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento), incidente sobre o valor do contrato, para a infração descrita na alínea “a” do subitem 15.1;

17.2.4.3. Multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor do contrato, para as infrações descritas nas alíneas “b”, e “d” a “h” do subitem 15.1;

17.2.4.4. Multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato, para a inexecução total do contrato, descrita na alínea “c” do subitem 15.1;

17.3. Eventuais multas por atraso na apresentação, suplementação ou reposição da garantia estão previstas na cláusula de garantia, aplicando as disposições da presente cláusula subsidiariamente.

17.4. Em caso de reincidência, as multas serão aplicadas novamente, mas o valor total das multas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

17.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

17.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, § 7º, da Lei 14.133/2021.

17.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.8. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no Decreto Municipal nº 43.665/2023, caput e parágrafos do art. 158 da Lei 14.133/2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, assim como as seguintes regras:

17.9.1. Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a Administração deverá notificar o contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

15.9.2. A notificação deverá ocorrer pessoalmente, eletronicamente, com confirmação de recebimento, ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

17.9.3. O prazo para apresentação de defesa prévia será de 15 (quinze) dias úteis e serão contados na forma do art. 183 da Lei 14.133/2021;

17.9.4. O contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

17.9.4. Se, antes da defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a Administração proferir decisão fundamentada e adotar as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso, que deverá ser exercido nos termos da Lei 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 43.665/2023;

17.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 43.665/2023 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Legislação;

17.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os

efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

17.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

17.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei 14.133/2021.

17.14. Os débitos relativos a multas moratória e compensatória e as indenizações cabíveis poderão ser descontados dos valores devidos pela Administração ao contratado e, se insuficientes, a diferença poderá ser descontada da garantia prestada ou ser objeto de cobrança judicial.

17.14.1. Os débitos do contratado para com a Administração contratante poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos decorrentes de outros contratos administrativos que o contratado possua com o Município de Aracruz.

17.15. Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 43.665/2023.

18. CLAUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

18.1. A Contratada obriga-se a manter a disposição da contratante, profissional habilitado para execução e acompanhamento dos serviços ora solicitados, o qual deverá emitir ART – Anotação de Responsabilidade Técnica ou RRT – Registro de Responsabilidade Técnica, pela execução dos serviços.

18.2. . Poderá a SEMESA/SEMOB, a seu critério, exigir a demolição e reconstrução de qualquer parte dos serviços, caso estes tenham sido executados com imperícia técnica ou em desacordo com o Projeto, Norma e Especificações Técnicas

18.3. Todos os serviços realizados pela CONTRATADA deverão ser listados formalmente em um Boletim de Ocorrência, ou Diário de Obra, onde constem, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Data do serviço;
- b) Dia da Semana;
- c) Serviço Realizado;

d) Pendências;

e) justificativa das Pendências.

18.4. Este documento deverá estar assinado pelo Responsável Técnico pela execução dos serviços e, em concordância, pela fiscalização da obra.

18.5. O Diário de Obra deverá conter espaço, para comentários/justificativas, pelo executor dos serviços e outro para a fiscalização da obra.

18.6. A Contratada será responsável pela vigilância no local da execução da obra.

18.7. Durante a execução da obra, a CONTRATADA deverá sempre preservar a limpeza e a organização sobre todos os aspectos. A obra deverá ser entregue livre de empecilhos de qualquer natureza, que possa prejudicar, ainda que minimamente, a sua funcionalidade.

18.8. Os entulhos, restos de materiais e outros equipamentos pertinentes à execução dos serviços deverão ser totalmente removidos no término dos mesmos, e gerenciados em conformidade com o disposto no art. 10 da Resolução CONAMA 307/2002.

18.9. Os materiais empregados na obra, a serem fornecidos pela CONTRATADA, serão previamente submetidos à fiscalização para exame e aprovação e deverão ser comprovadamente de boa qualidade.

18.10. A mão de obra a ser utilizada deverá ser com pessoal tecnicamente capaz e conhecedor de suas funções, objetivando-se com isso, obter o melhor resultado possível.

18.11. Os serviços a serem executados compreendem: fornecimento de mão de obra, material, equipamentos, maquinário, ou quaisquer outros necessários às Obras.

18.12. Os serviços deverão ser prestados de forma ininterrupta nos dias úteis, devendo se necessário, e autorizado previamente pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, ser estendido ao horário noturno ou em feriados e finais de semana.

18.13. Máquinas e equipamentos deverão estar devidamente identificados.

18.14. Os serviços para execução da obra, poderão a critério da SEMSA/SEMOB, ser deslocados para outros horários, (noturno ou dias não úteis) caso sua realização possa acarretar prejuízos ao normal desenvolvimento dos trabalhos ou impossibilitar as atividades de atendimento aos moradores locais.

18.15. Para a fiel execução dos serviços ora licitados, além dos projetos, composições de custos, memória de cálculo e planilha orçamentária, deverão também ser atendidas as recomendações técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quanto à qualidade dos materiais e mão-de-obra empregados na execução dos serviços.

18.16. Caberá a empresa CONTRATADA responsabilidade integral por todos os serviços, durante o prazo previsto em lei, a contar da data de entrega definitiva da obra.

18.17. Excluir-se-ão da presente responsabilidade, defeitos, estragos, quebras ou falhas provocadas decorrentes do mau uso das instalações em questão.

18.18. Não será permitido o início das diversas etapas sem serem observadas as recomendações previstas na legislação vigente.

18.19. A CONTRATADA deverá fornecer aos seus empregados e subcontratados (se houver) uniformes, bem como todos os equipamentos de proteção individual e coletiva, necessários à execução dos serviços, de acordo com as leis, normas e portarias que regulam a segurança do trabalho, responsabilizando-se pela efetiva utilização dos mesmos.

18.21. Os projetos, as especificações, as composições, os cálculos, dentre outros, deverão ser examinados com o máximo cuidado pela CONTRATADA, e em todos os casos omissos ou suscetíveis à dúvida, deverá a CONTRATADA recorrer à FISCALIZAÇÃO para melhores esclarecimentos ou orientação, sendo as decisões finais comunicadas sempre por escrito.

18.22. As eventuais modificações no projeto, ou substituições dos materiais especificados, poderão ser aceitas desde que solicitadas por escrito, com explicações muito bem embasadas pela CONTRATADA e sua aprovação dependerá de análise por parte da FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE.

18.23. Todos os serviços contratados só serão recebidos, após devidamente atestados por técnicos e/ou engenheiros da contratada na presença da FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE.

18.24. A CONTRATADA deverá garantir que serão prontamente reparadas e substituídas, à sua própria custa, todas as partes que acusarem defeito ou quaisquer anormalidades durante o período de garantia.

18.25. Os serviços, materiais e transportes necessários à correção de anormalidades, apresentados dentro do prazo de garantia, correrão por conta da CONTRATADA.

18.26. A CONTRATADA deverá responder, ressalvadas as hipóteses legais de caso fortuito ou de força maior, por todo e qualquer prejuízo que, em decorrência da execução deste objeto, for causado aos imóveis, mobiliários, equipamentos e demais pertences da CONTRATANTE, ficando certo que os prejuízos eventualmente causados serão ressarcidos à CONTRATANTE.

19. CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

19.1. A Contratada se obrigará a executar as obras, empregando exclusivamente materiais de primeira qualidade e obedecendo, rigorosamente, aos Levantamento Topográfico Planialtimétrico, Projeto Arquitetônico, Projeto Elétrico, bem como às Normas e Especificações Técnicas Vigentes (tais quais normas da ABNT – Associação Brasileira de

19.2. Normas Técnicas, e orientações técnicas do IBRAOP – Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas).

19.3. Os procedimentos executivos detalhados, identificando os tipos de serviços a serem executados e os materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como seus quantitativos e custos unitários, e demais especificações técnicas, encontram-se no Caderno de Encargos e Especificações, Orçamento e Projetos.

19.4. O material técnico disponibilizado foi desenvolvido de forma a fornecer visão global da obra/serviços, identificando todos seus elementos constitutivos com clareza, apresentando

soluções técnicas detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante sua execução, contudo todo projeto é passivo de interferências, não se descartando a necessidade de compatibilizações dos mesmos no momento das realizações dos serviços.

19.5. Deverão ser analisados para composição dos respectivos custos (produtividade x operacionalidade x equipamentos de produção), considerando as técnicas executivas propostas e a equipe para execução dos serviços.

20. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

20.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente através do responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização, mediante Termo de Recebimento Provisório, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias úteis da comunicação escrita pelo Contratado.

20.2. A aceitação definitiva dos serviços contratados se efetuará, mediante Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes, no prazo máximo de 90 (noventa) dias úteis após a emissão do Termo de Recebimento Provisório.

20.3. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato (art. 140, §1º, da Lei 14.133/2021).

20.4. A eventual aceitação dos serviços pelo Contratante não eximirá a Contratada de responsabilidade de quaisquer erros, imperfeições ou vícios que eventualmente venham a se verificar posteriormente, circunstância em que as despesas de conserto ou modificação correrão por conta exclusiva da contratada. _

20.5. O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias (Art. 140, §6º, da Lei 14.133/2023).

21. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO

21.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Fica a CONTRATADA, ciente de que a assinatura deste contrato indica que têm pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como do termo de referência e de todas as suas condições gerais e peculiares, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.

21.2. Os documentos discriminados neste Contrato e os que vierem a ser emitidos pelas partes, em razão deste, o integrarão para todos os fins de direito, independente de transcrição e lhe são anexos.

21.3. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

21.4. Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do arts. 165 a 168 da Lei 14.133/2021.

21.5. A comunicação e o procedimento de aplicação das penalidades observarão o disposto neste contrato.

21.6. A CONTRATADA será responsável por qualquer reparo ou conservação da obra durante 90 (noventa) dias após o seu recebimento definitivo, sem prejuízo das responsabilidades previstas no Artigo 140, §2º e § 6º da Lei 14.133/2021.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

22.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

23.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Aracruz, Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

23.2. E por estarem justos e acordados, assinam o presente contrato em 03(três) vias de igual teor, valor e forma, na presença de testemunhas.

Aracruz-ES, XX de XXXXXX de XXXX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1: _____ Nome:
CPF:

1: _____ Nome:
CPF:



PREFEITURA DE
ARACRUZ



Prefeitura de Aracruz | Secretaria de Administração e Recursos Humanos - SEMAD | (27) 3270-7050 | 0800-283-9263 | www.aracruz.es.gov.br

Processo: 22464/2025 | Autor: ISIS CRUZ MEIRA QUINONEZ

FOLHA DE DESPACHO

À Subprocuradoria para Assuntos Administrativos

Segue para providências.

Em 12 de junho de 2025

Maria Carolina Batista Christo

SERVIDOR



Autenticar documento em <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 33003900390030003500340037003A005400, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

fls. 354

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 33003900390030003500340037003A005400

Assinado eletronicamente por **Maria Carolina Batista Christo** em 12/06/2025 10:43

Checksum: **2299B3078468EF3E3EC339D559D9F277DB7D6D97BA1ABD0D9DD88ADF25B7D1E9**





PREFEITURA DE
ARACRUZ



Prefeitura de Aracruz | Secretaria de Administração e Recursos Humanos - SEMAD | (27) 3270-7050 | 0800-283-9263 | www.aracruz.es.gov.br

Processo: 22464/2025 | Autor: ISIS CRUZ MEIRA QUINONEZ

FOLHA DE DESPACHO

À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Segue os autos para ciência e providências quanto ao teor do r. parecer.

Em 12 de junho de 2025

Vera Luiza Pimentel Milliole

SERVIDOR



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 33003900390030003600350032003A005400

Assinado eletronicamente por **Vera Luiza Pimentel Milliolo** em 12/06/2025 14:55

Checksum: **B94ABD3DA9930193365DFC6565760327201BB46C42D72448FCCE78DAB513B57D**



PARECER

PROCESSO Nº: 22.464/2025

ASSUNTO: Análise de Minuta de Edital – Concorrência Pública Eletrônica

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA)

I – RELATÓRIO

Trata o presente expediente de processo administrativo encaminhado a este órgão de consultoria jurídica pela Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), para análise da regularidade jurídica da minuta de Edital de Licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, NO REGIME DE CONTRATAÇÃO INTEGRADA, PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO, PROJETO EXECUTIVO DE ENGENHARIA, E EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DO CAPS INFANTIL, na forma de execução indireta, sob regime de empreitada por preço unitário**, mediante licitação pública, cujo valor global estimado é de R\$ 4.335.920,72 (quatro milhões trezentos e trinta e cinco mil novecentos e vinte reais e setenta e dois centavos), conforme justificativa e especificações constantes do DFD, ETP e Termo de Referência/Projeto Básico e seus anexos (E-Doc's.1.2; 5.2; 5.3).

O certame se procederá na modalidade **CONCORRÊNCIA** para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, NO REGIME DE CONTRATAÇÃO INTEGRADA, PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO, PROJETO EXECUTIVO DE ENGENHARIA, E EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DO CAPS INFANTIL, LOCALIZADA NA RUA HORTÊNCIA, S/Nº, BAIRRO SÃO MARCOS, NESTE MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES.**

Os presentes autos encontram-se instruídos com os seguintes documentos, pertinentes à presente análise:

- a) Documento de Formalização de Demanda – DFD (E-Doc.1.2);
- b) Informação da Proposta SISMOB (E-Doc.1.3);
- c) Estudo Técnico Preliminar – ETP (E-Doc.5.2);
- d) Termo de Referência (E-Doc.5.3);
- e) Ante Projeto (E-Doc.5.4);
- f) Memorial Descritivo (E-Doc.5.5);
- g) Levantamento Topográfico (E-Doc.5.6);



- h) Resumo do Orçamento e Planilhas Orçamentárias (E-Doc.5.7);
- i) Cronograma Físico-Financeiro (E-Doc.5.8);
- j) Mapa de Riscos (E-Doc.5.9);
- k) Relatório de Sondagem (E-Doc.5.10);
- l) ART – Documentação Técnica (E-Doc.5.11);
- m) Manifestação do Gestor autorizando o prosseguimento da Contratação (E-Doc.7.1);
- n) Portaria que designa a CPL (E-Doc.9.2);
- o) Minuta de Edital e seus anexos (E-Doc.9.3);
- p) Requisição de Serviço nº 535/2024 (E-Doc.3.18);

Necessidade de complementação prévia do procedimento com:

- a) **Demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;**
- b) **Comprovação da Disponibilidade Orçamentária, sobretudo o que dispõe o art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal¹;**
- c) **Caso se trate de criação ou expansão de ação governamental que acarrete aumento da despesa, seja anexada a estimativa do impacto orçamentário no exercício e nos dois subsequentes, bem como a declaração sobre a adequação orçamentária e financeira para fazer face às despesas, em conformidade com as normas constantes dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal;**
- d) **Autorização de Despesa do Ordenador;**
- e) **Nota de Reserva Orçamentária;**
- f) **Requisição de Serviço;**

Vale ressaltar que os preços estimados do objeto a serem contratados através da presente licitação, não se mostra tarefa responsável a este órgão de assessoramento jurídico, motivo pelo qual, não será objeto de análise.

1 Art. 42 Lei Complementar nº 101/2000: É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.



Por meio do Despacho a Secretara Consultente, demandou deste Jurídico a elaboração de Parecer Preventivo tratando da fase preparatória dos processos de contratação, à luz da Lei Federal nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos.

Deve-se salientar, ainda, que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos constantes dos autos até a presente data, e que, incumbe a este órgão prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na análise da conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito da Secretaria Solicitante, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica ou administrativa.

É a síntese do necessário.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

II. 1 – DA FINALIDADE E ABRANGÊNCIA DO PARECER JURÍDICO

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade. Em relação a esses, eventuais apontamentos decorrem da imbricação com questões jurídicas, na forma do Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União, de adoção por analogia:

Enunciado BPC nº 7



A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

De fato, **presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão**, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos.

De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

II. 2 – DO ENQUADRAMENTO TÉCNICO E JURÍDICO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

O dever de licitar decorre do disposto no art. 37, XXI, Constituição Federal, que estabelece que “as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes”, de modo a competir à União editar as normas gerais de licitação, e aos Estados a edição de normas específicas, em conformidade com o art. 22, inc. XXVII e parágrafo único do texto constitucional.

A Lei nº 14.133/ 2021 estabeleceu que a fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação (artigo 18, caput, da lei 14133/2021).



A normativa nacional elenca a concorrência como uma das modalidades de licitação (art. 28, II). Conforme redação do art. 6º, XXXVIII, Lei n. 14.133/21, considera-se concorrência:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XXXVIII - concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser:

- a) menor preço;
- b) melhor técnica ou conteúdo artístico;
- c) técnica e preço;
- d) maior retorno econômico;
- e) maior desconto; **(G.N)**

Trata-se, a concorrência, de hipótese residual em relação ao pregão, que, por sua vez, não se aplica às contratações de "obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata o art. 6º, XXI, "a", Lei n. 14.133/21. Veja-se:

Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de **obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea "a" do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei.**

Quanto ao tema, pertinentes, ainda, os ensinamentos de Marçal Justen Filho:

4.1) A concorrência A concorrência destina-se a promover a contratação de compras, locações, serviços (inclusive de engenharia) e obras. No tocante às compras e serviços, é cabível a concorrência quando não se caracteriza um objeto comum. (P. 440)

Serviços e obras de engenharia

Os serviços e obras de engenharia caracterizam, como regra, objeto não comum. Assim se passa porque cada serviço de engenharia ou obra refletem as circunstâncias do ambiente em que são realizados, sendo essencial avaliar a identidade do particular e evitar seleção decorrente de lances decrescentes sucessivos. No entanto, admite-se a adoção do pregão para os serviços de engenharia comuns, que são aqueles que comportam padronização em vista das circunstâncias.

Portanto, as definições teóricas quanto aos serviços de engenharia comuns precisam ser avaliadas em conjunto com situação fática para verificar o cabimento ou o não do pregão. (P. 447)²

2 Justen Filho, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei 14.133/2021. São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021.



Assim, é possível concluir que a concorrência é modalidade licitatória utilizada na contratação de obras e serviços de engenharia, à exceção dos serviços comuns, que admitem licitação via "pregão". A definição de obra pública ou serviço de engenharia compete à unidade responsável pela elaboração (ou avaliação) do anteprojeto de engenharia. Ademais, tal definição deve constar expressamente do caderno licitatório.

No mesmo sentido, aliás, é a Orientação Normativa nº 54 da Advocacia-Geral da União – AGU:

"COMPETE AO AGENTE OU SETOR TÉCNICO DA ADMINISTRAÇÃO DECLARAR QUE O OBJETO LICITATÓRIO É DE NATUREZA COMUM PARA EFEITO DE UTILIZAÇÃO DA MODALIDADE PREGÃO E DEFINIR SE O OBJETO CORRESPONDE A OBRA OU SERVIÇO DE ENGENHARIA, SENDO ATRIBUIÇÃO DO ÓRGÃO JURÍDICO ANALISAR O DEVIDO ENQUADRAMENTO DA MODALIDADE LICITATÓRIA APLICÁVEL."

A contratação integrada foi prevista, inicialmente, no Decreto Federal n. 2.745/1998, restrito ao âmbito da Petrobrás. Posteriormente, foi consolidada pela Lei n. 12.462/11 (Lei do RDC), inspirando a contratação semi-integrada, prevista, inicialmente, pela Lei n. 13.303/2016 ("Lei das Estatais"). Mais recentemente, a modalidade foi consignada na Lei n. 14.133/21. Veja-se:

Art. 6º.

(...)

XXXII - contratação integrada: regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto;

Em suma, o regime de execução "contratação integrada" é restrito às obras e serviços de engenharia e envolve a atuação do particular desde a elaboração projeto básico até a entrega final do objeto.

Historicamente, a utilização da contratação integrada, tal qual prevista na Lei do Regime Diferenciado de Contratações (RDC), é condicionada a circunstâncias bem específicas: i) inovação técnica ou tecnológica; ii) possibilidade de execução mediante distintas metodologias; iii) possibilidade de execução mediante utilização de tecnologias de domínio restrito no mercado.

A Lei n. 14.133/21, diferentemente de suas antecessoras, não restringiu, expressamente, o objeto da contratação integrada às hipóteses descritas supra. Daí, seria possível interpretar que a contratação integrada, nos termos previstos na Nova Lei de Licitações e Contratos, possui requisitos menos rígidos, podendo ser utilizada independentemente da complexidade do objeto (o que não quer dizer que deixa de ser considerada excepcional em



relação aos demais regimes de execução indireta, tampouco de demandar justificativa adequada). Trata-se de interpretação válida. Nesse sentido, leciona Joel de Menezes Niebuhr³:

"(...) a regra é que o objeto da licitação seja adequadamente descrito, o que demanda projeto básico e, por via de consequência, um dos regimes de execução do art. 46 da Lei 14.133/21 que não a contratação integrada. A exceção é mitigar a descrição do objeto da licitação, aceitando-se que seja realizada de modo mais panorâmico, portanto sem projeto básico, o que importa na adoção da contratação integrada.

Diante da premissa de que a contratação integrada é exceção, ainda que não declarada literalmente pela Lei n. 14.133/21, a Administração deve dispor de razão que justifique a sua utilização. Não se devem exigir justificativas tão estritas quanto as previstas na Lei n. 12.462/11, que é a Lei do Regime Diferenciado de Contratações (RDC), ou na Lei 13.303/16, que é a Lei das Estatais. Ora, se o legislador quisesse que tais justificativas condicionassem o uso da contratação integrada no âmbito da Lei n. 14.133/21, ele as teria exigido expressamente. Ele não o fez e deve-se respeitar a escolha do legislador. Isso não significa, entretanto, que a Administração pode adotar a contratação integrada de modo arbitrário, sem amparo no interesse público. Então, deve haver justificativa de interesse público para a adoção da contratação integrada.

Registre-se que o Tribunal de Contas da União vê a contratação integrada como exceção e vem prolatando precedentes bastante restritivos em relação à sua utilização. (...) É oportuno advertir que os precedentes não devem ser transplantados automaticamente para o regime da Lei n. 14.133/21. Isso porque, como já ressaltado, a Lei n. 12.462/11 prevê requisitos para o uso da contratação integrada que não foram reproduzidos na Lei n. 14.133/21. O legislador, na Lei n. 14.133/21, não quis estabelecer a mesma restrição em relação ao uso da contratação integrada, por efeito do que, ainda que ela seja concebida como medida excepcional, não pode ser compreendida sob a mesma régua da Lei n. 12.462/11."

A doutrina majoritária, contudo, parece sugerir a necessidade de demonstração da "complexidade". Por exemplo, Rafael Wallbach Schwind aduz que:

As contratações integradas e semi-integradas possuem três características básicas. A primeira delas é a complexidade do objeto. (...) as contratações integradas e semi-integradas versam sobre objeto de natureza complexa. Envolvem obras por meio das quais se desenvolvem atividades específicas. Mas seu objeto não englobará apenas a execução de obras.

Compreenderá também o desenvolvimento de projetos, o fornecimento de bens, a montagem, testes, pré-operação e demais medidas para que o objeto final seja entregue pronto para funcionamento. Portanto, não é permitida a realização de contratações integradas ou semi-integradas que tenham por objeto apenas a execução de uma obra pura e simples. Esses modelos contratuais se aplicam a objetos mais complexos. Envolvem a assunção de encargos heterogêneos por parte do contratado.

A lógica das contratações integradas e semi-integradas é que a Administração receba um empreendimento complexo pronto para funcionamento. Sob um certo ângulo, busca-se evitar o problema da "constelação de contratos", em que a Administração, para obter um objeto complexo, acaba tendo de efetuar contratações diversas, com objetos distintos, perante contratados variados – o que costuma ser fruto de muitos problemas em termos de gestão, por exemplo. A contratação integrada racionaliza essas relações contratuais ao centralizar objetos distintos dentro de um único contrato complexo.

No mesmo sentido, é o entendimento de Rodrigo Vissotto Junkes:

3 NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação pública e contrato administrativo / João Joel de Menezes Niebuhr. 5 ed. 1 reimp. Belo Horizonte : Fórum, 2022, pgs. 514 - 515.



Diante dessa complexa realidade legal, seria possível afirmar que há uma espécie de omissão legal – lacuna, na verdade – quanto à definição das hipóteses de cabimento da contratação direta (sic, aqui o autor refere-se, de fato, à contratação integrada).

Essa omissão, por sua vez, pode ser superada e a lacuna normativa preenchida mediante a aplicação de uma interpretação sistemática e teleológica.

Nesse sentido, é fundamental conceber que o legislador responsável pela Lei nº 14.133/2021, seguindo os passos já traçados pelo RDC e pela Lei das Estatais, não pretendeu substituir os regimes já consagrados pela Lei nº 8.666/93 pela contratação integrada. Muito antes de buscar essa sucessão de regimes, ele buscou inseri-lo no conjunto já integrado pelos regimes concebidos pela Lei nº 8.666/93, como uma nova opção a ser empregada pelos agentes públicos. (...)

O fundamento que inspirou a contratação integrada, portanto, foi o de permitir que a Administração se beneficie da atuação dos particulares que poderão, nesses casos excepcionais, gozar de ampla liberdade para elaborar o projeto básico e executivo de acordo com as metodologias e critérios que lhes pareçam mais adequados para executar o objeto. É por isso que, na contratação integrada, a obrigação imposta ao Poder Público se restringe à elaboração do anteprojeto de engenharia que forneça, de forma clara e tanto quanto possível completa, a descrição do problema e da solução respectiva que são esperados com a execução do contrato.

Dentre as interpretações descritas, por óbvio, a interpretação restritiva do objeto (no sentido da complexidade constituir elemento indispensável à adoção da "contratação integrada") apresenta um menor risco para o gestor público. Por outro lado, a interpretação ampliativa (no sentido da prescindibilidade da complexidade) é, naturalmente, mais arriscada frente aos órgãos de controle. Enquanto unidade de consultoria jurídica, não nos compete manifestar sobre a conveniência e oportunidade dos atos administrativos, tampouco tomar decisões administrativas em substituição aos gestores democraticamente eleitos. **Compete, sim, ao gestor público, escolher o caminho que lhe aprovar, consciente dos riscos respectivos.**

Portanto, recomenda-se que o setor técnico competente justifique a opção pela utilização da contratação integrada de acordo com uma das interpretações expostas supra consciente dos riscos de cada interpretação. Caso adote a interpretação restritiva, é indispensável que demonstre a "complexidade", nos termos consolidados, historicamente, no costume jurídico. Em qualquer cenário, deverá justificar a escolha da "contratação integrada" em detrimento dos outros regimes de execução indireta.

III – PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

III.1 – Documento de Formalização da Demanda (DFD)

O Documento de Formalização da Demanda (DFD) inaugura o processo, assentando a necessidade da Administração e o interesse público envolvido na contratação de serviço ou na aquisição de determinado bem.



O DFD é responsabilidade dos setores demandantes ou requisitantes de cada órgão ou entidade.

No presente caso, consta dos autos o DFD elaborado pela autoridade competente (E-Doc.1.2).

III.2 – Da Justificativa Da Contratação

A justificativa para a contratação consta no item 2 do DFD (E-doc.1.2) e item 3 do Termo de Referência (E-Doc.5.3).

“Até o ano de 2024, o município de Aracruz, mesmo com uma população estimada em mais de 100 mil habitantes, dispunha apenas de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS II), ainda não habilitado pelo Ministério da Saúde. Essa limitação impõe sérios desafios à rede municipal de saúde mental, especialmente no tocante ao atendimento especializado voltado ao público infantojuvenil.

Observava-se, portanto, um importante vazio assistencial no campo da saúde mental de crianças e adolescentes. O crescimento contínuo do número de usuários dessa faixa etária acompanhados pela rede municipal, com diagnósticos de transtornos mentais leves, moderados e graves, somado à crescente demanda por atendimento relacionado ao uso abusivo de álcool e outras drogas por adolescentes, evidenciou a urgência da ampliação e qualificação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), por meio da implantação de um CAPS Infantil (CAPSi) no território.

Esse cenário foi agravado significativamente pelos eventos trágicos ocorridos em novembro de 2022, quando o município foi palco de um atentado violento em duas escolas, resultando em óbitos de crianças, adolescentes e professores. Tal episódio de violência impactou profundamente a saúde mental da população, especialmente de estudantes, profissionais da educação, familiares e trabalhadores da saúde, gerando uma demanda extraordinária e contínua por acolhimento psicossocial especializado para o público infantojuvenil, com foco na superação dos traumas psíquicos vivenciados.

Diante desse contexto, o município estruturou uma proposta voltada à construção de um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPS i), com o objetivo de assegurar um cuidado integral, contínuo, multiprofissional e intersetorial à saúde mental de crianças e adolescentes, conforme estabelecido na Política Nacional de Saúde Mental, na Portaria GM/MS nº 336/2002, e nos princípios da RAPS.

A construção de uma unidade própria do Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPS i) no Bairro São Marcos, no Município de Aracruz/ES, justifica-se pela necessidade de adequação estrutural e funcional do serviço de saúde mental infantojuvenil, atualmente em funcionamento de forma provisória em imóvel locado. Essa implantação emergencial, realizada em novembro de 2024 com recursos municipais, atendeu às determinações de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com o Ministério Público Estadual, em resposta à demanda assistencial urgente da população local. No entanto, o imóvel atual não satisfaz integralmente as exigências físicas e assistenciais estabelecidas pela Política Nacional de Saúde Mental, nem os padrões sanitários das Resoluções da Diretoria Colegiada da Anvisa (RDCs), comprometendo o pleno desenvolvimento das atividades terapêuticas e comunitárias. Assim, a obra visa garantir um ambiente adequado, seguro e permanente, assegurando a qualidade do cuidado prestado e a conformidade legal e técnica do serviço.

Exposta a justificativa do setor responsável, ressalte-se não competir à Procuradoria Setorial fazer inferências a respeito da conveniência e oportunidade atinentes aos atos ora pretendidos.

III.3 – Estudo Técnico Preliminar (ETP)



No caso concreto, observa-se que a Administração elaborou o Estudo Técnico Preliminar (E-Doc.5.2).

No presente caso, os profissionais da área técnica e requisitante elaboraram o ETP, que por se tratar de documento de conhecimento técnico, a avaliação cabe, em última instância, ao próprio órgão assistido, cabendo a este órgão de assessoramento tão somente observar se contém as previsões necessárias relacionadas art. 18, §1º, da Lei nº 14.133/ 2021.

Em que prese o referido, **a equipe de planejamento deverá certificar-se de que trazemos conteúdos previstos no inciso XXIV, art. 6º da Lei nº 14.133/2021 e art. 7º do Decreto Municipal nº 43.373/2023.** Tal dispositivo estabelece que os estudos preliminares, obrigatoriamente, deverão conter:

I - descrição da necessidade da contratação, considerando o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - descrição dos requisitos da potencial contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho;

III — levantamento de mercado;

IV — descrição da solução como um todo e, quando for o caso, das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica;

V — estimativa das quantidades a serem potencialmente contratadas, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

VI — estimativa do valor da potencial contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII — justificativas para o parcelamento ou não da solução, considerando critérios de viabilidade técnica e econômica;

VIII — contratações correlatas e/ou interdependentes;

IX — demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

X — demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

XI — providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, se for o caso, tais como adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;



XII — descrição de possíveis impacto ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refulos, quando aplicável;

XIII — posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Eventual não previsão de qualquer dos conteúdos descritos art. 7º do Decreto Municipal nº 43.373/2023, deverá ser devidamente justificada no próprio documento, consoante art. 7º, § 1º do mesmo regulamento local.

No plano da **Administração Municipal**, tanto a Lei Municipal nº 4.606/2023, quanto os Decretos Municipais serviram para regulamentar a Nova Lei de Licitações e Contratos no Município de Aracruz, de modo que as Unidades Administrativas devem se ater ao disposto nessas legislações locais.

III.4 – Do Termo de Referência ou Projeto Básico

O Termo de Referência consiste em um dos atos essenciais do pregão e deve conter todos os elementos caracterizadores do objeto que se pretende licitar, como a sua descrição detalhada, o orçamento estimativo de custos e o cronograma físico-financeiro da execução.

Tal documento deve propiciar a avaliação do custo pela Administração, a definição dos métodos, a estratégia de suprimento e o prazo de execução contratual.

O TR deve ser elaborado segundo parâmetros traçados no ETP e conforme alíneas do inciso XXIII do art. 6º da NLLC, contendo, de modo descritivo, o seguinte:

- a) objeto, sua natureza e quantitativos, prazo do contrato e possibilidade de eventual prorrogação (“a”);
- b) fundamentos e requisitos para contratação (“b” e “d”);
- c) descrição plena da solução entabulada no ETP, envolvendo todo o ciclo de vida do objeto, o modelo de gestão de sua execução e de gestão do próprio contrato, os critérios de medição e pagamento (“b”, “c”, “e”, “f”, “g”);
- d) forma e critérios de seleção do fornecedor ou prestador do serviço (“h”);
- e) estimativas do valor da contratação; e
- f) adequação e disponibilidade orçamentária para a despesa (“j”).

No caso, consta dos autos o Termo de Referência elaborado pela área requisitante, datado e assinado (E-Doc.5.3).



Alerta-se o gestor que são vedadas especificações do objeto que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição. Nesse sentido, é o que se extrai do artigo 9º da Lei nº 14.133/21:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;

c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;

III - opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei. (...)

Considerando o dispositivo legal parcialmente transcrito, bem como a ausência de conhecimento técnico deste órgão de assessoramento quanto ao objeto da licitação, **recomenda-se que o gestor adote as devidas cautelas para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais à contratação, sem as quais não poderão ser atendidas as necessidades da Administração.**

Registra-se que não se está fazendo qualquer juízo crítico quanto às especificações constantes no termo de referência. **Recomenda-se** apenas que o gestor se certifique quanto à efetiva necessidade dos serviços licitados possuírem as especificações indicadas. **Recomenda-se**, ainda, seja atestado que tais especificações não inviabilizam a competitividade, bem como não acarretam direcionamento para marca ou empresa específica, o que não é possível. Por fim, **que o Ordenador de Despesas aprove expressamente o Termo de Referência.**

III.5 – Da análise de Risco

Por se tratar de contratação de serviço sob o regime de contratação integrada, é obrigatória a inclusão de matriz de riscos, conforme previsão do art. 22, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

No caso concreto, verifica-se que a Administração elaborou a matriz de risco, conforme E-Doc.5.9.

III.6 – Da Pesquisa de Preço



Cumpra à Administração Pública, na fase interna do certame, realizar a pesquisa de preços para identificar o valor referencial da contratação. Ciente dos valores praticados no mercado, a Administração conseguirá aquilatar o montante dos recursos que poderá ser direcionado à consecução de determinado objeto.

O valor previamente estimado da contratação é objeto de disciplina no art. 23 da Lei n. 14.133/2021:

§ 2º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme regulamento, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia;

II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;

III - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

IV - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento. (...)

§ 5º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia sob os regimes de contratação integrada ou semi-integrada, o valor estimado da contratação será calculado nos termos do § 2º deste artigo, acrescido ou não de parcela referente à remuneração do risco, e, sempre que necessário e o anteprojeto o permitir, a estimativa de preço será baseada em orçamento sintético, balizado em sistema de custo definido no inciso I do § 2º deste artigo, devendo a utilização de metodologia expedita ou paramétrica e de avaliação aproximada baseada em outras contratações similares ser reservada às frações do empreendimento não suficientemente detalhadas no anteprojeto.

Além das regras legais, também devem ser observadas as normas do **Decreto Municipal nº 43.377/2023⁴** o qual estabelece as regras e critérios para elaboração de orçamento, o que deve ser observado pela autoridade técnica competente.

Tendo em conta a natureza estritamente técnica do orçamento, a adequação da metodologia empregada para estimar os custos unitários da contratação são atribuições não afetas à formação jurídica e ao prisma do exame da estrita legalidade, sendo de responsabilidade do órgão técnico.

4 <http://transparencia.aracruz.es.gov.br/MostraArquivo.ashx?Arquivoid=4072>



Portanto, o setor responsável pela orçamentação deve justificar, no caso concreto, se o anteprojeto permite ou não (e, se permite, até que ponto o faz), a estimativa de preços baseada em orçamento sintético, de acordo com o sistema de custos a que se refere o art. 23, p. 2º, I, Lei n. 14.133/21.

Quanto ao orçamento, é dever da Administração, na contratação de serviços, elaborar planilha detalhada com a consolidação dos quantitativos e preços unitários e global da contratação (art. 6º, XXIII, alínea "i", art. 18, IV, e § 1º, VI, da Lei nº 14.133/2021).

III.7 – DO ANTE PROJETO

Tratando-se de contratação integrada, é indispensável que o poder público seja criterioso na elaboração do anteprojeto, pois lá constarão os elementos necessários à elaboração dos projetos básico e executivo, indispensáveis ao sucesso da obra pretendida.

O inciso XXIV do art. 6º da Lei n. 14.133/2021 estabelece os elementos mínimos da mencionada peça técnica. Nestes termos, é possível aferir, a partir da sua leitura, o atendimento, de uma forma geral, dos comandos constantes no dispositivo. Veja-se:

XXIV - anteprojeto: peça técnica com todos os subsídios necessários à elaboração do projeto básico, que deve conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) demonstração e justificativa do programa de necessidades, avaliação de demanda do público-alvo, motivação técnicoeconômico-social do empreendimento, visão global dos investimentos e definições relacionadas ao nível de serviço desejado;
- b) condições de solidez, de segurança e de durabilidade;
- c) prazo de entrega;
- d) estética do projeto arquitetônico, traçado geométrico e/ou projeto da área de influência, quando cabível;
- e) parâmetros de adequação ao interesse público, de economia na utilização, de facilidade na execução, de impacto ambiental e de acessibilidade;
- f) proposta de concepção da obra ou do serviço de engenharia;
- g) projetos anteriores ou estudos preliminares que embasaram a concepção proposta;
- h) levantamento topográfico e cadastral;
- i) pareceres de sondagem;
- j) memorial descritivo dos elementos da edificação, dos componentes construtivos e dos materiais de construção, de forma a estabelecer padrões mínimos para a contratação;



Sobre o objeto licitado e sua correta e impessoal identificação, é conhecido o entendimento do Tribunal de Contas da União – TCU, firmado na Súmula n. 177, segundo o qual "a definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais das condições básicas da licitação, constituindo, na hipótese particular da licitação para compra, a quantidade demandada em uma das especificações mínimas e essenciais à definição do objeto do pregão".

Desta forma, deverá o setor responsável atestar que o Anteprojeto acostado aos autos (E-Doc.5.4) contempla todos os requisitos acima elencados.

III.8 – Designação formal do pregoeiro e da equipe de apoio

Registro que houve a juntada de documento que comprova a designação da Comissão, conforme E-Doc.9.2 (art. 8º, §§ 1º e 5º, da Lei nº 14.133/2021 e Lei nº 4606/2023).

III.9 – Da Adequação orçamentária

Conforme se extrai do caput do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021, a fase preparatória da licitação deve compatibilizar-se também com as leis orçamentárias.

A existência de disponibilidade orçamentária com a respectiva indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica da despesa é uma imposição legal. Nesse ponto, convém citar o artigo 10, inciso IX, da Lei 8.429, de 1992, e o art. 105, da Lei nº 14.133, de 2021:

Lei nº 8.429, de 1992

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

(...)

IX - ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento;

(...).

Lei nº 14.133, de 2021

Art. 105. A duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, e deverão ser observadas, **no momento da contratação e a cada exercício financeiro**, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro. (grifou-se).



No presente caso, recomendamos a comprovação da Disponibilidade Orçamentária, sobretudo o que dispõe o art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal⁵, bem como a Autorização de despesa do Ordenador.

Cabe também alertar para que, caso se trate de criação ou expansão de ação governamental que acarrete aumento da despesa, seja anexada a estimativa do impacto orçamentário no exercício e nos dois subsequentes, bem como a declaração sobre a adequação orçamentária e financeira para fazer face às despesas, em conformidade com as normas constantes dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, a autoridade competente não esclareceu se se trata de criação ou expansão de ação governamental que acarrete aumento da despesa.

Alerta-se, ainda, para a necessidade de juntar ao feito, antes da celebração do contrato administrativo ou do instrumento equivalente, a nota de empenho suficiente para o suporte financeiro da respectiva despesa, em atenção ao disposto no art. 60 da Lei nº 4.320/64.

III.10 – Da Minuta de Edital

O artigo 25 da Lei nº 14.133, de 2021, trata dos requisitos a serem observados por ocasião da elaboração da minuta de edital, tendo seu §1º expressamente autorizado a utilização de minutas padronizadas, nas situações em que o objeto assim permitir.

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

§ 1º Sempre que o objeto permitir, a Administração adotará minutas padronizadas de edital e de contrato com cláusulas uniformes.

§ 2º Desde que, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar, não sejam causados prejuízos à competitividade do processo licitatório e à eficiência do respectivo contrato, o edital poderá prever a utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem, serviço ou obra.

5 Art. 42 Lei Complementar nº 101/2000: É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.



§ 3º Todos os elementos do edital, incluídos minuta de contrato, termos de referência, anteprojeto, projetos e outros anexos, deverão ser divulgados em sítio eletrônico oficial na mesma data de divulgação do edital, sem necessidade de registro ou de identificação para acesso.

§ 4º Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o edital deverá prever a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme regulamento que disporá sobre as medidas a serem adotadas, a forma de comprovação e as penalidades pelo seu descumprimento.

§ 5º O edital poderá prever a responsabilidade do contratado pela:

I - obtenção do licenciamento ambiental;

II - realização da desapropriação autorizada pelo poder público.

§ 6º Os licenciamentos ambientais de obras e serviços de engenharia licitados e contratados nos termos desta Lei terão prioridade de tramitação nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e deverão ser orientados pelos princípios da celeridade, da cooperação, da economicidade e da eficiência.

§ 7º Independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

§ 8º Nas licitações de serviços contínuos, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento será por:

I - reajustamento em sentido estrito, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante previsão de índices específicos ou setoriais;

II - repactuação, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos.

§ 9º O edital poderá, na forma disposta em regulamento, exigir que percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído por:

I - mulheres vítimas de violência doméstica;

II - oriundos ou egressos do sistema prisional.

A minuta de edital foi juntada aos autos e, em geral, reúne cláusulas e condições essenciais exigidas nos instrumentos da espécie (E-Doc.9.3). Entretanto, deverá observar as recomendações expostas no presente parecer.

III.11 – Da Modalidade, critério de julgamento e modo de disputa

Com relação ao critério adotado para julgamento das propostas, verifica-se que a concorrência será do tipo menor preço global.

Segundo o art. 47, II, da Lei n. 14.133/2021 as licitações de serviços atenderão ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.



No Informativo de Licitações e Contratos n. 250 do Tribunal de Contas da União - TCU consta decisão da Corte de Contas no sentido de que “o critério de julgamento de menor preço por lote somente deve ser adotado quando for demonstrada inviabilidade de se promover a adjudicação por item e evidenciadas razões que demonstrem ser aquele o critério que conduzirá as contratações economicamente mais vantajosas”, o que se alinha ao teor da Súmula n. 247 do TCU:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Conforme o entendimento sumulado, portanto, como regra geral, é obrigatória a admissão da adjudicação por item, e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto/complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes, que, embora não disponham de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Portanto, a adoção da adjudicação pelo preço global/lote somente é admissível se estiver embasada em uma justificativa capaz de demonstrar a vantajosidade dessa escolha, relativamente à adjudicação por "menor preço por item", o que deve ser suprido pela Secretaria.

III.12 – Da Objetividade das exigências e qualificação técnica

Enquanto a habilitação profissional procura investigar se o licitante tem experiência anterior na execução de parcela relevante do objeto, a habilitação operacional visa verificar se o licitante reúne condições de executar o objeto na dimensão que ele (o objeto) possui.

A exigência de qualificação técnica-profissional é mais comum em obras e serviços de engenharia, mas não é vedada nos demais objetos. Caso se a entenda indispensável à garantia do adimplemento das obrigações (conforme



art. 37, XXI, da Constituição Federal), então será necessário especificar de forma clara e expressa de qual parcela do objeto será exigida comprovação de experiência anterior, e por meio de qual profissional(is), para permitir o julgamento objetivo quanto ao atendimento da exigência na fase de habilitação do certame. O requisito legal a ser observado é que esta parcela claramente especificada represente ao menos 4% do valor estimado da contratação, conforme art. 67, §1º da Lei nº 14.133, de 2021.

Já a comprovação da qualificação técnica-operacional costuma ser exigida na generalidade dos casos, e afere a capacidade de gestão do licitante de executar o objeto licitatório. Por isso é indispensável indicar quantitativos mínimos a serem comprovados, até o limite de 50% do quantitativo previsto, conforme art. 67, §2º da Lei nº 14.133, de 2021.

No entanto, ressaltamos a necessidade de se acostar as **justificativas expressas de exigências de qualificação técnica (ITEM 14.21.1 e 14.21.2 da MINUTA DE EDITAL)**.

No mais, entendemos que **o edital e anexos, em linhas gerais**, atendem ao disposto no art. 18 da Lei 14.133/21.

IV – DA MINUTA DE CONTRATO

O art. 92, Lei n. 14.133/2021 dispõe sobre as cláusulas contratuais necessárias. São elas, segundo se infere dos incisos daquele dispositivo, as seguintes:

- I - o objeto e seus elementos característicos;
- II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;
- III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;
- IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
- V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a database e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;
- VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;
- VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- IX - a matriz de risco, quando for o caso;
- X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;
- XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;
- XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;
- XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;
- XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;



- XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;
XIX - os casos de extinção.

A minuta de Contrato reúne as principais cláusulas exigidas pela Lei de Licitações, sendo possível sua adoção.

V – DA PUBLICIDADE DO EDITAL E DO TERMO DO CONTRATO

Destacamos ainda que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial do Município, bem como em jornal de grande circulação, conforme determinam os art. 54, *caput* e §1º, e **art. 94** da Lei nº 14.133, de 2021.

Destacamos também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

VI – CONCLUSÃO

Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, **opina-se pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo, desde que cumpridos os pontos resumidamente elencados neste parecer jurídico**, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise deste órgão de consultoria.

Somente após o acatamento das recomendações emitidas ao longo do parecer, ou após seu afastamento, de forma motivada, e conforme já alertado nas considerações preliminares desta manifestação, será possível dar-se o prosseguimento do feito, nos seus demais termos, sem a necessidade de retorno para nova manifestação desta unidade jurídica.

É o parecer, *s.m.j.*

Aracruz-ES, 12 de Junho de 2025





Vera Luiza Pimentel Milliole
Subprocuradora Consultiva



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3700360038003400310039003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **Vera Luiza Pimentel Milliole** em 12/06/2025 14:56

Checksum: **5A25DFB9CC2527E2D1DC380D8D6CA697E00CCD78906698947981B936F1F1F2A9**





PREFEITURA DE
ARACRUZ



Prefeitura de Aracruz

Secretaria de Administração e Recursos Humanos - SEMAD | (27) 3270-7050 | 0800-283-9263 | www.aracruz.es.gov.br

Processo: 22464/2025 | Autor: ISIS CRUZ MEIRA QUINONEZ

FOLHA DE DESPACHO

À SUPRIMENTOS

Segue para providências.

Em 12 de junho de 2025

Estefanie dos Santos Tavares

SERVIDOR



Autenticar documento em <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 33003900390031003600310038003A005400, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

fls. 380

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 33003900390031003600310038003A005400

Assinado eletronicamente por **Estefanie dos Santos Tavares** em 12/06/2025 15:04

Checksum: **63E2674546CC55A1C38B283CF788B30B648222C04F9415E174FCD6A8F07EB859**





PREFEITURA DE
ARACRUZ



Prefeitura de Aracruz

Secretaria de Administração e Recursos Humanos - SEMAD | (27) 3270-7050 | 0800-283-9263 | www.aracruz.es.gov.br

Processo: 22464/2025 | Autor: ISIS CRUZ MEIRA QUINONEZ

FOLHA DE DESPACHO

À SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Prezados,

Remeto os autos para manifestação quanto aos questionamentos suscitados pela douta Procuradoria, especificamete no que tange aos aspectos técnicos relacionados à fase de planejamento e definição do objeto.

Atenciosamente,

Em 12 de junho de 2025

JOYCE CAROLINE DA FONSECA

SERVIDOR



Autenticar documento em <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 33003900390031003600350032003A005400, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

fls. 382

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 33003900390031003600350032003A005400

Assinado eletronicamente por **JOYCE CAROLINE DA FONSECA** em **12/06/2025 15:37**

Checksum: **F695CB5E22093591D0E346489BE5DF3E2FE479E31B71987C9A90925FB4289324**





PREFEITURA DE
ARACRUZ



Prefeitura de Aracruz

Secretaria de Administração e Recursos Humanos - SEMAD | (27) 3270-7050 | 0800-283-9263 | www.aracruz.es.gov.br

Processo: 22464/2025 | Autor: ISIS CRUZ MEIRA QUINONEZ

FOLHA DE DESPACHO

À SUB. DE OBRAS E INFRA.> GERÊNCIA DE ESPECIFICAÇÃO E ORÇAMENTAÇÃO DE OBRAS

Segue para providências.

Em 12 de junho de 2025

MONICA MATIAS BORGES

SERVIDOR



Autenticar documento em <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 33003900390031003800310037003A005400, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

fls. 384

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 33003900390031003800310037003A005400

Assinado eletronicamente por **MONICA MATIAS BORGES** em 12/06/2025 15:40

Checksum: **E148F8609FDE77443DB106C181DEE7EB019FFD7BFBD43D9E2A6641369416A7F1**



Processo: 22464/2025 | Autor: ISIS CRUZ MEIRA QUINONEZ

FOLHA DE DESPACHO

À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Considerando o parecer jurídico constante às fls. 358/378, informamos o que segue:

A justificativa para a adoção do regime de contratação integrada encontra-se devidamente inserida nos autos, atendendo aos requisitos legais e técnicos pertinentes.

Em relação à pesquisa de preços, esclarece-se que o orçamento apresentado adota a metodologia do orçamento sintético, elaborado de forma agregada, com base em sistemas de referência formal, como o SINAPI e o DER/ES. Tal abordagem mostra-se adequada à fase em que se encontra o projeto — qual seja, o anteprojeto —, cuja natureza preliminar ainda não permite a composição detalhada dos custos unitários.

Adicionalmente, foram consideradas licitações anteriores com objetos similares como parâmetro comparativo, o que reforça a compatibilidade dos valores estimados com os preços praticados no mercado.

Ressalte-se, por fim, que nas etapas subsequentes da contratação, o orçamento deverá ser aprofundado e apresentado com a devida composição analítica dos custos unitários, conforme determina o art. 23, § 2º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Em 12 de junho de 2025

ANA PAULA BAIOTTO

SERVIDOR



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 33003900390031003800320033003A005400

Assinado eletronicamente por **ANA PAULA BAIOTTO** em 12/06/2025 17:00

Checksum: **75E70303171C69949AE1C5C4DE47C28B65F3E50D973B9958ECF4F7B916184B15**





PREFEITURA DE
ARACRUZ



Prefeitura de Aracruz

Secretaria de Administração e Recursos Humanos - SEMAD | (27) 3270-7050 | 0800-283-9263 | www.aracruz.es.gov.br

Processo: 22464/2025 | Autor: ISIS CRUZ MEIRA QUINONEZ

FOLHA DE DESPACHO

À SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Segue para providências.

Em 12 de junho de 2025

Estefanie dos Santos Tavares

SERVIDOR



Autenticar documento em <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 33003900390032003200300033003A005400, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

fls. 388

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 33003900390032003200300033003A005400

Assinado eletronicamente por **Estefanie dos Santos Tavares** em 12/06/2025 17:12

Checksum: **E2295CB260B4AB5EE1345AAFCCEB9C8520EF2B73E73E5C5B5B4F41295416977C**

